

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

LUIZ ROMEU DE FREITAS JÚNIOR

**POR UMA “NOVA IMAGINAÇÃO POLÍTICA”: A INTERPRETAÇÃO DE
GESTORES PÚBLICOS DE UBERLÂNDIA SOBRE CORRUPÇÃO.**

**UBERLÂNDIA
2018**

LUIZ ROMEU DE FREITAS JÚNIOR

**POR UMA “NOVA IMAGINAÇÃO POLÍTICA”: A INTERPRETAÇÃO DE
GESTORES PÚBLICOS DE UBERLÂNDIA SOBRE CORRUPÇÃO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Linha de Pesquisa: Organização e Mudança.

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia Oliveira de Medeiros

**UBERLÂNDIA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F866p
2018 Freitas Júnior, Luiz Romeu de, 1985-
 Por uma “nova imaginação política”: a interpretação de gestores
 públicos de Uberlândia sobre corrupção / Luiz Romeu de Freitas Júnior.
 - 2018.
 182 f. : il.

Orientadora: Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Administração.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.529>
Inclui bibliografia.

1. Administração - Teses. 2. Corrupção - Teses. 3. Administração
pública - Brasil - Estudo de casos - Teses. 4. Corrupção administrativa -
Teses. I. Medeiros, Cíntia Rodrigues de Oliveira, 1963-. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Administração.
III. Título.

CDU: 658

Glória Aparecida – CRB-6/2047

LUIZ ROMEU DE FREITAS JÚNIOR

**POR UMA NOVA “IMAGINAÇÃO POLÍTICA”: A INTERPRETAÇÃO DE
GESTORES PÚBLICOS DE UBERLÂNDIA SOBRE CORRUPÇÃO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Mestrado em Administração da
Faculdade de Gestão e Negócios, da
Universidade Federal de Uberlândia, como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Administração.

Uberlândia, 28 de março de 2018

Banca Examinadora

Profa. Dra. Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros – Orientadora
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Edson Arlindo Silva
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Rodrigo Miranda
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira
Universidade de Brasília

*Dedico este trabalho a minha família, a minha
esposa Vanessa e a meu filho João Pedro que acabou de chegar.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus.

Agradeço aos meus familiares, pois cada a um, a seu modo, me influencia e continua de forma constante a me influenciar, construindo quem eu sou. Agradeço com um carinho especial, à minha tia Abigail, que foi quem me estruturou e preparou para a vida, sempre me apoiando e sendo um exemplo de determinação.

À minha amada (e compreensiva) esposa Vanessa, que me incentivou, desde ao momento em que resolvi encarar este desafio e que me apoia, ajuda e incentiva de uma forma especial, sempre tão paciente em cada uma das etapas deste momento. Você sempre foi um exemplo para mim e essa conquista também é sua.

À minha orientadora Profa. Cíntia, por ter acreditado em minha proposta como seu orientando e por ter me proporcionado um tempo muito interessante de reflexão, primeiramente em suas aulas de Cultura Organizacional e, posteriormente, como orientadora, sempre tão atenciosa e me ajudando a expandir meus pensamentos e visão de mundo. Posso dizer com certeza que essa experiência do mestrado marcou a minha vida, e você, Profa. Cíntia, fez parte disso!

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, que também me proporcionou construção de aprendizado com a disciplina que ali cursei. Agradeço também aos Professores André e Valdir do PPGA, com quem aprendi muito.

Agradeço aos professores Edson Arlindo Silva e Rodrigo Miranda por terem aceitado o convite para participar da banca de qualificação e contribuírem com valiosas observações para um melhor desenvolvimento do trabalho.

Agradeço a cada um dos colegas que estiveram comigo nesses dois anos de mestrado, a presença e amizade de cada um ajudou e muito a superar as dificuldades deste percurso, cada um é especial à sua maneira e contribuiu muito para que esse tempo fosse mais agradável.

Faço um agradecimento muito especial também ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, que me proporcionou viver esta experiência de uma forma única, através do afastamento integral para desenvolvimento das atividades do mestrado e da bolsa de incentivo que me proporcionaram.

Agradeço a cada uma das organizações mencionadas neste estudo e aos participantes da pesquisa, por terem disponibilizado seu tempo e atenção para me auxiliar no desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

No Brasil, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, na década de 1990, uma série de escândalos de corrupção passou a figurar nos noticiários, tais como os “Anões do Orçamento” (SODRÉ; ALVES, 2010); a fraude na previdência social no caso “Jorgina de Freitas” (MESQUISTA; MOISES; ELDASI, 2015); o desvio de verbas do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (1992-1998), o caso “Nicolau dos Santos Neto”; e o desvio de verbas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1997. Na década de 2000, houve destaque na mídia sobre o escândalo do Mensalão (2005-2006) e na década de 2010, os exemplos são as operações Lava-Jato e Zelotes que se traduzem nos casos da chamada grande corrupção que, geralmente, envolvem poderosos políticos e organizações que extraem recursos públicos para benefício próprio, impactando nas estruturas sociais. Há ainda muitos casos de pequenos subornos que são exemplos práticos da pequena corrupção, que também trazem prejuízos financeiros para as organizações e a sociedade. A quebra da hegemonia funcionalista dos estudos organizacionais permitiu a utilização de diferentes óticas sobre essa área de estudo, incluindo o desenvolvimento de teorias críticas, que possibilitaram a entrada de pensadores como o filósofo Michel Foucault. Neste trabalho, discutimos a noção de Michel Foucault quanto a uma “nova imaginação política” frente ao fenômeno da corrupção. A ação dessa “nova imaginação política” provém da necessidade de uma ruptura com o que é intrínseco ao indivíduo, uma vez que o pensamento, ao ser elaborado com base em crenças que não possuem de fato a evidência que aparentam ter, deve ser mudado a partir do despertar para uma atitude crítica. Esta atitude é que fará emergir uma “nova imaginação”, conforme Foucault (2013), que é essencial a toda transformação e é ainda uma forma de resistência. Com base nesse entendimento, nossa pesquisa se propõe a analisar a interpretação de gestores públicos atuantes na cidade de Uberlândia acerca da corrupção, para compreender sua (des)articulação com a noção de “nova imaginação política” proposta por Foucault. Para tal, foram realizadas entrevistas, com vinte gestores públicos da cidade. Como resultados, levantamos três categorias discursivas a partir das perspectivas dos entrevistados sobre sua interpretação de corrupção: a corrupção como uma troca para obtenção de benefícios pessoais; a corrupção como quebra de normas; e a corrupção como um custo social. No que diz respeito à compreensão da perpetuação da corrupção nas organizações, foram encontrados cinco padrões discursivos que podem ter relação com o fato, sendo eles: a influência da mídia na interpretação do fenômeno; a negação da existência da corrupção no ambiente profissional; o ambiente profissional como provedor de situações de corrupção; a relação da corrupção com as organizações; e a compreensão do papel do Estado e a sua relação com a manutenção da corrupção. Sobre as características de práticas de gestão observadas na região de Uberlândia, os participantes da pesquisa indicaram o paternalismo, o patrimonialismo, o elitismo e o coronelismo. Tanto pela interpretação do poder, quanto pelo entendimento do que seria uma atitude de resistência à corrupção na visão dos entrevistados, vislumbramos a presença de um discurso dominante na fala dos gestores públicos que inviabiliza a ocorrência do despertar para uma atitude crítica e, consequentemente, para uma mudança de atitude que resulte em uma “nova imaginação política” como pensado por Foucault.

Palavras-chave: Gestor público. Corrupção. Imaginação Política.

ABSTRACT

In Brazil, as soon as after the promulgation of the Brazil's Federal Constitution of 1988, a series of corruption scandals began to appear in the news of the country, such as the "Anões do Orçamento" (SODRÉ, ALVES, 2010); social security fraud in the case of "Jorgina de Freitas" (MESQUISTA; MOISES; ELDASI, 2015); the deviation of funds from the Regional Labor Court of São Paulo (1992-1998), the case "Nicolau dos Santos Neto"; and the diversion of funds from the Superintendency of the Development of the Amazon (SUDAM) in 1997. In the 2000's, there was a highlight in the media about the "Mensalão" scandal (2005-2006) and in the decade of 2010, Lava Jato and Zelotes which became known as large corruption cases that, according to Jancsics (2014), generally involve powerful politicians and organizations that extract public resources for their own benefit, impacting on social structures. There are still many cases of bribery that are practical examples of small corruption, which also bring financial losses to organizations and society. In this understanding, there is a distinction between the manifestation of corruption in the value judgment, encompassing its manifestations in political and cultural forms, and the judgments of necessity, with the social and economic forms of manifestation of the phenomenon. The breakdown of the functionalist hegemony of organizational studies allowed the use of different perspectives on this area of study, including the development of critical theories, which allowed the entry of thinkers such as the philosopher Michel Foucault. In this work, we discuss Michel Foucault's notion of a "new political imagination" in the face of the phenomenon of corruption. The action of this "new political imagination" stems from the need for a rupture with what is intrinsic to the individual, since thought, when elaborated on the basis of beliefs that do not actually have the evidence they appear to have, should be changed to from awakening to a critical attitude. This attitude will lead to the emergence of a "new imagination", which is essential to any transformation. From this understanding, our research proposes to analyze the interpretation of public managers in the city of Uberlândia on corruption, to understand its (dis) articulation with the notion of "new political imagination" proposed by Foucault. For this, we interviewed public managements. As a result, we raised three discursive categories from the perspectives of the interviewees about their perception of corruption: corruption as an exchange for obtaining personal benefits; corruption as a breach of norms; and corruption as a social cost. Concerning the understanding of the perpetuation of corruption in organizations, five discursive patterns have been found that may be related to the fact, being: the influence of the media in the perception of the phenomenon; the denial of the existence of corruption in the professional environment; the professional environment as provider of corruption situations; the relationship of corruption with organizations; and the understanding of the role of the state and its relation to the maintenance of corruption. Regarding the characteristics of management practices observed in the Uberlândia region, the research participants indicated paternalism, patrimonialism, elitism and "coronelismo". Both the perception of power and the understanding of what would be an attitude of resistance to corruption in the view of the interviewees, we envisage the presence of a dominant discourse in the speech of the public managers that prevents the occurrence of the awakening to a critical attitude and, consequently, to a change of attitude that results in a "new political imagination" as thought by Foucault.

Key-words: Public manager. Corruption. Political Imagination.

“[...] o poder não é fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico das relações de poder. Está claro?”

Michel Foucault, in Diálogo sobre o Poder, Ditos e Escritos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso.	76
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos quadros teóricos explicativos da corrupção.....	28
Quadro 2 - Principais abordagens da corrupção.....	28
Quadro 3 - Tipologias da corrupção	31
Quadro 4 - Corrupção de Segunda Ordem.	32
Quadro 5 - Causas e elementos desencadeadores da corrupção.....	43
Quadro 6 – Corrupção e os tipos de juízos morais.....	47
Quadro 7 - Quatro princípios de governança de Hunt e Wickham (1994) sobre as influências da obra de Foucault.....	52
Quadro 8 - Resumo dos estudos empíricos que tratam de corrupção no setor público brasileiro	64
Quadro 9 - Tópicos-chave para entrevista semiestruturada	70
Quadro 10 - Perfil dos participantes da pesquisa.....	74
Quadro 11 - Principais divergências entre a análise do discurso em Foucault e Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) de Fairclough.....	75
Quadro 12 - Síntese dos resultados encontrados pela pesquisa.....	164

LISTA DE SIGLAS

TI	Transparency International
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
SPELL	Scientific Periodicals Electronic Library
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
FAGEN	Faculdade de Administração Gestão e Negócios
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
NUPECS	Núcleo de Pesquisa em Cultura Organizacional
EGOS	European Group for Organizational Studies
WGI	Worldwide Governance Indicators
QI	Quociente de Inteligência
TCU	Tribunal de Contas da União
CGU	Controladoria Geral da União
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
SEFAZ – MG	Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais
SEE-MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos
ACD	Análise Crítica do Discurso
ADTO	Análise do Discurso Textualmente Orientada

Sumário

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Contextualização.....	12
1.2	Objetivo	16
1.2.1	Objetivo Geral	16
1.2.2	Objetivos específicos	16
1.3	Justificativa	17
1.4	Estrutura da dissertação	19
2	A CORRUPÇÃO COMO PODER: UMA “NOVA IMAGINAÇÃO POLÍTICA”. 20	
2.1	Corrupção: objeto de estudo em diferentes campos de conhecimento	20
2.1.1	Quadro teórico e explicativo da corrupção.....	21
2.1.2	Corrupção: a compreensão teórica do fenômeno	29
2.1.2.1	Tipos de Corrupção	29
2.1.2.2	Causas e elementos desencadeadores da corrupção	35
2.1.2.3	Consequências da corrupção	43
2.2	Poder, Corrupção e uma “Nova Imagem Política”.....	48
2.3	A corrupção na história brasileira	56
2.4	Estudos empíricos que tratam de corrupção no setor público do Brasil	61
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	69
3.1	Pesquisa qualitativa.....	69
3.2	A realização das entrevistas	70
3.3	Corpus de pesquisa	72
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	79
4.1	Corrupção na perspectiva dos entrevistados: Moralismo e Legalismo.....	79
4.1.1	A corrupção como troca para obtenção de benefícios pessoais: corrente moralista.	79
4.1.2	Corrupção como quebra de normas: corrente legalista.	84
4.1.3	Corrupção como um custo social: correntes moralista e revisionista.....	88
4.2	Compreendendo a perpetuação da corrupção nas organizações a partir da interpretação dos entrevistados.....	92
4.2.1	A influência da mídia na interpretação do fenômeno.....	92
4.2.2	A negação da existência da corrupção no ambiente profissional.	96
4.2.3	O ambiente profissional como provedor de situações de corrupção.	98
4.2.4	A relação que a corrupção possui com as organizações	103
4.2.5	A compreensão do papel do Estado e a sua relação com a perpetuação da corrupção.	123
4.3	Os elementos de regionalidade e os padrões encontrados nas interpretações dos entrevistados que auxiliam na compreensão da corrupção.....	140
4.4	As (im) possibilidades de uma nova imaginação política.....	150
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
	REFERÊNCIAS	169
	APÊNDICES	Erro! Indicador não definido.
	APÊNDICE A	181
	APÊNDICE B.....	183

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, mais precisamente, desde o início deste século, notícias sobre corrupção no Brasil têm se tornado cada vez mais recorrentes, marcando o cenário político e empresarial do país. Neste trabalho, o fenômeno da corrupção é abordado do ponto de vista de gestores públicos, o que, presumimos, pode ampliar a discussão da “nova imaginação política” reivindicada pelo filósofo Michel Foucault. A seguir, contextualizamos a pesquisa, apresentamos o problema, o objetivo e as justificativas para a realização desta pesquisa. Encerramos a introdução apresentando a estrutura da dissertação.

1.1 Contextualização

A organização não governamental *Transparency International* (2009), cujo principal objetivo é a luta contra a corrupção, aponta como definição para esse fenômeno a utilização de recursos públicos para ganhos privados, o que é corroborado por autores como Shleifer e Vishny (1993), que orientaram seus estudos a partir dessa perspectiva. A respeito da corrupção e do desenvolvimento político, Nye (1967) questiona o padrão de definição disseminado pela *Transparency Internacional*, alegando que ele pode não conter diversos comportamentos que seriam ofensivos a determinados padrões morais e, ainda, que essa definição exclui qualquer consideração sobre se o comportamento considerado corrupto é de interesse público. Além disso, o conceito desconsidera a inclusão de comportamento de sociedades diversas, tratando a corrupção como uma variável isolada.

No estudo realizado por Brei (1996), há uma ênfase na infinidade de atos e condutas associadas ao termo, além da questão relacionada à gradação do fenômeno, que é apresentada de forma quase infinita, representando inúmeras possibilidades de ações, punições e consequências. A abordagem da corrupção pela mídia nacional e as discussões sobre o tema nas diversas camadas sociais no Brasil, que antes se mantinham alheias a ele, têm acontecido com uma frequência crescente, superando as preocupações acadêmicas, talvez, pela exposição da quantidade de casos ocorridos no país, principalmente, nas duas últimas décadas.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, mais especificamente, na década de 1990, uma série de escândalos de corrupção passou a figurar nos noticiários nacionais. O primeiro deles, naquela década, foi o do então presidente Fernando Collor de Mello e seu ex-tesoureiro Paulo César Farias¹, seguido de casos de desvios de verbas públicas

¹ Após uma primeira denúncia de que seu ex-tesoureiro fazia ilícitos, configurando tráfico de influência no governo, cada vez mais, surgiam novas denúncias. O Congresso brasileiro abriu um processo investigativo,

no país, como o escândalo dos “Anões do Orçamento”² (SODRÉ; ALVES, 2010); da fraude na previdência social, no caso “Jorgina de Freitas”³ (MESQUITA; MOISES; ELDASI, 2015); do desvio de verbas do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (1992-1998), o caso “Nicolau dos Santos Neto”; e o desvio de verbas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1997.

Na década de 2000, os escândalos continuaram ganhando destaque na mídia de forma constante, como o escândalo do Mensalão⁴ (2005-2006). Atualmente, as ocorrências de corrupção são exemplificadas pelas operações do Ministério Público Federal, Lava-Jato⁵ e Zelotes⁶, e se traduzem em casos da chamada grande corrupção que, conforme Jancsics (2013), geralmente, envolvem poderosos políticos e organizações que extraem recursos públicos para benefício próprio, impactando nas estruturas sociais.

Além da prática da grande corrupção, existe ainda a prática da pequena corrupção, que também traz prejuízos financeiros para as organizações e a sociedade. Conforme apontado pelo relatório do *World Bank Group*, na média geral de 139 países, 1,7% do valor dos contratos da iniciativa privada com o setor público são destinados ao pagamento de subornos para se conseguirem garantias de contratação junto ao governo (WORLD BANK, 2017).

No meio acadêmico, enquanto objeto de estudos, a corrupção já foi analisada de forma conceitual e política (PILLAY; DORASAMY, 2010), com estudos nas mais diversas áreas, os quais buscam compreender esse fenômeno. A economia, a ciência política, a sociologia, a antropologia e os estudos organizacionais já buscaram sua compreensão a partir de diferentes lentes, associando-a a teorias e conceitos específicos de cada área.

comprovando o desvio de US\$6,5 milhões para o pagamento de gastos pessoais do então Presidente e o favorecimento de aliados políticos (MESQUITA; MOISES; ELDASI, 2015).

² Recebeu esse nome da mídia por envolver parlamentares de pequena estatura. As acusações incluíam o direcionamento de verbas para entidades filantrópicas ligadas a parentes e “laranjas”, e o recebimento de propina, por prefeituras e empreiteiras, para a inclusão de verbas orçamentárias para a realização de obras. Foi aberta investigação que resultou em seis parlamentares cassados, oito absolvidos e quatro que renunciaram ao mandato. (SODRÉ; ALVES, 2010).

³ A fraude consistia em forjar indenizações milionárias nas varas de acidente de trabalho, no estado do Rio de Janeiro. O golpe contava com a participação de advogados, contadores e procuradores do INSS (MESQUITA; MOISES; ELDASI, 2015).

⁴ Distribuição de dinheiro do executivo a parlamentares da base governamental em troca de apoio político. (MESQUITA; MOISES; ELDASI, 2015).

⁵ Considerada pelo Ministério Público Federal (MPF) como a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Foi deflagrada em março de 2014. Foi descoberto um esquema criminoso com a participação de grandes empreiteiras organizadas em cartel, que pagavam propina para altos executivos da Petrobras e outros agentes públicos (MPF, 2017).

⁶ Deflagrada em março de 2015, investiga os maiores esquemas de sonegação fiscal já descobertos no Brasil. As suspeitas são de que as quadrilhas atuavam junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, revertendo ou anulando multas. Há também o foco em *lobbies* envolvendo grandes empresas do país (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

No âmbito da economia, trabalhos como o de Lambsdorff (2006), Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2006) buscaram analisar a corrupção e a sua relação com os governos pobres pelo mundo. Na ciência política, Stockemer, LaMontagne e Scruggs (2013) estudaram a influência da corrupção na redução do percentual de votantes que compareceram às urnas. Já Hodgkinson (1997) estudou a corrupção em uma vertente sociológica, observando-a a partir de fatores estruturais e culturais. A antropologia traz também sua contribuição por meio do estudo de Torsello e Vernard (2015), que abordaram a importância dos métodos etnográficos para a compreensão dessa ocorrência.

Na mesma direção, pesquisadores do campo dos estudos organizacionais também se orientaram para estudar a corrupção, visto ela ser um fenômeno organizacional. Anand, Ashfort e Joshi (2004) destacam que a pesquisa sobre a corrupção corporativa ganhou maior foco a partir do surgimento de escândalos, como o da Enron⁷ e o da WorldCom⁸. Os autores observam que, nesses casos, as ações envolvem uma rede de empregados, e não apenas um único praticante do ato.

Os estudos organizacionais também abordam a corrupção praticada em organizações públicas, como no caso do estudo de Ijewereme (2015), que analisou a corrupção praticada no sistema público da Nigéria, sob a gestão do primeiro ministro Tafawa Balewa, no período de governo do presidente Goodluck Jonathan. O autor enumerou em seu trabalho diversos fatores que impulsionam a corrupção no setor público daquele país.

Essa abordagem da corrupção relacionada diretamente com as atividades do Estado, e, especialmente, com seu poder monopolista e discricionário, ocorre em grande parte das pesquisas realizadas sobre essa temática. Alguns aspectos das atividades governamentais proporcionam um campo extensivo para a ação da corrupção, dentre eles, as regulações e autorizações, a cobrança de taxas, as decisões de gastos, previsão de bens e serviços abaixo dos preços de mercado e o financiamento de partidos (TANZI, 1998).

Ainda no âmbito das organizações, a corrupção e sua percepção pelos gestores foram objeto de estudos, como no caso do trabalho de Borini e Grisi (2009), que pesquisaram o ambiente de negócios de micro e pequenas empresas e a sua relação com os setores público e privado. Eles observaram a percepção dos tipos diversos de corrupção (branca, cinza e preta) no ambiente da pesquisa e destacaram ainda a ineficiência produtiva dos recursos e

⁷ Companhia do setor de energia norte-americano que varria débitos para as Sociedades com Propósitos Específicos (SPE's), das quais detinha participação majoritária e que, por conta de uma norma contábil duvidosa, não eram consolidadas no balanço final, resultando em lucros superestimados e dívidas não registradas (BERGAMINI JUNIOR, 2002).

⁸ Prática de fraudes pela companhia, omitindo despesas.

capacidades organizacionais; a formação pessoal desprovida da competência ética; e o ambiente interno escasso em relação aos valores éticos e morais, como os três pontos centrais para percepção da corrupção no ambiente empresarial. Budak e Rajh (2011) também focaram sua pesquisa no ambiente de negócios e concluíram que os empresários atribuem o problema exclusivamente ao governo e, inclusive, esperam que o governo tome a iniciativa para o seu combate. Pesquisas ainda buscaram compreender o fenômeno a partir da percepção dos indivíduos, utilizando diferentes variáveis, como no caso do estudo de Santos, Guevara e Amorin (2013), que consideraram o gênero, idade e grau de instrução para pesquisar essa percepção. Outros estudos, como o de Bologna e Ross (2015), buscaram entender os prejuízos trazidos ao empreendedorismo a partir das práticas corruptas.

O trabalho de Karmann *et al.* (2016) considera os fatores organizacionais, como tamanho, idade e segmento da organização, ocasionadores potenciais da atitude corrupta. Os autores abordam a orientação empresarial e a sua relação com a corrupção organizacional. Já Keig, Brouthers e Marshall (2015) direcionaram seu estudo para as medidas de combate ao fenômeno no âmbito das organizações e os fatores que podem influenciar sua existência.

Diferentemente da abordagem antropológica, que se baseia na moral a partir do contexto, as pesquisas organizacionais têm considerado a corrupção em uma perspectiva negativa. Ignora-se, na maioria das vezes, o fato de que há uma construção social e cultural dos padrões morais, e que a partir de diferentes contextos sociais surgem diversas e múltiplas moralidades (TORSELLO; VERNARD, 2015).

Os problemas relacionados com a corrupção, independentemente se a esfera é pública ou privada, tendem a estar ligados às ações humanas e podem ser analisados sob diversos pontos de vista, o que promove a variedade de entendimentos dos níveis de aceitação da corrupção, conforme a gradação menor ou maior em determinadas culturas (TORSELLO; VERNARD, 2015). A corrupção é ainda percebida de diferentes formas pelos indivíduos, envolvendo subjetividades individuais profundas e sentimentos intensos (BREI, 1996).

Muitos trabalhos acadêmicos, na literatura nacional (BORINI; GRISI, 2009; SANTOS; GUEVARA; AMORIM, 2013; MELO; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015) e internacional (SELIGSON, 2006; HUNT; LASZLO, 2011; SIMS; GONG; RUPPEL, 2012; BELOUSOVA; GOEL; KORHONEN, 2014; COORAY; SCHNEIDER, 2015; LITINA; PALIVOS, 2015; LIO; LEE, 2015), partem de uma perspectiva quantitativa para analisar o fenômeno. Na literatura dos estudos organizacionais no Brasil, há uma lacuna em relação a estudos que envolvam a interpretação da corrupção por gestores públicos atuantes em nosso país. A compreensão da corrupção como um fenômeno organizacional é necessária, mas o

avanço além dos estudos gerenciais, adentrando nos contextos sociológicos, também é necessário para obtermos um entendimento a partir de uma nova perspectiva das interpretações individuais dos gestores públicos.

Com base na perspectiva de que, nos estudos organizacionais, existe uma lacuna na produção científica que se compromete em conhecer a corrupção a partir da interpretação dos discursos dos gestores, chegamos à seguinte questão que orienta esta dissertação: **Quais são as interpretações dos gestores públicos de Uberlândia sobre a corrupção no Brasil e como essas se articulam com a noção de “nova imaginação política”?**

Escolhemos como *corpus* de pesquisa para nossa pesquisa os gestores públicos atuantes em Uberlândia, nos setores de saúde e educação, nas três esferas da administração pública. Essa escolha justifica-se por essas áreas, conforme o relatório do Mapa da Corrupção no Brasil (MPF, 2017), serem aquelas que apresentam no estado de Minas Gerais uma maior incidência de casos de corrupção.

Nossa pesquisa propõe a análise da corrupção enquanto um fenômeno político, buscando contribuir para a sua compreensão a partir das interpretações das pessoas entrevistadas, bem como entender uma possível relação dessa interpretação com a manutenção da corrupção. Pretendemos ainda analisar as relações de dominação provenientes das relações de poder com base na noção da “nova imaginação política” proposta por Michel Foucault, a partir da análise crítica dos discursos dos gestores entrevistados.

1.2 Objetivo

Considerando a questão orientadora da pesquisa, estabelecemos os objetivos geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a interpretação de gestores públicos atuantes na cidade de Uberlândia acerca da corrupção, para compreender sua (des) articulação com a noção de “nova imaginação política”.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar as definições de corrupção na perspectiva dos entrevistados;
- b) Compreender como a corrupção pode se perpetuar nas organizações, a partir da interpretação dos entrevistados;

- c) Identificar e discutir padrões nas interpretações dos entrevistados que levem à compreensão do fenômeno corrupção e apontem elementos de regionalidade;
- d) Discutir as (im)possibilidades de uma “nova imaginação política” reivindicada por Michel Foucault.

1.3 Justificativa

Os diversos aspectos, teorias, associações e peculiaridades do tema corrupção são os motivos pelos quais buscar-se-á neste estudo compreendê-la no âmbito das organizações, a partir das interpretações dos gestores públicos. Em termos teóricos, o interesse por propor um estudo que envolve a administração pública se dá não somente por esse ser o ambiente de trabalho do pesquisador, mas, também, como afirma Thoenig (2007, p.12), por esse ser um tema “[...] que pode beneficiar-se da perspectiva que sugere que as organizações públicas são organizações de uma natureza específica [...]”, pois, diferentemente de outros modelos de organizações, essas “[...] estão encarregadas da efetividade das políticas, de uma função de produção que gera impactos sociais”.

Ainda quanto à justificativa teórica, a decisão em realizar esta pesquisa foi motivada também pela abordagem relacionada ao tema nos estudos organizacionais no Brasil. Em pesquisa realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizada em 11/11/2016, utilizando-se o termo “corrupção organizacional”, foram encontrados 04 resultados. No portal *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), utilizando também “corrupção organizacional”, foi encontrado 01 resultado e, no portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), na relação total de trabalhos apresentados com o tema corrupção, constaram 20 resultados. Os números são tão baixos, ou menores ainda, quando buscamos os trabalhos que procuram entender o assunto em uma perspectiva interpretativista.

A área de Administração, particularmente, os Estudos Organizacionais, tem mostrado interesse em ampliar a compreensão sobre o tema. Um dos exemplos dessa postura no cenário acadêmico nacional foi o fato de o tema do IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD – EnEO, no ano de 2016, ser “*Corrupção nas/das Organizações*”, quando foram apresentados cinco trabalhos que abordam a temática. No cenário internacional, o 32º European Group for Organizational Studies – EGOS, realizado em 2016, teve como tema geral “*Organizing in the Shadow of Power*”, tratando sobre os aspectos obscuros relacionados ao poder nas organizações. Nessa mesma direção, o periódico *Journal of*

Management Inquiry enfatizou o tema em 2015, com uma chamada de trabalhos intitulada de: “*Corruption, Management and Organizations*”.

O tema de nossa pesquisa está, ainda, em consonância com a linha de pesquisa Organização e Mudança do Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) da Faculdade de Administração Gestão e Negócios (FAGEN) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), assim como do Núcleo de Pesquisa em Estudos Organizacionais, Culturas e Sociedade (NUPECS). O aspecto regionalidade, considerado importante pelo PPGA, do qual este projeto de dissertação faz parte, é levado em consideração, assim como a representatividade da cidade de Uberlândia – MG para a região do Triângulo Mineiro, e ainda o fato do estado de Minas Gerais ser o terceiro estado brasileiro com maior ocorrência de casos de corrupção no país (MPF, 2017), justificando a pesquisa junto aos servidores públicos atuantes na cidade.

Em termos de justificativa social, a origem do problema, sua manutenção e possível perpetuação são questões que inquietam e despertam para a necessidade de entendimento do fenômeno e, principalmente, para a exposição e discussão a respeito de questões relacionadas ao tema, pois, a partir de um melhor entendimento sobre a corrupção poderão surgir proposições ou alterações na postura de todos que constroem e integram as organizações. Este estudo, potencialmente, contribuirá para o conhecimento acerca da interpretação da corrupção por parte de gestores públicos sobre os diferentes entendimentos do assunto, relacionando essas percepções com o aumento dessa prática nas diversas organizações do Brasil, tanto nas públicas, bem como na iniciativa privada. Com os resultados desta pesquisa, além de conhecer a interpretação dos gestores, a sociedade poderá vislumbrar as mudanças culturais que podem contribuir para as reflexões individuais sobre o fenômeno, fazendo emergir uma “nova imaginação política”.

Os resultados a serem alcançados com esta pesquisa justificam ainda sua realização pelas suas implicações práticas. Conforme o índice *Worldwide Governance Indicators* (WGI), criado pelo *The World Bank*, o Brasil, em 2005, na escala de governança do item “controle da corrupção” (que varia de -2.5 a +2.5), ficou com uma pontuação de -0.43; já a pontuação do Chile, para o mesmo ano, por exemplo, foi de +1.3. Nossa pesquisa, ao analisar a interpretação sobre a corrupção dos gestores públicos, na cidade de Uberlândia – MG, poderá contribuir para o delineamento de políticas e ações organizacionais que levem em consideração os aspectos diversos da corrupção e sua complexidade e, assim, proporcionar maiores possibilidade de se conduzir o assunto, respeitando suas particularidades.

1.4 Estrutura da dissertação

Esta dissertação está estruturada por esta introdução, seguida da revisão da literatura, que compreende a apresentação dos diferentes conceitos e abordagens referentes à corrupção, bem como suas categorias de apresentação, além de suas causas e consequências. Abordaremos, ainda nessa seção, o conceito de “nova imaginação política” proposto por Foucault, quando discutirmos as relações de poder e corrupção. Em seguida, apresentamos uma revisão sobre a formação histórica da cultura brasileira. Os principais estudos empíricos que tratam da corrupção no setor público do Brasil encerram a revisão da literatura.

Na seção seguinte, são descritos os procedimentos metodológicos adotados, com o detalhamento da abordagem de pesquisa, o material empírico e a técnica de análise, que é a análise crítica do discurso.

Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa e os discursos que emergiram a partir da interpretação dos entrevistados sobre o tema corrupção. Posteriormente, foram identificados os discursos que, possivelmente, influenciam na perpetuação da corrupção nas organizações. Ainda na apresentação dos resultados, foram levantados os elementos de regionalidade nas práticas de gestão de Uberlândia-MG, na interpretação dos entrevistados e a possibilidade de uma atitude dos gestores condizente com o conceito de “nova imaginação política” reivindicado por Michel Foucault. Posteriormente, são feitas as considerações finais.

2 A CORRUPÇÃO COMO PODER: UMA “NOVA IMAGINAÇÃO POLÍTICA”.

Nesta seção, apresentamos as abordagens conceituais e perspectivas teóricas sobre corrupção, considerando as diversas ciências que estudam o tema e como ele é representado e compreendido conforme ocorrem variações culturais. Iniciamos com as considerações gerais sobre o tema, como conceituação, causas, perspectivas teóricas dos estudos organizacionais, da antropologia e da sociologia, bem como os tipos, categorias, consequências e causas, abordando as interações da corrupção com a mídia, política, estruturas institucionais, bem como os modelos de gestão e políticos. Em seguida, tratamos da relação entre corrupção e poder, direcionando o foco para a noção de “nova imaginação política” de Foucault. Ainda nessa seção, consideramos a Formação Histórica da Cultura Brasileira, tratando dos aspectos referentes à regionalidade e cultura. Encerramos a seção, apresentando estudos empíricos que tratam de corrupção no setor público.

2.1 Corrupção: objeto de estudo em diferentes campos de conhecimento

O termo corrupção é tratado em diversas abordagens. Silva (1994) destaca seu caráter polissêmico, evidenciando a carência de uma definição funcional. O autor contribui indicando uma lista de trabalhos, como os de Brei (1996), que abordou a dificuldade para definição e consenso para o termo, e Jiang, Jo e Li (2012), que trataram da visão dos jovens chineses sobre a corrupção, quando também perceberam uma multiplicidade nas definições do termo nas pesquisas do meio acadêmico, o que reforça a dificuldade para sua definição.

Sobre as tendências que a corrupção carrega sobre si, Silva (1994) apontou três delas como básicas para seu processo de conceituação, quais sejam: a **moralista**, a **legalista** e a **revisionista**. A corrente moralista se liga, principalmente, a questões de natureza ética, a essência da corrupção. Nesse pensamento reside a intenção moral de seus praticantes. Segundo o autor, a corrente legalista surge com a intenção de contrapor-se à moralista, entendendo a corrupção como a ruptura dos “padrões normativos do sistema” que racionalizam e dão fundamentação ao processo analítico.

A corrente revisionista segue em um sentido diferente, tanto da legalista, quanto da moralista, com estudos como o de Huntington (1968), que analisou as transformações políticas nas sociedades e associou a corrupção a uma consequência da modernização, atribuindo a ela um caráter benéfico em contextos políticos, como, por exemplo, na redução

de pressões grupais para mudanças políticas e o fortalecimento de partidos políticos. Bardhan (1997) menciona ainda exemplos como o da “era dourada” norte-americana, em que uma onda de corrupção generalizada em legislações estaduais e municipais auxiliaram o crescimento econômico e o surgimento de uma classe empresarial. Silva (1994) destaca ainda que a corrente revisionista considera uma perspectiva benéfica da corrupção quando essa ocorre em contextos administrativos carregados de burocracia.

As abordagens moralistas e legalistas se enquadram no que Jiang, Lo e Li (2012) chamaram de paradigma realista. Para os autores, nessa corrente, os estudos têm um padrão de comportamento corrupto pré-estabelecido e, independentemente da concordância com ele ou não, a missão é levantar e definir esses padrões de comportamento. Já o paradigma nominalista apresenta-se por meio de uma posição favorável à corrupção associada a comportamentos. Jiang, Lo e Li (2012) destacam que, nessas abordagens, a preocupação não está centrada nas características exatas da corrupção, mas, sim, aos ambientes estruturais e à própria dinâmica do modo pelo qual a corrupção se manifesta.

Na subseção seguinte, abordaremos um quadro teórico da corrupção nas diferentes ciências. Posteriormente, apresentamos a categorização, os tipos, bem como as causas e consequências estudadas no meio acadêmico sobre o fenômeno.

2.1.1 Quadro teórico e explicativo da corrupção

As perspectivas teóricas e os conceitos da corrupção variam conforme os paradigmas que os sustentam. Sustentadas por um paradigma realista, as definições, como a da *Transparency International* (2009), a do *The United Nation Global Programme Against Corruption* (2001) e a do *The World Bank Bank Independent Evaluation Group* (2006), de que a corrupção é a utilização de recursos públicos para ganhos privados, representam uma definição clássica para o termo, embora sejam totalmente contrárias à perspectiva apresentada pelas disciplinas que assentam sua base em um paradigma nominalista.

Essa conceituação que entende a corrupção como um abuso de cargo público para ganhos privados (MASHALI, 2012), que é realista, não reflete um consenso, como afirma Brei (1996), principalmente, se considerarmos o estágio de pré-paradigmatismo das pesquisas em ciências sociais. A autora entende que há ainda o fato de que grande parte da abordagem acadêmica trata dos efeitos negativos da corrupção e preocupa-se com a análise das causas e da redução do problema.

A ilustração das óticas de Aristóteles e Platão, feita por Cardoso (2012), demonstra os expoentes iniciais de toda uma abordagem feita pela filosofia sobre corrupção associada às teorias políticas, a partir da análise dos conceitos de democracia. Em Aristóteles, o autor observa que há um certo otimismo constitucional, com a corrupção em segundo plano e com o homem criando um mundo com razão e unidade, e que, por meio da integração e duração da associação política, encaminha-se para um “justo meio”. Já para Platão, o homem democrático é individualista, situando sua vontade momentânea e primorosa acima do bem soberano. A hegemonia popular da democracia não é então uma oposição à particularidade de interesses, pelo contrário, manifesta-se no homem o desejo de viver sem leis ou acima delas (CARDOSO, 2012).

A economia faz uma abordagem da corrupção sem se ater à questão moral. Conforme Rose-Ackerman (2006) esclarece, os estudos dos economistas não são confortáveis frente a julgamentos morais. Assim, de acordo com a autora, as pesquisas da área são centradas em acordos de contrapartida, nos quais se observam condutas corruptas entre organizações, pessoas comuns e funcionários públicos, por meio, também, de uma perspectiva legalista.

A abordagem da maioria dos trabalhos da área de economia relaciona a influência da corrupção no desenvolvimento econômico dos países (BATBYAL; CHOWDHURY, 2015; ORTEGA; CASQUERO; SANJUAN, 2016) ou de organizações (SØREIDE, 2006). Barsukova (2009) analisa que os economistas, de modo geral, contribuíram para o entendimento da essência da corrupção, considerando as variações de uma escola para outra. A autora destaca que os membros da escola institucional se aproximam das conclusões dos sociólogos e antropólogos, mas, quando se considera o núcleo de metodologia econômica, as contribuições concentram-se mais em uma perspectiva de análise neoclássica.

Os estudos econômicos com abordagem institucional, em grande parte, buscam compreender de forma empírica como a estrutura das instituições influenciam na corrupção. No Brasil, Silva (1999) discutiu o entendimento da corrupção por meio de alguns mecanismos da microeconomia, utilizando em sua pesquisa alguns modelos econômicos que, no seu entendimento, favorecem a compreensão do fenômeno. O autor traz como conclusão principal o fato de que a corrupção é um fenômeno institucional e dependente da evolução institucional.

Ainda no âmbito institucional, Fisman e Gatti (2006) buscaram entender se há condições que suavizam o suborno em diferentes ambientes e notaram que essas condições existem e estão ligadas à origem legal dos países nos quais as instituições estão inseridas. Schwartzman (2008), também observando a disparidade entre países, buscou constatar uma maior percepção geral de corrupção das elites dos países mais pobres em relação aos países

mais desenvolvidos, demonstrando a possibilidade de um impacto direto nos investimentos privados e nas políticas de ajuda internacional desses países.

Dentre os estudos que utilizam métodos econômicos para contribuir com o conhecimento acerca das consequências da corrupção, podemos citar aqueles que abordam a relação da corrupção e a sua influência com índices e fatores, como desenvolvimento humano (ORTEGA; CASQUERO; SANJUAN, 2016) e desenvolvimento econômico (SHLEIFER; VISHNY, 1993), desigualdade de renda (BATASYAL; CHOWDHURY, 2015), gastos do governo (D'AGOSTINO; DUNNE; PIERONI, 2016) e inovação (DIRIENZO; DAS, 2015).

Por sua vez, a contabilidade trata do tema em uma perspectiva legalista. Para Oliveira (2006), em virtude de os fatos administrativos, que são contabilizáveis, serem registrados pelos departamentos contábeis de forma a conferir sua legalidade, legitimidade e veracidade, dentre outros fatores, esse sistema se torna um filtro inicial no combate à corrupção. Basicamente, os estudos da área contábil se focam no papel da prática da contabilidade como regulador e dificultador da prática de corrupção. A Contabilidade, o Controle Interno e o Controle Externo no combate à corrupção (OLIVEIRA, 2006), a Transparência das Contas Públicas, como influenciador na inibição da prática da corrupção na gestão pública (RAUSCH; SOARES, 2010), e a auditoria como ferramenta de combate à corrupção (SILVA; BRAGA; LAURENCEL, 2009) são alguns temas abordados nas pesquisas que denotam o caráter instrumental dos estudos na área.

Já os estudos nas áreas de sociologia e antropologia são sustentados por um paradigma nominalista, distanciando-se dos modelos conceituais apresentados por ciências como a contabilidade. Alatas (1986) afirma que, na Sociologia, o estudo do fenômeno da corrupção deve acontecer conversando com a história, a cultura, a linguagem e todas as circunstâncias e, além disso, deve ser utilizado em um complexo e rico caso com dados e informações suficientes para derivação de dados e testes de teorias.

A Sociologia utiliza uma perspectiva na qual a corrupção não é observada como um ato ou decisão isolada, mas, sim, como um acontecimento institucionalizado em uma ampla estrutura social (ANDERS; NUIJTEN, 2008). Em grande parte dos trabalhos ligados à conotação da cultura política, conforme aponta Filgueiras (2009), percebe-se a ligação da corrupção com as interações construídas pelos atores sociais, refletindo experiências e valores que permitem ao indivíduo aceitar ou rejeitar a entrada em um esquema dessa natureza.

Ainda em uma perspectiva sociológica, Numerato (2016) afirma que a corrupção pode se apresentar de forma sigilosa, indo além da dimensão do segredo e se transformando em um segredo público, de forma a se tornar um princípio organizador das relações políticas. É

fundamental no estudo da corrupção o entendimento do segredo, seja reconhecendo o conteúdo da corrupção em si (segredo real), seja por meio das condições sociais pelas quais ele opera, geralmente, relacionado à natureza oculta da corrupção (segredo público).

Khondker (2006) utiliza um tom crítico em seu estudo quando fala do estudo da corrupção, pois, para ele, a sociologia pode estar se corrompendo. O autor exemplifica citando o fato de a corrupção ser ausente nos estudos de foco sociológico na Ásia. O autor ainda alerta que um universalismo tendencioso pode dominar os estudos naquela ciência, reduzindo a produção científica a esse respeito a uma reprodução do que os países do ocidente apresentam.

A Antropologia estuda a corrupção em uma perspectiva semelhante à da Sociologia. Os antropólogos, conforme Torsello e Vernard (2015), não aceitam a dicotomia do conceito clássico do paradigma realista, que envolve as esferas público/privado. Então, nesse campo, não há uma definição clara e pronta para o termo, mas há, sim, uma ênfase nas diferentes formas pelas quais diferentes atores concebem ou se movem nessas esferas. Sobre as principais diferenças em relação ao método de se analisar a corrupção nos estudos de Antropologia, Blundo (2007) destaca que, diferentemente das ciências econômicas e políticas, que observam atos de corrupção concebidos a partir de violações legais e em casos que houve processos penais, a Antropologia estuda o fenômeno por meio de outra perspectiva.

Os questionamentos dentro dessa visão são constantes. Anders e Nuijten (2008), em seu livro *“Corruption and the Secret of Law”*, que se utiliza de métodos antropológicos, tratam a corrupção como sendo institucionalizada e, ainda, incorporada na matriz mais ampla das relações de poder na sociedade. Os autores afirmam que a corrupção e a lei não são opostas, mas complementares.

Na Antropologia, são observadas duas posturas diferentes quanto à condução das pesquisas: uma delas é a observação participante, em que o pesquisador se insere no meio social pesquisado; e outra diz respeito às observações mais sistemáticas e detalhadas. Os estudos realizados nessa área, em sua grande parte, estão relacionados aos casos de “pequenas corrupções” e estão ligados a fatores micro do dia a dia (BLUNDO, 2007).

Um estudo de observação participante foi desenvolvido por Das (2015), o qual analisou a corrupção ligada às práticas do dia a dia, a partir de métodos etnográficos. Nesse caso, a autora voltou a sua pesquisa para os aspectos da vida cotidiana, observando que, nessa perspectiva, há tanto a banalização, bem como a condenação da corrupção, as quais ocorrem de forma simultânea. Segundo a autora, as pessoas pobres compreendem o fenômeno de uma

forma mais variada do que usualmente é representado nos trabalhos de intelectuais e dos políticos no contexto indiano.

A corrupção nos estudos políticos, conforme Filgueiras (2012), possui duas agendas de pesquisas, sendo: (1) a teoria da modernização; e a da (2) escolha racional e o novo institucionalismo. Em ambas, há um elo da teoria política com a econômica, uma vez que o ponto em comum das duas são os interesses nos sistemas de incentivo. A teoria da modernização associa o mau funcionamento do sistema político ao subdesenvolvimento, uma visão que adota o modelo capitalista como parâmetro e, portanto, o combate à corrupção deve ser feito de forma similar ao que ocorre nos países desenvolvidos.

A partir do momento em que as ciências políticas buscaram entender a corrupção como a ação de agentes políticos envoltos em um jogo de preferências, surge a abordagem da escolha racional associada ao novo institucionalismo. A partir da década de 1990, essa abordagem aparece e se estrutura em pensar a reforma institucional, tanto para a política, bem como para a economia, conforme as normas da democracia e do mercado, diminuindo o papel da burocracia com o fomento do mercado (FILGUEIRAS, 2012).

No que tange às agendas de pesquisa existentes no campo político em relação à corrupção, existem trabalhos com diferentes focos, como aqueles que se preocupam em analisar a relação da corrupção com a participação política (COBB; TAYLOR, 2015; BONIFÁCIO; RIBEIRO, 2016), o caráter institucional e a transformação nas estruturas de governo para a quebra da corrupção sistêmica (PEREIRA, 2005; ROTHSTEIN; TEORELL, 2015), e a análise da sua relação com a competição política (KUPATADZE, 2015).

Nye (1967) assume em seu trabalho que a ação corrupta não é problema exclusivo dos países Latino-Americanos, Africanos e Asiáticos, pois os Estados Unidos e as nações da Europa também podem ser incluídos nesses estudos, uma vez que eles não são exemplos morais e ilesos à corrupção. De modo geral, os estudos realizados pelas ciências políticas abordam a relação existente entre o nível de corrupção e a sua variação conforme o cenário político, no entendimento de que os níveis de corrupção e suas formas variam de acordo com o contexto do regime político (AMUNDSEN, 1999).

As ciências políticas abordam ainda as particularidades dos sistemas políticos vigentes em cada nação. Toma (2015) abordou o contexto do pós-comunismo, analisando o caso da Romênia, em relação à corrupção ser ou não uma substituta ao comunismo, no que diz respeito à debilitação da confiança social na nação. A autora concluiu que o pós-comunismo não afeta essa confiança social, sugerindo que ela pode ser influenciada, de fato, pelos níveis de percepção da corrupção.

Ainda analisando o caso dos países pós-comunistas, Jetter, Agudelo e Hassan (2015) afirmam que seu problema pode residir no fato de esses possuírem uma democracia recente e um grau de desenvolvimento baixo. Os autores concluíram que os níveis de renda direcionam a relação não linear entre democracia e corrupção e, nesse sentido, a democratização piora o comportamento corrupto em países mais pobres, ocorrendo o inverso nos países ricos. Alguns estudos apontam ainda que os níveis mais extremos de corrupção foram observados em países que vivenciam o duplo processo de desenvolvimento político e liberalização (AMUNDSEN, 1999), o que resulta em instituições políticas ineficazes e oportuniza a emergência da corrupção.

Ao considerarmos a diversidade de países e as disparidades entre a democracia e os regimes ditatoriais, nota-se que, pelo fato de esses últimos exercerem controle estrito sobre a corrupção, acabam direcionando o nível e o escopo da corrupção de forma autocraticamente restrita. Esse fato justifica o nível de corrupção relativamente baixo em alguns estados fortes e autoritários. Isso porque esses regimes são considerados legítimos aos olhos dos seus cidadãos, pelo controle da lei e ordem, pelas transformações sociais e pelo crescimento econômico (AMUNDSEN, 1999).

Em um contraponto à análise dos regimes autoritários, destacamos que a própria democracia pode conter traços de incentivos à corrupção. Isso se dá pela regulamentação de campanhas eleitorais, disputa por cargos, lucros com as privatizações e em tantas outras formas de prática do ato de corrupção (AMUNDSEN, 1999), além da influência negativa que ela possui em nações com um baixo grau de desenvolvimento (JETTER; AGUDELO; HASSAN, 2015).

É certo que, independentemente do caráter da pesquisa realizada, a definição do conceito de corrupção depende da conexão com valores e normas com fundamentação no espaço da política. Nesse sentido, há uma crítica ao fato de que há uma forte tendência de a análise da corrupção, em uma ótica política, estar intrinsicamente conectada à economia. Logo, as discussões concentram-se na competição e cooperação dos atores orientados para os fins, ocasionando a cobrança na política de transparência nas relações do Estado com a sociedade, secundarizando os demais valores e normas próprios do espaço político (FILGUEIRAS, 2012).

Nos estudos organizacionais, a corrupção tem se apresentado de forma crescente e sua conceituação não deixa de ser complexa, como nas outras ciências já citadas. Apesar de alguns esforços nesse campo, ela se apresenta em formas diversas e em diferentes situações, podendo ser compreendida como um ponto presente nas organizações. Importante ressaltar

que seu entendimento traz contribuições significativas para a compreensão do fenômeno em outras áreas (JIANG; LO; LI, 2012).

A corrupção nas organizações parece ocorrer em todas as suas modalidades, seja em organizações com ou sem fins lucrativos, governamentais ou não, e até mesmo em organizações religiosas. As organizações têm sido interpretadas como entidades corruptas, e não apenas seus integrantes. A importância das organizações na compreensão da corrupção está no fato de que essas influenciam as ações de seus membros. Ademais, uma cultura organizacional que seja corrupta desenvolve normas que orientam a prática entre seus membros (ASHFORT *et. al*, 2008).

Quando as normas e práticas servem aos interesses de uma organização para a obtenção de lucros a qualquer preço, para Ashfort *et. al* (2008), pode haver uma quebra delas. Essa afirmação pode ser relacionada com a teoria dos caçadores de rendas, qual seja: um trabalhador ou funcionário qualificado reconhece a corrupção como garantia de renda superior à da atividade legal e esse dedica um esforço máximo na geração de renda de forma corrupta, podendo acontecer com o consentimento ou não da organização, variando conforme a cultura da organização em questão (BORINI; GRISI, 2009).

A ocorrência da corrupção em um ambiente de negócios, conforme Borini e Grisi (2009), tem suporte na deficiência de mobilizar capacidade e recursos para atividades que gerem maior valor que a corrupção: na seleção inadequada de mão de obra, na não valorizando a formação ética e moral do indivíduo em detrimento da qualificação técnica; e na institucionalização de um ambiente corporativo com normas que não coíbem práticas ilegais.

Os estudos empíricos sobre a corrupção nas organizações se orientam para o entendimento da percepção de gestores sobre esse fenômeno (BORINI; GRISI, 2009; BUDAK; RAJH, 2011), incluindo características de gênero, idade e grau de instrução dos pesquisados (SANTOS; GUEVARA; AMORIN, 2013); acerca dos prejuízos trazidos pelo fenômeno para o empreendedorismo (BOLOGNA; ROSS, 2015; MELO; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015); sobre as medidas de combate no âmbito das organizações (KARMANN *et. al*, 2016); e sobre os fatores que podem influenciar sua existência (KEIG; BROUTHERS; MARSHALL, 2015).

Quando ocorre o estudo da corrupção no contexto organizacional, há de se esperar que surjam problemas conceituais, o que ocorre em virtude do vasto campo de análise ao qual o fenômeno está sujeito (SANTOS; GUEVARA; AMORIN, 2013). São diversos os ângulos de análises existentes para os estudos organizacionais, seja no campo individual, organizacional,

industrial nacional ou internacional (KARMANN *et. al*, 2016). Assim, variações conceituais vão acontecer conforme o contexto pesquisado.

No Quadro 01, a seguir, resumimos as diferentes explicações teóricas de cada ciência para o fenômeno, relacionando seus paradigmas, correntes e principais abordagens:

Quadro 1 - Resumo dos quadros teóricos explicativos da corrupção.

Ciência	Paradigma	Correntes	Principais abordagens
Filosofia	Nominalista	Moralista	Discorre a partir dos primórdios da teoria política. As relações e interações que podem conduzir ao fenômeno.
Economia	Realista	Legalista	Abordagem institucional, busca entender como as estruturas das instituições influenciam a corrupção. Abordagem econômica, com uma perspectiva neoclássica, estudando impactos no desenvolvimento econômico.
Contabilidade	Realista	Legalista	Foco nos órgãos e mecanismos de controle, como medidas de contenção dos atos de corrupção.
Sociologia	Nominalista	Revisionista	Aborda a corrupção como um acontecimento inerente às estruturas sociais. Não existem dicotomias ou definições prontas em relação ao fenômeno.
Política	Nominalista	Revisionista	Abordagens com foco nos regimes autoritários e democráticos e suas influências e consequências para o fenômeno.
Estudos Organizacionais	Realista	Moralista/Legalista	Organizações públicas e privadas; perspectivas individuais; abordam a cultura organizacional como fator determinante.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na revisão da literatura

A partir da análise do que foi apresentado para cada campo de conhecimento, pode-se afirmar o quanto a conceituação do termo corrupção é evasiva. Cada uma das áreas dá a sua contribuição, mas de forma isolada, utilizando-se de modelos e perspectivas a elas inerentes. Jancsics (2014) classificou os estudos sobre a corrupção a partir de diferentes disciplinas, em três categorias que são comuns a elas: i) decisões racionais de atores individuais; ii) normas sociais e estruturais facilitadoras do ato; e iii) abordagem relacional que examina interações sociais e as redes entre praticantes da corrupção.

O Quadro 02 traz maiores detalhes da categorização feita por Jancsics (2014) e ilustra como os paradigmas por ele levantados englobam diferentes estudos sobre o tema:

Quadro 2 - Principais abordagens da corrupção.

	Abordagem do ator-racional	Abordagem estrutural	Abordagem relacional
Nível de análise	Micro	Macro e mediana	Médio
Motivação/Restrição para participar da Corrupção	Maximização Monetária, recompensas e minimizar custos.	Forçada por restrições estruturais.	Aproveitamento de associações com outros.
Forma de troca	Econômico/mercado.	Guiado por normas e restrições estruturais materiais	Recíproca, muitas vezes não materiais
Forma de	Impessoal, curto prazo	Relacionamento entre	Interpessoal, longo prazo.

relacionamento		entidades individuais e coletivas	
Corrupção em uma perspectiva Organizacional	A corrupção é um problema dentro da organização: “maçã podre”	A corrupção é um produto sistemático de processos seletivos: “barril ruim”	A corrupção é uma rede informal, por trás das estruturas organizacionais formais.

Fonte: Jancsics (2014)

Nesta seção, apresentamos as diversas perspectivas sobre a corrupção em variadas disciplinas, o que aponta para o fato de que a interdisciplinaridade no estudo da corrupção pode contribuir para uma análise mais profunda do fenômeno. Conforme apresentado, há uma riqueza e diversidade nos resultados encontrados pelas diferentes áreas de estudos que contribuem de forma substancial para os conhecimentos acerca da corrupção. Para os Estudos Organizacionais, não há uma variedade das abordagens além das Teorias Organizacionais, assim como da interdisciplinaridade. Isso sugere a existência de lacunas no campo e a necessidade de desenvolvimento de estudos que proporcionem um diálogo entre as disciplinas para um entendimento mais amplo do tema.

2.1.2 Corrupção: a compreensão teórica do fenômeno

Para a compreensão do que seja corrupção, os estudos devem se voltar para as causas, seus elementos desencadeadores e suas consequências. Nesse entendimento, apresentamos, nesta seção, a revisão da literatura sobre esses aspectos.

2.1.2.1 Tipos de Corrupção

A pesquisa sobre a corrupção pode ser conduzida a partir de diferentes combinações, pois, conforme observamos na seção anterior, são diversas as abordagens adotadas para seu estudo. Pretendemos aqui apresentar as formas como esse fenômeno se apresenta, categorizando-as e apontando as motivações e consequências de sua ocorrência.

Os níveis de análise da corrupção podem variar em macro e micro, nos quais os questionamentos podem ou não ser similares, mas as respostas esperadas, seguramente, nem sempre serão equivalentes, devido às particularidades do tema (CONNELLY; ONES, 2008). Essa gradação das dimensões também são conhecidas por “pequena corrupção” e “grande corrupção”. O termo “pequena corrupção”, ou corrupção desorganizada, é utilizado,

usualmente, em contextos de subornos relativamente menores, como nos casos de práticas corruptas no âmbito de pequenas e médias empresas (MASHALI, 2012).

Mashali (2012) estabelece que, para que aconteça a “pequena corrupção” ou corrupção desorganizada, é necessária a existência de um comprador e um vendedor. Para o autor, o diferencial entre a pequena e a grande corrupção é que, nessa última, não há dependência de indivíduos para que ela aconteça, pois, nesse nível, ela é institucional, ou seja, já está inserida no sistema da organização. Assim, a pequena corrupção acontece em situações nas quais os cidadãos buscam desembaraços de requisitos junto ao governo, benefícios e privilégios particulares que vão além das formas da lei.

O contexto de pesquisa que aborda a “pequena corrupção” pouco pode revelar sobre o modo e o sistema pelo qual os ambientes tornam-se corruptos ao longo do tempo. As pesquisas que focam no comportamento individual consideram uma leitura patente de que o comportamento individual corrupto é utilizado para o benefício próprio, desviando a atenção do estudo de causas dinâmicas e sistêmicas do assunto (ASHFORT *et al.*, 2008).

Casos de “grande corrupção”, corrupção organizada ou corrupção agravada (HEIDENHEIMER, 2002) se desenvolvem na confidencialidade nas negociações, e não seriam de conhecimento do público em geral, sendo esses casos, eventualmente, noticiados pela grande mídia. O caráter desse tipo de corrupção se baseia na ação confidencial dos gestores que buscam ocultar, e não enfrentar o problema para que esse seja devidamente resolvido (MASHALI, 2012). Numerato (2016) afirma que o sigilo da corrupção vai além da dimensão de segredo e essa é considerada um segredo público, sendo esse um princípio organizador das relações políticas.

O estudo da corrupção envolve o entendimento do segredo, o qual é reconhecido pelo conteúdo da corrupção em si (segredo real) ou das condições sociais pelas quais o segredo opera, geralmente, essas condições estão relacionadas à natureza oculta da corrupção (segredo público) (NUMERATO, 2016). No estudo da grande corrupção, que envolve uma configuração complexa, deve haver um olhar para além das organizações isoladas para que haja o entendimento do fenômeno de forma satisfatória (ASHFORT *et. al.*, 2008).

Sobre a corrupção no setor público, Mashali (2012) afirma que ela ocorre entre organizações e pessoas públicas ou entre um ou mais atores do setor público com o setor privado. No setor público, os poderes e instalações pertencem a todos, logo, quando há corrupção, o ônus é de toda a sociedade. Assim, o servidor considera seu cargo um negócio e buscará maximizar sua renda (BREI, 1996.). Geralmente, a corrupção nesse setor é também

política, pois os indivíduos possuem habilidade, experiência e capacidade de desenvolver seu trabalho, mas, mesmo assim, a praticam por vontade própria (MASHALI, 2012).

As possibilidades de corrupção no setor público estão, na maioria das vezes, conectadas com as atividades do Estado e, especialmente, com seu poder monopolista e discricionário. As regulações e autorizações, a cobrança de taxas, as decisões de gastos, a previsão de bens e serviços abaixo dos preços de mercado, bem como o financiamento de partidos, são alguns dos aspectos das atividades governamentais que proporcionam um campo extensivo para a ação da corrupção (TANZI, 1998).

O conceito de corrupção no setor privado é próximo ao da “pequena corrupção”, uma vez que o abuso de poder para ganho pessoal e ilegítimo nesse setor, pois, sem o envolvimento do setor público, não traz consequências diretas para toda a sociedade, visto que os prejuízos, geralmente, não se estendem para fora do âmbito da organização. Nessas situações, a corrupção também pode ser considerada técnica, pois os indivíduos que a praticam carecem de informações, habilidades e experiências (MASHALI, 2012).

A quantidade de vezes que um ato de corrupção se repete demonstra as diferenças entre a grande e a pequena corrupção. Na grande corrupção, a repetição demonstra a vontade do praticante em realizar o ato, diferentemente dos casos em que ocorre a pequena corrupção, em que grande parte são casos isolados. Quanto às leis, a grande corrupção instrumentaliza, por meio da legislação, a prática do ato, estando a pequena envolvida na forma como as leis são cumpridas (MASHALI, 2012).

No Quadro 03, a seguir, estão apresentadas as duas tipologias de corrupção com suas principais características, conforme proposto por Mashali (2012).

Quadro 3 - Tipologias da corrupção

Tipo de Corrupção	Grande Corrupção	Pequena Corrupção
Parâmetros		
Quanto a parceiros públicos ou privados	Pública/Política	Privada/ Técnica
Planejamento	Organizado	Desorganizado
Quanto à lei	Legisla	Aplicação da Lei
Quanto aos indivíduos	Político	Cidadão
Nível organizacional	Gerentes	Empregados
Valor	Larga escala	Pequena a média escala
Motivação	Hábito	Satisfação de necessidades fisiológicas
Alcance do resultado	Para muitos ou todos os indivíduos	Para alguns
Escopo	Aspectos nacionais ou internacionais	Aspectos regionais ou locais
Capacidade ou não de competição	Sem capacidade de competição	Capacidade de competição

Fonte: MASHALI (2012)

Além da prática da pequena e grande corrupção, Heidenheimer (2002) ainda lista a corrupção rotineira. O autor exemplifica utilizando alguns casos demonstrativos de que, por meio da realização de doações, os donatários esperam determinado tipo de preferências, mesmo sem um acordo explícito. Heidenheimer (2002) categorizou a corrupção considerando as percepções dos atores sociais. O autor propôs três tipos de corrupções, quais sejam, preta, branca e cinza. A corrupção preta envolve um consenso entre a opinião elitista e a das massas, desejando a punição do infrator com base em princípios; já a corrupção cinza envolve ambiguidade da maioria, enquanto uma parcela, em grande parte, as elites, ao julgar o ato, pede punição, e a outra parte, não o faz. Diferentemente das outras duas, a corrupção branca ocorre quando tanto elite, bem como as grandes massas, a consideram um ato tolerável e não apoiam uma punição em virtude de sua ocorrência.

Zyglidopoulos (2016), considerando os conceitos de corrupção que versam sobre o abuso de poder, seja em contexto gerencial ou político, desenhou a proposta de dois tipos de corrupção: um modelo de primeira ordem ligado ao conceito clássico da corrupção, no qual um indivíduo ou grupo abusa de um sistema de normas postas para ganhos privados; e um modelo de segunda ordem, no qual indivíduos ou grupos alteram regras e normas, visando a benefícios próprios, semelhante à “grande corrupção” nominada por outros autores (TANZI, 1998; MASHALI, 2012).

A corrupção em um modelo de segunda ordem é mais difícil de ser identificada e envolve subjetividade. Esse tipo de corrupção, usualmente, encontra-se envolto por aparente legalidade ou escondido em complexas camadas de regras ou procedimentos. Além disso, os praticantes desse tipo de corrupção, geralmente, estão em posições destacadas e estratégicas na organização, então, geralmente, quando ocorre sua incidência, ela tende a ser mais grave do que a de primeira ordem. A dificuldade em detectar esse tipo de prática, em revisar normas e regras formais e mudar regras informais e valores que encorajem práticas corruptas é maior nessa ordem de corrupção (ZYGLIDOPOULOS, 2016).

No Quadro 04, a seguir, apresentamos uma síntese das informações do estudo de Zyglidopoulos (2016), sendo destacadas as principais características, consequências e ações a serem realizadas em relação à corrupção de segunda ordem:

Quadro 4 - Corrupção de Segunda Ordem.

Corrupção de Segunda Ordem			
Características	Subjetividade	Sistematicamente Invisível	Severidade/Centralidade

Consequências	Impacto substancial na proliferação da corrupção através de níveis hierárquicos.	Consequências negativas expressivas.	Potencialização do não cumprimento de regras e leis; Dificuldade em parar este tipo de prática
Ação a ser realizada	Revisar periodicamente as regras e regulamentos que concedem benefícios individuais aos diversos cargos.	Explicitar as motivações propostas para mudanças de regulamentos; Simplificar as justificativas para mudanças.	Propor a ação dos gerentes baseada na finalidade moral.

Fonte: Adaptado pelo autor de Zyglidopoulos (2016)

Os processos que envolvem a execução desse tipo de corrupção estão ligados à construção de leis ou regras complexas e projetos de longo prazo, que são subjetivos e geram, como consequências, impactos a longo prazo e de percepção demorada. Assim, a organização deve revisar, periodicamente, as regras e regulamentos que concedem benefícios individuais aos gerentes, executivos e especialistas, dentre outros cargos, utilizando-se de alguém externo à organização que faça uma revisão de forma imparcial (ZYGLIDOPOULOS, 2016).

Essa é uma forma de corrupção que se apresenta sistematicamente invisível, sem a clareza de suas consequências ilegais quando feitas as alterações de regras e leis. A clareza nas motivações propostas para mudanças de regulamentos e a simplificação das justificativas para mudanças são formas de lidar com o fenômeno. Há também, na corrupção de segunda ordem, a severidade, que é o impacto negativo que os atos corruptos exercem sobre aqueles que são tratados de forma injusta, e a centralidade, que é o impacto que essa forma de corrupção exerce em outros atos corruptos dele oriundos. A proposta de ação dos gerentes baseada na finalidade moral pode ser eficaz nessas situações, pois resulta em propriedade, coragem e eficácia moral (ZYGLIDOPOULOS, 2016).

Como consequência da corrupção de segunda ordem, além da alteração de leis e regras de forma intransigente, que ocorre de forma severa e centralizada, há um impacto substancial na sua proliferação pelos níveis hierárquicos, com as ações corruptas em níveis hierárquicos superiores influenciando os níveis abaixo, ocasionando, assim, a racionalização da corrupção pelos membros hierarquicamente inferiores. Com isso, o não cumprimento de regras e leis é potencializado e, a cada geração de gestores, a atitude corrupta é mais racionalizada, ocorrendo, então, uma mudança gradativa e imperceptível através das gerações na organização (ZYGLIDOPOULOS, 2016).

Ainda sobre as formas de apresentação da corrupção nas organizações, Numerato (2016), ao estudar como se manifestam em times de futebol, apontou três tipos que podem ser utilizados e compreendidos no âmbito das organizações: a corrupção direta, a corrupção

mediada e a meta-corrupção. Para o autor, a corrupção direta é representada na dinâmica em que um sujeito ou grupo é subornado por outro sem nenhum intermédio e com finalidade direta. Na corrupção indireta, a dinâmica envolve a interação de um indivíduo ou grupo com um intermediador, como, por exemplo, no caso dos times de futebol, quando um juiz recebe suborno para beneficiar quem o está pagando.

A meta-corrupção possui duas formas diferentes, sendo elas: a *ex-ante* e a *ex-post*. A meta-corrupção *ex-ante* ocorre quando há um acordo entre o subornador, ou seja, instâncias fiscalizadoras que são corruptíveis, ou um terceiro agente, como a mídia, para esconder possíveis decisões questionáveis tomadas pelas instâncias fiscalizadoras e, desse modo, não despertar a percepção dos demais ou do público. A meta-corrupção *ex-post* utiliza relações de suborno junto à mídia, o agente corrompido e o subornador, sendo o papel da mídia, nesse caso, formar opiniões de massa para endossar a atitude subornada (NUMERATO, 2016).

Quando não controlada, esse tipo de corrupção pode se espalhar, o que Ashfort et. al (2008) compararam a um vírus dentro de uma organização. Para os autores, se os atos corruptos de um indivíduo não são controlados, eles se espalham e transcendem pequenos grupos, tornando-se parte da cultura de uma organização e fazendo com que ela adquira um caráter sistêmico.

Ashfort et. al (2008) sustentam que, na análise da corrupção no âmbito das organizações, existem os níveis: macro e micro. Para os autores, a perspectiva micro delimita-se às forças individuais e organizacionais que encorajam o comportamento corrupto individual, abstendo-se de fatores que demonstram como as organizações se tornam corruptas ao longo do tempo. Os autores defendem que uma visão macro colabora para um melhor entendimento das causas e transformações do fenômeno.

A perspectiva de análise macro considera as organizações como influenciadoras nas ações de seus membros, com as culturas organizacionais operacionalizando normas que guiam as práticas de seus integrantes. Se o interesse de determinada organização quebra as regras e leis de seus *stakeholders*, incluindo aquelas praticadas pela sociedade de um modo geral, então a conduta da organização é considerada corrupta (ASHFORT et. al, 2008).

A corrupção nas organizações, conforme Pinto, Leana e Pil (2008), possui duas diferentes dimensões: a primeira considera a organização como a beneficiária financeira direta dos atos de corrupção, ainda que seus praticantes adquiram benefícios indiretos, sejam eles financeiros ou de utilidade pessoal. A segunda dimensão é a individual, que está relacionada à colusão entre os membros de uma organização, embora grande parte da literatura concentre-se nas ações individuais em detrimento dessas colusões.

A partir dessas dimensões, as organizações podem então ser classificadas como: (i) *organization of corrupts individuals* (OCI) e (ii) *corrupt organization* (CO). As organizações de indivíduos corruptos (OCI) emergem do nível individual e são potencializadas pelas interações entre os indivíduos em um nível organizacional, enquanto que as organizações corruptas (CO) surgem de uma coalizão de membros dominantes com ações que beneficiam, principalmente, a organização (PINTO; LEANA; PIL, 2008).

Pinto, Leana e Pil (2008) consideram ainda o termo “organizações corruptas hipócritas” que são compostas por um comportamento dominante próprio das CO, com poucos traços do comportamento inerente às OCI. Nessas organizações podem existir funcionários com altos padrões de integridade e honestidade, porém esses coexistem com um núcleo de práticas corruptas que são dominantes e próprias de uma organização CO. Essas práticas das organizações corruptas são advindas do que foi chamado por Ashfort e Anand (2003) de “normalização da corrupção nas organizações”.

Três processos, a institucionalização, a racionalização e a socialização, atuam de forma mútua no âmbito de uma organização e podem potencializar a normalização e perpetuação da corrupção. A institucionalização é o processo pelo qual as práticas corruptas são aceitas como rotina, enquanto a racionalização é a forma como os indivíduos utilizam de influências socialmente construídas para legitimar suas próprias ações. Já a socialização é o processo pelo qual indivíduos recém-chegados na organização são estimulados a realizar e aceitar práticas corruptas (ASHFORT; ANAND, 2003).

Nesta subseção observamos os diferentes tipos de corrupção apresentados em abordagens acadêmicas diversas. A quantidade de variações tipológicas relacionadas ao termo reforçam, mais uma vez, a complexidade e multiplicidade que envolvem seu estudo. De um modo geral, os diferentes tipos de corrupção observados nos estudos das organizações e expostos nesta subseção ocorrem em dois níveis: macro e micro. Suas variações estão relacionadas à forma como os indivíduos a percebem, às articulações para sua existência e à forma como a organização reconhece o problema.

2.1.2.2 Causas e elementos desencadeadores da corrupção

Após conhecermos os quadros teóricos da corrupção e considerarmos as diferentes abordagens para a tipologia do fenômeno, caminhamos para reforçar o fato de que a interdisciplinaridade é necessária para uma maior efetividade no conhecimento sobre a corrupção e suas causas. Sobre esse aspecto, Getz (2006, p. 275) afirma que:

As causas da corrupção são muitas e estão entrelaçadas em um nó górdio proverbial. A atenção simultânea a múltiplas causas é provavelmente necessária para a corrupção ser reduzida. São necessárias pesquisas interdisciplinares que considerem fatores psicológicos, sociológicos, culturais, econômicos e políticos que contribuem para a corrupção.

Uma série de estudos parte de diversas perspectivas teóricas, buscando compreender as causalidades da corrupção. Com base na exposição dos principais estudos, apresentamos um quadro geral das causas da corrupção discutidas no meio acadêmico. A começar por Brei (1996), são três os níveis de causas da corrupção: individual, social e institucional, com os dois primeiros baseando-se na ideia de que existem na sociedade crenças que ocasionarão o julgamento da corrupção de atos políticos ou administrativos, sendo essa postura uma consequência da falta de confiança, lealdade e consideração entre cidadãos e o Estado.

Já as causas do nível institucional envolvem a aceitação da corrupção para a transação de negócios oficiais, culminando no domínio dela sobre a operacionalização da organização, havendo, nesse caso, uma inversão com a violação da lei que se torna regra de conduta (BREI, 1996). Dentre alguns fatores motivadores da causalidade da corrupção de forma indireta no nível institucional, estão o fato de a qualidade da burocracia em alguns países estar aquém da excelência proposta pelo modelo burocrático; o nível salarial no setor público, considerando a relação de que um menor nível salarial envolve maiores níveis de corrupção; o controle institucional de órgãos de auditoria e apuração de irregularidades; e os exemplos de liderança e a transparência das regras, leis e processos (TANZI, 1998).

Embora não haja consenso sobre a associação entre cultura e corrupção, alguns estudos consideram a cultura como uma influência sobre essas causas (FISMAN; MIGUEL, 2007; CONNELLY; ONES, 2008; BARR; SERRA, 2010). Para Connelly e Ones (2008), a cultura e os estabelecimentos culturais podem fomentar atos corruptos. Os autores fazem essa afirmação com base nos estudos de Hofstede (1980), para quem a cultura é uma roteirização coletiva da mente, assim, a aceitação ou a rejeição a esse fenômeno podem estar a ela condicionadas.

Quatro variáveis de Hofstede (1997) foram utilizadas por Husted (1999) para indicar a relação da cultura com a corrupção: (i) distância do poder - nível de aceitação dos membros subordinados de instituições sobre a distribuição do poder de forma desigual; (ii) individualismo - as decisões tomadas por uma pessoa são influenciadas pelo seu grau de individualidade ou coletividade; (iii) masculinidade - a abordagem utilizada refere-se ao sucesso material em detrimento da qualidade de vida; e (iv) a redução da incerteza -

referindo-se ao nível em que ela pode ser sentida como ameaça pelos membros de uma cultura, provocando a busca por sua erradicação.

A partir dessas variáveis, Husted (1999) criou quatro hipóteses para observar o nível de corrupção percebida em um país, confirmando três delas: a distância de poder, que, quando alta, remete à tolerância de práticas corruptas por uma população; a masculinidade, que leva à busca do sucesso material em primeiro lugar, havendo maior tolerância na percepção de questões éticas em práticas comerciais, abrindo, assim, caminho para a corrupção; e a redução da incerteza, que garante um resultado certo em um cenário de incertezas com indivíduos dispostos a pagar subornos para que esse cenário se transforme.

A cultura entendida como uma das causas da corrupção, ou mesmo a consideração de existência de uma cultura de corrupção, é explicada por Barr e Serra (2010) a partir da internalização de normas por uma determinada sociedade. Quando as normas anticorrupção são absorvidas pela sociedade, provavelmente, as possibilidades de redução da motivação para o envolvimento com a corrupção serão maiores. Por esse entendimento, indivíduos que crescem em sociedades nas quais há maior predominância da corrupção, provavelmente, a aceitarão com maior facilidade (BARR; SERRA, 2010).

Fisman e Miguel (2007) realizaram, no período de 1997 a 2005, uma pesquisa com diplomatas de 146 países diferentes, para verificarem seu comportamento em relação à infração às leis que regulam o estacionamento na cidade de Nova York, uma vez que, até 2002, esses diplomatas tinham imunidade sobre leis locais, o que lhes dava a opção ou não de respeitarem a lei. Os autores descobriram que a infração às leis está fortemente relacionada aos níveis de corrupção existentes no país de origem do indivíduo.

Também buscando entender a relação entre a cultura e a corrupção, Barr e Serra (2010) pesquisaram o comportamento de estudantes da graduação e pós-graduação frente à ação corrupta e a sua relação com os níveis de corrupção dos países de origem dos indivíduos. Os autores obtiveram resultados indicativos de que, com os primeiros, há uma relação entre os níveis de corrupção do país de origem e sua tendência em agir de forma corrupta, o que não ocorreu ao pesquisarem estudantes de pós-graduação.

Barr e Serra (2010) observam ainda que na relação país de origem x atitude corrupta, as conclusões do estudo de Fisman e Miguel (2007), que foi realizado com diplomatas e concluiu que a ação corrupta tem relação direta com os níveis de corrupção do país de origem, devem ser consideradas de forma parcial, pois, para eles, a corrupção é um fenômeno cultural em partes, não podendo haver uma antecipação das ações dos indivíduos tendo como base seus países de origem.

A causalidade da corrupção também pode ser conhecida por meio das percepções dos indivíduos quanto ao seu significado. Essas percepções, no entanto, não são necessariamente baseadas em experiências pessoais, podendo ocorrer alguns casos que reúnam influência da atenção da mídia de forma substancial. Assim, um aumento verificado nas percepções em determinado local e momento pode não corresponder à realidade, uma vez que as práticas do fenômeno podem não ser tão difundidas quanto sua percepção (BELUSOVA; GOEL; KORHONEN, 2014;)

Ainda sobre as percepções, Kong e Volkema (2015) estudaram a influência das lideranças na percepção da corrupção a partir do endosso cultural. Para os autores, as causas do fenômeno estão ligadas às lideranças. A partir dos seis diferentes estilos de lideranças levantados pela pesquisa *Global Leadership and Organizational Behavior Effectiveness – GLOBE* (JAVIDAN *et. al*, 2006), quais sejam, o carismático, o orientado para equipe, o participativo, o orientado para o ser humano, o autônomo e o autoprotetor, foram propostos três estilos de lideranças possíveis de serem relacionadas com a corrupção: liderança egoísta; liderança pró-social; liderança individualista, observando sua relação em um nível social e tendo a riqueza como moderadora dessa relação. Como resultado, o endosso cultural do estilo de liderança egoísta foi admitido como positivamente relacionado com a corrupção e moderado pela riqueza, entretanto, não houve relação significativa nos outros dois estilos.

Resick *et al.* (2009) afirmam que o contexto social de uma sociedade ou organização influencia no endosso da liderança. Conforme os autores, determinados valores da cultura organizacional fornecem pistas contextuais que as pessoas utilizam para a formação da percepção da liderança ética. Assim, os resultados do estudo de Kong e Volkema (2015) demonstram que as lideranças egoístas e a riqueza refletem os valores sociais que proporcionam uma maior propensão à corrupção, reforçando, assim, que a cultura tem relação causal com a corrupção.

O estudo de Maeda e Ziegfeld (2015) observou a influência da renda na percepção da corrupção, a partir de uma pesquisa que aborda a variação da percepção sobre a frequência desse fenômeno. Os autores criaram a hipótese de que as pessoas menos favorecidas socioeconomicamente percebiam a corrupção com maior frequência, confirmando essa hipótese no caso dos países mais ricos.

Nesse sentido, os autores apontam que, nos países mais ricos, há uma maior manifestação da grande corrupção que beneficia pessoas de alto nível socioeconômico, assim, os males do fenômeno tornam-se mais óbvios aos mais pobres. Já a natureza genérica da pequena corrupção nos países pobres, atingindo tanto as pessoas ricas, bem como as pobres,

torna ambas sensíveis ao fenômeno, reduzindo a relação estatística entre o status socioeconômico e as percepções da corrupção (MAEDA; ZIEGFELD, 2015).

A percepção da corrupção depende ainda de questões como o nível de educação, ocorrendo o impacto, nesse caso, apenas quando há capacidade de organização da sociedade civil em monitorar e se mobilizar mediante as ações de corrupção e, caso esse monitoramento não ocorra, os níveis tendem a subir (AHREND, 2002). Kubbe (2014) indicou, em seu estudo, que a confiança interpessoal, juntamente com a satisfação financeira de um indivíduo, são influências negativas na percepção da corrupção.

As ações anticorrupção também influenciam os níveis de corrupção percebida. A partir de 1993, ano da criação da *International Transparency*, e até 2003, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou uma campanha contra a corrupção, colocando-a na agenda internacional, houve uma grande disseminação de leis e esforços em todo o mundo, bem como a criação de projetos para conscientização e educação a respeito do assunto (COLE, 2015).

Assim como tantos outros crimes, a corrupção não possui um aferimento simples, pois é envolta em muita ambiguidade. A campanha anticorrupção realizada pela ONU e o movimento contrário ao fenômeno que a sucedeu aumentaram a percepção de sua piora. Há ainda o fato de que o movimento global anticorrupção, ou mesmo uma ação, ou, ainda, uma instituição que visa à redução das práticas corruptas, podem contribuir para que atos praticados, até então, de forma isolada, sejam detectados, denunciados e punidos, passando de forma artificial a impressão de que as práticas corruptas estão aumentando (COLE, 2015).

A partir do entendimento de que as percepções, bem como suas consequências, podem ser reais, uma imagem negativa de um país formada por meio de dados, como os apresentados pela *Transparency International* acerca de países rotulados como corruptos, pode ocasionar a prática de novos atos corruptos para a recuperação de prováveis danos. Essa dinâmica apresenta o fato de que as campanhas contrárias à corrupção podem, de fato, potencializar um aumento dos resultados que elas visam a erradicar (COLE, 2015).

Para Ahrend (2002), uma das causas do fenômeno corrupção está no seu relacionamento com a liberdade de imprensa. Sociedades que não possuem um maior nível de liberdade de imprensa tendem a ser mais corruptas (AHREND, 2002; CAMAJ, 2013). No entanto, a partir da concepção de que a corrupção é um fenômeno social, a mídia e essa liberdade de imprensa podem ter uma relação próxima com a sua construção social (BREIT, 2010).

As conduções das representações da corrupção variam conforme períodos de tempo ou de acordo com contextos sociais específicos, ao passo que algumas outras formas podem ser excluídas, ou mesmo marginalizadas, não possuindo legitimidade. Assim, os discursos são peças fundamentais na criação de sentido, pois mediam a relação entre aspectos linguísticos concretos dos textos e as implicações de textos em contextos sociais ou políticos mais amplos (BREIT, 2010).

A criação do sentido no contexto da mídia influencia a compreensão de uma população acerca da corrupção, uma vez que diferentes discursos permitem concepções e suposições diferentes sobre aspectos particulares do fenômeno. A redução de complexidades, das ambiguidades e das contradições, que são inerentes e importantes à compreensão do ato corrupto, pode ser feita pelos jornalistas, influenciando a interpretação do público (BREIT, 2010).

Ademais, a confiança em uma fonte de informação poderá legitimar a construção social imposta pelos veículos de mídia. Botero *et al.* (2015) realizaram um estudo com diversas fontes que tratavam de acusações de corrupção a candidatos políticos na Colômbia, tendo constatado que os pesquisados reduziram os níveis de apoio e confiança aos políticos corruptos quando obtinham as informações do principal jornal do país. Esse veículo de informação possuía, para os pesquisados, mais legitimidade em relação às acusações que partiam de organizações não governamentais ou mesmo de instituições públicas. A sensibilidade era maior ainda quando se tratavam de indivíduos com um menor grau de instrução.

Os fatores micro determinantes da corrupção são estudados por alguns autores (GUERRERO; RODRIGUEZ-OREGGIA, 2008; HUNT; LASZLO, 2012; IVLEVS; HINKS, 2015) e também contribuem para o entendimento das causalidades desse fenômeno. Através de perspectivas que adotam um olhar sobre o serviço público, da institucionalização de práticas de suborno e da iniciativa de clientes para a prática de suborno, esses estudos demonstram como, no nível individual, as causas da corrupção podem surgir.

Guerrero e Rodriguez-Oreggia (2008) detectaram que os indivíduos consideram pagar subornos, levando em conta seus custos de oportunidade relacionados às percepções sobre normas e instituições. Conforme os autores, quando há um baixo nível de aplicação das leis, há um alto nível de propensão ao suborno, uma vez que isso permitirá aos indivíduos atingirem os resultados esperados. A institucionalização da corrupção é também uma das causas para a sua manutenção, uma vez que o sentimento de que não é possível modificar instituições corruptas, a partir do indivíduo unicamente, é um dos fatores que motivam a

prática do comportamento em um nível individual (GUERRERO; RODRIGUEZ-OREGGIA, 2008).

Hunt e Laszlo (2012), que estudaram o suborno praticado em Uganda e no Peru, afirmam que estão suscetíveis à prática do suborno todos os clientes que buscam um serviço mais ágil do que o oficialmente oferecido, ou mesmo aqueles que pretendem antecipar um serviço considerado lento. Como resultado dessa prática, os clientes não praticantes do suborno ficam com um serviço de qualidade inferior. Os autores discorrem ainda sobre a corrupção involuntária, que seria praticada de forma comum pelos mais pobres, em virtude de sua baixa alfabetização e da falta de clareza nas informações dos custos oficiais de serviços.

Também buscando entender o papel do indivíduo e as causalidades da corrupção, Ivlevs e Hinks (2015) pesquisaram o impacto que a crise global de 2008-2009 provocou nos indivíduos das economias em transição da Europa Central, Oriental e da Ásia Central. O contexto pesquisado pelos autores foi o do serviço público e os autores detectaram que as vítimas da crise eram mais propensas a praticar o suborno se comparadas àquelas não vítimas, isso por serem instigadas a fazê-lo pelos funcionários públicos. Os autores concluíram que os funcionários públicos utilizam as informações sensíveis sobre as vítimas da crise, como o histórico de trabalho, poupança e conexões de migrantes, para adotarem um comportamento de extorsão.

A perspectiva que Portrafke (2011) propõe que a corrupção é um fenômeno racional, no entanto, socialmente ineficiente. A proposição do autor é que as pessoas que possuem um horizonte de tempo maior são também mais inteligentes, pois internalizam os efeitos prejudiciais futuros da corrupção contemporânea. O autor concluiu que integrantes de sociedades com taxas altas de quociente de inteligência (QI) possuem menores taxas de corrupção.

A análise de fatores contextuais, conforme estudado por Kubbe (2014), permite conhecer as causas do fenômeno da corrupção, o que auxilia na sua compreensão. O autor analisou as condições contextuais de países europeus e verificou que, em todos eles, fatores como o desenvolvimento econômico, a integração internacional, o percentual de mulheres no parlamento, o grau e duração da democracia, o protestantismo e fatores históricos podem influenciar nas causas da corrupção.

A condição econômica foi avaliada por Kubbe (2014) como o fator mais importante para a redução da corrupção na Europa. A adesão a blocos econômicos, como no caso da União Europeia, foi avaliada como um fator que contribui para a diminuição da corrupção. O

estudo verificou, ainda, que a duração de um regime democrático também influencia na redução do nível de corrupção.

A religião também é um preditor de níveis de corrupção. Kubbe (2014), estudando países da Europa, detectou que aqueles com maior quantidade de protestantes são menos propensos à corrupção. Já sociedades com um percentual elevado das religiões católica, ortodoxa e muçulmana, que se caracterizam por alto nível de hierarquia e concentração de poder, apresentam níveis mais elevados de corrupção se comparadas às protestantes, que se caracterizam pelo individualismo e pela busca de igualdade. O fato de haver menor hierarquia nas sociedades protestantes tem como consequência uma menor propensão à tolerância de comportamentos relacionados ao abuso de poder e à corrupção (KUBBE, 2014).

A relação entre gênero e corrupção tem sido abordada por alguns estudos (DOLLAR; FISHMAN; GATTI, 2001; SWAMY *et. al*, 2001; ESAREY; CHIRILLO, 2013) que discutem a participação feminina como uma forma de reduzir os níveis de corrupção e em quais contextos essa participação será efetivamente válida. A extensão da corrupção é menor nos países que têm níveis mais altos de participação feminina nos parlamentos, indicando que a relação entre democracia e o percentual de mulheres nos parlamentos influenciam na explicação das causas dos níveis de corrupção de um país (KUBBE, 2014).

A democracia ativa as relações entre gênero e corrupção. No contexto autocrático, as normas políticas podem manter uma ordem a favor da corrupção e da discriminação de gênero, sendo a violação dessas normas mais arriscada para as mulheres. Na democracia, as mulheres estão menos suscetíveis à corrupção, pois não percebem risco em violar normas políticas, pelo contrário, há uma maior liberdade para a quebra da prática de atos corruptos. A diferença entre gêneros ocorre, portanto, quando não há nas instituições atos corruptos como parte comum de sua governança (ESAREY; CHIRILLO, 2013).

Quanto ao grau de envolvimento dos princípios burocráticos na administração, têm-se que, quanto maiores forem esses níveis, menos as questões de gênero terão influência na corrupção. As mulheres estão relacionadas com níveis mais baixos de corrupção quando não há institucionalização desses princípios burocráticos (STENSÖTA; WÄNGNERUD; SVENSSON, 2015).

O poder é apontado por Bendahan *et. al* (2015) como uma das causas da corrupção. Os autores afirmam que os líderes em contextos de negócios ou políticos tendem a mudar o seu posicionamento em relação à corrupção, na medida em que recebem maiores fontes de poder. Os autores realizaram dois experimentos e verificaram que os indivíduos honestos e que

tinham atitudes socialmente aceitáveis, no momento em que aderiram a uma posição de liderança, em função do poder, transformaram suas perspectivas morais com facilidade.

A seguir, no Quadro 5, estão sintetizadas as causas da corrupção e seus elementos desencadeadores.

Quadro 5 - Causas e elementos desencadeadores da corrupção

Autor(a)	Causas/ Elementos
Brei (1996)	Existem três diferentes elementos causais da corrupção: individual, social e institucional.
Tanzi (1998).	Elementos que provocam a corrupção em nível institucional: baixa desempenho da burocracia desempenhada, baixo nível salarial, ausência de controle institucional, falta de referências quanto à liderança e transparência.
Husted (1999); Fisman; Miguel (2007); Connelly; Ones (2008); Barr; Serra (2010); Kong; Volkema (2015).	A cultura e os traços culturais.
Ahrend (2002); Kubbe (2014); Maeda; Ziegfield (2015); Kong; Volkema (2015); Cole (2015).	A percepção da corrupção. Elementos como a educação, a confiança interpessoal e a satisfação financeira, assim como a renda, a influência das lideranças e as campanhas anticorrupção, impactam na percepção da corrupção e, consequentemente, atuam na sua causalidade.
Ahrend (2002); Breit (2010); Camaj (2013).	A influência da mídia/imprensa.
Guerrero; Rodriguez-Oreggia (2008); Hunt; Ladzlo (2012); Ivlevs; Hinks (2015).	Fatores micro determinantes.
Portrafke (2011).	Sociedades com baixas taxas de QI.
Kubbe (2014).	Condição Econômica e Religião
Dollar; Fishman; Gatti (2001); Swamy <i>et. al.</i> (2001); Esarey; Chirillo, (2013); Kube (2014).	Gênero
Bendahan <i>et. al.</i> (2015).	Poder

Fonte: Elaborado pelo autor com base na revisão da literatura

Na literatura sobre o tema, no que diz respeito às causas da corrupção, as pesquisas encontraram diversos fatores (Quadro 5) que operam no nível micro (individual), meso (social) e macro (institucional), abrangendo elementos diversos, como religião, gênero, poder, condições financeiras, cultura, entre outros. Esses achados apontam que a corrupção, enquanto tema de estudo, demanda abordagens multi e interdisciplinares. Nesta subseção, ao abordarmos as causas da corrupção, percebemos que os estudos acadêmicos para o tema, além de atribuírem aos fatores organizacionais e individuais como elementos desencadeadores da corrupção, abordam ainda outros fatores que atuam na composição da atitude corrupta tanto nos níveis organizacionais quanto individuais.

2.1.2.3 Consequências da corrupção

As consequências da corrupção podem ser as mais diversas, compreendendo desde o impacto ambiental, quando há a permissividade em exploração ilegal de áreas de proteção

ambiental, até mesmo à segurança pública, quando não há a devida fiscalização em construções, por exemplo, por conta do recebimento de suborno (AMUNDSEN, 1999).

Os estudos que analisam as consequências da corrupção o fazem pesquisando variadas áreas, desde a econômica (AMUNDSEN, 1999; JUSTESEN; BJØRNSKOV, 2014), política (AMUNDSEN, 1999; LITINA; PALIVOS, 2016), administrativa (BREI, 1996), saúde (LIO; LEE, 2015; HABIBOV, 2016), participação eleitoral (STOCKEMER; LAMONTAGNE; SCRUGGS, 2013), e até mesmo a emigração (COORAY; SCHNEIDER, 2015).

No âmbito administrativo, a corrupção distorce e afeta o procedimento de tomada de decisão, pois uma decisão que seria tomada em benefício público é substituída por outra em benefício próprio (NICHOLS, 2012). A partir de uma análise da corrupção administrativa, Brei (1996) afirma que ela traz, como consequências, prejuízos ao profissionalismo no serviço público, pois frustra funcionários honestos, reduzindo seu desempenho e produtividade. A autora também aponta a corrupção administrativa como uma consequência da corrupção política, pois, nesses casos, a administração burocrática minimiza a supremacia da administração em detrimento da soberania dos políticos.

Em uma perspectiva econômica, a corrupção é explicada, até certo ponto, como uma alternativa aos sistemas excessivamente burocráticos, pois tem a capacidade de suavizá-los. Quando as empresas podem prever o nível de corrupção, considerando-o como uma despesa mensurável, e o suborno possui um efeito positivo, a corrupção não é um impedimento para investimentos e comércio. Entretanto, se o suborno não garante a prestação dos serviços e a necessidade de não pagamentos de subornos posteriormente, a corrupção é, então, economicamente prejudicial (AMUNDSEN, 1999).

Há ainda a ação da renda sobre a prática do suborno. Justesen e Bjørnskov (2014) afirmam que a pobreza ocasiona um aumento considerável da frequência com que os indivíduos estão dispostos à prática do suborno para obtenção de serviços públicos. Os autores ressaltam ainda que, ao contrário das pessoas com maior renda e que possuem maior propensão ao pagamento de suborno, os mais pobres, quando o fazem, consomem grande parte de sua renda com essa prática.

A experiência de uma população com a corrupção deve ser aferida para que fique claro que ela não é um elo de ligação entre os governantes e os governados (SELIGSON, 2006). Amundsen (1999, p. 20) pondera que “(...) as consequências políticas da corrupção dependem largamente do tipo de corrupção que ocorre, e as consequências diferem muito de acordo com as formas pelas quais os recursos extraídos são utilizados”. Além de afetar a legitimidade das

democracias, é certo que a corrupção diminui a confiança interpessoal, afetando de forma negativa as relações na sociedade civil (SELIGSON, 2006).

Uma sociedade com altos índices de corrupção terá como consequência, diretamente, a baixa participação dos eleitores, o que é confirmado no estudo de Stockemer, LaMontagne e Scruggs (2013). Os autores encontraram que países com altos níveis de corrupção têm entre vinte a trinta pontos percentuais a menos de cidadãos votantes nas eleições, se comparados a países com pouca corrupção. Esse fato, possivelmente, se explica em função dos prejuízos sociais que o fenômeno provoca. Os impactos na estrutura do gasto público por setor foram estudados por Delavallade (2006), tendo a autora encontrado a ocorrência de impactos negativos na saúde, educação e assistência social. Ainda, essa pesquisa identificou um aumento nos gastos em setores como defesa, combustível, energia, custeio de órgãos do poder executivo e legislativo, agências do governo e policiamento, em detrimento dos setores sociais.

Em países democráticos, com a possibilidade de se medir a eficiência dos gastos sociais por meio das taxas de mortalidade, nascimento ou pelo analfabetismo, o praticante de ato corrupto que está à frente da tomada de decisões sobre investimentos priorizará projetos que geram renda, como defesa, energia e cultura, pois esses, supostamente, facilitam o suborno, devido à sua difícil mensuração. Isso faz com que, nesses setores, haja um aumento da prática da grande corrupção (DELAVALLADE, 2006).

Os setores sociais não estão livres da corrupção. No entanto, o que se percebe da prática nessas áreas, na maioria das vezes, é a ação da pequena corrupção. A prática da pequena corrupção em forma de suborno no setor de saúde não caracteriza um meio facilitador para agilizar processos, mas, sim, a composição de um sistema que culmina em um entrave ao setor (HABIBOV, 2016).

Alguns estudos (GUPTA; DAVOODI; TIONGSON, 2000; VIAN, 2008; VIAN *et al.*, 2012) tratam dos impactos da corrupção no setor de saúde, reafirmando sua vulnerabilidade frente ao fenômeno. Nesse setor, fraudes e corrupção acontecem na forma de crimes bem orquestrados e, muitas vezes, indetectáveis. Os esforços na contenção desses crimes são focados na fragilidade detectada, não considerando possibilidades subjetivas de sua magnitude (SPARROW, 2006).

As consequências da corrupção para o setor de saúde, conforme estudo realizado por Gupta, Davoodi e Tiongson (2000), dizem respeito ao aumento nas taxas de mortalidade infantil e o percentual total de crianças nascidas com baixo peso. Esses dados são corroborados por um estudo quantitativo, com dados de 119 países no período de 2005 a

2011, realizado por Lio e Lee (2016), sendo estimados os efeitos da corrupção nos principais indicadores de saúde. Os autores encontraram ainda que, além da mortalidade infantil, a expectativa de vida e a mortalidade em crianças de até cinco anos também são impactadas pelo fenômeno.

A educação pública é outro serviço básico do governo que sofre dificuldades para ser prestado em virtude da corrupção (DRIDI, 2014). As taxas de abandono em escolas primárias de países com altos índices de corrupção são até cinco vezes mais altas, quando comparadas com taxas de países com baixos índices de abandono (GUPTA; DAVOODI; TIONGSON, 2000). Em análise realizada por Pellegrine e Garlagh (2004), a relação da educação com a corrupção é altamente influenciada pela variável renda que, por sua vez, tem a sua distribuição afetada pela corrupção, conforme apontado por Gupta, Davoodi e Alonso-Terme (2002), principalmente, por impactar na formação e distribuição de conhecimento.

Por meio de um estudo que buscou analisar os canais pelos quais a corrupção afeta a educação, Dridi (2014) levantou que o acesso à escolaridade é afetado de forma negativa pelo aumento da corrupção, assim como também são afetados o desempenho e a eficiência interna dos sistemas de educação. Cooray e Schneider (2015), com base nos níveis de escolaridade, desenvolveram um estudo quantitativo com o intuito de verificar os efeitos da corrupção na taxa de emigração, identificando um aumento na emigração de pessoas com alto nível de educação, na medida em que as taxas de corrupção aumentam. Considerando o quadro de prejuízos apresentado nos setores sociais, é clara a degradação provocada pela corrupção que, ao provocar uma distorção nas economias, assim como no ambiente regulatório social, reduz a qualidade de vida das sociedades (NICHOLS, 2012).

Além disso, a corrupção tem estreita relação com a moralidade (FILGUEIRAS, 2006), a qual, por sua vez, envolve juízos que permitem a aceitação ou rejeição por parte do indivíduo. Nesse entendimento, Filgueiras (2006) faz uma distinção da manifestação da corrupção entre dois tipos distintos de juízos morais: o de valor e de necessidade. No juízo de valor, o autor engloba as manifestações de corrupção nas formas política e culturais, enquanto que, como juízos de necessidade, são categorizadas as formas sociais e econômicas de manifestação do fenômeno. Na perspectiva política, devem ser considerados também os elementos culturais, sociais e econômicos. O autor, com base nos juízos morais, apresenta as variações de compreensão do fenômeno conforme as ordens políticas contemporâneas.

Quadro 6 – Corrupção e os tipos de juízos morais

Tipos de juízos morais	Juízos de valor		Juízos de necessidade	
Formas da corrupção	Política	Cultural	Social	Econômica
Conteúdo do juízo moral	Decoro	Costumes	Respeito	Confiança
Consideração do juízo em contextos de corrupção	Prevaricação	Desonestidade	Usurpação	Fraude
Substâncias da corrupção	Mudança ou suspensão dos valores morais fundamentais (de boa vida e de bom governo)	Campos simbólicos que ordenam as práticas designadas como honestas ou corruptas e/ou corruptoras.	Práticas ilegais, que visam a ampliar prestígio e renda, mediante ato violento.	Apropriação indébita de uma coisa de domínio comum, mediante ação ilegal.
Consequências da corrupção	Deslegitimação da ordem política.	Reprodução de práticas que colocam em risco a integridade da comunidade.	Restrição do Estado como mecanismo garantidor da segurança, minando sua autoridade.	Transferência de renda entre grupos sociais e monopolização de atividades econômicas.
Normatização contra a corrupção	Institucionalização de determinados princípios constitucionais que orientem e motivem os agentes políticos, para a manutenção da ordem.	Proibição de determinadas práticas por parte dos agentes morais, visando à integração da comunidade (reprodução, mediante entronização)	Proibição de determinadas práticas por parte dos agentes privados e do Estado, visando à integração da sociedade (reprodução social, mediante regulação externa ao agente)	Proibição de práticas por parte dos agentes econômicos, visando à manutenção do modo de produção (reprodução econômica)

Fonte: Filgueiras (2006, p.19)

Filgueiras (2006) aponta que, em um contexto de corrupção política, a forma pela qual o juízo moral é feito tem como base o decoro, diferentemente do contexto cultural, no qual o juízo moral baseia-se nos costumes. A prática da corrupção, quando feita em um contexto político, é motivada pelo interesse pessoal, havendo então a suspensão de valores fundamentais para o bom governo. O autor afirma ainda que, em um contexto político, a corrupção deslegitima a ordem, e a instituição de princípios orientadores aos agentes políticos pode manter a ordem e combater a corrupção.

Quando considerada a partir de um contexto cultural, a corrupção pode ser entendida como uma quebra de costumes. A desonestidade, nesse contexto, é a definição para a corrupção. O contexto cultural envolve campos simbólicos que ordenam quais são as práticas honestas e quais são as práticas corruptas, ocorrendo um prejuízo é social, uma vez que pode ocorrer a reprodução de práticas que colocam em risco a integridade de uma comunidade.

Nesse contexto, a proibição de determinadas práticas por um agente moral que tenha sido entronizado por uma comunidade pode ser uma forma de ação contrária à corrupção (FILGUEIRAS, 2006).

Quanto aos juízos de necessidade, em um contexto social, Filgueiras (2006) entende que, quando praticada, a corrupção envolve a quebra do respeito, sendo a usurpação a forma como ela se apresenta. A essência da corrupção nesse contexto são as práticas que visam aumentar prestígio e renda a partir de atos violentos. A consequência da corrupção em um contexto social é a restrição do papel do Estado como garantidor de segurança, diminuindo sua autoridade. Para o autor, a normatização que proíba determinadas práticas pelos agentes privados e pelo Estado e que visem à integração da sociedade é uma forma de combater esse tipo de corrupção.

A corrupção econômica está ligada à confiança e se apresenta como fraude. Ela ocorre quando há uma ação ilegal e, através dessa, uma apropriação indevida de algo que é de domínio comum. A transferência de renda entre grupos sociais e o monopólio de atividades econômicas são as consequências percebidas desse tipo de corrupção. A proibição, pelos agentes econômicos, de práticas que buscam a manutenção do modo de produção econômico é uma forma de combate a este tipo de corrupção, que deve ser adotada (FILGUEIRAS, 2006).

Esta seção apresentou as categorias de corrupção levantadas pela literatura sobre o tema, assim como as consequências e causas do fenômeno. Nessa revisão, ressaltam-se as interações da corrupção com a mídia, política, estruturas institucionais, bem como com os modelos de gestão e políticos. Diante desse quadro teórico, assumimos neste trabalho uma postura condizente com a de Filgueiras (2006), que parte das ordens políticas atuais para analisar a corrupção.

2.2 Poder, Corrupção e uma “Nova Imaginação Política”.

A quebra da hegemonia funcionalista dos estudos organizacionais permitiu a utilização de diferentes óticas sobre essa área de estudo, incluindo o desenvolvimento de teorias críticas, que possibilitaram a entrada de pensadores, como o filósofo Michel Foucault (MOTTA; ALCADIPANI, 2004). Neste trabalho, pretendemos desenvolver as formulações sobre o poder disseminadas por Foucault e discutir a noção de uma “nova imaginação política” frente ao fenômeno da corrupção. Analisado por Hengehold (2007), em seu livro *The Body*

Problematic, a “nova imaginação política” é um conceito que emerge, a partir da perspectiva de Kant e Foucault, sobre a relação dos corpos e a ordem social.

A obra de Foucault descreve determinados corpos que representam uma ameaça para a ordem social, como os doentes mentais, os criminosos e os sexualmente desviados. Esses corpos, a partir de um confinamento e treinamento, são o ponto comum de referência para uma série de discursos ou práticas, aumentando a ordem e o conhecimento social. Eles representam qualidades sem forma para a maioria e capacitam aqueles que são sadios para reconhecerem e promoverem a saúde e a sanidade (HENGEHOLD, 2007).

Ao demarcar os limites do sentido para uma determinada comunidade histórica, os corpos atuam de forma a demonstrar que o conhecimento humano é finito e preocupado com aparências. Essa ação dos corpos incide sobre o conceito de *noumenon*, desenvolvido por Immanuel Kant, de que não visualizamos as coisas em si, mas somente as aparências ou os fenômenos. Nessa perspectiva, o corpo e a mente são acessíveis somente como aparência, a partir de conceitos e padrões culturalmente condicionados (HENGEHOLD, 2007).

Se não há, para o indivíduo, o conhecimento real da própria mente e do corpo, tampouco há o conhecimento das capacidades das mentes e corpos de outras pessoas em si mesmas. Ainda que o conhecimento acerca dos corpos, próprio ou do outro, seja útil, a imaginação deve ser utilizada para conectar os conceitos corretos com as observações relevantes para identificação de semelhanças entre gestos, órgãos e formas. Em uma perspectiva Kantiana, a “nova imaginação política”, além de contribuir para o senso de realidade, atua na capacidade de ação sobre ela (HENGEHOLD, 2007).

A ação dessa “nova imaginação política” a qual Foucault faz menção, provém da necessidade de uma ruptura com o que é intrínseco ao indivíduo, uma vez que o pensamento, ao ser elaborado com base em crenças que não possuem de fato a evidência que aparentam ter, deve ser mudado a partir do despertar para uma atitude crítica. Esta atitude é que irá fazer emergir uma “nova imaginação”, que é essencial a toda transformação (FOUCAULT, 2013).

Foucault (2013) afirma que, quando há ocorrência de mudança na forma de elaborar o pensamento, “[...] a transformação torna-se, ao mesmo tempo, muito urgente, muito difícil e absolutamente possível”. A transformação profunda ocorrerá se, de fato, houver uma crítica permanente, que será sempre resultante de processos que possuem conflitos, resistências e afrontamentos.

As transformações poderão ocorrer a partir de uma clarificação desses conflitos, permitindo que eles estejam além dos confrontos de interesses ou das ações de bloqueios institucionais. Com a liberação do pensamento, aparecerão transformações urgentes nas quais

a vontade de fazê-las estará ativa, mesmo com todas as dificuldades que possam acompanhá-la (FOUCAULT, 2013).

Para entendermos melhor as relações de poder e a sua atuação na prática da corrupção, resgataremos os conceitos de Foucault sobre poder. A análise inicial de Foucault (1988, p.89) sobre o poder versa que:

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

Assim, a partir de uma concepção do poder como constituinte do corpo social, Foucault (1999) afirma que as relações que o envolvem somente ocorrem quando há o funcionamento de um discurso verdadeiro. Esse poder é exercido a partir da produção de verdades. O autor aprofunda o seu raciocínio, apontando que há ainda a institucionalização da busca da verdade pelo poder, sendo essa verdade legitimada com uma norma vigente (direito) que, por sua vez, determina o discurso considerado verdadeiro, propulsionando os efeitos do poder.

A partir das abordagens de Foucault que remetem ao aparelho estatal, Ferreirinha e Raitz (2010) confrontam, por meio de uma analogia, o triângulo poder/verdade/direito com o tripé da sociedade Estado (1º setor) /Mercado (2º setor) /Sociedade civil (3º setor). Os autores reconhecem que não há uma conexão de suas vértices, mas, sim, a identificação de que, muitas vezes, discursos de verdades e direitos podem ser desenvolvidos em razão do interesse individual devido à complexidade, interdependência e subjetividade existente no tecido social.

A obra de Foucault aborda a importância da disciplina na relação poder/verdade/direito frente ao indivíduo, permitindo que as relações de poder sejam observadas com maior clareza. Para Foucault (1999), é por meio da disciplina que os indivíduos são tomados pelo poder como objetos e instrumentos de seu exercício, pois ela os molda a partir de um olhar hierárquico, exprimindo as posições do detentor do poder e do indivíduo que está na situação de resistência.

Em quatro momentos distintos na história, houve uma preocupação com a soberania política: na Antiguidade, com o governo atuando na forma de “poder pastoral”; na Europa moderna, com a ação do governo pautada na razão do Estado e esse atuando com função policial; no Século XVIII, com o início do liberalismo e o ato de governar sendo considerado uma arte; e, por fim, o período pós-guerra na Alemanha, nos Estados Unidos e França, com a

utilização de pensamentos neoliberais como formas de reconsiderar a racionalidade do governo (FOUCAULT, 1995).

A ação da disciplina tem como modelo de arquitetura ideal para a ação dos mecanismos de controle da sociedade o panóptico de Bentham⁹, que atua de forma a automatizar e retirar a individualidade do poder. O surgimento de diversas organizações, como escolas, hospitais e prisões, em sua maioria, propostas pelo Estado, induz os indivíduos a uma situação de visibilidade permanente, assegurando o funcionamento do poder de forma automática (FOUCAULT, 1999b).

Com o surgimento da vigilância, o poder passa a ser exercido no corpo de forma contínua, não havendo a existência física da figura de um soberano. Por meio da microdinâmica que envolve o poder, são evidenciados o lucro econômico e a utilidade política dos mecanismos do poder. Não interessa aos seus detentores como e quem são afetados por esses mecanismos, mas, sim, o resultado da ação de quando esses são utilizados (FOUCAULT, 1979).

As relações de poder são representadas pela “governamentalidade” entre os indivíduos através de uma série de táticas, em complexas relações entre os poderes políticos e ideológicos, que são estabelecidas entre os indivíduos. Assim, diversos fatores condicionais integram as mais diversas formas políticas, sejam elas a democracia ou fascismo, por exemplo. Há, sim, uma heterogeneidade nas diferentes instituições do governo, mas elas não derivam-se unicamente do Estado, há uma amplitude nesta questão (FOUCAULT, 2013).

O termo "biopoder" foi cunhado por Foucault para denominar formas de poder exercidas sobre as pessoas na medida em que são compreendidas como seres vivos. O autor avança em suas formulações, desenvolvendo o termo “biopolítica”, entendendo-o como a dinâmica do poder que se volta para a população, e não mais somente para o indivíduo. Assim, Foucault direciona suas análises para uma nova perspectiva sobre as relações de poder entre o Estado e esses indivíduos (GORDON, 1991).

Conforme Motta e Alcadipani (2004), a análise de temas relacionados à biopolítica, em virtude de as discussões de Foucault sobre o tema não estarem disponíveis ao público, depende de trabalhos de outros autores, como de Gordon (1991), que indicam como Foucault desenvolveu os temas de interesse em teoria das organizações.

⁹ Termo designado para ilustrar uma penitenciária ideal, feita em formato de anel, dividida em várias celas cada uma com duas janelas, sendo uma para o interior em frente a uma torre existente no centro da construção e a outra para o exterior. A ideia é que um único vigilante seja responsável por todos os prisioneiros, criando neles um comportamento esperado a partir do receio e da incerteza de saberem se estão sendo vigiados ou não (FOUCAULT, 1999).

A proposta de Foucault para o termo *government* é a de entender o governo como uma atividade que visa a moldar, orientar ou, ainda, afetar a conduta de uma pessoa ou grupo de pessoas. Como atividade, esse governo envolve relações interpessoais privadas dentro das instituições como forma controle e, ainda, relações ligadas ao exercício da soberania política (GORDON, 1991).

Hunt e Wickham (1994) propõem quatro princípios de governança criados partir de influências da obra de Foucault:

Quadro 7 - Quatro princípios de governança de Hunt e Wickham (1994) sobre as influências da obra de Foucault.

Princípio 01	Todas as instâncias de governança possuem elementos de incompletude.	• A incompletude determina o caráter perpetuo da governança.
Princípio 02	Governança envolve poder, política e resistência.	• O poder é o processo de manter o funcionamento do sistema além de resumir os processos de operação de várias técnicas de governança. • A política funciona como a contestação das técnicas de governança, que estão em constante desafio, ou prontas para serem desafiadas. • A resistência é um componente técnico da governança, uma vez que ela é sempre sujeita à política. A resistência e poder são juntos o truismo de que “as coisas nunca funcionam”, ela faz com que o poder não funcione perfeitamente.
Princípio 03	Governança sempre envolve conhecimento.	• Dois papéis para o conhecimento: selecionar objetivos para governança e ser usado nas instâncias reais de governança. • Há uma relação entre instituições definidas e os conhecimentos disponíveis. Ciências humanas informando técnicas de governança. Importância do conhecimento de estatística para técnicas modernas de governança.
Princípio 04	A governança é sempre social e trabalha sempre para unir as sociedades	• A sociedade para Foucault é um fenômeno ocidental moderno. Este princípio não se baseia na obra de Foucault em que existem alguns objetos de governança, mas sim por uma adaptação do pensamento de Durkheim de que o objeto da governança e as técnicas dessa governança são disponibilizados pela sociedade, que eles estarão sempre disponíveis.

Fonte: Adaptado de Hunt e Wickham (1994).

Esses princípios de governança foram destacados por Himeshazi (2012) como passíveis de serem aplicados às definições de corrupção a partir das instituições do Estado. Nessas instituições, quando há a resistência da ligação social pelos indivíduos que a integram e que não estão em conformidade com a conduta apropriada ao desempenho do cargo, podem ocorrer práticas corruptas que perpetuam uma nova tentativa de ciclo da governança.

A racionalidade biopolítica recai sobre a vida, com o Estado governando tanto sobre indivíduos, bem como sobre a população, desenvolvendo uma série de intervenções políticas (FONSECA, 2012). Essa racionalidade pode gerar uma reação com os termos da prática

governamental se transformando em focos de resistência, havendo o que Foucault denominou de “contra condutas” (GORDON, 1991), ou seja, as pessoas se recusando a serem governadas a partir do exercício de uma atitude crítica.

Contemporaneamente, as sociedades travam lutas, sejam elas contra a dominação direta ou a exploração capitalista, tornando considerável o crescimento das lutas sociais contra as próprias formas de sujeição, seja no momento totalizante, com os estados agrupando os sujeitos para governá-los, ou no momento individualizador, quando os indivíduos são separados como objetos, como no poder pastoral (CURTIS, 2002).

Diante das características discutidas por Foucault sobre poder, podemos sugerir que esse é um provedor de ações corruptas, uma vez que essas ações se constroem a partir de características inerentes ao poder, como a formação e acúmulo de conhecimento, criação de objetos e ações em cadeia (ações corruptas), bem como a mutualidade entre as práticas de gestão e o uso de regulações predominantes na organização para criar vantagens para ela, mesmo que sejam criadas a partir de situações negativas de um ponto de vista moral (SILVA *et al.*, 2005).

Considerando o entendimento do poder pela visão foucaultiana, e concordando que a corrupção pode surgir a partir desse poder, abordamos a discussão da atitude de contra conduta pelos focos de resistência para o desenvolvimento de uma “nova imaginação política”. Isso porque, conforme Motta e Alcadipani (2004), é a partir de uma atitude crítica que poderá haver resistência aos mecanismos de condução a esse tipo de conduta.

A possível incapacidade de imaginar um futuro que corrija algum dos danos de conflitos passados, como a escravidão, o colonialismo e os genocídios cometidos pelos cidadãos de democracias mais antigas, demonstra a obscuridade e dificuldade para o desenvolvimento de uma atitude crítica. Fatos como o sentimento de ausência de poder na democracia por parte dos cidadãos e a complexidade crescente do governo fazem com que os cidadãos desempenhem o papel de clientes, e o governo, o papel de especialista. Para os pontos de poder, a manipulação dessa complexidade é fácil, uma vez que esse poder tem a seu dispor os meios de comunicação e conhecimentos legais; já, para o cidadão comum ou para os pontos de resistência, não é fácil a utilização dessa complexidade para seus fins (HENGEHOLD, 2007).

Para Foucault (2013), as atitudes críticas se fundamentam não em admitir que as coisas não estão bem como estão, mas, sim, em buscar comprovações dos modos de pensamento adquiridos e não reproduzidos presentes nas práticas aceitas pelos indivíduos. O pensamento existe além dos sistemas de discursos, por vezes, ele pode não ser evidente e não

estar claro, mas sua existência transcende aos sistemas de discursos. A atitude crítica deve afugentar o pensamento das entrelinhas dos discursos e das práticas sociais, aflorando-o para que então ocorra a mudança considerada necessária.

Não deve haver nos indivíduos um conforto em relação às suas próprias evidências, nem mesmo a crença de que o surgimento de um novo fato será capaz de desfazê-las. O sentimento de que o evidente é, ao mesmo tempo, familiar e mal conhecido deve ser presente, ao passo que a certeza somente é segura quando amparada por um terreno desconhecido (FOUCAULT, 2013). Quando o senso comum é aceito como produto de um processo definido, entretanto, fruto de um processo de formação histórica duvidoso, o conhecer histórico pode abrir espaço para uma “nova imaginação política” (BARATT, 2011).

As raízes são observadas em todas as situações, portanto, não são axiomas arbitrários que trarão a transformação do que está enraizado (FOUCAULT, 2013). A atitude crítica para Foucault não é uma forma de verdade definitiva, ela deve vigiar os poderes em excesso da racionalidade política, sempre considerando as consequências e efeitos políticos sobre os quais são importantes falar (BARATT, 2011).

O papel da atitude crítica em Foucault assemelha-se ao conceito inicial da filosofia socrática, *parrhesia*, que consistia em uma forma de discurso franco executado pelo filósofo com a intenção de alertar outras pessoas sobre os riscos que envolvem sua existência, assim como as ameaças à sua liberdade, envolvendo um trabalho infinito de reflexão com revisão constante do ideal à luz de novas circunstâncias e condições (BARATT, 2011).

Sobre a dinâmica contemporânea dos papéis aos quais os indivíduos e os governos estão ambientados, Foucault (2013) pontua:

É preciso recusar a divisão de tarefas que, muito frequentemente, propõe-nos: aos indivíduos, indignar-se e falar; aos governos, refletir e agir. É verdade: os bons governos gostam da santa indignação dos governados, por mais que permaneça lírica. Creio que é preciso dar-se conta de que, muito frequentemente, são os governos que falam, só pedem e só querem falar.

Foucault (2013) escreveu essas ideias em 1984, em um contexto no qual o autor é crítico quanto ao tratamento dos governos às vítimas de conflitos diversos ao redor do mundo. Nesse texto Foucault exalta as iniciativas humanitárias que criaram um novo direito, que é o dos indivíduos intervirem na ordem das políticas e das estratégias internacionais. Ele entende que a realidade deve ser penetrada aos poucos, por meio da vontade dos indivíduos, de modo a transformar o monopólio ocupado pelo governo.

Ao analisar sua própria obra e a relação entre o que apresenta na teoria e prática, sobre as questões apresentadas em *Nascimento da Clínica* e *Vigiar e Punir*, Foucault (2013) expõe

que a intenção de sua crítica não é exclusivamente acusatória, mas, sim, de apresentar questões para que subsidiem novos modos de críticas e questionamentos. A busca pelo entendimento do que são as relações de poder para o autor também se encontra como uma forma crítica de instigar o pensamento.

Em 1979, Foucault, em uma conversa intitulada *O problema dos refugiados é um presságio da grande migração do século XXI*, com H. Uno analisando o caso de países como o Vietnã e o Camboja, já previa questões atuais, como o problema da migração. O autor entende que o que se passava no Vietnã naquele momento seria um presságio do futuro, e não somente uma sequela do passado. Com um Estado que é monopolizador do poder e reforça o aumento de regimes ditatoriais, o declínio da necessidade de mão de obra antes utilizada e a forte miscigenação nas antigas colônias, o problema da migração se mostrou inevitável. Foucault, assim, aponta que esse Estado utiliza do poder criando problemas que dificilmente consegue resolver (FOUCAULT, 2013).

O despertar da atitude crítica foi abordada no estudo de Jiang, Lo e Li (2012). Os autores realizaram uma pesquisa da percepção junto aos jovens frente à função política das ações anticorrupção na China, que são utilizadas também para atender a interesses de grupos poderosos, na forma de censura social¹⁰. O estudo concluiu que os pesquisados percebem que um grupo dominante utiliza ações intituladas como anticorruptivas como ferramenta política, acessando mecanismos legais e a mídia com a finalidade de perpetuar seus interesses.

Além de estar ligada à opressão, a corrupção também é ligada a conflitos violentos e insegurança humana, em virtude das diversas práticas criminosas que estão vinculadas ao ato, tais como o narcotráfico, guerras e conflitos sangrentos. Contrapondo-se a esse caráter da corrupção, a resistência civil apresenta um potencial para ativar um ciclo anticorrupção. A resistência civil expressa o poder que os indivíduos possuem, através de táticas não-violentas (BEYERLE, 2011).

A concepção de “poder das pessoas” trata da pressão política, social e econômica que é exercida por um significativo número de pessoas organizadas em torno de queixas e objetivos compartilhados. Dentre as diversas iniciativas civis anticorrupção destacam-se: (i) o monitoramento de servidores, deputados, instituições, orçamentos, gastos e serviços públicos; (ii) auditorias e fóruns sociais; (iii) tecnologias de redes sociais (*Facebook*, mensagens SMS,

¹⁰ O conceito de censura social foi desenvolvido por Sumner (1990), quando o autor propõe que há uma categorização negativa de atos considerados como desviantes na sociedade, amparada por uma ideologia moral, detentora de discursos políticos e morais contextualizados, que refletem valores de grupos sociais detentores do poder. Esta censura, possui uma neutralidade aparente e por meio do poder do discurso convence a respeito de sua relevância.

organizações e petições); (iv) greves e boicotes; e (v) bloqueios e acompanhamentos não violentos (BEYERLE, 2011).

A resistência se apresenta a partir do despertar da atitude crítica reivindicada e discutida por Foucault. Em um contexto gerencial, as formas de resistência apresentadas por Beyerle (2011) podem ser também aplicadas a partir do desenvolvimento de um pensamento crítico que apareça conforme o que Foucault (2013) anuncia como a vontade dos indivíduos em transformar um monopólio conduzido pelo Estado e que impacta sobre todos os indivíduos.

A atitude crítica é esperada por Foucault, que vê de forma natural as vontades dos indivíduos serem negociadas e normalizadas pelas instituições. No entanto, sua esperança é mantida diante da possibilidade de que, mesmo possuidores de uma natureza radicalmente apática, os indivíduos possam questionar e reconhecer determinados limites (RUSS, 2006).

Então, a “nova imaginação política” contribui, conforme discutimos nesta seção, como uma forma de transformação da atuação do poder nas estruturas sociais, uma vez que é a partir do desenvolvimento dessa atitude pelos indivíduos em situação de resistência nas relações de poder que poderá haver uma quebra da hegemonia do discurso dominante. Essa transformação do discurso, no entanto, somente ocorrerá caso os integrantes de uma determinada sociedade assumam que é necessário um trabalho constante de reflexão sobre suas atitudes e o seu papel no contexto social em que esses estão inseridos

2.3 A corrupção na história brasileira

Assim como mencionamos na seção “Causas e elementos desencadeadores da corrupção neste trabalho”, alguns estudos acadêmicos sobre a corrupção (HUSTED, 1999; FISMAN; MIGUEL, 2007; CONNELLY; ONES, 2008; BARR; SERRA, 2010) associam a cultura com a corrupção. Em nossa pesquisa admitimos, conforme discutimos até aqui, uma postura na qual a ação corrupta dos indivíduos não se justifica pela cultura, entretanto, entendemos que é necessária uma contextualização histórica da corrupção no país, como uma forma de auxílio à compreensão da construção do discurso que associa a corrupção com a cultura.

Na caracterização da sociedade brasileira como um “triângulo racial” entre as raças¹¹ negra, branca e índia, a miscigenação, que é um traço português, é apresentada como algo que compõe a cultura brasileira. No entanto, é importante ressaltar que os portugueses, colonizadores do país, impuseram ao Brasil, entre outros elementos, o seu modo de produção e sua estrutura social (BORGES DE FREITAS, 1997).

O impulso para o expansionismo de Portugal foi pautado em interesses comerciais, militares e evangelizadores, com esses sempre equilibrando entre si. Os motivos comerciais levaram o país a avançar na colonização da costa africana, assim como na busca por rotas alternativas para o oriente (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Os elementos, supremacia do príncipe, comércio, quadro administrativo e guerra, que sempre foram marcas características de Portugal, fundamentaram o processo de construção do mundo social e político daquele país (FAORO, 2001).

Com o processo de exploração colonial cada vez mais em foco, Portugal e Espanha, com o intuito de evitar novas guerras pela Europa, assinaram o Tratado de Tordesilhas. Com isso, esses países dividiram os territórios “americanos” que, já em 1493, eram conhecidos, mas com tímida iniciativa de exploração, talvez porque, até aquele momento, pelo menos, para Portugal, os lucros obtidos no Oriente fossem suficientes. No entanto, em 1500, foi realizada nova expedição em direção ao Brasil, para, então, iniciar o processo de colonização nesse país (STARLING; SCHWARCZ, 2015).

A formação nacional de Portugal, que teve forte influência do povo judeu, contou com o traço aventureiro, também incorporado na cultura brasileira. Os judeus eram detentores de elevada capacidade intelectual e almejavam a ascensão social, alternativamente aos critérios de sangue impostos pela nobreza, então, desenvolveram o bacharelismo para representar sua promoção social. Assim, já era evidente o posicionamento de desprezo pelo trabalho manual dos judeus, fato que influenciou na caracterização da economia portuguesa como mercantilista e burguesa, e não mais agrária (BORGES DE FREITAS, 1997).

As figuras do aventureiro e do trabalhador são dois tipos que fundamentam as atividades humanas. No processo de colonização do Brasil, pode-se afirmar que os primeiros associam-se aos coletores ou caçadores, enquanto os segundos, aos povos lavradores. São perfis distintos, devendo-se destacar que a vida nacional se caracterizou com a figura do trabalhador em segundo plano e o perfil aventureiro, unindo-se a diversos outros fatores,

¹¹ Nosso entendimento é que raça é uma construção social, no entanto, mantemos a nomenclatura utilizada pelo autor ao qual fazemos referência.

como o choque de raças, costumes e padrões, orquestrando-se na dinâmica da formação social brasileira (HOLANDA, 2009).

A conveniência para o cultivo e produção nas terras colonizadas e a demanda do mercado europeu originaram no Brasil a instauração de um modelo que convergiu com a exploração latifundiária e a monocultura posteriormente adotada. As grandes propriedades rurais tonaram-se as unidades de produção no país, assim, restava resolver a questão da força de trabalho que, até então, não existia de forma plena devido à tentativa frustrada de introduzir a mão de obra dos índios. Diante dessa tentativa mal sucedida, a mão de obra proveniente da África, com a vinda dos escravos ao país, resolveu a questão da força de trabalho e reforçou a hegemonia portuguesa sobre os demais povos que habitavam o Brasil (HOLANDA, 2009).

A dinâmica desses três povos, segundo Prado Júnior (2000), consistiu na incorporação dos povos índios e negros pelos portugueses à sua sociedade, pelas vias da força e violência, o que culminou em uma sociedade formada sob a ausência do nexos moral. Nessa sociedade, que seria a gênese da sociedade brasileira, os indivíduos apenas coexistiam, ficando clara a relação de subordinação entre o escravo e seu senhor.

Com o exercício da violência instaurado pelo sistema escravocrata, emergiram hábitos e costumes que marcaram a sociedade brasileira. A delimitação de fronteiras entre área social e de serviços nos prédios na sociedade contemporânea, com os empregados que guardam a marca do passado africano em sua cor utilizando espaços de forma segregada, remete de forma simbólica à divisão da arquitetura da casa-grande e senzala do período colonial. De forma similar ao período da escravidão, quando os indivíduos negros que traficavam soltos eram presos pela suspeita de serem escravos, no período atual, os negros passam por situações de discriminação com base em alegações diversas que resgatam esse passado e origem (STARLING; SCHWARCZ, 2015).

A hierarquia das relações também surge como traço cultural brasileiro. Com a família patriarcal sendo o núcleo do sistema agrário no país, a sociedade brasileira construiu a sua noção de individualismo a partir de influências relacionais, assim, a unidade não está centrada no cidadão, mas nas relações sociais que esse indivíduo possui. A partir disso, institucionalizaram-se nas leis nacionais gradações e intermédios que privilegiam indivíduos de acordo com suas relações, e não em obediências às leis (BORGES DE FREITAS, 1997).

As famílias coloniais, mesmo sendo minoria, instauraram na sociedade os conceitos de poder, respeito e obediência. Assim, a hierarquização da sociedade foi normalizada, sendo compreendida como forma necessária de harmonia e coesão. Esse traço tem influência sobre

comportamentos machistas, preconceitos raciais e em grande parte das formas de abuso de poder (BORGES DE FREITAS, 1997).

No cenário do Brasil colonial, a corrupção se desdobrou de forma natural, pois não havia um sistema jurídico ordenado, nem mesmo a dicotomia entre o público e o privado. O que se notava era a formação da figura do soberano como o equilíbrio de poderes dos grupos sociais que conviviam (FIGUEIREDO, 2012). Esse é o denominado caráter patrimonialista, que remete à formação histórica de Portugal e está conectado de forma consequente com a formação histórica do Brasil (FAORO, 2001).

Com o surgimento de um quadro administrativo é que a dominação, antes caracterizada como patriarcal, tende a se tornar patrimonialista (PORTELA JÚNIOR, 2012). Em um sistema que não possui privilégios, direitos e obrigações fixados, a administração é tratada como um assunto pessoal do soberano (FAORO, 2001). Por sua vez, o patrimonialismo qualifica uma forma de dominação na qual seus controladores ou dominadores fazem com que os dominados ajam de modo a acreditar como se fossem portadores de uma vontade que não é própria deles (CAMPANTE, 2003).

O patrimonialismo é distinto das formas de dominação tradicionais, pois o poder do dominador consiste na vontade de obedecer das pessoas que estão em situação de dominação. O patrimonialismo “estamental” surge a partir da apropriação monopolizadora dos poderes oficiais por seus detentores, que, de uma forma estamental, definem um quadro administrativo regulado pelo pertencimento a um determinado nível político e social (PORTELA JÚNIOR, 2012).

A descentralização e a ineficiência governamental são dois traços do patrimonialismo que desenvolvem um corpo social (o estamento) que, conforme Faoro (2001), se traduz no patronato político brasileiro. O estamento é característico e contraditório ao mesmo tempo, uma vez que trabalha sempre contra o poder pessoal arbitrário do governante (CAMPANTE, 2003). Se a administração pública foi influenciada pelos traços relacionais e hierárquicos, esses, por sua vez, influenciaram para o surgimento de um traço marcante na cultura brasileira, denominado como malandragem, para se referir à maestria na condução do “jeitinho”, que são as relações de intimidade como uma saída para o impasse entre pessoal e impessoal (BORGES DE FREITAS, 1997).

Rodrigues *et al.* (2011) analisaram o “jeitinho”, concluindo que esse traço cultural tem um impacto negativo sobre as pessoas e a ordem social, pois ocorre a quebra de regras formais e eventuais prejuízos a outros indivíduos. No entanto, os autores levantaram que ele pode ser entendido como uma estratégia inovadora para resolver problemas, por meio do uso

da influência social combinada com outros artifícios para atingir objetivos pretendidos. Os participantes desse estudo demonstraram que as práticas bem sucedidas do “jeitinho” são mais lembradas que as mal sucedidas, fato que possivelmente explique a prevalência do fenômeno no Brasil.

Paralelamente ao processo de dispersão popular e expansão do povoamento para o interior do país no Brasil Colônia, o que foi motivado por fatores diversos, como a busca por metais preciosos, expedições para aprisionar índios no centro do país, as missões catequizadoras no extremo norte e o avanço de rebanhos no nordeste (PRADO JÚNIOR, 2000), uma série de mudanças aconteceram no Brasil e em Portugal, por diversas razões, dentre elas, a crise política na coroa portuguesa que ocasionou a instalação da corte no Brasil, inaugurando a fase imperial no país (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A independência do país ocorrida em 1822 seguiu-se de uma política geográfica frustrada, na qual não foi observada a independência das províncias, pelo contrário, a descentralização proposta nos momentos iniciais de independência do país não aconteceu. A verdade é que as câmaras estavam dominadas pelas províncias e os prefeitos e subprefeitos se sobrepujavam nas decisões de nomeação de fiscais e de propostas à câmara de medidas necessárias ao bem dos municípios (FAORO, 2001).

A partir de 1836, a história política do Brasil resumiu-se na luta de dois partidos, o liberal que defendia a soberania popular, monarquia descentralizada, o Senado eletivo e o fim do Poder Moderador e o conservador, que por outro lado defendia a centralização, a soberania do poder do imperador, a não realização de reformas e o Poder Moderador sem a responsabilidade ministerial (FAORO, 2001).

O traço personalista, conforme Holanda (2009), sempre teve bastante força no período Imperial, pois os membros do senado, que eram escolhidos pelo Imperador, eram criticados com muito mais leveza pelo povo e a imprensa do que os deputados que eram eleitos por essa mesma população. No entanto, desde o Primeiro Reinado brasileiro, a noção de corrupção não foi muito explorada, até o momento em que, no Segundo Reinado, pós-período de prosperidade econômica (entre 1850 a 1870), o Partido Republicano foi fundado e o exército começou a emergir como instituição que se negava a ser meramente caçadora de escravos em fuga (SCHWARCZ, 2012).

Nesse cenário, o Império começou a demonstrar suas fragilidades. No entanto, foi a partir de 1880 que começou a caracterização do regime como passível de corrupção, com os primeiros casos de escândalos do tipo sendo noticiados pela imprensa. Com os escândalos de

corrupção, a monarquia se mostrou vulnerável, exaltando, principalmente, a sua complicada relação entre as esferas públicas e privadas (SCHWARCZ, 2012).

Sobre a dissolução do Império, Faoro (2001) pontua:

O poder pessoal, o imperialismo se exaurem, não pelo excesso de poder, mas pela indefinição entre imaginações exaltadas, consciências imantadas por outros ideais, feridas pela missão de um destino em que a fantasia pode mais que a morna realidade.

As acusações de corrupção que surgiam se faziam referentes ao sistema, o que também aconteceu no período da Primeira República. A crítica era feita massivamente à não promoção do bem público, residindo o problema na oligarquia e opressão do sistema. Entretanto, a partir de 1945, houve uma alteração na semântica do termo e ele passou a ser associado à ação individual e à falta de moralidade das pessoas (CARVALHO, 2012).

No pensamento político contemporâneo, essas relações pessoais nos assuntos estatais revelam um atraso social que remetem a uma crítica aos traços patriarcais, patrimoniais e testamentais, os quais são detectados na administração pública quando se verificam comportamentos ligados à corrupção, clientelismo, favoritismo, dentre outras práticas que não separam as esferas pública e privada (SILVEIRA, 2006).

Esta seção teve como objetivo demonstrar as raízes históricas da formação do Brasil. Entendemos que as relações em nossa sociedade atual não são frutos de influência dos traços culturais discutidos nesta seção, no entanto admitimos que há um senso comum, fora da área acadêmica, que é muito enfático em afirmar o discurso de que a corrupção tem uma ligação direta com a cultura e a história de nosso país. Nesse sentido, esta seção foi construída como uma forma de auxiliar a compreensão de tais discursos que fazem tal associação, principalmente, no contexto do serviço público, que é nosso objeto de estudo.

2.4 Estudos empíricos que tratam de corrupção no setor público do Brasil

A corrupção no setor público brasileiro é objeto de interesse de diversos campos de conhecimento. Nesta seção, apresentamos uma síntese dos estudos empíricos (Quadro 07) publicados nas áreas de ciências contábeis, economia, ciência política. O processo de democratização do Brasil proporcionou inovações para a consecução de políticas públicas, como aprimoramentos institucionais a respeito de regras e mecanismos de controle de gestão. No entanto, a corrupção permanece imputando à esfera pública um caráter negativo a respeito de sua eficiência (FILGUEIRAS; ARANHA, 2011).

A adequada prestação de serviços públicos constitui-se na aplicação dos cinco princípios constitucionais expressos no artigo 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988. A legalidade versa que o serviço público deve ser prestado estritamente na forma da lei, respeitando a hierarquia legislativa com a Constituição em primeiro lugar, as leis em segundo e os atos normativos em terceiro. Já o princípio da moralidade está ligado às ações morais estabelecidas em uma sociedade, e pode ser compreendido no sentido de agir com probidade, boa-fé, lealdade, razoabilidade, responsabilidade e valores de proporcionalidade administrativa (FRANÇA, 2015).

O princípio constitucional da publicidade, conforme Platt Neto et al (2007), define que o conhecimento dos atos praticados na administração pública é direito concedido ao povo, sendo que isto colabora para o exercício do controle social e consequentemente do poder democrático. Sobre o princípio da impessoalidade, França (2015) afirma que ele se conecta diretamente com a ideia da prestação universal de serviço público, e, por meio dele, subentende-se que nenhum indivíduo deve ser discriminado visto que todos são iguais perante o Estado.

A eficiência surgiu como um dos princípios regentes da Administração Pública brasileira, a partir da Emenda Complementar nº 19/1998 que o acrescentou, estabelecendo que a Administração deve realizar suas atividades de modo a ser ágil e precisa. A eficiência como princípio tem o papel de evitar a má-gestão (SOARES; GOMES, 2017),

Os crimes contrários aos princípios orientadores da administração pública constantes no artigo 37 da Constituição Federal brasileira foram enumerados por Paula (2016), conforme o Código Penal de Processo brasileiro: (i) advocacia administrativa; (ii) concussão; (iii) condescendência criminosa; (iv) corrupção ativa; (v) corrupção ativa em transação comercial internacional; (vi) corrupção eleitoral; (vii) corrupção passiva; (viii) crimes em licitação; (ix) crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores; (x) emprego irregular de verbas ou rendas públicas; (xi) facilitação de contrabando ou descaminho; (xii) improbidade administrativa; (xiii) inserção de dados falsos em sistemas de informação; (xiv) modificação ou alteração não autorizada do sistema de informação; (xv) peculato; (xvi) prevaricação; (xvii) tráfico de influência; (xviii) violação do sigilo funcional e formação de quadrilha.

Esses crimes podem ser investigados pelos órgãos de controle, tal como o Tribunal de Contas da União (TCU), que exerce a fiscalização da União e de entidades da administração pública direta e indireta em relação a questões legais. Esses órgãos fiscalizam as contas de pessoas físicas ou jurídicas e públicas ou privadas que tenham relação com o gerenciamento de bens ou valores de propriedade da União (PAULA, 2016).

Mesmo com a legislação e os mecanismos de fiscalização, a discricionariedade associada à baixa presença de regras universais criam condições para que a corrupção se desenvolva e se mantenha como prática comum na administração pública. Embora tenha acontecido a tentativa de implementação de um sistema de inovações gerenciais no Brasil, essa não foi internalizada pelos servidores públicos que atuam na linha de frente da administração pública, sendo esse um dos motivos que explicam a continuidade da prática do ato corrupto (FILGUEIRAS; ARANHA, 2011).

O caso das emendas parlamentares, que preveem recursos voluntários extras para os governos locais, é um bom exemplo de como os gestores que recebem recursos podem não se perceberem na obrigação de manter o acompanhamento, devido nem mesmo se sentirem ameaçados e acabarem praticando os atos corruptos de forma reincidente (SODRÉ; ALVES, 2010).

Em virtude da deficiência do poder público em acompanhar todos os casos de prática de corrupção, surgem os movimentos que buscam agir por meio da fiscalização e acompanhamento popular, reduzindo e interferindo em processos contra a corrupção (ABREU, 2011). A atuação desses movimentos faz sentido, pois muitos representantes políticos sofrem punição por meio do voto, quando têm seu nome associado aos escândalos de corrupção, confirmando a relevância da atuação da sociedade (CASTRO; NUNES, 2014). Questões como a reeleição e as vantagens na margem de vitória em um cenário de eleição são indicadores de como o comportamento corrupto dos gestores pode ou não ser aceito pela sociedade, na esfera política (BATISTA, 2013).

A incidência regional da corrupção é pouco explorada nos estudos sobre o tema, os quais, em sua grande maioria, abordam a análise de indicadores de corrupção com base em dados nacionais (CARRARO, *et. al*, 2015). Além disso, percebe-se ainda nos estudos empíricos realizados no Brasil sobre o tema, conforme apresentado no Quadro 8, que há uma tendência para o foco na análise do comportamento dos gestores públicos atuantes na política, abordando em alguns trabalhos as interações de movimentos sociais (ABREU, 2011), o comportamento dos eleitores (ARAUJO; COSTA; FITIPALDI, 2016) e as características específicas da política como forma de explicar o fenômeno (BATISTA, 2013).

Quadro 8 - Resumo dos estudos empíricos que tratam de corrupção no setor público brasileiro

Autores	Objetivo da pesquisa	Sujeitos e abordagem	Resultados
Carraro <i>et al.</i> (2015)	Apresentar uma proposta para estimar a corrupção regional, a partir das contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União.	Estados brasileiros. Quantitativa	Os estados mais corruptos no intervalo de 1998-2008 são Bahia, São Paulo e Maranhão. Os menos corruptos são Acre, Rondônia e Santa Catarina.
Abreu (2011)	Analisar, através de um estudo de caso, os movimentos sociais na região sul do Estado do Rio de Janeiro, que atuam sobre a temática da corrupção.	Movimento pela Ética na Política (MEP) na região Sul Fluminense. Quantitativa	Constatou-se que uma iniciativa que pode reduzir o quadro crônico de corrupção é a organização da sociedade para a fiscalização e acompanhamento público.
Filgueiras; Melo; Aranha (2011)	Avaliar se as inovações gerenciais da administração pública, proporcionaram mudanças na percepção da corrupção.	Cidadãos e servidores públicos. Quantitativa/qualitativa	As reformas gerenciais não chegaram até a ponta do serviço público. O campo burocrático no Brasil organiza-se em torno de baixa presença de regras universais criando condições para que a corrupção se mantenha como prática comum na administração pública.
Paula (2016)	Identificar e analisar a correlação entre os <i>institutional voids</i> e a corrupção no setor público brasileiro, a partir de sua relação contratual com o setor privado da construção civil.	Instituições do setor da construção civil que se relacionam com o setor público. Qualitativa	Identificou-se oportunidades de crimes de corrupção no setor público, no que tange aos contratos firmados com o setor privado da construção civil.
Araujo; Costa; Fittipaldi (2016)	Estimar em que medida os escândalos de corrupção impactam na probabilidade de responsabilização dos agentes públicos denunciados nos respectivos escândalos	Agentes públicos denunciados em escândalos de corrupção. Quantitativa.	Um maior número de matérias sobre os respectivos escândalos impactam positivamente na probabilidade do denunciado ser demitido
Castro; Nunes (2014)	Discutir se o processo de <i>accountability</i> vertical nos interstícios eleitorais torna os cidadãos capazes de punir ou recompensar seus representantes na eleição seguinte.	Políticos denunciados em escândalos de corrupção. Quantitativa	Os eleitores foram capazes de punir os legisladores envolvidos em escândalos de corrupção, especialmente enquanto se lembram da associação. A variável tempo ganha relevância quando se pretende explicar em quais contextos ou condições, políticos são punidos.
Bugarin; Meneguín (2016)	Avaliar os incentivos gerados pelas instituições no comportamento do gestor público. Determinando quais incentivos de gestão ocorrem: ativa e inovadora, gestão passiva e burocrática, ou voltada à corrupção.	Servidor Público. Quantitativa	Os gestores que são servidores públicos estáveis têm incentivos a serem acomodados; não se corrompem, mas fazem pouco em relação a inovação. Os gestores públicos que não são de carreira, são mais dispostos a ousar, o que ocasiona a melhoria do serviço público assim como uma tendência à prática da corrupção.
Batista (2013)	Analisar o poder explicativo de quatro características específicas	Municípios brasileiros. Quantitativa	Identificou-se que o mecanismo da reeleição e a margem de vitória contribuem para a explicação da

	da política: a competitividade das eleições, que se refere à margem de vitória do candidato; a força da oposição, que se relaciona com a capacidade de controle horizontal no governo; a reeleição e a estrutura das coalizões, na existência da corrupção.		existência da corrupção no contexto pesquisado.
Portulhak; Barilli (2016)	Verificar quais motivos levaram contabilistas à expulsão do serviço público federal brasileiro	Contabilistas atuantes no setor público brasileiro. Qualitativa	Os resultados revelaram as principais motivações para a expulsão de contabilistas do serviço público federal brasileiro, envolvem: práticas de valimento, improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos.
Sodré; Alves (2010)	Estudar as relações existentes entre emendas parlamentares e os episódios de corrupção municipal no Brasil.	Municípios brasileiros. Quantitativa	Em média, municípios que recebem emendas parlamentares apresentam uma incidência 25% maior de episódios de corrupção, os eventos de corrupção municipal se correlacionam mais com o fato de o município receber ou não emendas parlamentares (quantidade de emendas) e menos com o volume de recursos repassados.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na revisão da literatura

No campo da contabilidade, os estudos empíricos que utilizam dados do Tribunal de Contas da União - TCU (CARRARO, *et. al*, 2015) e da Controladoria-Geral da União - CGU (SODRÉ; ALVES, 2010; BATISTA, 2013) demonstram dados relevantes acerca da prática da corrupção no setor público, tanto a nível regional, bem como em âmbito municipal.

Carraro *et al.* (2015) identificaram que, no Brasil, os estados com maiores índices de corrupção são Bahia, São Paulo e Maranhão, enquanto Acre, Rondônia e Santa Catarina apresentam menores índices. O estudo elaborado por Carraro et al. (2015), além de demonstrar os estados com maiores e menores índices de corrupção, contribuem para compreender como a corrupção se apresenta de forma regionalizada, pois em um país com a extensão do Brasil, a compreensão do fenômeno de forma regionalizada pode trazer maiores contribuições quanto ao tema.

Sodré e Alves (2010) também identificaram que os municípios brasileiros que receberam emendas parlamentares apresentaram um quarto a mais de irregularidades, quando comparados aos que não receberam recursos desse tipo. A inexistência de *accountability* foi apontada pelos autores como uma forma de enfraquecimento do crédito social em referência à atuação do governo e um dos impactos em sua governabilidade. O estudo de Sodré e Alves

(2010) traz implicações teóricas da corrupção no Brasil, especificamente, a ideia de que a corrupção praticada nos municípios está relacionada à ausência de *accountability* com a corrupção.

Os resultados da pesquisa de Batista (2013), que analisou a política como forma de explicar a corrupção e levantou que prefeitos no exercício do segundo mandato aumentam os níveis de corrupção, também reforçam a importância da existência e prática da *accountability*. A autora levantou ainda que os candidatos que possuem uma margem elevada de recebimento de votos para prefeito tendem a praticar mais atos de corrupção. Esses estudos, como o de Sodré e Alves (2010) e Batista (2013), demonstram também o interesse das pesquisas nacionais em construir análises acadêmicas sobre os comportamentos regionalizados nos níveis de gestão municipal. .

Sobre o exercício da *accountability*, Castro e Nunes (2014) destacaram que ele depende de uma série de fatores que estão além do comportamento dos políticos e, mesmo em um cenário com desigualdades sociais e dificuldades de acesso à informação, para os autores, os eleitores são capazes de punir os políticos corruptos por meio do voto. Entretanto, para Filgueiras (2009), o exercício da *accountability* depende da forma como a sociedade entende a corrupção. Esse autor enxerga certa dubiedade na postura da sociedade brasileira em relação à corrupção, pois, conforme seu estudo, os pesquisados condenam as práticas de gestores públicos, porém as toleram em função de juízos de necessidade.

O estudo de Castro e Nunes (2014) observou como os eleitores reagem através do voto em relação à punição de praticantes da corrupção. A punição por meio do voto, conforme os autores, pode acontecer, principalmente quando a variável tempo é levada em consideração, uma vez que, quanto mais se lembram da associação de um político com atos corruptos, mais punição através do voto há, por parte dos eleitores.

As inovações gerenciais da administração pública brasileira, considerando a implantação dos mecanismos da nova gestão pública, conforme Filgueiras e Melo Aranha (2011), não contribuíram para uma melhora nos padrões de percepção da sociedade em relação à corrupção, de modo geral. Para os autores, existe uma deficiência na *accountability* no âmbito da gestão pública brasileira, uma vez que o fenômeno da corrupção é transparente ao público, entretanto, a sua não punição ocasiona impressões negativas nesse mesmo público. As inovações gerenciais, conforme afirmam os autores, não foram compatíveis com as inovações na posição dos servidores da administração pública, o que ocasiona a perpetuação da cobrança de propina e aceitação de suborno no âmbito de organizações, devido à falta de regras e de procedimentos claros.

A ação dos servidores públicos é um outro tópico abordado nos estudos de corrupção que envolvem o setor público no Brasil. Bugarin e Meneguín (2016) discutiram como as instituições, normas legais e órgãos de controle do setor público podem atuar de forma a moldar o comportamento dos gestores públicos. A pesquisa dos autores concluiu que gestores públicos estáveis tendem a se acomodar, ao passo que os servidores não estáveis tendem a inovar, tanto para o benefício próprio, praticando a corrupção, bem como para a melhoria do serviço público.

A oportunidade de realização de crimes de corrupção a partir de *institutional voids* foi o objetivo do trabalho realizado por Paula (2016), que levantou sobre a existência dessa oportunidade, no que tange aos contratos firmados com o setor privado da construção civil. O autor demonstrou como esses chamados “vazios institucionais” podem propiciar oportunidades de práticas corruptas.

A preocupação do estudo de Portulhak e Barilli (2016) foi observar, a partir da área contábil, quais são os motivos que levam os contadores a serem demitidos do setor público no Brasil. Os autores constataram que as práticas de valimento, improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos, todas associadas à corrupção, são os motivos que mais levam à demissão da categoria.

Ainda sobre a demissão no serviço público, o estudo de Araújo Costa e Fittipaldi (2016) objetivou estimar em que medida os escândalos de corrupção impactam na probabilidade de responsabilização dos agentes públicos denunciados nos respectivos escândalos. Os autores verificaram ainda que, quanto mais matérias sobre os escândalos de agentes públicos corruptos são publicados, maior é a probabilidade do denunciado ser demitido.

O estudo realizado por Abreu (2011) observou a corrupção a partir da perspectiva da ação de movimentos sociais, em específico, o Movimento Pela Ética Política da região sul fluminense. Os autores constataram, através de uma pesquisa quantitativa, que a fiscalização e o acompanhamento das decisões e ações governamentais pela sociedade são formas de redução das práticas de corrupção. Esta seção sintetizou os estudos empíricos realizados no Brasil sobre a corrupção no setor público. Podemos afirmar que, em sua maioria, eles tratam do fenômeno por métodos quantitativos. Além disso, os estudos organizacionais não apresentam muitos estudos empíricos sobre o tema, visto que, do total de dez estudos (Quadro 08), nenhum artigo havia sido publicado em periódicos da área dos estudos organizacionais e/ou administração, até o momento de encerramento da pesquisa bibliográfica, havendo

publicações nas áreas de ciências políticas, economia, contabilidade, sendo, ainda, notória a ausência de estudos desenvolvidos em uma perspectiva crítica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são caracterizados os aspectos metodológicos do trabalho, apresentando os procedimentos utilizados, bem como nossas escolhas epistemológicas e metodológicas para o desenvolvimento do estudo que pretende responder à seguinte questão de pesquisa: **Quais são as interpretações dos gestores públicos de Uberlândia sobre a corrupção no Brasil e como essas se articulam com a noção de “nova imaginação política”?** Nossa abordagem epistemológica está em acordo com o estruturalismo radical, quando se consideram os paradigmas estabelecidos por Burrell e Morgan (1979) uma vez que nosso trabalho parte de uma análise que discute as contradições e as estruturas sociais dominantes, frente as diferentes forças sociais e como estas podem atuar em uma possível mudança social.

3.1 Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa é adequada para os estudos das relações sociais, pois confere a esses uma nova sensibilidade ao estudo empírico de diversas questões que se relacionam às pluralizações das esferas da vida (FLICK, 2009). A opção de desenvolver um estudo com a abordagem qualitativa se mostra apropriada quando se pretende compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo, sendo esses atores os motivadores do comportamento que cria o próprio mundo social (BAUER; GASKELL, 2002). É importante ressaltar, ainda, conforme aponta Flick (2009), que a pesquisa qualitativa envolve a reflexão do pesquisador e sua subjetividade, bem como a dos pesquisados. Essa subjetividade é parte integrante do processo de pesquisa, e não somente uma variável que interfere no processo.

A escolha do método qualitativo também se destaca, no caso particular de nossa pesquisa, em virtude da escassez de estudos empíricos que tratam de corrupção no setor público no Brasil e que utilizam esse tipo de pesquisa, uma vez que a abordagem quantitativa impera nos estudos do tema.

A pesquisa qualitativa, ao lidar com interpretações de realidades sociais, se abastece, na maioria das vezes, de entrevistas realizadas em profundidade (BAUER E GASKELL, 2002). O objetivo desse tipo de pesquisa reside em aprofundar a compreensão de determinado fenômeno social, por isso, além das entrevistas em profundidade, são utilizadas análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos em determinado fenômeno (RICHARDSON, 1999). A essência da pesquisa qualitativa está na interpretação, ainda que sua importância varie conforme as diversas abordagens (FLICK, 2009).

Como o objetivo de nossa pesquisa reside em analisar a interpretação de gestores públicos atuantes nas áreas da saúde e educação na cidade de Uberlândia acerca da corrupção, entendemos que a pesquisa qualitativa se apresentou como a mais adequada, uma vez que, conforme Flick (2009), esse tipo de pesquisa dirige-se a analisar, em suas peculiaridades, casos que sejam concretos quanto ao tempo e local, a partir das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais.

A técnica escolhida para composição do *corpus* de pesquisa foi a entrevista semiestruturada que, conforme Bauer e Gaskell (2002), é uma modalidade de entrevistas individuais em profundidade usualmente aplicadas no meio acadêmico. A entrevista semiestruturada, conforme Flick (2009), possibilita um aumento no grau de comparação dos depoimentos, tornando-os mais estruturados, bem como com certa flexibilidade para inclusão de novos questionamentos durante a entrevista. Em nosso trabalho, a interpretação da corrupção na visão dos entrevistados visa a ampliar as discussões sobre a corrupção nas organizações e discutir o processo de perpetuação do fenômeno, bem como as possibilidades de mudança.

3.2 A realização das entrevistas

Elaboramos um guia de entrevista com tópicos-chave que serviram como direcionamento na conversa com as pessoas entrevistadas. Esse guia tem o intuito de abordar o tema da dissertação, explorando o assunto de forma ampla e contemplando todos os elementos abordados, considerando a possibilidade de deixar o entrevistado responder aos questionamentos de forma livre. O Quadro 09 apresenta os tópicos que guiaram a conversa:

Quadro 09 - Tópicos-chave para entrevista semiestruturada

Tópico – Chave	Referência Teórica	Autores
A significação do termo corrupção.	O termo corrupção carrega três tendências básicas em seu processo de conceituação: Moralista (natureza ética, com a essência da corrupção residindo na intenção de seus praticantes); Legalista (ruptura de normas) e Revisionista (Corrupção pode ser benéfica em contextos com alto grau de burocracia). Paradigma realista define e levanta padrões de comportamento corrupto pré-estabelecidos enquanto o paradigma nominalista preocupa-se com a dinâmica e o modo como a corrupção se manifesta.	Silva (1994); Jiang, Lo e Li (2012)
A corrupção no cotidiano.	A corrupção e os aspectos da vida cotidiana, considerando que, nessa perspectiva, há tanto a banalização quanto a condenação da corrupção ocorrendo de forma simultânea.	Das (2015)
As motivações da corrupção.	Pela perspectiva das ciências políticas, existe a teoria da modernização (a partir do capitalismo, analisa o mau funcionamento das instituições e o subdesenvolvimento, o combate	Filgueiras (2012)

	à corrupção deve ser feito da mesma forma que nos países subdesenvolvidos); e a da escolha racional e o novo institucionalismo (propõe reformas institucionais, tanto para a política bem como para a economia, por reconhecer a ação dos agentes políticos envolta em um jogo de preferências.	
A condição do estado influenciando os níveis de corrupção.	O nível de corrupção é relativamente baixo em alguns estados fortes e autoritários, pois esses regimes são legítimos aos olhos dos cidadãos, com o controle da lei e ordem, além das transformações sociais e crescimento econômico, assim o nível e o escopo da corrupção é direcionado de forma autocraticamente restrita.	Amundsen (1999)
As organizações como entidades corruptas.	A corrupção nas organizações parece ocorrer em todas as suas variações, seja em organizações com ou sem fins lucrativos, governamentais ou não, e até mesmo em organizações religiosas. As organizações têm sido interpretadas como entidades corruptas e não apenas seus integrantes. A importância das organizações na compreensão da corrupção está no fato de que elas influenciam as ações de seus membros.	Ashfort <i>et. al</i> (2008)
Corrupção no setor privado.	O conceito de corrupção no setor privado é próximo ao da corrupção pequena, uma vez que o abuso de poder para ganho pessoal e ilegítimo nesse setor, sem o envolvimento do setor público, não traz consequências a toda a sociedade, pois os prejuízos geralmente não se estendem fora do âmbito da organização. Nessas situações, a corrupção também pode ser considerada técnica, pois os indivíduos que a praticam carecem de informações, habilidade e experiência	Mashali (2012)
A corrupção e a percepção dos atores sociais.	Conceito de corrupções preta, branca e cinza.	Heidenheimer (2002)
Racionalização da corrupção.	As ações corruptas em níveis hierárquicos superior influenciam níveis menores, ocasionando a racionalização, com isso, o não cumprimento de regras e leis é potencializado. A cada geração de gestores, o comportamento corrupto é mudado gradativamente de forma imperceptível por gerações na organização.	Zyglidoupoulos (2016)
Os níveis das causas da corrupção.	Os níveis individual, social e institucional são três níveis das causas da corrupção.	Brei (1996)
A cultura como causa da corrupção.	A existência de uma cultura de corrupção é explicada a partir da internalização de normas por uma determinada sociedade. Assim, indivíduos que crescem em sociedades nas quais há maior predominância da corrupção, provavelmente, a aceitarão com maior facilidade.	Bar e Serra (2010)
O papel das lideranças frente a corrupção	As causas da corrupção estão ligadas ao tipo de liderança que está à frente das organizações.	Kong e Volkema (2015)
A corrupção e o papel da mídia	O papel da mídia (liberdade de imprensa) e a corrupção. A influência da mídia na construção social de escândalos.	Ahrend (2002); Breit (2009)
Gênero e Corrupção	A participação feminina como forma de reduzir os níveis de corrupção.	Dollar, Fishman e Gatti (2001); Swamy <i>et. Al</i> (2001); Esarey e Chirillo (2013)
O poder como causa da corrupção	Líderes em contextos de negócios ou políticos tendem a mudar o seu posicionamento em relação à corrupção, na medida em que recebem mais poder.	Bendahan <i>et al.</i> (2015)
Consequências da corrupção	As consequências da corrupção na ordem política atual, nos contextos político, cultural, social e econômico.	Filgueiras (2006)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a realização das entrevistas, utilizamos um gravador digital em formato MP3, com o consentimento dos entrevistados, para, posteriormente, fazer a transcrição e análise. As entrevistas foram repetidas até o alcance do ponto de saturação, sendo sua aplicação feita de forma sequencial, com respostas em aberto. O ponto de saturação, conforme Bauer e Gaskell (2002), é atingido quando nenhuma nova informação ou tema for registrado, que no nosso caso ocorreu com a realização da vigésima entrevista.

3.3 *Corpus de pesquisa*

O *corpus* de pesquisa, conforme Bauer e Gaskell (2002), depende do que está sendo investigado, assim como do objetivo da pesquisa. Desse modo, a delimitação dos sujeitos a serem pesquisados está em acordo com o objetivo da pesquisa. Definimos como população para nossa pesquisa os gestores públicos atuantes nas áreas da saúde e educação, que são duas áreas que sofrem um grande impacto negativo por conta dos casos de corrupção, das três esferas da administração pública (municipal, estadual e federal) do quadro de servidores públicos da cidade de Uberlândia-MG que, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2016, contava com uma população de 669.672 habitantes. Embora acreditemos que o *corpus* represente os gestores atuantes no serviço público, sabemos que os resultados não podem ser generalizados, o que não é o objetivo desta pesquisa, no entanto eles nos permitiram profundidade para discutir o tema. Os participantes da pesquisa não foram identificados com o intuito de terem a sua privacidade garantida.

A escolha da realização da pesquisa na cidade de Uberlândia-MG é justificada pela relevância em se conhecer o comportamento dos gestores atuantes na região na qual a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está inserida e, ainda, pela cidade estar no estado de Minas Gerais que conforme o Mapa da Corrupção (MPF, 2017) é o terceiro estado brasileiro com maior número de ocorrências de casos de corrupção. A conveniência do pesquisador é também um fator que contribuiu para a escolha, uma vez que esse desenvolve as atividades referentes ao Mestrado em Administração, na Faculdade de Administração Gestão e Negócios – FAGEN na cidade de Uberlândia.

A pesquisa foi realizada com um total de vinte servidores públicos, sendo dez atuantes na esfera estadual e dez atuantes na esfera federal, em órgãos situados na cidade de Uberlândia-MG. A motivação na escolha de órgãos integrantes das áreas de saúde e educação na cidade está no fato destas áreas, conforme informações do Mapa da Corrupção (MPF, 2017) serem as áreas no estado de Minas Gerais com maior incidência de processos relacionados à corrupção. O corpus de gestores atuantes nas áreas da saúde e educação, atuam

na Superintendência Regional de Saúde de Minas Gerais – Unidade Uberlândia, Superintendência Estadual de Educação de Minas Gerais – Unidade Uberlândia, Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Federal de Uberlândia.

Além dos órgãos estaduais e federais, foi encaminhada também, a solicitação para realização de pesquisa nos órgãos da esfera municipal, uma vez que a proposta inicial da pesquisa era ser realizada nos três níveis do poder público na cidade de Uberlândia. No entanto, a Secretária Municipal de Educação não autorizou a realização da pesquisa com os servidores municipais por não concordar com as perguntas que fazem parte do questionário, propondo, inclusive uma reunião com os pesquisadores, o que nunca aconteceu, para realizar mudanças nas perguntas que seriam feitas. Já a Secretaria Municipal de Saúde não respondeu as nossas solicitações, mesmo após três meses de tentativas constantes de recebimento da autorização para desenvolvimento da pesquisa.

O recrutamento formal para a realização das entrevistas foi feito após entrega da carta de apresentação da pesquisa às respectivas unidades as quais os servidores entrevistados estavam lotados e da autorização dessas unidades, através da assinatura de Declaração de Instituição Co-Participante. De posse das informações referentes à quantidade de servidores atuantes lotados nos órgãos pesquisados e que atendiam aos critérios da pesquisa (atuar em cargo de gestão no setor público), os potenciais participantes foram convidados através de contato telefônico/e-mail a participarem da pesquisa.

A escolha do *corpus* como apresentamos justifica-se por meio do objetivo geral da pesquisa, que é a análise da interpretação de gestores públicos atuantes em Uberlândia acerca da corrupção para compreender sua (des)articulação com a noção de “nova imaginação política”.

Como critério de inclusão de indivíduos aptos como *corpus*, destacamos que os servidores deveriam possuir vínculo profissional efetivo ou temporário com a instituição pública pesquisada, atuando no momento da entrevista em cargo de gestão, além de serem maiores de 18 anos e atuarem no município de Uberlândia-MG, por motivos já detalhados na justificativa da pesquisa. O critério de exclusão para a seleção do *corpus* consistiu em detectar os indivíduos que, de alguma forma, possuíam vínculo pessoal com a equipe de pesquisadores responsáveis pela pesquisa, por acreditarmos que esse critério poderia comprometer a postura dos participantes da pesquisa. Cada um dos participantes da pesquisa tiveram acesso previamente ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido, cujo modelo está em anexo como Apêndice A. A pesquisa foi submetida e aprovada previamente no Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFU.

Com a finalidade de garantir a confidencialidade dos entrevistados, esses não foram identificados, sendo criado um nome fictício para cada pessoa entrevistada. As entrevistas tiveram duração mínima de vinte e nove minutos e dezesseis segundos e a máxima de oitenta e oito minutos e vinte e sete segundos, sendo um total de quatorze horas, dezesseis minutos e trinta segundos. A primeira entrevista foi realizada em 20 de setembro de 2017 e a última entrevista foi realizada em 18 de outubro de 2017. O material, após transcrito, totalizou 298 páginas. Todas as entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho dos entrevistados. O Quadro 10 apresenta um resumo das informações a respeito das pessoas entrevistadas.

Quadro 10 – Perfil dos participantes da pesquisa.

Nome	Idade	Nível Escolaridade	Cargo	Órgão	Gênero
Joaquim	28	Especialização	Coordenador	Universidade Federal de Uberlândia	M
Elvira	54	Graduação	Coordenadora	Universidade Federal de Uberlândia	F
José	53	Especialização	Supervisor	Universidade Federal de Uberlândia	M
Mário	48	Especialização	Coordenador	Universidade Federal de Uberlândia	M
Alzira	31	Mestrado	Coordenadora	Universidade Federal de Uberlândia	F
Galeno	62	Graduação	Coordenador	Universidade Federal de Uberlândia	M
Adelino	67	Graduação	Coordenador	Universidade Federal de Uberlândia	M
Francisco	50	Graduação	Diretor	Secretaria Estadual de Saúde	M
Janice	59	Especialização	Diretora	Secretaria Estadual de Educação	F
João	35	Mestrado	Gerente	Hospital das Clínicas da UFU	M
Mateus	35	Graduação	Gerente	Hospital das Clínicas da UFU	M
Lucas	41	Especialização	Diretor	Secretaria Estadual de Educação	M
Cláudia	40	Graduação	Coordenadora	Secretaria Estadual de Saúde	F
Dalila	52	Graduação	Coordenadora	Secretaria Estadual de Saúde	F
Carla	46	Graduação	Gerente	Hospital das Clínicas da UFU	F
Débora	40	Especialização	Coordenadora	Secretaria Estadual de Saúde	F
Paulo	29	Graduação	Gerente	Hospital das Clínicas da UFU	M

Saulo	33	Mestrado	Vice Diretor	Secretaria Estadual de Educação	M
Paula	55	Especialização	Vice Diretora	Secretaria Estadual de Educação	F
Renato	37	Graduação	Diretor	Secretaria Estadual de Educação	M

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a transcrição das entrevistas, que foi feita com o auxílio do *Express Scribe Transcription Software*, ferramenta de transcrição de entrevistas, procedemos para análise das entrevistas, através da técnica denominada Análise Crítica de Discurso (ACD). As abordagens críticas, conforme enuncia Fairclough (2001), se diferem das não críticas por mostrarem como os discursos se moldam por relações de poder e ideologias, além das construções que o discurso detém sobre as identidades, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença que, normalmente, não são aparentes aos participantes do discurso.

Fairclough (2001) reconhece a importância de se examinar a abordagem de Foucault sobre a análise do discurso, reconhecendo sua abordagem da ACD como linguística e textualmente orientada, ao passo que, para ele, a de Foucault é mais abstrata. O autor deixa claro que não é possível apenas aplicar o trabalho de Foucault na análise do discurso, mas, sim, buscar operacionalizar sua percepção em métodos reais de análise. O Quadro 11 compara as principais diferenças consideradas nos métodos de análises dos autores:

Quadro 11 - Principais divergências entre a análise do discurso em Foucault e Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) de Fairclough.

	Análise do Discurso em Foucault	Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO)
Preocupação com discursos	Tipos específicos de discursos, como os das ciências humanas, economia e gramática.	Com qualquer tipo de discurso, desde os praticados em sala de aula, até os discursos da mídia.
Foco das análises do discurso	Há a ênfase na constituição dos domínios de conhecimento a partir de determinadas regras.	Análise de linguagem falada ou escrita como foco central
Perspectivas	Mudanças no <i>status</i> do discurso no decorrer de sua obra.	Possibilidade de incorporação da ADTO como reforço para análise social.

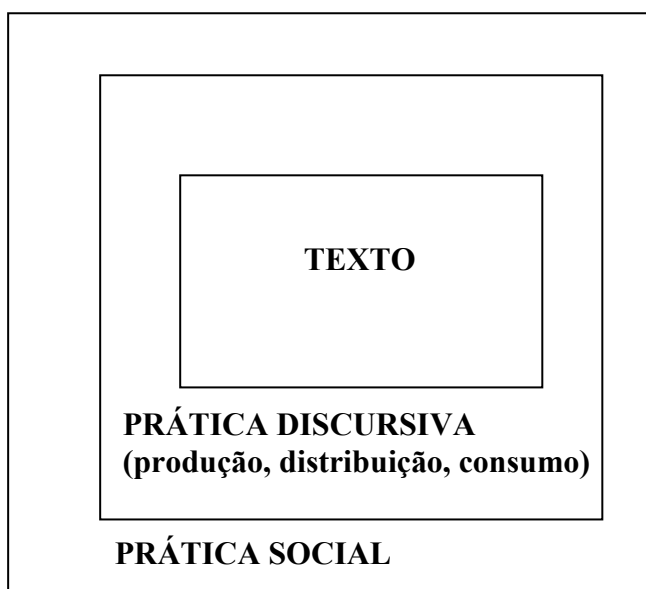
Fonte: Adaptado de Fairclough (2001, p.62-63).

Após uma análise da obra genealógica e arqueológica de Foucault, Fairclough (2001) considera que é possível utilizar alguns de seus conceitos na ADTO. O autor lista suas cinco principais percepções acerca do discurso na obra de Foucault, que podem ser incorporadas e operacionalizadas em sua análise: (i) o discurso como forma de constituição de sujeitos e objetos sociais; (ii) a interdiscursividade e a intertextualidade; (iii) as práticas e técnicas do

biopoder moderno são discursivas; (iv) o discurso possui natureza política e a luta pelo poder ocorre no discurso e é implícita a ele; e (v) a mudança social possui as práticas discursivas como um importante elemento.

Fairclough (2001) ainda deixa claro que sua intenção não é a redução da análise do discurso à análise textual ou linguística, mas entende que críticas feitas ao trabalho de Foucault podem ser suprimidas, caso haja uma análise em três dimensões. A representação gráfica do modelo proposto pelo autor é apresentada na Figura 01:

Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso.



Fonte: FAIRCLOUGH (p. 101, 2001).

Dessa forma, tem-se a análise do texto, dos processos discursivos de produção e da interpretação desse texto, incluindo os tipos e gêneros de discursos e suas articulações, bem como a análise social do evento discursivo, analisando os níveis situacional, institucional e societário. O procedimento de análise textual é denominado descrição, que é a análise da prática social à qual o discurso é pertencente (FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough (2001) enumera algumas críticas à obra de Foucault que, para ele, impedem uma completude ao modelo de análise do autor. Essas críticas estão relacionadas com as questões de poder e resistência e de luta e mudança. A totalidade da obra de Foucault, para Fairclough (2001), apresenta sistemas imóveis de poder com os sujeitos submetidos a eles, bem como com a resistência contida pelo poder, sem representar ameaças a sua

hegemonia. Para o autor, a ausência de um foco na prática e luta fazem das análises de Foucault algo unilateral. Em resumo, as críticas de Fairclough (2001) ao trabalho de Foucault visam a ressaltar os pontos na ADTO que potencializam a análise social, garantindo atenção a exemplos de prática e formas textuais, assim como a processos de interpretações a elas vinculados.

Em nosso estudo, utilizando o modelo de ACD tridimensional proposto por Fairclough (2001), buscamos realizar uma análise, em um primeiro momento, a partir da análise das palavras de forma individual, observando também a gramática que, para Fairclough (2001), é socialmente construída, e, ainda, a própria coesão do texto e as propriedades textuais mais amplas dos discursos.

Ressaltamos que algumas limitações quanto à análise linguística podem ser encontradas nesta dissertação, haja vista que ela não está interposta no campo da linguística. Tais limitações podem ser abrandadas em nosso trabalho, conforme o que Fairclough (2001) denomina no desenvolvimento de sua teoria social do discurso, como análises multidimensionais que envolvem, além do texto, a análise das práticas discursivas e das práticas sociais.

A segunda forma de análise realizada foi a das práticas discursivas, que dizem respeito à produção do discurso. Nessa forma de análise, buscamos levar em consideração a produção dos discursos, a finalidade para a qual eles foram proferidos e para qual receptor eles foram produzidos. Além dessas análises nas práticas discursivas, analisamos ainda a presença da intertextualidade e da interdiscursividade nos discursos.

Fairclough (2001) afirma que a intertextualidade é a relação com outros textos e que pode ser percebida nas práticas de discursos. Nesse sentido, ao analisarmos o discurso de um gestor público, em alguns momentos, buscou-se analisar a relação desse com discursos de outros períodos da história que contextualizam o discurso apresentado pelo enunciador.

As ideologias, conforme Fairclough (2001), são as responsáveis pela forma como o poder se transforma e se constitui. Assim, concluindo a análise a partir da proposta do modelo tridimensional, realizamos a análise das práticas sociais que, conforme o autor, são consequências das práticas discursivas, uma vez que as ideologias refletidas nos textos dizem respeito a ambas as práticas (discursivas e sociais). Em nossa análise, consideramos o posicionamento dos discursos em relação aos discursos hegemônicos.

Fairclough (2001) explica ainda que os indivíduos não são capazes de agir apenas sobre o mundo, mas, também, sobre os demais indivíduos que estão em um mesmo período de tempo e espaço. Para ele, os discursos são uma forma de construção da própria realidade

social e um meio de as pessoas agirem sobre o mundo e sobre os outros discursos que se originam a partir das relações de poder.

Desse modo, além de realizar a análise dos discursos, a utilização da ACD também está ligada à mudança social proposta por Fairclough (2001). No nosso caso, dos questionamentos feitos aos enunciadores e de sua análise, surge a possibilidade de reflexão sobre o tema, o que pode (ou não) contribuir para uma transformação social. Na seção seguinte, apresentamos os resultados dessa análise.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos a análise da interpretação dos gestores públicos atuantes na cidade de Uberlândia acerca da corrupção, visando a compreender sua (des)articulação com a noção de imaginação política. A estruturação do capítulo foi feita em quatro partes, considerando, em primeiro lugar, a análise das definições de corrupção na perspectiva dos entrevistados. Em seguida, buscamos compreender, a partir da interpretação dos entrevistados, como a corrupção se perpetua nas organizações. Posteriormente, identificamos e discutimos determinados padrões que levaram à compreensão da corrupção e que apontam elementos de regionalidade. Ao final do capítulo, foram discutidas as possibilidades ou não de uma nova imaginação política, tal qual reivindicada por Michel Foucault.

4.1 Corrupção na perspectiva dos entrevistados: Moralismo e Legalismo

Da análise das entrevistas, buscamos identificar as definições de corrupção na perspectiva dos entrevistados, tendo emergido três categorias discursivas: a) Corrupção é a troca para obtenção de benefícios pessoais; b) Corrupção como quebra de normas; c) Corrupção como custo social. Essas categorias se enquadram em paradigmas teóricos relacionados ao estudo da corrupção como os apresentados por Silva (1994) quando são apresentadas as correntes moralista, legalista e revisionista como básicas para o processo de conceituação da corrupção. Jiang, Lo e Li (2012) consideram esses paradigmas como realistas e ainda denominam o paradigma nominalista que, geralmente, está associado a abordagens que reconhecem a corrupção como proveniente de comportamentos.

4.1.1 A corrupção como troca para obtenção de benefícios pessoais: corrente moralista.

No fragmento (001), a entrevistada Cláudia expõe o seu conceito para o termo corrupção:

Brasil (risos)... Ah, o que que é o conceito de corrupção? Uma pessoa corrupta é uma pessoa que age de má-fé, é uma pessoa que pensa em si próprio, né? Eu acho que a corrupção é mais isso, é agir em benefício de si mesmo, né? Então, eu acho que é isso a corrupção é.. pra, mim, uma pessoa corrupta é isso... (Cláudia, em entrevista, 2017)

Pelo que foi enunciado pela entrevistada, é possível observar que há associação direta em seu discurso entre a prática da corrupção e uma atitude egoísta relacionada ao ato

corrupto. O percurso semântico que emerge no conceito exposto pela entrevistada pode ser observado na seleção lexical “eu acho que a corrupção é mais isso, é agir em benefício próprio”, na qual ela endossa sua conceituação ao utilizar o advérbio de intensidade “mais” em relação ao que já havia afirmado na oração anterior, que é a relação da corrupção com uma atitude egoísta e de má-fé.

O fragmento (002) extraído da fala do entrevistado Adelino reforça a interpretação de uma atitude egoísta em função das práticas corruptas, assim como Cardoso (2012) analisa a obra de Platão e o posicionamento do filósofo sobre a prática da corrupção, visto que envolve a natureza do homem em viver sem leis ou, mesmo, acima delas. Além disso, o enunciador profere um discurso que demonstra como, na sua compreensão, o praticante do ato corrupto se aproveita de sua posição para adquirir benefícios próprios:

Eu vejo muito pessoas que ocupam cargos comissionados, aí tem determinadas coisas, ele fala, não, esse é meu limite de tolerância, daqui pra frente vai ferir minha dignidade. O que ele aceitou até aqui não fere a dignidade dele, mas poderia ter ferido a dignidade de outro, né? Então, como é que se dá essa compreensão, né? Como é que se dá essa relação do que que é corrupção na verdade, o que que eu entendo como corrupção que é, na minha opinião, todas vezes em que eu tenho uma responsabilidade, um compromisso com uma determinada situação, eu me vendo ou aceito trocas, seja, às vezes, não é nem dinheiro, é favor porque a corrupção não é só dinheiro. Você faz isso que eu faço, isso é uma troca. Eu entendo que isso aí já é princípio da corrupção, né? Na medida que você faz isso pra mim, que eu faço isso pra você. (Adelino, em entrevista, 2017)

Um percurso semântico que é possível observar nesse fragmento (002), a partir das seleções lexicais “todas vezes em que eu tenho uma responsabilidade, um compromisso com uma determinada situação” e “eu me vendo ou aceito trocas, seja, às vezes, não é nem dinheiro, é favor porque a corrupção não é só dinheiro”, é o discurso da quebra do comprometimento com as instituições, que é reforçado pelo uso de sinônimos próximos, como compromisso e responsabilidade, em função de benefícios pessoais, como pode ser entendido quando o entrevistado indica que a corrupção pode acontecer não só por dinheiro, mas, também, por troca de favores.

Essa compreensão da corrupção como um comportamento individual que surge a partir do abuso de poder é semelhante ao modelo de corrupção de primeira ordem, conforme apresentado por Zyglidopoulos (2016). Para o autor, assim como para o entrevistado, nesse modelo de corrupção, há o abuso do sistema e de normas em função de ganhos privados.

O enunciador do fragmento (003), João, apesar de demonstrar a dificuldade que tem para alcançar uma definição para o termo, também coloca, assim como os enunciadores dos fragmentos (001) e (002), que a corrupção está ligada a uma atitude egoísta que visa ao benefício próprio:

Então, pra mim, assim, é difícil você chegar a uma definição porque parece que é uma coisa muito... não tem um conceito, parece muito claro. Na minha cabeça, corrupção seria a partir do momento que você tenta obter um benefício pra você ou pra alguém, mas que você daria algo em troca daquilo. Então, você quer um favor, mas aquele favor seu, de alguma forma, você vai beneficiar essa pessoa que está te dando um favor. A minha ideia de corrupção seria assim. (João, em entrevista, 2017).

A compreensão da corrupção como uma troca entre dois agentes também é expressa na semântica do enunciado acima. Ao utilizar o termo benefício na seleção lexical “(...)obter um benefício para você ou para alguém, mas que daria algo em troca daquilo (...)”, o discurso do enunciador denota uma semântica de que, da atitude egoísta do praticante da corrupção, provém de uma relação de troca de interesses, conforme expresso pela seleção lexical “você vai beneficiar essa pessoa que está te dando um favor”. O discurso da mutualidade de interesses, que é permeado pelo egoísmo e benefício próprio, é expresso a partir do uso de palavras como “benefício”, “troca”, “favor” e “dando”. O entrevistado Mário profere um discurso semelhante ao discurso anteriormente feito por João (fragmento 003), conforme observa-se no fragmento a seguir (004):

Sem analisar, assim, a primeira coisa que me vem à cabeça...é você se beneficiar ou descumprir alguma coisa, algum regulamento pra beneficiar alguém, com algum retorno pra você, seja financeiro... individual. Você se beneficiar de uma situação em que você está em condição de burlar algum regulamento pra se beneficiar... (Mário, em entrevista, 2017).

A utilização do período lexical “você se beneficiar de uma situação em que você está em condição de burlar algum regulamento para se beneficiar” indica que, na interpretação do entrevistado Mário, para que o ato de corrupção seja realizado, a instituição ou organização prejudicada pode, de alguma forma, oferecer condições para que haja a prática do ato.

Os fragmentos de 001 a 004 demonstram a ênfase pelos seus enunciadores, conforme seus discursos, de que a corrupção resulta de ações egoístas e em benefício próprio. Essa visão dos enunciadores, que é semelhante àquela dos estudiosos da pequena corrupção, é criticada por Ashfort et al (2008), pois, para eles, as causas sistêmicas da corrupção são ignoradas em detrimento do foco no comportamento individual.

O entrevistado Mateus, conforme fragmento abaixo (005), também sinaliza em seu discurso que a corrupção está associada não somente a desvios financeiros:

Eu tenho esse conceito muito generalizado, generalizado não, muito, é amplo. Isso mesmo, a gente já teve algumas discussões até aqui mesmo em equipe, aonde tem um ser humano no meio de um processo é passível de corrupção. Eu não vejo apenas uma corrupção no sentido financeiro. Eu vejo uma corrupção no sentido de valores, eu vejo uma corrupção no sentido ético, no sentido de quebrar o galho para o outro, a partir de um momento que eu fico te devendo um favor, eu fui corruptível aquele

ponto de tô te devendo alguma coisa, não sei a grandeza que você vai me cobrar. Então, são situações que eu desdobro muito nessa face, vejo muito essa outra questão. A gente vive uma situação, não sei se já pode discorrer sobre isso agora, mas de que a corrupção tá sempre ligada ao dinheiro, mas, não, eu vejo a corrupção ligada a várias coisas, a favores, é, a uma série de outras ações (Mateus, em entrevista, 2017).

Conforme enunciado no fragmento 005, o entrevistado discorre sobre a corrupção além do sentido de que ela acontece somente ligada a questões financeiras, utilizando palavras como “valores” e “ético” que indicam que, na sua interpretação, o fenômeno adentra no campo moral. Ao falar da troca de favores como forma de corrupção, Mateus utiliza o termo “quebrar galho”, que pode ser associado à troca de favores. A escolha lexical pode ter sido feita, nesse caso, para elucidar como o entrevistado percebe a corrupção disseminada em diversas ações para além de atividades financeiras.

A corrupção, na perspectiva do entrevistado Mateus, está de acordo com o que Filgueiras (2006) assevera em seu estudo ao defini-la a partir de juízos morais. Quando o entrevistado utiliza os termos “valores” e “éticos”, subentende-se que a sua conceituação para o termo equivale à forma de corrupção política proposta por Filgueiras (2006), uma vez que, nessa categoria, o autor considera como substância da corrupção a mudança ou suspensão de valores morais fundamentais.

O fragmento (006), conforme fala do entrevistado Joaquim, além de expressar o discurso de que a corrupção é uma forma de atitude egoísta que visa ao benefício próprio, adiciona o fato de que a sua prática ocorre com a utilização de estruturas hierárquicas:

Corrupção eu acho que é quando alguém se valeu ou de uma posição privilegiada ou um cargo ou alguma coisa assim pra tirar benefício próprio ou pra outros de algum sistema, alguma organização, alguma coisa assim. Seria um ato de burlar as normas do sistema pra trazer benefícios pra si ou pra alguém e aí em troca ou de dinheiro algum favor, algum status, alguma coisa assim (Joaquim, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “[...] que é quando alguém se valeu ou de uma posição privilegiado ou um cargo ou alguma coisa assim pra tirar benefício próprio [...]” expressa um discurso que demonstra, na visão do entrevistado, como as estruturas hierárquicas são formas de propiciar a ação da atividade corrupta.

Tanto no discurso do entrevistado Adelino, no fragmento 002, quanto no discurso do entrevistado Joaquim, no fragmento 006, há menção ao fato de que o praticante da corrupção se vale de sua posição para a prática do ato.

Nesse sentido, além de um discurso que trata da corrupção de forma moralista, os enunciadores, ao considerarem as estruturas sociais, adentram no campos das visões do paradigma nominalista que, conforme Filgueiras (2009) entende, indica o fenômeno como fruto das interações construídas pelos atores sociais. Para o autor, determinadas experiências e valores são refletidas e permitem que um indivíduo aceite ou rejeite a participação em um ato corrupto.

Todos os fragmentos apresentados referem-se a discursos produzidos durante o período em que a entrevista foi realizada para esta pesquisa, portanto podemos entender que a produção se deu pelos enunciadores em seus respectivos ambientes de trabalho, de forma individual, pois representam as suas opiniões e não a das organizações nas quais estão inseridos, que são órgãos públicos instalados na cidade de Uberlândia-MG.

A distribuição do texto ocorre de um modo pelo qual podemos observar a existência de um dialogismo na sua produção, uma vez que, em todos os discursos, há a utilização de uma conceituação da corrupção similar ao que foi proposto por organizações como o *The United Nation Global Programme Against Corruption* (2001), o *The World Bank Independent Evaluation Group* (2006) e a ONG *Transparency International* (2009), de que a corrupção é a utilização de recursos públicos para ganhos privados. Essas definições amparam-se em um paradigma realista que, conforme a definição de Jiang, Lo e Li (2012), engloba tanto as definições moralistas quanto as legalistas e, de alguma forma, foram internalizadas pelos enunciadores, talvez, pela ampla difusão mundial.

O consumo dos discursos produzidos não foi realizado em um primeiro momento de forma coletiva, embora o será, pois, todos as pessoas participantes da pesquisa tinham ciência de que, mesmo preservando sua identidade, os discursos serão divulgados e os resultados do trabalho serão de acesso público. As entrevistas foram feitas diretamente a este pesquisador, que se reconhece como consumidor desses discursos.

Como as entrevistas foram realizadas após uma apresentação prévia dos objetivos da pesquisa e no local de trabalho dos pesquisados, com a utilização de um gravador de voz, esse fato pode ter influenciado na preocupação dos entrevistados em responder com um certo grau de formalidade. No fragmento 004, por exemplo, quando o entrevistado Mário usa a formação lexical “sem analisar, assim, a primeira coisa que me vem à cabeça”, é possível perceber uma indicação de que não havia formalizado uma resposta e que estava respondendo sem uma preparação prévia.

A conceituação da corrupção, utilizando a figura do corruptor como um indivíduo em busca de benefício próprio, aponta para uma prática discursiva que corrobora as estruturas

sociais hegemônicas, visto que esse é um discurso que utiliza, por vezes, a natureza humana, conforme indicado no fragmento 005, na fala do entrevistado Mateus: “[...] aonde tem um ser humano no meio de um processo é passível de corrupção [...]” para justificar a prática de atos de corrupção.

O discurso da prática de corrupção como uma forma de “benefício” privado ao seu praticante em detrimento de um prejuízo público, observado nos fragmentos 001 a 006, pode ter relação com as estruturas da sociedade capitalista, na qual os indivíduos reconhecem que a realização de práticas corruptas acontecem por um motivo que é preconizado na ideologia econômica do capital.

4.1.2 Corrupção como quebra de normas: corrente legalista.

O fragmento 007 indica, de acordo com o discurso do entrevistado Paulo, uma tendência a perceber a corrupção em uma perspectiva na qual a ela está associada a quebra de normas:

Corrupção, eu defino ela como você obter vantagens através de meios ilícitos e ilegais, você obter vantagens indo contra normas e legislações que não permite você ter aquilo. Eu acredito que uma definição básica seria isso, né? (Paulo, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “...você obter vantagens indo contra normas e legislações que não permite você ter aquilo” aponta um percurso semântico que indica, na interpretação do entrevistado, que o ato de corrupção é entendido como uma quebra de normas. Ao utilizar a palavra “contra”, o entrevistado admite que o praticante do ato está transgredindo face ao que está definido como norma em um sistema.

De semelhante modo ao enunciador do fragmento 007, utilizando sinônimos em suas definições, tem-se o fragmento 008 extraído do discurso da entrevistada Débora:

Corrupção eu acho um termo tão abrangente, né? Porque eu entendo que corrupção é quebrar tudo aquilo que não está na norma. Então, tudo que você tenta desviar, sabendo qual que é a forma correta e que você tenta achar outros caminhos, você está participando da corrupção. É assim que eu tento explicar pros meus meninos pequenos, né? Eu acho que é isso que fica também (Débora, em entrevista, 2017).

O uso do adjetivo “abrangente”, na seleção lexical “Corrupção eu acho um termo tão abrangente, né?”, e do pronome indefinido “tudo”, na seleção lexical “tudo aquilo que não está na norma”, constrói um sentido no discurso de que, para a entrevistada, o conceito de corrupção é tão abrangente quanto a possibilidade de sua prática quando leva em consideração

a quebra da legislação vigente. O fragmento 009, fruto do discurso da entrevistada Alzira, corrobora o fragmento 008, acrescentando a ele, além da quebra de normas, uma outra característica paradigmática legalista: o desvio de finalidade:

Seria o uso indevido de recursos, seja eles financeiros ou qualquer tipo de recurso, denominado público, pra fins para os quais eles não são destinados ou produzidos. Se eu uso determinado bem que é público para um fim ao qual ele não se destina, pra mim, já caracteriza corrupção (Alzira, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “se eu uso determinado bem que é público para um fim ao qual ele não se destina, pra mim já caracteriza corrupção” tem um percurso semântico que indica, pelo discurso da enunciadora, que a corrupção, além de quebrar o que está normatizado de forma pública, se trata de um desvio de finalidade dos recursos públicos.

Essas definições, que apontam a corrupção como quebra de normas, também a associam ao ganho de vantagens pessoais, entretanto, o foco de seus enunciadores está no que Silva (1994) nomeou como corrente legalista. O entrevistado Paulo, no fragmento 007, expressa sua definição para o termo, que é semelhante às apresentadas nos estudos das áreas de Contabilidade (OLIVEIRA, 2006; SILVA; BRAGA; LAURENCEL, 2009; RAUSCH; SOARES, 2010) e Economia (ROSE-ACKERMAN, 2006).

O fragmento 010, extraído do discurso do entrevistado Saulo, embora demonstre a intenção em discorrer para além da noção de quebra de regras e de normas, conceitua a corrupção também dentro da seguinte perspectiva:

Eu acho que hoje no país isso começa a ficar um pouco mais evidente, porque a gente tinha uma visão muito simplista de que o político é o corrupto, que o político é o ladrão e que o político é o culpado, mas a gente está vendo claramente que a iniciativa privada e os vários elementos que compõe a nossa sociedade são agentes de corrupção o tempo todo, né? A corrupção, pra mim, ela é de difícil definição porque, como eu disse, culturalmente, ela está muito enraizada nessa sociedade, mas é isso, penso que qualquer tipo de quebra de decoro, qualquer tipo de quebra de regras, qualquer tipo de...é...é... de não obediência àquilo que foi pactuado. Quando há um pacto um acordo e há uma quebra um desrespeito, há uma traição desse acordo. Pra mim, isso é corrupção, das relações mais simples e particulares até as públicas, sabe? (Saulo, em entrevista, 2017).

O entrevistado Saulo inicia seu discurso, discorrendo sobre o contexto no qual, em sua visão, o país se encontra e, a partir disso, ele exemplifica na seleção lexical “a gente tinha uma visão muito simplista de que o político é o corrupto, o político é o ladrão e que o político é o culpado”, uma semântica na qual os agentes políticos são os únicos reconhecidos como protagonistas dos escândalos de corrupção. A repetição da palavra “político” por três vezes

seguidas enfatiza a associação dos escândalos de corrupção, na visão do entrevistado, com os agentes políticos.

No entanto, no período seguinte, ao utilizar o conectivo adversativo “mas”, seguido pela oração “a gente está vendo claramente que a iniciativa privada e os vários elementos que compõe a nossa sociedade são agentes de corrupção”, o entrevistado expressa o sentimento de disseminação na sociedade de práticas corruptas. Essa interpretação do entrevistado é corroborada por termos como “enraizada”.

Esse período do discurso do enunciador refere-se a uma abordagem do paradigma nominalista, pois, conforme Jiang, Lo e Li (2012), relaciona o ambiente estrutural e seus agentes como parte da dinâmica da construção do fenômeno. Jancsics (2014) aborda a corrupção a partir de uma abordagem relacional, assim como o enunciador. Para o autor, nessa abordagem, a corrupção surge da associação de agentes de forma interpessoal.

Embora em seu discurso, inicialmente, discorra sobre essas questões, o entrevistado finaliza, limitando-se a uma semântica que expressa o seu reconhecimento do termo como uma quebra de regras, por meio da seleção lexical: “mas é isso, penso que qualquer tipo de quebra de decoro, qualquer tipo de quebra de regras, qualquer tipo de...é...é... de não obediência àquilo que foi pactuado”.

O fragmento 011, extraído do discurso proferido pela entrevistada Elvira, define a corrupção como o desvio de finalidades, assim como o da entrevistada Alzira (fragmento 009):

É o roubo, tirar de quem, do lugar certo por si próprio, né? Tirar do público pro seu bem próprio, fazer um ato que beneficia-se a si mesmo ou a outro. Então, em política, agora que tá acontecendo muito..., né? (Elvira, em entrevista, 2017).

A entrevistada inicia a oração com a expressão “é o roubo”, deixando subentendido que a quebra de normas e a ilegalidade estão ligadas ao seu conceito para o termo. Ela ainda enfatiza, por meio da seleção lexical “tirar de quem, do lugar certo por si próprio, né? Tirar do público pro seu próprio bem”, que o ato corrupto está ligado ao desvio de finalidade.

Ao final do enunciado, ela utiliza o exemplo: “Então, em política, agora que tá acontecendo muito..., né?”. Essa é uma reafirmação de um senso de que as atividades corruptas são, prioritariamente, protagonizadas por agentes políticos, o corresponde ao que Filgueiras (2006) apresenta como perspectiva teórica e intitula corrupção política, apontando o autor como consequência a deslegitimação da ordem política. Todo o senso de transgressão de normas presente em alguns dos fragmentos anteriormente apresentados estão presentes também no fragmento 012, que extraído do discurso da entrevistada Carla:

No meu conceito, é você alterar, é você fazer uma coisa que está fora do que deveria ser feito corretamente. Então, você está corrompendo aquilo ali, você está desviando, né? E corrupção, a gente olha muito pra cima, né? Mas igual você falou, a gente está aqui, a gente vive com ela, conosco mesmo, fazendo ela, dia a dia, né? Ela é muito ampla, ela não é uma palavra que só diz de falcatruas, tem muitas outras coisas, ela é bem maior... (Carla, em entrevista, 2017).

Ao utilizar a seleção lexical “é você fazer uma coisa que está fora do que deveria ser feito corretamente”, a entrevistada utiliza o verbo “dever” no futuro do pretérito, indicando um desejo de ver o que ela chama de “ser feito corretamente”. Ao usar as palavras “corrompendo” e “desviando”, ela associa o sentido de corrupção ao de desvio do que podemos subentender que estaria normatizado, estabelecido.

Nesse agrupamento de fragmentos, os discursos foram produzidos a partir da realização da entrevista individual com os participantes da pesquisa. Os respondentes produziram esses discursos em seus ambientes de trabalho, de forma individual, expressando suas opiniões pessoais. A distribuição do texto ocorre sem uma expressão clara de intertextualidade nos discursos proferidos.

A conexão desses discursos com um paradigma legalista está expressa nos fragmentos apresentados, uma vez que a preocupação percebida nas falas dos entrevistados está em associar a corrupção com transgressão de regras. É como se, na visão desse grupo de entrevistados, o fenômeno fosse resumido a uma ação de desvio de normas e de regras. O significado do ato, para eles, existe em função de regras que existem e que são quebradas, originando a corrupção.

Nesse grupo de discursos há, em comum, algumas inferências que associam as atividades de agentes políticos reconhecidas pelo senso comum como corruptas. No fragmento 010 e 011, são feitas afirmações a esse respeito, embora de forma distintas. Enquanto, no fragmento 011, a entrevistada expõe que a política “agora está acontecendo muito, né?”, possivelmente, pela repercussão propagada pela mídia, no fragmento 010, o entrevistado inicia, enfatizando em seu discurso, a prática de corrupção por agentes políticos.

O fragmento aponta que, na sua interpretação, a prática não é exclusiva de agentes políticos, mas, também, da iniciativa privada e de “vários elementos que compõem a sociedade”. Essa colocação corrobora a abordagem relacional da corrupção proposta por Jancsics (2014), na qual o autor entende que a motivação para a prática do ato surge do aproveitamento de associações com outros, baseando-se em uma forma de relacionamento

interpessoal e funcionando como uma rede informal por trás das estruturas organizacionais formais.

4.1.3 Corrupção como um custo social: correntes moralista e revisionista.

O fragmento 013 é um exemplo de interpretação de um grupo de entrevistados que conceituaram a corrupção como um custo social:

Eu acho que a corrupção, ela está muito ligada à desonestidade da pessoa, né? Porque o corrupto, ele é desonesto, né? E ele sendo desonesto, ele tá prejudicando alguém, disso aí você não tenha dúvida, né? Às vezes, você quebrar uma regrinha de uma lei, ela não vai prejudicar. Às vezes, ela pode beneficiar, mas o termo corrupção, isso, com certeza, vai prejudicar alguém ou prejudicar muitas pessoas. Nós estamos vendo isso aí hoje, falando aí até em bilhões, né? Envolvido na corrupção no poder público, com o corruptor tem que, isso não está mais inserido só no poder público, né? Tá, também atingiu também as instituições fora do poder público. Então, eu acho que corrupção é mais ou menos isso aí, é a desonestidade dos cidadãos que está ali pra poder trabalhar em função da sociedade, do povo... (Galeno, em entrevista, 2017).

O enunciador do fragmento 013, o entrevistado Galeno, utiliza em seu discurso a ênfase no adjetivo desonesto, utilizando-o por três vezes no período composto e sendo representado pela seleção lexical: “Eu acho que a corrupção, ela está muito ligada à desonestidade da pessoa, né? Porque o corrupto, ele é desonesto, né? E ele sendo desonesto, ele tá prejudicando alguém”.

Até esse ponto de seu discurso, o enunciador utiliza conceitos relacionados à corrente moralista, conforme proposto por Silva (1994) quando afirma que essa corrente se liga a questões éticas como a essência da corrupção. Mas o enunciador, ao passo que liga o conceito da corrupção a uma prática desonesta, traz uma semântica para a seleção lexical “Às vezes, você quebrar a regrinha de uma lei, ela não vai prejudicar. Às vezes, ela pode beneficiar”, minimizando os efeitos da quebra de regras.

Em um outro sentido, o entrevistado enfatiza em seu discurso que o conceito de corrupção não está somente relacionado à quebra de regras, mas, também, ao fato de ser prejudicial a alguém ou algum grupo. Conforme demonstrado na seleção lexical “mas o termo corrupção, isso, com certeza, vai prejudicar alguém ou prejudicar muitas pessoas”, a conjunção adversativa frente ao período anterior minimiza a quebra de regras, fortalecendo o discurso de que a quebra de regras pode até ser aceitável, mas a corrupção jamais deve ser. O

entrevistado Renato, de cujo discurso foi extraído o fragmento 014, sintetiza a definição de corrupção como uma forma de prejuízo a um sistema:

Corrupção eu acho que é tudo, toda e qualquer forma, toda e qualquer prática que ela afeta negativamente ou interfere negativamente dentro do funcionamento de um sistema, não é? Principalmente, quando ela é em benefício próprio ou de outrem (Renato, em entrevista, 2017).

Na seleção lexical “Corrupção eu acho que é tudo, toda e qualquer forma, toda e qualquer prática”, há uma formação semântica que indica, por meio da utilização de pronomes indefinidos variáveis, uma interpretação genérica do entrevistado sobre o fenômeno. A utilização do advérbio “negativamente” denota que, ao enunciador, esse é um ato que prejudica o que ele denomina como um sistema, sendo uma formação discursiva que indica, ainda que de forma superficial, o reconhecimento do prejuízo coletivo ao se praticar o ato corrupto.

O fragmento 0015, extraído do discurso do entrevistado Francisco, demonstra a interpretação da corrupção como o desvio de recursos, aos quais estariam inicialmente destinados, como um desvio de finalidade:

Olha, eu tô no grupo que todo mundo acha que é corrupção porque as demais corrupção que a gente entende, assim, que é pra um coletivo melhor, pra uma convivência maior que, às vezes, você cria uns mecanismos de corrupção pra quê? Pra atender um pequeno grupo. Isso parece que não nos incomoda de forma, de grupo mesmo, de equipe, mas você tem. Eu, no meu pensamento, aquela corrupção que realmente incomoda é aquela corrupção que você tira um recurso e esse recurso é destinado naquele lugar. Você descobre aquilo lá, fica sem aquele recurso e depois você procura uma outra causa pra justificar aquilo, essa é em termos de recurso financeiro, eu acho que isso é muito sério (Francisco, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “Olha, eu tô no grupo que todo mundo acha que é corrupção” traz uma formação semântica que indica que, para o enunciador, a sua interpretação de corrupção se assemelha ao que ele acredita ser a interpretação da maioria, o que pode ser observado pelo uso de palavras como o pronome indefinido “todo” e o substantivo “mundo”.

No período que segue a seleção lexical “porque as demais corrupção que a gente entende, assim, que é pra um coletivo melhor”, o enunciador relativiza a prática da corrupção, apontando que, em sua interpretação, há uma aceitação à prática desses atos, desde que sejam justificados, tendo em vista o bem da coletividade. A locução pronominal “a gente”, que tem a semântica do pronome pessoal nós, também indica como o enunciador acredita que o seu pensamento vai ao encontro do pensamento das demais pessoas.

Essa noção do entrevistado de que a corrupção pode ser benéfica algumas vezes é consonante com a concepção de corrupção presente na corrente revisionista, o que está

presente na perspectiva de autores como Bardhan (1997), o qual utiliza exemplos como o da “era dourada” norte-americana, na qual existe uma associação entre o crescimento econômico e a corrupção praticada em desobediência às legislações estaduais e municipais.

No discurso do entrevistado, por meio da seleção lexical “aquela corrupção que realmente incomoda é aquela corrupção que você tira um recurso e esse recurso é destinado naquele lugar, você descobre aquilo lá, fica sem aquele recurso e depois você procura uma outra causa pra justificar aquilo, essa é em termos de recurso financeiro”, há uma formação semântica de que a corrupção incomoda quando praticada em função do desvio de recursos financeiros. Quando o enunciador utiliza palavras como “recurso”, “tira” e “destinado”, entendemos que isso remete ao conceito de grande corrupção. A utilização de pronomes demonstrativos que se referem à terceira pessoa, como “naquele”, “aquele”, “aquilo”, reforça também o distanciamento do que ele define como corrupção, demonstrando que, dentro da sua interpretação quanto ao termo, ele descarta que tais práticas façam parte de seu dia a dia.

O fragmento 0016 discorre de forma direta sobre o custo social da corrupção, conforme interpretação da entrevistada Paula:

Olha, eu não sei se é o termo correto, mas corrupção é quando eu me aproprio de algo, eu vou ter em benefício próprio algo que seria de uma comunidade, né? Eu acho que isso é uma corrupção, eu acho que é violar direitos de um grupo ou de algumas pessoas em prol pra beneficiar outras ou a própria pessoa, né? (Paula, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “eu acho que é violar direitos de um grupo ou de algumas pessoas em prol pra beneficiar outras ou a própria pessoa, né?)” apresenta uma formação semântica, por meio das palavras “violar”, “direitos”, “beneficiar” e “própria”, que infere que a corrupção traz um custo social em detrimento de benefícios próprios.

Um fator que também pode ser destacado é a dificuldade que os entrevistados têm em apresentar, de forma clara, uma definição para o termo. No discurso do enunciador João, conforme fragmento 003, ele diz que “Então, pra mim, assim, é difícil você chegar a uma definição, porque parece que é uma coisa muito... não tem um conceito, parece muito claro [...]”, demonstrando a dificuldade para conceituação do termo, assim como explicitamos na seção 2.1.1 deste trabalho, haja vista a abrangência e a amplitude que devem ser consideradas para a definição do termo corrupção.

Tal observação é feita também pela entrevistada Débora, no fragmento 008, quando ela afirma que “Corrupção eu acho um termo tão abrangente, né? [...]”, o que nos remete ao

que Brei (1996) trata como o envolvimento de subjetividades individuais e de sentimentos denominados intensos na conceituação do termo.

Os discursos que entendem a corrupção como um custo social foram produzidos a partir da realização da entrevista individual com os participantes da pesquisa, em seus ambientes de trabalho, expressando suas opiniões pessoais. Este padrão de discursos, conforme apontado por Brei (1996) entendem que na concepção de corrupção pública, os poderes e instalações são pertencentes a todos, então, quando há a prática de corrupção, o ônus é de toda a sociedade.996.)

A distribuição dos discursos ocorre sem uma intertextualidade aparente e a coerência dos textos está amparada em pressupostos ideológicos que indicam, no caso dos fragmentos 0013 e 0015, a prática capitalista de priorizar o benefício próprio, uma vez que ambos relativizam a prática da corrupção quando assumem aceitá-la quando essa não traz prejuízos em larga escala. No entanto, quando são praticadas por instâncias superiores e em um âmbito maior, essas práticas se opõem a essa ideia anteriormente evocada, dando a noção de que as práticas corruptas, quando trazem prejuízo coletivo e são praticadas em outras instâncias, não são aceitáveis.

Os fragmentos 0014 e 0016 demonstram a interpretação dos entrevistados, os quais utilizaram inferências diretas e se amparam no prejuízo que a corrupção pode trazer a um sistema. O fragmento 0016, inclusive, expressa, por meio da interpretação da violação de direitos sociais, um discurso que se ampara em pressupostos socialistas para demonstrar a corrupção como uma quebra desses direitos sociais.

A prática social na qual os discursos foram construídos não se opõem às ordens do discurso, uma vez que, mesmo levantado pelos enunciadores de que há um prejuízo e um custo social, parte desses discursos (fragmentos 0013 e 0015) evidenciam a condenação da prática da corrupção por agentes que se encontram em níveis sociais hierarquicamente superiores aos deles, o que pode impedi-los de reconhecer a corrupção em seu ambiente e até mesmo de refletirem e fazerem uma autocrítica sobre a prática dos atos corruptos por eles próprios. Entretanto, a matriz social, que é comum em outros discursos (fragmentos 0014 e 0016), demonstra uma interpretação dos prejuízos existentes nas relações de poder e na prática da corrupção, o que contraria as estruturas sociais dominantes.

4.2 Compreendendo a perpetuação da corrupção nas organizações a partir da interpretação dos entrevistados.

Analisando os discursos dos participantes da pesquisa a partir da ACD, foi possível observar que, dentre eles, existem alguns discursos que apontam para elementos indicadores da perpetuação da corrupção nas organizações. Durante a realização das entrevistas, foram encontradas cinco possibilidades, com variações de padrões de discursos, que podem influenciar na perpetuação da corrupção nas organizações: a) A influência da mídia na interpretação do fenômeno; b) A negação da existência de corrupção no ambiente profissional; c) O ambiente profissional como provedor de situações de corrupção; d) A relação que a corrupção possui com as organizações; e e) A compreensão do papel do Estado e a sua relação com a perpetuação da corrupção.

4.2.1 A influência da mídia na interpretação do fenômeno

O fragmento 0017, emitido pela entrevistada Elvira, demonstra como sua interpretação do fenômeno está associada à influência da mídia, até mesmo na compreensão do que é, de fato, o fenômeno:

Não na minha história de vida profissional, eu não enxergo isso não. Eu acho que é mais o momento mesmo agora, que já está observando mais, né? Sabia-se que tinha, mas agora, com esse três anos aí de operação aí, eu acho que tudo está ficando mais claro, as relações de polícia, de procuradoria, pelo menos pra mim está. Supremo, Legislativo, Executivo, tá sendo uma aula. Eu nunca fui muito politizada, não sou muito envolvida nisso. Então, eu acho que agora é por causa desse momento. Na minha vida profissional, eu não enxergo... (Elvira, em entrevista, 2017)

O discurso foi feito pela enunciativa quando questionada se o conceito e interpretação que ela tem sobre a corrupção está mais ligada à sua história de vida pessoal ou profissional. Como podemos observar na seleção lexical “Não na minha história de vida profissional, eu não enxergo isso não”, a enunciativa enfatiza, por meio do advérbio de negação “não”, em três momentos distintos da seleção, que a sua interpretação sobre o fenômeno não surge a partir de suas experiências profissionais. Na seleção lexical “Sabia-se que tinha, mas agora, com esses três anos aí de operação aí...”, a entrevistada faz menção à operação Lava Jato.

A seleção lexical “eu nunca fui muito politizada, não sou muito envolvida nisso. Então, eu acho que agora é por causa desse momento” traz uma formação semântica de que o momento atual do país, no que diz respeito à corrupção, é exposto pela mídia, representando a interpretação que a enunciativa tem sobre a corrupção.

A partir dessa afirmação, e analisando o que a entrevistada Elvira entende como o papel da mídia no Brasil em relação à corrupção, por meio do fragmento 0018, podemos inferir que a sua interpretação sobre o que é corrupção é influenciada pelo que é exposto na mídia:

Então, hoje, tá um bombardeio, né, de notícias, Acho que está até exagerado assim, mas, por um lado, é muito bom, a gente, a população gosta, mas acho que hoje tá assim, talvez, sai notícia até sem mesmo uma coisa tão ainda já correta pra passar, mas acho que ajuda muito o pessoal a ter consciência... A mídia colabora, eu acho que colabora mais do que atrapalha... Pra nós, que estamos sendo passivos, pro pessoal, que está lá agora envolvido, eu acho que tá sendo até demais, né? (Elvira, em entrevista, 2017)

A seleção lexical “mas, por um lado, é muito bom, a gente, a população gosta” que sucede a frase “Então, hoje, tá um bombardeio, né, de notícias. Acho que está exagerado assim”, por meio do uso da conjunção adversativa “mas”, indica que, na visão da enunciadora, há a sensação de que são muitas as notícias sobre corrupção, o que, na sua visão, é bom. Além disso, com o uso da locução pronominal “a gente”, ela estende o seu posicionamento a toda a população. Na seleção lexical “A mídia colabora, eu acho que colabora mais do que atrapalha... Pra nós, que estamos sendo passivos”, a enunciadora utiliza o adjetivo “passivo”, precedido do pronome “nós”, para indicar que a população é passiva diante do comportamento corrupto e conclui, na formação semântica, que a mídia, na sua visão, colabora no processo contra a corrupção.

Essa interpretação da corrupção a partir do que é exposto na mídia também pode ser observada nos discursos dos entrevistados Joaquim e Galeno, conforme os fragmentos 019 e 020, respectivamente:

Fragmento 019

Mais pelas experiências das notícias que a gente vê, né? De todo um contexto até histórico do país, né? Desde muito tempo, existe esse chamado "jeitinho brasileiro" que a gente, infelizmente, ainda tem na nossa cultura, né? (Joaquim, em entrevista, 2017).

Fragmento 020

Não, eu não cheguei a vivenciar essa questão, com relação a minha pessoa não... O que a gente vê, o que a gente mais vê é na mídia e, assim, a gente consegue ver alguma coisa, assim, próximo da gente, né? Assim, alguma coisa próximo de mim, eu não me recordo pra mim te citar o exemplo, mas, assim, eu vivenciar... (Galeno, em entrevista, 2017).

O entrevistado Joaquim indica, em seu discurso, que a sua interpretação sobre o fenômeno corrupção, tanto para conceituá-lo, quanto para exemplificá-lo, provém das notícias que ele toma conhecimento a respeito do assunto por meio da mídia. Essa formação semântica

é expressa pelas palavras “a gente vê, né?”. Além disso, o discurso indica ainda que o que ele considera como “jeitinho brasileiro”, por meio do uso da palavra “infelizmente”, uma forma de corrupção, percebendo esse tipo de ação de uma forma negativa.

O fragmento 020, emitido pelo entrevistado Galeno, também utiliza a mídia e a locução pronominal “a gente” para generalizar o que o enunciador acredita ser a influência principal para a sua noção de corrupção. Em seu discurso, o entrevistado deixa clara a dificuldade que tem em observar acontecimentos relacionados à corrupção que aconteçam próximo a ele.

Esse discurso do entrevistado Galeno, observado no fragmento 020, assim como os discursos presentes nos fragmentos 0018 e 0019, emitidos por Elvira e Joaquim, respectivamente, demonstram que a noção de corrupção desses entrevistados é relativa às práticas da “grande corrupção”, uma vez que esse tipo de corrupção, conforme aponta Heidenheimer (2002), se desenvolve, geralmente, de forma confidencial nas negociações e não é de conhecimento do público em geral, embora alguns casos sejam, eventualmente, noticiados pela grande mídia.

A relação que a mídia pode ter com os escândalos de corrupção foi explorada por Numerato (2016), com a apresentação dos conceitos de corrupção *ex-ante* e *ex-post*, nos quais a mídia pode participar como agente de esquemas de corrupção. Segundo o autor, a mídia pode tanto minimizar a atenção para um escândalo de corrupção, não o denunciando, quanto receber um suborno para formar opiniões de massa, endossando atos corruptos.

Dessa forma, quando os enunciadores demonstram, por meio de seus discursos, a noção de corrupção que têm a partir do que é exposto pela mídia, podemos entender que esse posicionamento incorre em um risco de perpetuação do fenômeno, pois a confiança nas informações expostas pela mídia pode propiciar um certo comodismo em perceber a corrupção que ocorre mais próxima a eles.

Diferentemente do que ocorre no fragmento 018, extraído da entrevista de Elvira, o entrevistado Galeno, como podemos observar no fragmento 021, tem uma interpretação do papel da mídia ao informar a corrupção, considerando o seu papel influenciador:

Ela acaba construindo... e a mídia, quando ela bate forte, ela acaba sendo o quarto poder, porque ela influencia na opinião das pessoas. Se você, as pessoas, a maioria das pessoas pegar um jornal e dizer que o Odelmo é corrupto, maior parte da população vai, entendeu? Então, assim, na opinião, na formação de opinião das pessoas, a mídia tem uma influência enorme e, quando a mídia diz alguma coisa, todo mundo já tem a sua opinião pronta, né? Se ela falar bem da pessoa, a maioria vai, não vai condená-la e tal, mas, se ela disser alguma coisa que condene, que julgue a pessoa... Não sei se você lembra de um caso que acho que, em Santos, não

sei aonde que a população lincharam uma mulher lá, porque falaram que ela era sequestradora de criança não sei, né? E não era nada disso (Galeno, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “na opinião, na formação de opinião das pessoas, a mídia tem uma influência enorme” tem uma formação semântica, por meio do uso de palavras como “opinião”, verbo “formar” e adjetivo “enorme”, que indica que, na interpretação do enunciador, a mídia é formadora de opinião dos indivíduos. Desse modo, percebemos que a estrutura textual utilizada pelos enunciadores remete, por meio dos elementos utilizados, a uma interpretação da corrupção influenciada pela mídia.

Nesse sentido, devem ser levadas em consideração as constatações de Breit (2010) sobre o papel da mídia e a criação do sentido para a influenciar na compreensão de uma população acerca da corrupção. Conforme o autor, diferentes discursos permitem concepções e suposições diferentes sobre aspectos particulares do fenômeno.

A influência da mídia na concepção da corrupção aponta ainda para a possibilidade, também levantada por Breit (2010), de que podem haver algumas formas de conduções das representações da corrupção que variam de acordo com contextos sociais específicos e podem ser excluídas, ou mesmo marginalizadas, não tendo legitimidade. Isso, de certa forma, limita o conhecimento e a possibilidade de um pensamento crítico a respeito do fenômeno.

A produção dos discursos analisados foi feita para o consumo em um ambiente acadêmico. Embora tenham sido produzidos em seus ambientes de trabalho, foram expressas as opiniões pessoais dos entrevistados, que podem sofrer influências diversas, inclusive, do próprio ambiente no qual estavam inseridos no momento da entrevista. Nos fragmentos 017 e 018, ambos emitidos pela entrevistada Elvira, o gênero dos textos pode ser associado ao de um funcionário da organização que se reconhecia como gestor no momento da entrevista, sem a utilização de uma linguagem formal para elucidar suas ideias. A produção pode ser entendida como individual, mas também há influência da organização em sua fala.

O texto produzido pelos entrevistados Joaquim e Galeno, responsáveis pelos fragmentos 019 e 020, respectivamente, assemelha-se ao da enunciadora Elvira. A produção dos discursos, no caso dos fragmentos 019 e 020, expressa a ideia individual dos enunciadores, fazendo a construção de seus discursos uma conexão com o que a mídia propõe sobre o tema para expressar suas ideias.

No caso do entrevistado Galeno, quanto ao fragmento 021, há também a inferência de exemplos que o enunciador observa no dia a dia, recepcionando, assim, o papel da mídia para a construção de suas ideias.

Na análise da prática social dos discursos, observamos que os sentidos dos discursos compactuam com as estruturas sociais dominantes, uma vez que demonstram como outros discursos, como o do “jeitinho brasileiro” ser inerente ao “brasileiro”, expresso no fragmento 019, podem ser utilizados sob a influência da mídia como forma de promover a aceitação de definições e conceitos de corrupção sem um questionamento por parte dos entrevistados. Em seus discursos, os entrevistados demonstraram perceber a corrupção que é exposta pela mídia, o que pode ser um fator para manutenção do estado atual da corrupção nas organizações.

4.2.2 A negação da existência da corrupção no ambiente profissional.

Um outro fator que nos chamou a atenção nos discursos foi o fato de que, quando questionados os entrevistados se a construção dos conceitos de corrupção provinha de suas experiências profissionais ou pessoais, um grupo maior asseverou a isenção da influência do meio profissional como formador do conceito que tinham a respeito do fenômeno. O fragmento 017, no qual a entrevistada Elvira, por meio da seleção lexical, aponta que “Não, na minha história de vida profissional, eu não enxergo isso não”, traz uma formação semântica que indica a negação da observação da corrupção em sua história profissional.

O fragmento 020 indica uma postura do enunciador quando perguntado se há relação de suas experiências profissionais, conforme sua interpretação de corrupção, de isentar a sua imagem de uma possível associação com a corrupção. Por meio da seleção lexical “Não, eu não cheguei a vivenciar essa questão, com relação a minha pessoa, não”, o enunciador utiliza uma semântica que evidencia a sua pessoalidade no que ele entende como experiência profissional, negando a sua vivência em relação ao ato corrupto e deixando explícito que a corrupção nunca fez ou faz parte de sua vivência profissional.

A entrevistada Cláudia, assim como Elvira e Galeno, emite um discurso de negação das experiências profissionais como fator influenciador para sua interpretação da corrupção, conforme fragmento 022:

Não é do meu dia a dia, dessas experiências profissionais não... até o pessoal fala assim: "nossa, mais é muito fácil fazer corrupção", principalmente, a gente que trabalha com o serviço público. A pessoa fala "mais é fácil fazer coisas erradas, né?" Eu não entendo como que é fácil. É só quem tá lá em cima, né? Quem está com o poder na mão, porque, assim, eu não consigo, aqui tudo é feito através de licitação, tudo você tem que comprovar, tudo você tem que ter nota fiscal. Então, eu não sei

como que é fácil, eu não acho fácil... essa facilidade tremenda não, eu acho que, quando você tem um poder maior, aí sim... aí eu acho que você consegue infringir as leis, né? Que entra nessa parte das leis... (Cláudia, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “eu acho que, quando você tem um poder maior, aí sim... aí eu acho que você consegue infringir as leis, né? Que entra nessa parte das leis...” dá um sentido ao discurso da enunciativa de que, em níveis hierárquicos superiores, a prática da corrupção é mais propensa a ocorrer. A entrevistada utiliza a palavra “poder” e o adjetivo “maior” para se referir à prática da “grande corrupção” (HEIDENHEIMER, 2002; MASHALI, 2012).

Em outros períodos de seu discurso que antecedem esse raciocínio, a enunciativa utiliza o pronome pessoal “eu” e o pronome de tratamento “você” na seleção lexical “...porque, assim, eu não consigo, aqui tudo é feito através de licitação, tudo você tem que comprovar, tudo você tem que ter nota fiscal. Então, eu não sei como que é fácil, eu não acho fácil... essa facilidade tremenda não...” para discorrer que a única experiência profissional que ela toma como influência para sua interpretação da corrupção é o exercício de suas próprias funções. Com essa afirmativa, a enunciativa deixa subentendido que, para ela, a ocorrência de corrupção está distante de seu ambiente profissional e que a prática do ato é fácil para quem está no topo da hierarquia. A frase “eu não acho fácil... essa facilidade tremenda não” demonstra como a enunciativa defende a dificuldade da prática da corrupção no exercício de suas funções e, consequentemente, no seu ambiente profissional. O adjetivo “tremenda”, que ela utiliza após a negação da facilidade da prática de atos corruptos, enfatiza, conforme sua visão, que as pessoas consideram fácil realizar atos de corrupção no setor público. Tal negação de aceitação da existência da corrupção no ambiente profissional da entrevistada pode indicar uma dificuldade, por parte dela, em analisar de forma mais profunda seu ambiente profissional e, assim, criar barreiras para sua interpretação da corrupção.

Nesse padrão de discursos, percebemos que os entrevistados tomam como conceito para o fenômeno a chamada “grande corrupção” (HEIDENHEIMER, 2002; MASHALI, 2012), ou “corrupção de segunda ordem” (ZYGLIDOPOULOS, 2016), ignorando a presença da “pequena corrupção” (MASHALI, 2012) que ocorre, no seu dia a dia, no nível organizacional, abaixo do gerencial, e sem uma organização prévia, ao contrário da grande corrupção.

O fragmento 022, emitido por Cláudia, foi também obtido em seu ambiente profissional a partir da realização de entrevista individual, tendo a enunciativa conhecimento de que o consumo de seu discurso se daria em ambiente acadêmico. Ela o constrói com a

distribuição a partir de cadeias intertextuais que, nesse caso, é proveniente de falas informais de outros indivíduos que a enunciadora utiliza para desenvolver seu argumento.

Os fragmentos 017, 020 e 022, quando analisados pela perspectiva da prática social, podem ser entendidos como condizentes com a atual estrutura social hegemônica, uma vez que é um discurso que nega a existência de corrupção no ambiente organizacional, reforçando o papel das organizações como instituições isentas de responsabilidade com a corrupção. Ignorando a existência do fenômeno em sua realidade profissional, os enunciadores caracterizam as organizações em um discurso ideológico que preconiza o ambiente profissional das organizações como ideal, uma vez que, nesse tipo de ambiente, não seria notada a corrupção. Essa visão colabora para que o conceito de corrupção seja cada vez mais aquele disseminado pela mídia que, geralmente, refere-se a casos da chamada grande corrupção e propicia a perpetuação do fenômeno no âmbito das organizações, pois diferentes tipos de prática de corrupção nos níveis micro (pequena corrupção) são ignorados e contribuem para a manutenção do problema.

4.2.3 O ambiente profissional como provedor de situações de corrupção.

Outro padrão diferente de discursos e que admite as experiências profissionais como intrínsecas às experiências de vida de cada um, bem como não faz a separação de vivência profissional de vivência pessoal, também foi encontrado. Nesse grupo de respostas, os sujeitos adotam uma postura em que consideram as experiências vividas no ambiente profissional como parte de sua formação pessoal e, a partir disso, reconhecem a experiência de vivenciar situações corruptas no ambiente de trabalho.

O fragmento 023, que foi extraído do discurso do entrevistado José, não só exemplifica o conceito que ele tem de corrupção no ambiente profissional, como, também, o reconhece como maior influenciador, conforme sua conceituação:

É, corrupção a gente sempre associa a servidores públicos que recebem algum benefício pra facilitar certas ações, né? Principalmente, em se tratando de licitações...é essa área, né? Que envolve empresas que, onde é necessário pra executar... fazer o trabalho, licitações e tudo mais. Então, a gente associa muito a isso, embora deve ocorrer também em outras situações, né? Mas, mais nesse sentido mesmo. É fruto mais do ambiente profissional, né? Embora também você vê que há uma certa cultura do brasileiro, é com a corrupção e com um monte de coisa, né? Então, assim, mesmo no nível pessoal, também, às vezes, você vê pessoas fazendo atos que é o que poderia ser uma forma de corrupção... (José, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “a gente sempre associa a servidores públicos que recebem algum benefício pra facilitar certas ações, né?” tem a formação semântica de que é comum as pessoas, de modo geral, acreditarem que servidores públicos recebem benefícios para praticar atos corruptos. Tal afirmação feita pelo enunciador está de acordo com o que Tanzi (1998) cita como passível de corrupção o ambiente da administração pública, quando o autor enfatiza o poder monopolista e discricionário do Estado como um facilitador da corrupção.

O enunciador utiliza palavras como a locução pronominal “a gente”, o advérbio de tempo “sempre” e o verbo “associar” no tempo presente, indicando que, em sua visão, a corrupção, como ele a percebe hoje, acontece nesse campo. Por meio da seleção lexical “Principalmente, em se tratando de licitações...é essa área, né? Que envolve empresas que, onde é necessário pra executar...fazer o trabalho”, o enunciador reforça, mais uma vez, com o uso da palavra “principalmente”, o quanto ele acredita que o setor de licitações públicas pode ter envolvimento com práticas corruptas, uma vez que esse setor, no seu entendimento, tem grande envolvimento com empresas.

Ainda, o entrevistado, por meio da seleção lexical “É fruto mais do ambiente profissional, né? Embora também você vê que há uma certa cultura do brasileiro”, expõe como ele acredita que formou a sua interpretação sobre o que é corrupção. Utilizando a palavra “mais” como advérbio de intensidade, ele afirma que o seu ambiente profissional é a principal referência para sua noção do fenômeno e, ainda, indica, com o uso da conjunção adversativa “embora”, que a “cultura do brasileiro”, como ele chama, é uma influência para a sua interpretação sobre corrupção para além do ambiente profissional.

A entrevistada Alzira, em seu discurso, que pode ser observado no fragmento 024, indica um padrão de formação de interpretação a partir tanto de sua vivência pessoal, quanto profissional, assim como o entrevistado João, ressaltado no fragmento 025:

Fragmento 024

Tem muito, experiência profissional... formação. Sou formada em direito também, tem uma... eu acho que é uma junção das duas (Alzira, em entrevista, 2017).

Fragmento 025

Então, pra mim, eu, particularmente, não consigo diferenciar a minha vida profissional, faz parte da minha vivência pessoal. Então, pra mim, está mais ligado ao lado profissional mesmo, às minhas funções que eu tenho dentro do hospital, a minha formação mesmo, que faz parte da minha vida também, é um fragmento da minha vida, mas é mais pro lado profissional. De repente, se eu não trabalhasse na área que eu trabalho, talvez, eu não sei se eu teria essa concepção tão fácil, de eu enxergar dessa forma, mas eu entendo também, eu não sei se é, mas, por exemplo, eu acho que a corrupção também, ela acontece de uma forma, quando alguém tenta, por exemplo... eu sou gerente. Então, eu não tenho tanto essa influência assim, mas vamos supor que eu fosse diretor do hospital. Com certeza, se eu fosse diretor do

hospital, eu ligo no ambulatório, na gerência do ambulatório e consigo uma vaga fácil, não que eu provavelmente faria uma imposição mais tipo assim. O gerente do ambulatório está recebendo uma ligação do diretor e ele não vai liberar uma vaga pra ele? Então, isso me parece um pouquinho, uma pontinha de corrupção assim também, sabe? E se a gente for levar nessa análise, na verdade, todos somos corruptos, porque eu nunca vi ninguém, não conheço ninguém que nunca pediu um favor, que não pediu alguma coisa, entendeu? Só que, em alguns momentos, você pede, mas é um pedido que não, você tem um fluxo, que não vai atrapalhar a vida de outra pessoa, entendeu? (João, em entrevista, 2017).

A enunciadora do fragmento 024, Alzira, afirma que sua concepção do termo corrupção é uma junção das suas experiências profissionais e pessoais, e o enunciador do fragmento 025, João, desenvolve um pouco mais seu discurso, que é semelhante ao de Alzira.

No fragmento 025, exprimindo seu posicionamento pessoal e dando ênfase a ele, João utiliza o pronome oblíquo tônico “mim”, o pronome pessoal “eu” e o pronome possessivo “minha” na seleção lexical “Então, pra mim, eu, particularmente, não consigo diferenciar a minha vida profissional, faz parte da minha vivência pessoal”. Assim, o entrevistado reforça a sua interpretação de que a sua vida profissional está integrada a sua vida pessoal.

O enunciador, no período “...a minha formação mesmo, que faz parte da minha vida também, é um fragmento da minha vida também, mas é mais pro lado profissional”, até menciona sua formação como influenciadora da sua interpretação sobre a corrupção. No entanto, utiliza a conjunção adversativa “mas” e reforça a ideia de que sua concepção advém, principalmente, de suas experiências profissionais.

A seleção lexical “O gerente do ambulatório está recebendo uma ligação do diretor e ele não vai liberar uma vaga pra ele? Então, isso me parece um pouquinho, uma pontinha de corrupção assim também, sabe?” traz uma formação semântica, por meio do uso de palavras como “gerente” e “diretor”, de que a hierarquização na organização traz privilégios aos níveis mais altos, pois o período “ele não vai liberar um vaga pra ele?” é uma indagação que o enunciador faz, admitindo que a corrupção pode ser praticada quando orientada por superiores.

A formação semântica para a seleção lexical “E se a gente for levar nessa análise, na verdade, todos somos corruptos, porque eu nunca vi ninguém, não conheço ninguém que nunca pediu um favor, que não pediu alguma coisa, entendeu?” é a de que o enunciador, por meio do uso da locução adverbial “na verdade”, tem como certa a interpretação de que todas as pessoas são corruptas, incluindo ele, ao utilizar o verbo “ser” na terceira pessoa do plural.

Tal discurso do enunciador pode ser um dos fatores pelos quais a corrupção se institucionaliza em uma organização, uma vez que há uma tendência em se naturalizar a

prática. Ashfort e Anand (2003) afirmam que a institucionalização é o processo pelo qual as práticas corruptas são admitidas como rotina em uma organização. Nesse sentido, a fala do enunciador tende a fortalecer a prática de tais atos. O fragmento 026, emitido por Dalila, faz parte do grupo de discursos que associa as experiências de vivência pessoal e profissional para a formação do conceito de corrupção, enquanto que o fragmento 027, emitido por Carla, demonstra como ela admite a existência da corrupção em diferentes ambientes de sua vivência:

Fragmento 026

Pela vivência profissional, pela vivência também pessoal... Mistura, mistura tudo... É, e a gente percebe que ela existe... (Dalila, em entrevista, 2017).

Fragmento 027

Os dois, a gente vê isso em qualquer lugar, desde uma fila de cinema a uma fila do SUS, desde... Então, é em tudo, em qualquer lugar, infelizmente, o levar vantagem em tudo, né E não esperar o tempo certo ocasiona muitas coisas. (Carla, em entrevista, 2017).

O fragmento 026, por meio da seleção lexical “Pela vivência profissional, pela vivência também pessoal... mistura, mistura tudo...”, traz uma formação semântica de que as vivências profissionais e pessoais estão entrelaçadas e que o conceito de corrupção, para ela, é formado por ambas. No fragmento 027, a enunciadora Carla generaliza a sua interpretação da corrupção com o uso da locução pronominal “a gente” e do pronome indefinido “qualquer”, trazendo uma formação semântica para a seleção lexical, “...a gente vê isso em qualquer lugar, desde uma fila de cinema a uma fila do SUS”, de que, seja em ambientes externos ao seu trabalho ou no próprio, há exemplos que constroem a sua interpretação de corrupção.

O entrevistado Saulo, além de utilizar o discurso de associação da vida profissional à vida pessoal, complementa seu discurso de modo semelhante ao da entrevistada Carla, conforme fragmento 027, quando ele utiliza o argumento de que a corrupção está em todos os locais, conforme observamos no fragmento 028:

Todas, eu acredito que não tem como separar. Eu acho que é um conceito intrínseco a viver em sociedade, do momento em que você, quando criança, na presença dos pais, tem regras e você as descumpra ali. Eu vou dar um exemplo básico. Ficou acordado entre a família que você iria lavar a louça ou arrumar a cama. Você, por algum motivo, não cumpre. A partir daí, eu acho que já há essa traição dos pactos e, a partir dali, a gente começa a crescer no ambiente de corrupção. Se não há uma punição, se a gente não percebe a consequência dos nossos atos, e aí a gente vai criando... e aí, historicamente, a gente vem de uma colonização e de um processo de exploração e um processo onde o estado e a república ou a monarquia nunca foram

vistas como coisa para o povo, só na teoria. E a política nacional, ela é fisiologista, personalista, ela atende a interesses privados, a interesses escusos e a gente é isso, por isso que a gente já está até meio de saco cheio...desculpe a expressão (Saulo, em entrevista, 2017).

O enunciador, na seleção lexical “Todas, eu acredito que não tem como separar. Eu acho que é um conceito intrínseco a viver em sociedade”, utiliza o pronome “todas” para indicar que a sua interpretação da corrupção é advinda tanto de suas experiências profissionais quanto pessoais. Ele utiliza também o pronome pessoal “eu” para afirmar sua crença na não separação dessas experiências em profissionais e pessoais e, também, quando afirma que acredita ser um conceito intrínseco a viver em sociedade. Ao utilizar o adjetivo “intrínseco” para se referir à corrupção, o entrevistado deixa expressa a posição de que o fenômeno é fruto da vivência em sociedade, conforme Jancsics (2014) propõe nas abordagens estrutural e relacional do fenômeno. A seleção lexical “...e aí, historicamente, a gente vem de uma colonização e de um processo de exploração e o processo onde o Estado e a república ou a monarquia nunca foram vistas como coisa para o povo..” traz uma formação semântica na qual o enunciador, a partir da utilização do substantivo “historicamente”, da locução pronominal “a gente” e da expressão “coisa para o povo”, expressa que o Estado, de uma forma histórica, contribui para a imbricação da corrupção na sociedade quando não age a favor do povo, mas, sim, apenas dos governantes, independentemente do tipo de governo.

Tal atitude do Estado também foi abordada por Fonseca (2012) quando ele observou que Michel Foucault propõe a racionalidade biopolítica com uma influência direta sobre a vida dos indivíduos, com um Estado que governa sobre indivíduos e sobre a população, desenvolvendo uma série de intervenções políticas que corroboram para a manutenção de um estado de corrupção.

Os discursos em que se inserem os fragmento 023 a 028 foram emitidos por seus enunciadores em seus respectivos ambientes profissionais e a produção desses discursos ocorreu a partir da realização de entrevista individual. Os entrevistados tinham o conhecimento de que o consumo do texto se daria em um ambiente acadêmico. O discurso presente no fragmento 023 é construído a partir do uso das percepções pessoais do entrevistado. Enquanto, no fragmento 024, a entrevistada também reforça sua experiência pessoal na construção do discurso, no fragmento 025, ela cita as experiências profissionais como norteadoras da sua concepção de corrupção.

Ainda no fragmento 025, é possível perceber que há uma objetividade na fala do enunciador quando são citados, de forma direta, alguns exemplos de corrupção que

construíram o conceito do entrevistado. Os fragmentos 026 e 027 são concisos e objetivos no seu controle, enquanto o fragmento 028, além de conter objetividade, possui uma distribuição que não se observa nos demais, permeando-se pela intertextualidade, sendo utilizados exemplos, pelo enunciador, que elucidam o sentido de sua fala.

O trabalho inferencial para interpretação dos textos dos fragmentos 023 a 027 aos que se propõem a interpretá-los é de baixa complexidade, pois não exige referências ou conhecimento prévio com grande complexidade. Já quanto ao fragmento 028, a complexidade é média, pois os argumentos são fundamentados em eventos passados e que também necessitam de um conhecimento prévio sobre conceitos básicos da política nacional. O gênero e a produção dos textos se dão de forma individual com um tom coloquial que respeita a individualidade de seus enunciadores.

Nos fragmentos 023 e 025, os discursos têm uma matriz social que está de acordo com as estruturas e relações sociais predominantes e que os fundamentam. São discursos que legitimam a naturalização (Ex: fragmento 025: “E se a gente for levar nessa análise, na verdade, todos somos corruptos porque eu nunca vi ninguém, não conheço ninguém que nunca pediu um favor, que não pediu alguma coisa”) da corrupção nas organizações, considerando a cultura do brasileiro como corruptível (Ex: fragmento 023: “É fruto mais do ambiente profissional, né? Embora também você vê que há uma certa cultura do brasileiro”).

4.2.4 A relação que a corrupção possui com as organizações

Além de observar os discursos dos entrevistados em relação ao seu reconhecimento do ambiente profissional e a sua relação com a corrupção, a concepção que eles têm para o termo organização e como esse se associa com o fenômeno também nos auxilia no entendimento da perpetuação do fenômeno nesses ambientes.

Os entrevistados expuseram em seus discursos a sua interpretação sobre a corrupção nas organizações, sendo possível perceber três padrões de discursos: (1) a corrupção acontece por conta dos atos das pessoas, ignorando-se a influência da organização naquela situação; (2) nas organizações, a corrupção ocorre por já estar naturalizada na sociedade; (3) a ocorrência da corrupção nas organizações, independentemente de seu caráter público ou privado; e (4) a prática de atos de corrupção por classes hierarquicamente superiores no âmbito da organização.

O entrevistado Joaquim, conforme podemos observar no fragmento 029, discorre sobre a culpa do indivíduo na propagação da corrupção no âmbito das organizações:

Então, eu acho que sempre ela vai partir das pessoas, né? De uma pessoa ou grupo que vai se aproveitar de determinada situação. Claro que tem casos que isso acaba se tornando uma prática e não fica restrita àquela pessoa, naquela época, né? Pode ser uma coisa que se estende aí pra outras pessoas que entram e dão continuidade, mas eu acho que sempre começa com alguém ou algumas pessoas que veem alguma forma de burlar o sistema pra ter algum benefício e tomam aquela ação (Joaquim, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “...eu acho que ela vai partir das pessoas, né?” traz uma formação semântica indicativa de que, na visão do enunciador, a corrupção no âmbito das organizações sempre é proveniente de uma pessoa ou um grupo, conforme ele indica na seleção lexical “De uma pessoa ou grupo que vai se aproveitar de determinada situação”.

A seleção lexical “Claro que tem casos que isso acaba se tornando uma prática e não fica restrita àquela pessoa, naquela época, né?” traz uma formação semântica que indica que o enunciador, ao utilizar o adjetivo “claro” como sinônimo para a palavra evidente, pretende demonstrar que ele tem conhecimento de que, nas organizações, a corrupção pode não se limitar a um determinado indivíduo em uma determinada época.

Ao utilizar o verbo estender e o substantivo continuidade, no período “Pode ser uma coisa que se estende aí pra outras pessoas que entram e dão continuidade...”, o enunciador traz uma formação semântica na qual ele reconhece a possibilidade de um ato corrupto, que se inicia com um indivíduo, ser praticado também por outros integrantes da organização. Entretanto, na seleção lexical “mas eu acho que sempre começa com alguém ou algumas pessoas que veem alguma forma de burlar o sistema pra ter algum benefício e tomam aquela ação”, o enunciador retorna à sua ideia inicial, começando o período com uma conjunção adversativa, contradizendo a oração anterior e reafirmando que a corrupção sempre começa com alguma pessoa.

A formação semântica que o enunciador dá ao fragmento 029 mostra-se contrária ao conceito de organização corrupta proposto por Ashfort et. al (2008), uma vez que os autores sustentam a ideia de que o estudo da corrupção deve ser feito considerando a ação da organização frente à corrupção, e não somente em uma perspectiva que delimite às forças individuais a prática da corrupção.

Ainda dentro de uma categoria de discursos que atribuem às pessoas a existência da corrupção na organização, é possível inserir o discurso da entrevistada Elvira, conforme podemos observar no fragmento 030:

Eu acredito que tenha, apesar de não viver, pode estar sendo um pré-conceito, mas acredito, principalmente, nessa área de compras de licitação, na UFU mesmo, né? É uma área perigosa, fácil da pessoa ser vulnerável aí, né? E ela, por mais que faz tudo publicizado, mas é fácil ser corrompido (Elvira, em entrevista, 2017).

O discurso da entrevistada foi emitido assim que fizemos a ela o questionamento sobre a sua percepção da corrupção nas organizações. A entrevistada aponta, na seleção lexical “Eu acredito que tenha, apesar de não viver, pode estar sendo um pré-conceito, mas acredito, principalmente, nessa área de compras de licitação”, um discurso indicativo de que as organizações possuem algumas áreas que têm predisposição a praticar a corrupção.

Ela ainda utiliza um discurso que indica, por meio da seleção lexical “É uma área perigosa, fácil da pessoa ser vulnerável”, um sentido de que a pessoa, ao trabalhar em áreas que oportunizam a possibilidade de corrupção, correm o risco de praticarem o ato. Tanzi (1998) confere um sentido semelhante quando analisa a corrupção praticada no setor público e lista uma série de atividades que considera como um campo extensivo para a ação da corrupção, dentre elas, as autorizações, cobranças de taxas e regulações.

Assim como no fragmento anterior, a entrevistada Janice também emitiu seu discurso, conforme podemos observar no fragmento 031, atribuindo às pessoas a razão da existência da corrupção nas organizações. Semelhantemente a isso, o discurso emitido pelo entrevistado Mateus, conforme fragmento 032, também atribui aos indivíduos a prática da corrupção. No entanto, ele observa as organizações como um local propício à prática de tais atos:

Fragmento 031

Eu vejo que são muitas, sempre alguém tá tentando dar um jeitinho pra resolver as situações pra um benefício próprio, por menor que seja sabe... Eu vejo que é demais, existe demais, demais, demais... (Janice, em entrevista, 2017).

Fragmento 032

Acho que, dentro das empresas, dos órgãos públicos, a corrupção é uma oportunidade de a pessoa se ver no futuro, de usar aquilo como um trampolim de um cargo público, um cargo melhor pra alguma situação, pra se favorecer. A gente evidencia muito esse momento que é fazendo fortuna em ponto de criar um mecanismo pra se ingressar em meio da estrutura. É, eu não estou conseguindo achar uma palavra adequada pra achar esse caminho, mas, nessas organizações, é, a gente vê talvez uma, mais explícito, mais apelativo, né? Porque, desde o momento que eu estou ocupando uma situação e vejo uma oportunidade de criar um mecanismo pra me fortalecer, eu acredito que as pessoas começam a explorar essa oportunidade (Mateus, em entrevista, 2017).

A enunciadora Janice, no fragmento 031, demonstra em seu discurso que, nas organizações, algumas pessoas estão predispostas à prática da corrupção. Na seleção lexical “...sempre alguém tá tentando dar um jeitinho pra resolver as situações pra um benefício

próprio”, a enunciativa utiliza um discurso genérico para indicar sua interpretação sobre a corrupção nas organizações por meio da utilização do pronome indefinido “alguém”, bem como utilizando ainda o termo “jeitinho” como sinônimo para a prática de corrupção. Ela finaliza, fazendo menção à expressão “benefício próprio”, ligando-a ao termo corrupção.

O entrevistado Mateus utiliza, em seu discurso, uma série de palavras que remetem à competitividade dentro do ambiente corporativo, como na seleção lexical “Acho que, dentro das empresas, dos órgãos públicos, a corrupção é uma oportunidade de a pessoa se ver no futuro, de usar aquilo como um trampolim de um cargo público, um cargo melhor para alguma situação, pra se favorecer”.

As palavras “empresas” e “órgão públicos” trazem a formação semântica para o período como sinônimo de organizações; já o termo “corrupção”, sucedido pelo substantivo “oportunidade”, juntamente com o verbo “ver”, sucedido pelo substantivo “futuro”, demonstram que o entendimento do entrevistado é o de que a pessoa praticante da corrupção pode entender a sua prática como uma forma de ascensão na organização.

Desse modo, a compreensão do enunciador de que a prática da corrupção pode ser uma forma de ascensão profissional em uma organização pode ter uma relação com a proposta de Bendahan et. al (2015), na qual os autores afirmam que o fato de atingir uma posição de poder faz com que os indivíduos transformem suas perspectivas morais com facilidade, aumentando sua propensão para praticar atos corruptos.

O uso das palavras “trampolim”, “melhor” e “favorecer” trazem ainda uma formação semântica para a seleção lexical anteriormente apresentada de que, no âmbito das organizações, o indivíduo que pratica a corrupção busca ascensão e perspectivas melhores para si próprio. O entrevistado utiliza ainda o termo “fazendo fortuna”, na seleção lexical “A gente evidencia muito esse momento que é fazendo fortuna”, exemplificando como, na sua interpretação, as questões financeiras estão relacionadas com a corrupção.

Ainda sobre a ação do indivíduo no âmbito da organização, o entrevistado Lucas, no discurso transcrito no fragmento 033, expõe a forma como ele a percebe:

Eu vejo a corrupção um ato que vicia. Se um camarada tem a seu favor um clipe que ele conseguiu de forma ilícita, ele pode fazer muito mais coisas. Então, ele começa do pequeno, depois ele vai pra um maior, do médio pra um maior, e assim vai. Então, é um ato que é viciante, entendeu? Seja em qualquer instituição, seja numa empresa privada, um funcionário ali, pratica um ato, ele sempre vai ter alguma coisa ao seu dispor e ele vai fazer aquilo ali, vai viciando, até um dia isso explodir. Exemplo o que está acontecendo no nosso país aí com essa empresa privada aí, que é a JBS, a Odebrecht, até mesmo a Andrade e Gutierrez, entendeu? São pessoas que está lá dentro, que representam um grupo e que sempre houve atos de corrupção dentro da empresa... (Lucas, em entrevista, 2017).

O discurso do entrevistado na seleção lexical “Eu vejo a corrupção um ato que vicia. Se um camarada tem a seu favor um clipe que ele conseguiu de forma ilícita, ele pode fazer muito mais coisas” nos traz uma formação semântica de que a corrupção é uma prática que, uma vez praticada, pode ser repetida diversas vezes. Isso pode ser observado por meio da utilização do verbo indicativo “vicia”, conjugado na terceira pessoa do singular. O enunciador atribui a quem pratica atos da pequena corrupção a possibilidade de aumentar a escala na prática dos atos, como exposto na seleção lexical “Então, ele começa do pequeno, depois ele vai pra um maior, do médio pra um maior, e assim vai. Então, é um ato que é viciante”.

A seleção lexical “Exemplo o que está acontecendo no nosso país aí com essa empresa privada aí, que é a JBS, a Odebrecht, até mesmo a Andrade e Gutierrez, entendeu? São pessoas que está lá dentro que representam um grupo e que sempre houve atos de corrupção dentro da empresa” indica que, para o enunciador, que utiliza a palavra “pessoas”, o verbo “representam”, conjugado na terceira pessoa do presente do indicativo, e o substantivo “grupo”, as pessoas são responsáveis pelas práticas de corrupção nas organizações citadas. A formação “...sempre houve atos de corrupção dentro da empresa” demonstra a ciência do enunciador da prática da corrupção na empresa, mas não é suficiente para lhe atribuir o título de organização corrupta, conforme proposto por Pinto, Leana e Pil (2008), mantendo as pessoas praticantes do ato como responsáveis pelas práticas.

O entrevistado Francisco, conforme podemos observar no fragmento 034, afirma em seu discurso que a corrupção, que está na sociedade, é replicada no âmbito das organizações por meio das diferentes pessoas que nela atuam, reproduzindo a abordagem nominalista e sociológica proposta por Anders e Nuijten (2008):

(...) eu vivo num ambiente escolar, né? E estou falando numa gestão escolar e uma escola igual qualquer outra instituição. Ela não é uma ilha, ou seja, ela, tudo o que acontece na sociedade reflete aqui dentro, ou seja, o aluno se corrompe, o professor se corrompe, né? A direção, a estrutura que movimenta se corrompe, talvez, não de uma forma financeira, que eu acho essa a principal...A mais doída dela, não que as outras não sejam menos importantes, mas, de uma forma geral, há uma corrupção de estar sabotando o sistema ao tempo todo e, assim, não é um chefe, né? Mais firme, mais legal, que consegue resolver isso. Você precisa de ter uma atitude coletiva, um grupo querendo ser melhor... (Francisco, em entrevista, 2017).

Na seleção lexical “...uma escola igual qualquer outra instituição. Ela não é uma ilha, ou seja, ela, tudo que acontece na sociedade reflete aqui dentro...”, o enunciador utiliza a palavra “igual” e o pronome indefinido “qualquer” para generalizar o caráter da organização na qual está inserido a todas as outras organizações. Em seguida, na formação lexical “...o aluno se corrompe, o professor se corrompe, né? A direção, a estrutura que movimenta se

corrompe”, o enunciador repete o verbo “corromper” no presente da terceira pessoa do indicativo, citando todos os agentes (aluno, professor, direção e estrutura) como passíveis da prática do ato corrupto.

Há, ainda, no período “...talvez, não de uma forma financeira, que eu acho essa a principal... A mais doída dela, não que as outras não sejam menos importantes...”, uma certa naturalização de atos de corrupção que são admitidos como leves quando não trazem um prejuízo financeiro ao atribuir ao que ele denomina “forma financeira” como a forma “mais doída dela”.

A atribuição da responsabilidade da prática ou não de atos corruptos, exclusivamente, às pessoas que integram uma organização e a isenção total dessa responsabilidade pela empresa estão presentes no discurso da entrevistada Carla, conforme se percebe no fragmento 035:

A corrupção pode ou não acontecer pelas suas próprias convicções, né? Eu acredito que o que a instituição impuser não vai deixar de fazer a pessoa mais ou menos corrupta hoje. Não sei como era antes, né? (Carla, em entrevista, 2017).

O fragmento 035, por meio da seleção lexical “Eu acredito que o que a instituição impuser não vai deixar de fazer a pessoa mais ou menos corrupta hoje. Não sei como era antes, né?”, dá um sentido ao discurso da entrevistada de que a organização não tem controle sobre os indivíduos que a integram e, tampouco, sobre as suas práticas no seu âmbito de trabalho.

Os discursos contidos dos fragmentos 029 a 035 foram produzidos a partir das entrevistas realizadas com os gestores em seu ambiente de trabalho. Os discursos foram enunciados nos ambientes profissionais dos entrevistados e a sua distribuição ocorreu com intertextualidade somente no discurso contido no fragmento 033, com a menção a instituições que ilustram a construção do argumento do enunciador. O gênero e a produção dos textos podem ser entendidos como individual, uma vez que a opinião particular dos entrevistados foi evidenciada.

A transferência da responsabilidade da corrupção de forma integral aos seus praticantes é um discurso que corresponde à hegemonia social dominante. Esse discurso, ao passo que isenta as organizações e seus responsáveis da responsabilidade e da influência na conduta de seus membros, colabora para manter o estado atual de corrupção e a inércia de ação dos indivíduos que transferem entre si a responsabilidade de agir sobre o ato corrupto.

A observância da naturalização da corrupção nas organizações foi outro padrão de discursos encontrado e, nesse caso, os enunciadores demonstram ter conhecimento sobre a ocorrência do fenômeno corrupção, sendo sua interpretação demonstrada na ocorrência de práticas do dia a dia no âmbito da organização. O fragmento 036, retirado do discurso da entrevistada Alzira, o fragmento 037, extraído do discurso do entrevistado Mário, e o fragmento 038, do enunciatador Joaquim, demonstram esse padrão de discurso encontrado:

Fragmento 036

Então, se a gente vai classificar o que é o macro e o micro, como eu te falei, é comum perceber pequenas corrupções nos setores. Chega um servidor que é seu amigo, você acaba preterindo ele no atendimento, né? E coloca lá a ficha de avaliação dele inicial, pra dar prosseguimento, prosseguir mais rápido o processo... Então, existe, n? A questão do ponto britânico, né? Desse tipo de favorecimento... Isso, mais é uma questão micro. No macro, a gente vê só o que está na televisão, o que tá na mídia, né? A gente não tem essa percepção... as instituições são muito setorizadas. Então, você consegue perceber no trabalho cotidiano, só as pequenas... é...eu não sei, nem se eu chamaria de corrupção, mas alguns desvios de conduta, né? Que podem ou não acarretar prejuízo, né? Pra administração ou pra alguém... (Alzira, em entrevista, 2017).

Fragmento 037

Eu vejo como gravíssimo e, assim, tão rotineira, tão... tão, que passou a ser natural, assim, virou uma cultura mesmo. E aí a gente vê vários tipos de corrupções no nosso dia a dia, aqui, uma declaração que eu tenha que fornecer pra um servidor, a gente se depara com situações de um servidor oferecer alguma coisa em troca. Por exemplo, o servidor que trabalha no hospital... nossa... "a hora que você vier", não claramente, "a hora que você precisar fazer um exame aqui, a gente facilita pra você, se você quiser... Então, assim, isso em todas as organizações a gente vê, públicas e privadas... (Mário, em entrevista, 2017).

Fragmento 038

É, infelizmente, acaba sendo assim, nossa, mais um caso, né? Não tem tanto aquele sentimento de revolta, né? De indignação porque uma coisa que tá virando quase que normal, né? A gente vê até nas notícias que o pessoal falando que se você não atuar assim, você não entra no jogo, você não participa das licitações, coisas assim... Então, é uma prática quase institucionalizada, né? (Joaquim, em entrevista, 2017).

O fragmento 036, que foi emitido pela entrevistada Alzira, demonstra, por meio de uma classificação dos tipos de corrupção em “macro” e “micro”, que a observância da corrupção nas organizações está relacionada às atividades de rotina da organização. A entrevistada utiliza alguns exemplos de sua realidade que classifica como “favorecimento” e que ocorrem no âmbito da organização. A formação lexical “No macro, a gente vê só o que está na televisão, o que tá na mídia, né? A gente não tem essa percepção” demonstra, por

meio da locução pronominal “a gente”, que tem um sentido de nós, do advérbio “só”, que aqui tem uma função de limitação, que a grande corrupção nas organizações só é percebida pelas pessoas pelo que é exposto na televisão.

No fragmento 037, o entrevistado Mário utiliza o adjetivo “gravíssimo” junto ao advérbio de intensidade “tão”, por duas vezes, para indicar o quanto percebe a corrupção nas organizações de forma natural, citando exemplos da prática de pequena corrupção que ele percebe em seu dia a dia.

Assim como contido no fragmento 037, o entrevistado Joaquim, no fragmento 038, indica, pela seleção lexical “Não tem tanto aquele sentimento de revolta, né? De indignação porque é uma coisa que tá virando quase que normal, né?”, um sentido de interpretação da naturalização da corrupção nas organizações. Na utilização do advérbio de intensidade “tanto”, precedido pelo advérbio de negação “não”, ele discursa sobre a ausência de um sentimento de revolta em relação à corrupção e, utilizando o substantivo “coisa”, dá um sentido de generalização sobre a prática dos atos corruptos, apontando a sua normalidade.

A entrevistada Débora também utiliza um discurso semelhante aos contidos nos outros dois fragmentos anteriormente analisados, discursando sobre a ocorrência do fenômeno, conforme podemos observar no fragmento 039:

Eu acho que é igual eu te falei. Está uma coisa tão banalizada que as pessoas não têm medo ou vergonha mais de falar. Então, assim, a gente vê isso em todos os lugares, nas instituições públicas, nas instituições privadas, todo mundo quer dar um jeito. A gente trabalha com vacina, tem faixa etária, todo mundo quer dar uma carteirada na gente em troca de um imunobiológico, né? Então, assim, eu vejo que é uma coisa que realmente está generalizada e a gente luta pra não deixar isso pras crianças. (Débora, em entrevista, 2017).

Além de tratar da banalização/naturalização da corrupção nas organizações, a enunciatriz utiliza, na seleção lexical, “...as pessoas não têm medo ou vergonha mais de falar”, a articulação dos substantivos “medo” e “vergonha” para expressar o quão naturalizada ela percebe a prática de corrupção nas organizações.

A naturalização e admissão de que, no Brasil, há uma cultura da corrupção foi observada nos discursos, até mesmo quando questionamos aos entrevistados o que poderia ser a motivação para a prática de tais atos nas organizações. O entrevistado José, como se percebe no fragmento 040, expressa essa ideia:

Eu acho que motivos não há. Eu acho que o que leva à corrupção no Brasil é uma cultura. Brasileiro é meio que corrupto por natureza. Já nasce meio que predestinado a ser corrupto... (José, em entrevista, 2017).

No fragmento 040, o enunciador se utiliza de eufemismos na seleção “Brasileiro é meio que corrupto por natureza. Já nasce meio que predestinado a ser corrupto”, por meio da expressão “meio que”, para suavizar a sua interpretação de que o brasileiro é corrupto por natureza e que está predestinado a ser corrupto, dando um sentido de que, nas organizações, não há um motivo específico para surgir a corrupção, a não ser o fato de essa ser parte da cultura no Brasil.

De forma semelhante ao contido no fragmento 040, o enunciador Galeno também emite um discurso no qual admite que a corrupção é uma característica inerente a ser brasileiro quando questionado porque ele acredita que a corrupção ocorre, mesmo em organizações sem fins lucrativos, conforme se percebe no fragmento 041:

Olha, eu vou te dizer um negócio, assim, meio pesado..., mas parece que a corrupção está no sangue do brasileiro. Eu falando assim, parece que todo brasileiro é corrupto e lógico que não é assim, mas, sim, eu acho que as pessoas que assim, grande parte das pessoas que tem esse tipo de atividade como profissão, elas estão ali, elas querem levar vantagem, tá?

O enunciador, na seleção lexical “...mas parece que a corrupção está no sangue do brasileiro. Eu falando assim, parece que todo brasileiro é corrupto, e lógico que não é assim...”, também utiliza um discurso que liga a corrupção à cultura nacional e à nacionalidade brasileira. Na seleção “...mas, sim, eu acho que as pessoas que assim, grande parte das pessoas que tem esse tipo de atividade como profissão, elas estão ali, elas querem levar vantagem, tá?”, o início do período com a conjunção adversativa “mas” e o uso do pronome pessoal “eu” demonstram que sua observação de naturalização da corrupção é direcionada para explicação do comportamento dos praticantes do ato corrupto, como ele expressa pelo período “...grande parte das pessoas que tem esse tipo de atividade como profissão...”.

O fragmento 042, emitido pelo entrevistado João, traz um discurso semelhante aos anteriores, ao transferir às pessoas que integram o país e/ou organizações a responsabilidade da corrupção:

Tem muita gente que fala que é uma questão também de genética que, porque na época quando foi colonizar o Brasil, colonizar não sei porque, né? Porque já tinha população aqui... mas tudo bem. Chamam de colonização, na época que foi colonizar o país, eles falam que vieram muito, o que era a escória da Europa veio para o Brasil, então, que a nossa genética está formada por ladrões, estupradores. Então... eu não sei, eu acredito que está muito ligado na cultura sim... (João, em entrevista, 2017).

O enunciador utiliza, na seleção lexical “Tem muita gente que fala que é uma questão também de genética que, porque na época quando foi colonizar o Brasil, colonizar não sei porque, né? Porque já tinha população aqui”, a locução pronominal “a gente” para indicar que o problema da genética da época da colonização do Brasil, ideia representada em seu discurso pelo sinônimo “questão da genética”, é algo comentado por muitas pessoas. No período seguinte, o entrevistado utiliza o verbo “colonizar”, questionando, juntamente com a conjunção “porque”, tanto na forma causal, quanto explicativa, a fala de que o Brasil foi colonizado.

Entretanto, na seleção lexical “...na época que foi colonizar o país, eles falam que vieram muito, o que era a escória da Europa veio para o Brasil, então, que a nossa genética está formada por ladrões, estupradores. Então... eu não sei, eu acredito que está muito ligado na cultura sim”, o enunciador não questiona o discurso de que a cultura está relacionada com a corrupção, assim como o fez na seleção lexical anterior eu diz respeito ao discurso da colonização. Ele conclui, afirmando que observa a corrupção nas organizações acontecer pela atitude das pessoas que é influenciada pela cultura.

Essas falas dos enunciadores presentes nos fragmentos 040 a 042 são consonantes com alguns estudos (FISMAN; MIGUEL, 2007; CONNELLY; ONES, 2008; BARR; SERRA, 2010) que entendem a corrupção como um fator cultural, podendo ser criticada a partir do que Hengehold (2007) expõe ao analisar a relação dos corpos proposta por Michel Foucault. Para o autor, os discursos são formas de moldar os limites do sentido para uma determinada comunidade histórica e, assim, manter as aparências com as quais a ordem social se preocupa. Esse grupo de discursos foi produzido a partir das entrevistas realizadas com os gestores em seu ambiente de trabalho. Assim, todos os entrevistados emitiram os discursos em seus respectivos ambientes profissionais.

A distribuição dos textos ocorreu com intertextualidade nos discursos presentes nos fragmentos 037 (Ex: Por exemplo, o servidor que trabalha no hospital... nossa... "a hora que você vier", não claramente, "a hora que você precisar fazer um exame aqui, a gente facilita pra você, se você quiser... Então, assim, isso em todas as organizações a gente vê) e 038 (A gente vê até nas notícias que o pessoal falando que, se você não atuar assim, você não entra no jogo), sendo possível observar o uso de exemplos que ilustraram a construção do argumento dos enunciadores. O gênero e a produção dos textos são individuais, pois contam com a opinião particular dos entrevistados.

A prática social dos discursos presentes nos fragmentos 037 a 042 está baseada em uma estrutura social hegemônica nos campos econômicos, políticos e culturais. Esse padrão

de discursos tende a desacreditar a cultura do brasileiro e atribuir a ela a responsabilidade pelos atos corruptos. Alguns sentidos de fala (Ex: “...mas parece que a corrupção está no sangue do brasileiro”, “Brasileiro é meio que corrupto por natureza”, “Tem muita gente que fala que é uma questão também de genética”) expressam uma ideologia de que a população do Brasil é predestinada à prática da corrupção e que não há possibilidade de mudanças.

Esses discursos estão imbuídos de traços colonialistas, haja vista que seus enunciadores se utilizam de argumentos que denotam essa relação, como o do enunciador do fragmento 042 (Ex: “eles falam que vieram muito, o que era a escória da Europa veio para o Brasil”) e dos discursos nos fragmentos 035 a 038, que tratam como natural a prática da corrupção nas organizações.

A observação da corrupção nas organizações, independentemente de serem públicas ou privadas, foi um padrão de discurso encontrado, no qual os entrevistados demonstram ter o conhecimento da ocorrência da corrupção, seja na esfera pública ou privada. Para exemplificar esse tipo de interpretação, Dalila, João e Carla são os enunciadores responsáveis, respectivamente, pelos fragmentos 043, 044 e 045:

Fragmento 043

A privada, assim, eu não tenho tanto experiência, né? Mais é o que a gente vê mesmo, né? Eu acho que a privada, ela é mais controlada, né? Assim, o gasto, você tem que prestar mais conta, deveria ser o contrário, né? Porque eu acho que, quando é público, é nosso, é meu e é seu, eu entendo dessa forma, né? Mas o público, eu acho que a gente tem um péssimo defeito de achar que é público e não é de ninguém, né? E eu acho que é público é de todo mundo. É meu e é seu e cabe a todo mundo olhar, fiscalizar, acompanhar. Essa é a responsabilidade que todo ente tem que ter, né? Ente público, independente se é gerente, diretor, eu acho que a responsabilidade, ela é de todo mundo (Dalila, em entrevista, 2017).

Fragmento 044

Ah, não! Eu acho que tem a corrupção dentro da instituição e a corrupção dela com outras. Eu acho que tem é geral, não vejo distinção. Pra falar assim: "Ah, não! A empresa pública é mais vulnerável à corrupção". Eu não acho que seja, eu acho que pega mais forte porque a empresa é uma instituição pública, este hospital, ele é uma empresa, não é só porque ele é público que ele não é uma empresa. Ele é uma empresa, só que ele não tem fins lucrativos, mas a corrupção aqui, talvez, seja mais... nas instituições públicas, talvez, seja mais aparente e eles peguem mais no "pé", usando essa expressão porque é dinheiro público. Então, é dinheiro de todo mundo. Numa empresa particular não tem um, dois, três donos, é um grupo, tem a corrupção também, mas tipo, assim, não envolve... (João, em entrevista, 2017).

Fragmento 045

É uma coisa que prejudica, né? Prejudica alguma parte... se não for as duas porque, às vezes, quem faz a corrupção hoje acha que não está se prejudicando, mas, no futuro, acaba se prejudicando. Então, tanto num órgão público quanto num órgão

privado a coisa acontece. O problema do órgão público é que é uma instituição pública na qual todo mundo faz parte pra manter aquilo ali, né? Então, é tirar dinheiro do seu imposto que você paga, dia a dia, na mercadoria, seja aonde for. Então, ela é um dinheiro público, por isso que ela é muito mais visada, ao passo que uma empresa privada, ela é pública, né? Por assim dizer, mas ela é de uma geração diferente de recursos, né? Então, é muito mais visada a pública do que a privada, mas existe na privada, né? As leis da privada é diferente das leis do órgão público, né? No órgão público, tudo que está em lei tem que ser cumprido. Na privada, o que não está em lei você pode fazer. Então, nisso daí, você já pode ver que a tendência de burlar a lei dentro do órgão público é muito maior, né? Então, a conotação é maior, mas que existe na privada, existe (Carla, em entrevista, 2017).

O fragmento 043, emitido pela enunciadora Dalila, apresenta um discurso que demonstra a observação da ocorrência da corrupção, tanto em organizações de caráter público quanto privado.

Na seleção lexical “Eu acho que a privada, ela é mais controlada, né? Assim, o gasto, você tem que prestar mais conta, deveria ser o contrário, né? Porque eu acho que, quando é público, é nosso, é meu e é seu, eu entendo dessa forma, né?”, a enunciadora utiliza o pronome pessoal “eu” para demonstrar sua opinião, afirmando, pelo uso do verbo achar, conjugado na primeira pessoa do presente do indicativo, que há um controle maior, por meio da utilização do advérbio de intensidade “mais”, pois, na sua interpretação, há uma maior prestação de contas na instituição privada. A entrevistada afirma ainda, por meio da utilização dos pronomes possessivos “nosso”, “meu” e “seu”, que as organizações públicas são de todas as pessoas e que, portanto, deveria ocorrer um controle maior nesse tipo de organização, comparando com a iniciativa privada no que diz respeito à ocorrência de casos de corrupção.

O fragmento 044, emitido pelo enunciador João, demonstra, na seleção lexical “Eu acho que tem a corrupção dentro da instituição e a corrupção dela com outras”, a interpretação acerca da corrupção praticada no âmbito interno das organizações e entre as próprias organizações. O enunciador utiliza o advérbio “dentro” para falar do primeiro tipo e o substantivo “dela” referindo-se à instituição, estando ele ligado pela preposição “com” ao substantivo “outras” para falar do segundo tipo de corrupção.

No fragmento 045, a entrevistada Carla, assim como os demais entrevistados, além de discursar sobre o reconhecimento da existência da corrupção nas organizações públicas e privadas, observa como a lei pode influenciar nos diferentes tipos de organizações. Isso é observado na seleção lexical “As leis da privada é diferente das leis do órgão público, né? No órgão público, tudo que está em lei tem que ser cumprido. Na privada, o que não está em lei você pode fazer”. Carla utiliza o verbo “ter” na terceira pessoa do singular do presente do indicativo para diferenciar que, no órgão público, há a obrigação de cumprir a lei. Além disso,

ela utiliza o verbo “poder” no singular da terceira pessoa do presente do indicativo para indicar que, na organização privada, é facultado fazer o que está omissa na regulamentação.

A corrupção nas organizações, conforme observada nos discursos presentes nos fragmentos 043 a 045, está definitivamente instalada. No entanto, em contraposição a esses discursos, o entrevistado José, conforme podemos observar pelo fragmento 046, enuncia que a corrupção é exclusiva do setor público:

Olha, assim, não acompanho tanto o noticiário, mas a impressão que a gente tem é que a corrupção sempre está envolvido com o serviço público. Assim, eu não consigo dissociar a corrupção do serviço público, tem sempre, mesmo que ela envolve empresas privadas, tem sempre a mão do Estado ali, né? Então, eu não consigo ver assim, eu não dissocio a corrupção do serviço público e não vejo também assim uma corrupção exclusivamente privada... (José, em entrevista, 2017).

O entrevistado José utiliza, na seleção lexical “...não acompanho tanto o noticiário, mas a impressão que a gente tem é que a corrupção sempre está envolvido com o serviço público”, o advérbio de negação “não” para iniciar a seleção e, em seguida, o enunciador utiliza ainda o advérbio de intensidade “tanto” para expressar que não acompanha as notícias de uma forma intensa. No período seguinte, é utilizada a conjunção adversativa “mas” e a locução pronominal “a gente” que, aqui, tem o sentido da primeira pessoa do plural, expressando que o entrevistado acredita ser a interpretação de todas as pessoas o fato de a corrupção sempre estar envolvida com organizações do setor público.

Um padrão semelhante de discurso também está presente no fragmento 047, emitido pela enunciadora Débora. Ao ser questionada se a cultura organizacional influencia na prática da corrupção, ela discorre sobre como percebe a corrupção na iniciativa privada e no setor público:

Eu acho que influencia, principalmente, quando a instituição é pública. Quando a instituição é privada, as pessoas ainda têm um apego ao serviço, um medo maior de ser mandado embora, de ser punido. Na instituição pública isso é meio arraigado, não vai acontecer nada comigo, eu posso tudo. Então, eu acho que... (Débora, em entrevista, 2017),

A entrevistada utiliza, na seleção lexical “...principalmente, quando a instituição é pública. Quando a instituição é privada, as pessoas ainda têm um apego ao serviço, um medo maior de ser mandado embora, de ser punido. Na instituição pública, isso é meio arraigado”, uma combinação de palavras, como “principalmente”, que tem uma formação semântica de ênfase ao caráter público da organização, e o pronome relativo “quando”, que é utilizado para demonstrar que, quanto à instituição com caráter privado, a entrevistada entende que as

peessoas, em virtude do medo que advém da instabilidade própria do setor privado em relação ao emprego, ao contrário do setor público, se permitem mais serem influenciadas pela estrutura e cultura da organização .

A enunciadora utiliza ainda o substantivo “apego”, dando um sentido de que as pessoas na iniciativa privada têm maior afeição e simpatia ao serviço. As palavras “medo” e “punição” também são utilizadas para demonstrar o que, para ela, seria o diferencial do setor público, no que diz respeito à prática da corrupção, que é o medo de perder o serviço se houver uma punição em caso de práticas de corrupção.

A prática da corrupção por classes hierarquicamente superiores no âmbito das organizações foi um outro ponto abordado por uma parte dos entrevistados. Nesse caso, os entrevistados destacaram em seus discursos a prática da corrupção por membros hierarquicamente superiores nas organizações, que corresponde ao que Bendahan et al (2015) apresentam como resultado de seu estudo, no qual levantaram que os líderes em contextos de negócios ou políticos tendem a mudar o seu posicionamento em relação à corrupção sempre que essa representa fontes maiores de poder. O fragmento 048, emitido pela entrevistada Cláudia, e o fragmento 049, emitido pelo entrevistado Saulo, demonstram esse padrão de discursos:

Fragmento 048

Eu acho muito triste porque a gente larga de fazer muita coisa pra atender, pra melhorar a população, né? E pra aí você vê que, quando você, eles tiram dinheiro que deveria beneficiar a população, vai pro próprio bolso, né? Então, eu acho triste, porque assim você vê que a população sofre... (Cláudia, em entrevista, 2017).

Fragmento 049

Assim, vou falar da minha experiência se você me permite. Há dois anos, estou nessa função e o que eu aprendi é que impossível não existe, mas é muito difícil para um agente que está nessa ponta, deste lado do processo, agir de forma corrupta. É muito complicado. Há uma exigência por prestação de contas, é uma transparência total, é uma burocracia que realmente dificulta ao extremo. Pode, lógico, de maneira criativa, ver agentes que consigam burlar isso, mas o que eu aprendi nesses dois anos, pelo menos aqui, se você me permitir, vou chamar de lado mais fraco da corda. A gente de cá não tem como, eu não sei como é possível e aí, quando a gente vai pra outras esferas, é que eu acredito que, em função dos acordos, em função da forma como é a organização das eleições, da política brasileira, das coligações do financiamento, entra toda essa discussão que estamos vivendo hoje, né? E aí, sim, há acordos e a gente está vendo como esses acordos são ridículos, são escabrosos, são cínicos. E do lado de cá, há um exemplo. Todo servidor tem que colocar o seu imposto de renda pra ser avaliado, a gente tem que mostrar as nossas fontes de... (Saulo, em entrevista, 2017).

A entrevistada Cláudia, conforme fragmento 048, constrói um discurso que se inicia com a utilização do adjetivo “triste” para definir como percebe a corrupção nas organizações.

Em seguida, ela justifica a utilização do adjetivo com a seleção de palavras “...larga de fazer muita coisa pra atender, pra melhorar a população, né?”, permitindo um sentido de que a corrupção prejudica diretamente a população.

Na seleção lexical, “...eles tiram dinheiro que deveria beneficiar a população, vai pro próprio bolso, né? Então, eu acho triste, porque assim você vê que a população sofre”, a enunciativa utiliza o pronome pessoal “eles” para se referir aos praticantes da grande corrupção, uma vez que indica que os praticantes de atos corruptos prejudicam “a população”.

O entrevistado Saulo, conforme fragmento 049, na seleção lexical “...o que eu aprendi é que impossível não existe, mas é muito difícil para um agente que está nessa ponta, deste lado do processo agir de forma corrupta”, faz um discurso no mesmo sentido que o fez a entrevistada Cláudia, ao utilizar expressões como “nessa ponta” e “deste lado do processo”, para indicar que percebe a corrupção não como prática próxima às suas experiências, mas, sim, como praticada por agentes que estariam em uma posição que seria hierarquicamente superior e oposta à sua .

A seleção lexical “A gente de cá não tem como, eu não sei como é possível” traz uma formação semântica de que a posição hierárquica na qual o entrevistado se encontra, na sua visão, não é propícia para a realização de práticas de corrupção, visto que o uso da expressão “eu não sei como é possível” traz esse sentido para o período.

Quando seu discurso considera outras esferas hierárquicas, ele é um pouco diferente, conforme observamos na seleção lexical “e aí, quando a gente vai pra outras esferas, é que eu acredito que, em função dos acordos, em função da forma como é a organização das eleições, da política brasileira, das coligações do financiamento, entra toda essa discussão que estamos vivendo hoje, né?”. O entrevistado utiliza a locução pronominal “a gente” para dar um sentido de que sua interpretação é o que ele acredita ser a interpretação geral. Ele também utiliza o termo “outras esferas” que, com o pronome indefinido “outras” e o substantivo “esferas”, transfere a posições desconhecidas os acordos corruptos que ele menciona.

Esse discurso do entrevistado sobre a corrupção na esfera política corresponde ao que Filgueiras (2006) entende como consequência nessa esfera, quando afirma que há deslegitimação da ordem política. Como solução a esse tipo de corrupção, Rothstein e Teorell (2015) apontaram a transformação nas estruturas governamentais para a quebra de seu caráter sistêmico.

A prática de atos corruptos em classes hierarquicamente superiores nas organizações, que é observada nos discursos acima analisados, foi observada também nos discursos dos

enunciadores que destacam a difusão da corrupção na cultura em níveis hierarquicamente superiores como influenciadora para a prática nos demais níveis de uma organização.

Essa interpretação dos entrevistados está de acordo com os apontamentos feitos por Zyglidopoulos (2016) como uma das consequências da corrupção de Segunda Ordem. Além disso, pode haver nas organizações núcleos dominantes e próprios das chamadas organizações corruptas (PINTO; LEANA; PIL, 2008), com ações de indivíduos que contribuem para a sua normalização (ASHFORT; ANAND, 2003). O fragmento 050, emitido pelo entrevistado Joaquim, expõe essa questão:

É porque, se é uma coisa que tá tão difundida em posições altas, em grande escala da nossa sociedade, isso reflete em nossa vida também, né? Se ficou normal você fazer um desvio de meio milhão, não tem problema eu fazer um desvio pequeno aqui que vai prejudicar somente uma ou duas pessoas, né? Então, isso acaba tendo impacto no nosso cotidiano, né? As pessoas, muitas vezes, falam que tem que acabar com a corrupção, mas pegam uma carteirinha de estudante falsa pra pagar meia, aí falam que não tem problema não, que o ingresso é muito caro, não vai prejudicar muita gente, né? Vai ser só um benefício pra mim, mas isto tem uma série de desencadeamentos depois, né? E gera essa cultura de que é normal levar vantagem sempre as custas do que seja, né? (Joaquim, em entrevista, 2017).

O entrevistado Joaquim, na seleção lexical “É porque, se é uma coisa que tá tão difundida em posições altas, em grande escala da nossa sociedade, isso reflete em nossa vida também, né?”, utiliza, no início da frase, o “porque” em forma de conjunção explicativa, dando um sentido de explicação ao seu discursos. Ao ligar as orações pela conjunção subordinativa integrante “se”, ele condiciona a influência da corrupção na vida dos indivíduos ao fato de ela ser difundida em posições hierarquicamente superiores.

A interpretação das práticas de corrupção que o entrevistado possui é semelhante ao conceito de corrupção de Segunda Ordem de Zyglidopoulos (2016), inclusive, por ele entender que a prática de corrupção, geralmente, se dá por parte de indivíduos em posições hierarquicamente superiores nas organizações. Na seleção lexical “Se ficou normal você fazer um desvio de meio milhão, não tem problema eu fazer um desvio pequeno aqui que vai prejudicar somente uma ou duas pessoas, né?”, o entrevistado propõe um discurso de relativização da corrupção construído a partir de sua naturalização baseada nos escândalos de grande corrupção de que demonstra ter conhecimento.

A entrevistada Débora, no fragmento 051, de semelhante modo, assevera que:

Porque todos os escândalos de corrupção, de desvio de verba, de tudo, ele vem de quem gerencia. Então, está lá no governador, no ministro, no presidente da república, né? E é aquilo que eu falei também, se o presidente da república não se dá a moral, como que as pessoas que estão do lado dele também não vai fazer isso, né? (Débora, em entrevista, 2017).

Ao discorrer sobre as práticas em organizações não governamentais que praticam atos de corrupção, o entrevistado Mário também utiliza a hierarquização, nesse caso, de posições sociais ligadas a interesses profissionais para discursar sobre a prática da corrupção naquele ambiente, conforme fragmento 052:

É o que eu te falei. Eu acho que é a naturalização da coisa, a banalização da coisa... é uma coisa que tão natural, que eu tenho uma instituição que abriga usuários, pessoas em recuperação de algum... e tem alguém, sobrinho do prefeito, que está precisando de vaga e nós não temos vaga, mas, se nós beneficiarmos esse sobrinho do prefeito, a gente vai ter um orçamento mais assentado o ano que vem. Essas situações são possíveis mesmo e eu não tenho dúvida de que é possível (Mário, em entrevista, 2017).

No fragmento 052, o entrevistado demonstra que, na sua interpretação, a corrupção é praticada não somente em organizações públicas/privadas, mas, também, em entidades do Terceiro Setor. Esse discurso foi emitido quando perguntado sobre sua interpretação quanto à corrupção em organizações do Terceiro Setor.

O enunciador utiliza as expressões “usuários” e “pessoas em recuperação” para caracterizar um exemplo de entidade do Terceiro Setor que atua com recuperação de dependentes químicos. Em seguida, ele utiliza a expressão “sobrinho do prefeito”, demonstrando como percebe que as relações de pessoalidade e de hierarquização social estão presentes em atos que considera corruptos, uma vez que entende que um regulamento seria quebrado em função de um benefício financeiro para aquela organização.

Em outro discurso que versa sobre a impunidade como motivação para prática de atos de corrupção, a entrevistada Alzira, no fragmento 053, expõe sua opinião e também atribui a uma pessoa que está posicionada de forma hierarquicamente superior a responsabilidade sobre os atos corruptos praticados por um indivíduo:

E a impunidade, então, eu chego atrasado, meu chefe não fala nada. Não vou trabalhar em um dia, o chefe não fala nada. Não vou trabalhar em outro. No final do mês, o chefe assina meu ponto como se eu tivesse trabalhado e eu não trabalhei... (Alzira, em entrevista, 2017).

No fragmento 053, a entrevistada utiliza o termo impunidade como o fator motivador da corrupção e, em seguida, utiliza uma série de exemplos do que considera como prática da pequena corrupção para ilustrar como um superior hierárquico que, em seu discurso, ela chama de “chefe”, tem responsabilidade sobre a conduta corrupta de seu subordinado.

Diferentemente dos discursos que trataram a hierarquização como fator diretamente ligado à corrupção, o entrevistado Paulo, conforme podemos observar no fragmento 054,

utilizou um discurso no qual demonstra a sua interpretação da organização como um local propício para a prática da corrupção:

Eu vejo que, principalmente, as organizações é o local que você tem mais facilidade ou mais acesso a se tornar corrupto ou participar de atos de corrupção porque é onde que envolve grandes montantes de recurso financeiro, né? No dia a dia, na vida pessoal, você tem oportunidades, mas são pequenas quantidades, menor vulto, né? Já em organizações tanto público quanto privada, a gente vê que isso aí é mais vultoso e é mais fácil do que no dia a dia de qualquer organização. Tem muitos processos, muito procedimento, compra, venda, fechamento de contrato, aplicação de algumas penalidades, isso aí tudo te leva, te dá oportunidade de inserir a corrupção dentro da organização, né? Então, eu vejo que, nas organizações, o estrago, o vulto da corrupção ela é bem maior e bem mais aparente (Paulo, em entrevista, 2017).

O entrevistado utiliza em seu discurso palavras que indicam como ele percebe a corrupção nas organizações. Ele traz, conforme a seleção lexical “porque é onde que envolve grandes montantes de recurso financeiro, né? No dia a dia, na vida pessoal, você tem oportunidades, mas são pequenas quantidades, menor vulto, né?”, a formação semântica de que as organizações, por serem detentoras de grandes quantias de recurso financeiro, propiciam a prática da corrupção em seus ambientes. Isso é observado por meio da utilização do “porque” como conjunção, sendo sinônimo da palavra motivo e utilizando ainda o adjetivo “grande” em conjunto com os substantivos “montantes”, “recurso” e “financeiro”.

De modo semelhante, o entrevistado João, conforme fragmento 055, fala sobre a importância da clareza das estruturas das organizações (missão, visão, valores) e, quando da sua ausência, pode acarretar em um ambiente mais propício à prática corrupta:

Assim, eu ainda acho que as pessoas pouco conhecem das organizações. Então, por exemplo, se você, eu não porque eu, no Hospital, eu participo, por exemplo, do planejamento estratégico, eu participo de tudo. Então, eu sei o que é missão do hospital, sei a visão, sei quais são as estratégias, mas, se você for, por exemplo, numa unidade assistencial, numa enfermaria, num centro cirúrgico e perguntar pra uma pessoa que está lá na ponta, acho que dificilmente ela vai saber quais são as diretrizes, né? Eu não sei, às vezes, de cor tudo, mas eu vou lá e te mostro. E acho que as pessoas não têm muito conhecimento dessas definições teóricas, mas quem tem conhecimento, eu acho que pode influenciar, porque, por exemplo, um dos nossos fala sobre a transparência. Então, se a organização não trabalha em prol da transparência, isso favorece a possibilidade de prática de corrupção. Então, eu acho que tem relação também... (João, em entrevista, 2017).

O entrevistado João, na seleção lexical “...eu ainda acho que as pessoas pouco conhecem das organizações”, aponta para um sentido de que o conhecimento das pessoas sobre as organizações é insuficiente e, na seleção “...as pessoas não têm muito conhecimento dessas definições teóricas, mas quem tem conhecimento, eu acho que pode influenciar, porque, por exemplo, um dos nossos fala sobre a transparência. Então, se a organização não

trabalha em prol da transparência, isso favorece a possibilidade de prática de corrupção”, a formação semântica, por meio da utilização de palavras como “conhecimento”, a expressão “definições teóricas” e o verbo “influenciar”, indica que a conduta dos indivíduos em uma organização pode ser influenciada pelo seu conhecimento dos princípios e objetivos da organização.

O entrevistado Paulo, no fragmento 056, expõe o seu posicionamento sobre a influência da organização no indivíduo quando os aspectos como visão, missão, valores, são utilizados e estão expressos de uma forma clara:

Eu acho assim, a visão, os valores, impactam sim, porque, quando a pessoa entra numa empresa, ela vai se moldar à cultura da empresa, né? Porque, dentro da cultura, tem esses aspectos, né? De visão, de missão e a medida que a empresa tem bem segmentado esses valores. Às vezes, a pessoa, até no passado, ela tinha uma prática de corrupção ou ela tinha uma mentalidade, uma facilidade pra se meter nisso, mas, à medida que ela se adequa a estrutura à organização e a organização não tem como propósito isso e não dá brecha pra isso, ela se sente desmotivada e acaba mudando a sua cultura pessoal devido à cultura da organização, influenciado pela organização (Paulo, em entrevista, 2017).

No mesmo sentido do discurso analisado no fragmento 055, o discurso do entrevistado Paulo vai um pouco além, ao expressar de forma um pouco mais evidente como ele acredita que a organização tem o poder de moldar o indivíduo à sua cultura e influenciar ou não a prática de corrupção.

A seleção lexical “Às vezes, a pessoa, até no passado, ela tinha uma prática de corrupção, ou ela tinha uma mentalidade, uma facilidade pra se meter nisso” utiliza palavras como “facilidade”, a expressão “se meter nisso”, em referência ao termo “corrupção”, para indicar uma postura corrupta do indivíduo antes de ele estar inserido em determinada organização.

Em seguida, na seleção lexical “...mas, à medida que ela se adequa a estrutura à organização e a organização não tem como propósito isso e não dá brecha pra isso, ela se sente desmotivada e acaba mudando a sua cultura pessoal devido à cultura da organização”, que é iniciada pela conjunção adversativa em contraposição ao período anterior que versava sobre uma conduta corrupta de um indivíduo, são utilizadas a locução conjuntiva proporcional “à medida que” e o verbo “adequar” para indicar que o indivíduo pode se adequar a uma estrutura organizacional não corrupta e transformar sua conduta pessoal em função da influência da cultura da organização.

As características da organização apresentadas por Ashfort e Anand (2003) que, conforme eles, influenciam a prática de corrupção na organização, possuem relação direta

com o discurso apresentado nos fragmentos 054 e 055. Nesses casos, os entrevistados creditam às organizações e às suas estruturas a influência da corrupção, assim como os autores que entendem que a institucionalização, a racionalização e a socialização da corrupção pelas organizações podem propiciar a normalização e perpetuação da corrupção.

Um discurso inverso ao apontado pelo entrevistado Paulo foi emitido pelo entrevistado Mário, conforme fragmento 057:

O indivíduo que viveu sempre na corrupção como sendo natural, num meio onde uma milícia cobra pelo gás em troca...ele vai trabalhar em uma empresa onde isso...ele vai achar natural. Eu acho que é possível, não sei se isso já acontece, mas é potencialmente possível... (Mário, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “...num meio onde uma milícia cobra pelo gás em troca” demonstra o exemplo da naturalização da corrupção e a formação semântica do fragmento 057 considera que uma organização corrupta pode receber o indivíduo e absorvê-lo em sua cultura de forma natural, ocorrendo a situação inversa do que foi discutido sobre o fragmento 056.

A produção dos discursos presentes nos fragmentos 043 a 057, pelos gestores públicos entrevistados, aconteceu em seus respectivos ambientes profissionais. Os discursos presentes nos fragmentos 043 a 047 dizem respeito à observação que os enunciadores fazem da corrupção nas organizações, independentemente de seu caráter público ou privado. Os fragmentos 048 a 053 versam sobre a interpretação da corrupção proveniente da hierarquização, seja ela organizacional ou social, e os fragmentos 054 a 057 tratam das organizações como ambientes propícios para disseminar a corrupção.

Nos fragmentos 043 a 057, a distribuição dos textos aconteceu sem uma intertextualidade nos discursos, sendo a sua produção individual e proveniente da realidade e das percepções de seus enunciadores. Os discursos foram produzidos informalmente e com poucas referências a eventos que embasem os argumentos. Esses discursos têm em sua prática social uma indiferença em relação às estruturas sociais dominantes, não são críticos, mas, também, não colaboram com tais estruturas.

Os discursos presentes nos fragmentos 048 a 053 são baseados em um determinado grau de intertextualidade, uma vez que neles são utilizados exemplos de práticas de corrupção visualizadas pelos entrevistados em seu cotidiano e nas práticas expostas pela mídia. A produção desses discursos se deu de forma individual e ocorreu no momentos das entrevistas realizadas nos ambientes de trabalho dos entrevistados. Esses discursos, quando analisados sob a ótica da prática social, demonstraram que há um embate entre os enunciadores e aqueles que por eles são denominados os praticantes da corrupção. Nesses discursos, foi evidenciada a

separação entre “nós”, feita pelos enunciadores, e “eles”, que são os praticantes da corrupção, caracterizados como os hierarquicamente superiores, seja social ou organizacionalmente.

A prática discursiva dos fragmentos 054 a 057 não foi conduzida pela intertextualidade. Quanto à prática social, apenas o discurso 054 é contrário às estruturas sociais dominantes, uma vez que questiona e aponta as organizações provenientes do atual sistema econômico como uma incentivadora da corrupção. Os demais discursos (055 a 057) não são contrários à estrutura social dominante, pois questionam de forma branda a relação das organizações e a corrupção.

4.2.5 A compreensão do papel do Estado e a sua relação com a perpetuação da corrupção.

A forma como os gestores públicos compreendem a corrupção e o papel do Estado também nos auxilia na compreensão de sua perpetuação. Nos discursos dos entrevistados, observamos que há um padrão pelo qual os enunciadores consideram que o Estado tem uma relação direta com a corrupção.

Os enunciadores apontam o Estado como o responsável pela manutenção da corrupção em virtude da ausência de políticas de controle e combate, assim como pela permissão e criação de situações que propiciam, por meio de seus agentes, a prática da corrupção nas organizações. Essas interpretações se assemelham ao que Foucault (2013) versa sobre o papel do Estado frente à corrupção. Segundo o autor, a utilização do poder pelo Estado é uma forma de criar problemas que ele dificilmente consegue corrigir.

Ao ser perguntado sobre o papel do Estado frente à questão da corrupção no Brasil, o entrevistado Renato responde à questão, como consta no fragmento 058, devolvendo o questionamento:

Eu acho Estado tão abstrato! É a mesma coisa que a gente falar sistema. O que é que é o Estado? Se você pegar as leis brasileiras, não é, a gente tem leis extremamente bem definidas em situações (...) (...) Então, se eu falar o Estado como um conjunto de leis, o discurso é muito bonito. Se eu falar o Estado, mas aí tá, ao mesmo tempo, volta na minha área. Estado enquanto instituições, uma das coisas que volta e meia o Estatuto da criança e do adolescente se fala é o conselho tutelar. Não gosto nem que os meninos escutem, mas o conselho tutelar, ele é meio que nem o homem do saco, que a mãe usa pra assustar a criança, e aí, um dia, você descobre que o cara é só um andarilho, o cara não faz mal pra criança... e aí você perde o medo daquilo. Mesma coisa o Conselho Tutelar, ele é, coloca a missão, isto, aquilo e tal, quando une a prática, não resolve porcaria nenhuma (...) (...) É, você tem e aí mesmo aqui, eu tenho professores da minha escola que atendem os alunos da manhã de um jeito, de manhã, aquele menino que quer prestar o vestibular, ele é o cartão de

visita da escola, e à noite, a população mais trabalhador é o menino que não conseguiu terminar a vida escolar dele dentro do prazo. Então, assim, você vai vendo que, quando anoitece aqui, não escurece só o céu, né? A própria quantidade de melanina na pele dos alunos também escurece e tem professor que ele tem uma aula de manhã e tem outra aula à noite. E aí eu te pergunto? É o Estado, nós, nós que trabalhamos ali que somos o Estado. Então, assim, é a estrutura em si, não apenas... (Renato, em entrevista, 2017).

Na seleção lexical “Eu acho Estado tão abstrato! É a mesma coisa que a gente falar sistema. O que é que é o Estado?”, o enunciador dá um sentido de questionamento acerca da definição de Estado quando utiliza o adjetivo “abstrato” para demonstrar que entende o termo como algo intangível. O uso da interrogação no final da seleção reforça esse questionamento quando ele o faz de forma literal.

Na seleção lexical “Então, se eu falar o Estado como um conjunto de leis, o discurso é muito bonito [...] [...] mas o conselho tutelar, ele é meio que nem o homem do saco que a mãe usa pra assustar a criança e aí, um dia, você descobre que o cara é só um andarilho”, é formada uma semântica, por meio do uso do advérbio de intensidade “muito” e do adjetivo “bonito”, em que a definição de Estado como um conjunto de leis é um discurso com conotação positiva, mas que, na verdade, o real papel das instituições na sociedade, como ele utiliza o exemplo do Conselho Tutelar, não corresponde positivamente ao que é propagado nesse discurso.

O enunciador critica o funcionamento do Conselho Tutelar como instituição que, de acordo com ele, é utilizada como ferramenta para intimidar ações de crianças e adolescentes e, por meio do uso de expressões como “meio que nem”, faz uma analogia ao papel do Conselho Tutelar com o do “homem do saco” que mães usam para assustar crianças, o que também seria figurativo. Na seleção lexical “...e aí, um dia, você descobre que o cara é só um andarilho”, a formação semântica é a de que o “homem do saco” não cumpre o papel que a mãe anunciava ao utilizar o substantivo “andarilho” precedido pelo advérbio “só”, minimizando a ameaça que ele representava, assim como pode ser minimizada a função do Conselho Tutelar como instituição.

A seleção lexical “e tem professor que ele tem uma aula de manhã e tem outra aula à noite. E aí eu te pergunto? É o Estado, nós, nós que trabalhamos ali que somos o Estado. Então, assim, é a estrutura em si” traz uma formação semântica de que o Estado, na visão do enunciador, é formado pelas pessoas que nele trabalham e que, se há algum problema nesse Estado, ele está nos agentes que nele atuam. Para essa semântica na seleção lexical, o uso do pronome pessoal “nós” e do verbo trabalhar na primeira pessoa do plural no presente do

indicativo indica ainda que o entrevistado, como gestor público, se inclui como parte do Estado, da estrutura.

O enunciador Renato, ao construir um discurso que entende o Estado como construído pelas pessoas, transfere a responsabilidade pela prática de atos corruptos à individualidade. O seu discurso está amparado em uma visão na abordagem do ator-racional proposta por Jancsics (2014), na qual o problema da corrupção está no indivíduo que atua na organização. A discricionariedade presente nas ações dos agentes que compõem o Estado, conforme Tanzi (1998), pode ser um fator que propicia esse tipo de ação corrupta.

O discurso do entrevistado José é associado à corrupção advinda do Estado, entendendo a legislação como uma ferramenta para a prática da corrupção, conforme podemos observar no fragmento 059:

Eu acho que assim, ó, primeiro, como eu já disse anteriormente, em função da própria legislação, que ela é muito confusa, ela parece que já é feita justamente pra ser desrespeitada e pra criar, criando brechas e tudo mais. E a gente vê hoje o Congresso, o Senado, trabalhando justamente pra isso, pra criar legislações pra favorecer os corruptos, né? Então, há toda uma cultura associada numa formalização dessa corrupção... (José, em entrevista, 2017).

O enunciador utiliza, na seleção lexical “...em função da própria legislação, que ela é muito confusa, ela parece que já é feita justamente pra ser desrespeitada e pra criar, criando brechas e tudo mais. E a gente vê hoje o Congresso, o Senado, trabalhando justamente pra isso, pra criar legislações pra favorecer os corruptos, né?”, o adjetivo “confusa” para definir como enxerga a legislação e a locução verbal “parece” para traduzir a impressão que tem de que a criação de leis é fruto de agentes corruptos que atuam no Senado e no Congresso.

O discurso do enunciador ilustra o que foi exposto por Himeshazi (2012) quando afirma que os princípios de governança propostos por Hunt e Wickham (1994) são, na verdade, passíveis de sofrerem atos corruptos quando os agentes não possuem ligação social com as instituições que compõem e não possuem conduta apropriada para o cargo.

A atividade nominada “formalização da corrupção”, conforme o entrevistado José enuncia, pode também ser comparada ao conceito estabelecido por Foucault (2013) para o termo *government*, haja vista eu o autor reconhece o governo como uma atividade que objetiva moldar e afetar a conduta de uma pessoa ou grupo de pessoas. As relações ligadas ao exercício de soberania política e às relações interpessoais como forma de controle são configurações que esses agentes políticos encontram para realizar essa “governamentalidade”, conforme Gordon (1991).

Os entrevistados Joaquim e Galeno reconhecem no Estado um ente fundamental para o controle da corrupção por meio dos órgãos de controle e fiscalização, ao passo que também colocam em dúvida os interesses desse próprio Estado a partir das medidas que são tomadas, conforme podemos observar nos seus discursos, nos fragmentos 060 e 061, respectivamente:

Fragmento 060

Então, o Estado tem mecanismos de controle de verificação. Ele tem os tribunais de contas, por exemplo, que fazem ou deveriam fazer esse trabalho de fiscalização dessas contas públicas, né? De ver, a própria Receita Federal também tem esse papel de fazer a verificação, de, talvez, detectar um aumento muito grande de patrimônio incompatível, mas, infelizmente, quem se propõe a fazer esse tipo de coisa, eu acho que acaba se cercando de várias informações de como burlar, né? Às vezes, a pessoa tem influência em alguma organização ou ela tem uma noção de como funciona o conhecimento, de como esconder esses resultados pra não ser pego. Eu acho que também o papel do estado seria de tentar ampliar essas formas de fiscalização, de realmente controlar os orçamentos, os gastos, a execução desses orçamentos e monitorar, talvez, as pessoas que ocupam cargos altos nessas instituições para ver se não tem nenhum indício de alguma coisa assim. E, quando tiver, fazer uma investigação séria, né? A gente não sabe até que ponto os tribunais e os ministérios públicos têm liberdade pra investigar ou não, se eles são, de alguma forma, também controlados pelo Estado, se tem coisa que o próprio Estado tenta abafar e tal. Então, a gente, como a gente não tem acesso muito a esses dados, a gente não sabe, talvez, seja um trabalho bem transparente, mas, talvez, não. Acho que o papel do Estado seja de fiscalizar e dar liberdade a esses órgãos investigativos, autonomia mesmo pra que eles possam investigar os próprios membros do Estado que, talvez, estejam envolvidos em alguma coisa assim (Joaquim, em entrevista, 2017).

Fragmento 061:

Tem, tem responsabilidade. Essa questão das organizações sociais também. Quando acontece, pode até acontecer muito, o governo público tem responsabilidade nisso também, por falta de fiscalização. Ele vai lá e cria uma lei pra beneficiar um segmento da sociedade e, depois, ele não fiscaliza e aí começa a surgir as maracutaias, as enganações, esse Bolsa Família. Tem muita gente que não precisa de Bolsa Família. Nós já vimos casos aí que vereador ou vereadora, não sei, estava recebendo Bolsa Família... Mas, porque que isso acontece? Falta de fiscalização do governo. O governo não fiscaliza e abre brecha pras pessoas ir fazendo. E outro detalhe importante também é a falta de punição exemplar pra essas pessoas. Nós estamos vendo eles prendendo essas pessoas, mas você pode ter certeza, a hora que a Lava Jato acabar, que eles esquecerem isso aí, se tiver alguma dessas pessoas presas lá, não vão ficar por muito tempo não. Tanto é que já prenderam uns, já soltaram, já prendeu de novo, já soltaram... prende o, não vou falar o nome, porque senão, se ele souber, ele vai me processar, o ministro lá, vai lá e manda soltar... (Galeno, em entrevista, 2017).

Observando o fragmento 060, na seleção lexical “o Estado tem mecanismos de controle de verificação, ele tem os Tribunais de Contas, por exemplo, que fazem ou deveriam fazer esse trabalho de fiscalização dessas contas públicas, né?”, é perceptível a atribuição a um caráter controlador/fiscalizador do Estado, com a utilização de palavras como “controle”, “verificação” e “fiscalização”.

O enunciador, nesse período de seu discurso, demonstra ter uma noção do papel do Estado condizente com o que o paradigma realista (JIANG; LO; LI, 2012) e a abordagem legalista (SILVA, 1994) propõem. O discurso do enunciador, ao propor um Estado como fiscalizador e controlador a partir de mecanismos como os Tribunais de Contas, apresenta o mesmo caráter dos estudos de Oliveira (2006) que propôs a contabilidade e os controles interno e externo como forma de diminuir a corrupção, além de Rausch e Soares (2010), que verificaram o papel inibidor da transparência das contas públicas frente à corrupção.

Na seleção lexical “a gente não sabe até que ponto os tribunais e os ministérios públicos têm liberdade pra investigar ou não, se eles são de alguma forma também controlados pelo Estado, se tem coisa que o próprio Estado tenta abafar e tal. Então, a gente, como a gente não tem acesso muito a esses dados. A gente não sabe”, o entrevistado utiliza a locução pronominal “a gente” para discursar que acredita que não só ele, mas todas as pessoas não têm conhecimento se o Estado cumpre o seu papel ou se os agentes que o controlam escondem suas reais intenções. Ao questionar o papel do Estado, esse entrevistado demonstra ter a mesma noção de governamentalidade, discutida no fragmento 059, pelo entrevistado José, pois demonstra a interpretação de que alguns agentes podem moldar suas ações e relações como forma de controle do poder.

A ausência da função fiscalizadora como motivação para a quebra de normas no Estado também faz parte do discurso do entrevistado Galeno, como no fragmento 061, na seleção lexical “mas porque que isso acontece, falta de fiscalização do governo. O governo não fiscaliza e abre brecha pras pessoas ir fazendo”. Nesse fragmento, há uma formação semântica, por meio do uso da palavra “mas”, como conectivo da oração anterior, utilizando o entrevistado ainda a palavra “porque” como advérbio causal para justificar a falta de fiscalização do governo como um dos motivadores da manutenção da corrupção. Ele também utiliza o termo “brecha” como sinônimo de oportunidade para que os corruptores pratiquem os atos.

Ainda considerando as normas, mas avançando na discussão, o entrevistado Adelino questiona, no fragmento 062, o papel do Estado a partir do momento em que ele se corrompe por quem está no seu controle:

Olha, o Estado ele pode influenciar, pelo conjunto de normas, né? Que está na Constituição, tá... Então, na medida que eu fujo daquilo, o que que é a Constituição? Sendo elaborada de forma correta, ou por uma Assembleia Constituinte ou, no nosso caso, a Constituição de 1988, foi, não foi bem uma Assembleia Constituinte, foi um Congresso Constituinte, que já teve uma certa dificuldade. Então, que você... aquele conjunto de normas e leis que estabelecem a organização de uma sociedade, né? No caso brasileiro aqui nosso e onde tá definido alguns papéis e se o Estado cumpre isso

aqui, ele diminui muito a possibilidade da corrupção. Então, ele tem um papel na medida em que ele é o primeiro a desrespeitar. Ele se corrompe pra desrespeitar... é o que está acontecendo hoje. Eu fico querendo mudar a Constituição porque essa Constituição me impede de eu, às vezes, avançar no meu processo corrupto. Então, eu fico querendo mudar e, normalmente, as mudanças na Constituição, ela é sempre contra a maioria da população, os trabalhadores, muita gente, vendo agora, reforma trabalhista, reforma da previdência, reforma do ensino, " agora eu quero produzir robôs"... porque se eu tiro a capacidade de quem minimamente, poder discutir, conhecer a história, conhecer a sociologia, a filosofia, se eu tiro isso deles, né? Que a filosofia é uma das ciências que fomenta a arte de pensar e de refletir. Então, se eu tiro isso dele, né? Ele vai aprender só o quê? A ser técnico, técnico só pra manipular material. Então, se eu manipulo isso bem, se eu tenho destreza... muito bem... e habilidade, não interessa o que eu penso e como que eu entendo aquela tecnologia e, com isso, eu crio uma dependência exterior, que eu deixo de formar pessoas que podem desenvolver a partir do seu trabalho novas tecnologias. Como eu tiro esse conhecimento dele, tiro essa oportunidade de conhecer dele, ele vai simplesmente reproduzir a inteligência estrangeira, ou seja, você cria essa dependência do conhecimento forâneo e, na medida que você cria essa dependência, o nosso país, o nosso povo vai estar sempre submetido a interesses internacionais... (Adelino, em entrevista, 2017).

Assim como os enunciadores dos fragmentos 060 e 061, o entrevistado Adelino, no fragmento 062, reconhece o poder do Estado como executor de normas. Na seleção lexical “aquele conjunto de normas e leis que estabelecem a organização de uma sociedade, né? No caso brasileiro aqui nosso e onde tá definido alguns papéis e se o Estado cumpre isso aqui, ele diminui muito a possibilidade da corrupção [...]”, o uso das palavras “normas” e “leis”, aliadas ao substantivo “organização”, bem como da conjunção subordinativa integrante “se”, dão um sentido de que a condição para que se reduza a corrupção é o respeito do Estado às normas e leis.

Na seleção “ele tem um papel na medida em que ele é o primeiro a desrespeitar. Ele se corrompe pra desrespeitar”, o enunciador utiliza o pronome pessoal “ele” referindo-se ao Estado e igualando o sentido aos políticos, que muda as leis para se beneficiar, caracterizando, para o enunciador, um comportamento corrupto.

No fragmento 063, a entrevistada Alzira faz apontamentos do que acredita serem as falhas do Estado que contribuem para a corrupção:

É, o negócio é tão escalonado que você se perde no meio, né? Então, não sei... assim, se alguém soubesse a fórmula, a gente teria, né? Mas, realmente, é uma questão muito complexa. Essa hierarquização excessiva, eu acho que dificulta... Legislações esparsas demais e complexas demais, tudo isso, né? São fatores que eu acho que contribuem pra dificultar o nosso controle e facilitar práticas de corrupção...

Na seleção lexical “É, o negócio é tão escalonado que você se perde no meio, né?”, a enunciativa utiliza as palavras “escalonado” com o sentido de que a corrupção ocorre em vários níveis e a expressão “se perde no meio” para definir como ela se sente em relação à observação do papel do Estado frente à corrupção. Em seguida, ela aponta alguns

dificultadores do controle que o Estado poderia fazer e que estão nas próprias legislações e na estruturação hierárquica do Estado.

O entrevistado Mário, no fragmento 064, atribui ao Estado a responsabilidade da prática da corrupção nas organizações, porém reconhece na sociedade um agente importante de contenção da corrupção:

Tem, né? Eu acho que o Estado tem uma grande responsabilidade, apesar de que a sociedade, de um modo geral, tem todos os elementos necessários pra evitar que isso acontecesse, principalmente, o voto, mas o Estado tem muita responsabilidade... (Mário, em entrevista, 2017).

Na seleção lexical “Eu acho que o Estado tem uma grande responsabilidade, apesar de que a sociedade, de um modo geral, tem todos os elementos necessários para evitar que isso acontecesse”, o entrevistado, ao mesmo tempo que atribui ao Estado a responsabilidade sobre o problema da corrupção, utiliza a locução conjuntiva “apesar de que” para atribuir à sociedade a responsabilidade para que sejam impedidas as ações corruptas que se observam provenientes do Estado.

O enunciador do fragmento 065, Francisco, atribui ao Estado a responsabilidade total sobre a corrupção percebida nas organizações. O entrevistado João, no fragmento 066, emite um discurso no qual atribui como responsabilidade total do Estado o grau de corrupção que se observa hoje na sociedade e nas organizações. O enunciador reconhece que há tanto a permissividade quanto a participação do Estado no processo corruptivo:

Fragmento 065

Eu acho que ele é totalmente responsável, totalmente... igual você falou, em qualquer instância que seja (Francisco, em entrevista, 2017).

Fragmento 066

Ah! Eu acho que é total, tanto sendo permissivo, quanto participando também do processo de corrupção. Eu acho que é das duas formas: ele tem a corrupção do Estado e ele também sabe que existe, né? Às vezes, em esferas menores e deixa passar, entendeu? Ele não faz o monitoramento. Eu vou te dar um exemplo: o Estado de Minas, ele tem diversos investimentos dentro do Hospital de Clínicas. Aí, ele manda o recurso pra gente fazer em determinada situação, ele não vem cá conferir se a gente usou o dinheiro e pra quê... Então, ele está sendo permissivo. Ele tinha que vir cá e fiscalizar e, se não tiver feito, usado o dinheiro para aquilo que não foi destinado, penalizar o hospital, mas isso não acontece... (João, em entrevista, 2017).

No fragmento 066, o entrevistado João, na seleção lexical “Eu acho que é total, tanto sendo permissivo, quanto participando também do processo de corrupção. Eu acho que é das duas formas”, utiliza o adjetivo “total” para atribuir ao Estado toda a responsabilidade sobre o

problema da corrupção. Além disso, ele utiliza o adjetivo “permissivo” e o verbo participar no gerúndio para dar um sentido de que o Estado, tanto atua, quanto permite a ocorrência da corrupção.

A entrevistada Carla, no fragmento 067, reconhece na figura dos políticos os representantes do Estado e deixa claro o seu descontentamento com o cenário observado:

Infelizmente, o que a gente tá vendo é que é grande, não é pequena não, né? Porque a população coloca toda a sua expectativa em cima, faz, vota, espera que ele faça coisas pra gente, pra população, chega lá, ao contrário, né? Ao invés da gente ser representado por eles, eles estão representando o governo, né? Ao contrário. Então, é muito grande a responsabilidade... hoje, hoje, aí eu te devolvo a pergunta: em quem você votaria? Existe uma pessoa que você fala "não, esse aí eu voto", você tem? Se você tiver, você me fala! Porque não tem! Aí você olha lá aquela carinha bonitinha, fazendo a campanha. Não esse, cara parece... não existe, não tem... (Carla, em entrevista, 2017).

Na seleção lexical:

“Infelizmente, o que a gente tá vendo é que é grande, não é pequena não, né? Porque a população coloca toda a sua expectativa em cima, faz, vota, espera que ele faça coisas pra gente, pra população, chega lá, ao contrário, né? Ao invés da gente ser representado por eles, eles estão representando, o governo, né? Ao contrário” (Carla, em entrevista, 2017).

A enunciadora inicia a seleção utilizando o advérbio “infelizmente” seguido da locução pronominal “a gente”, que tem o sentido de nós, e do adjetivo “grande”, trazendo uma formação semântica de descontentamento com a atuação do Estado frente ao problema da corrupção, atribuindo a esse uma grande responsabilidade.

A utilização do “porque” como advérbio de causa e com sentido de sinônimo para razão justifica seu descontentamento, que é explicado com a sequência de palavras como “expectativa”, “faz”, “vota” e “espera”, seguido pelo pronome pessoal “ele”, referindo-se ao que se espera da ação do Estado e seus representantes. Em uma nova sequência de palavras, a entrevistada utiliza as expressões “ao contrário” e “ao invés” para concluir o discurso de que as expectativas depositadas não são atendidas e de que há uma inversão da expectativa e confiança depositada.

O entrevistado Saulo admite em seu discurso que o papel do Estado é importante quanto ao problema da corrupção. No fragmento 067, conseguimos observar qual a sua concepção de Estado e como ele acredita que pode haver uma influência de interesses externos a esse Estado:

Então, o grau de importância que eles têm é muito grande, mas, em contrapartida, a nossa atuação como cidadãos também deixa a desejar. E, óbvio que existem forças privadas que, sabendo disso, financiam pessoas que lhe interessam e, obviamente, tiram proveito de toda essa situação, né? E o que a gente viveu nesses últimos

meses, eu acho que escancarou isso que já era sabido por muita gente, mas que agora torna-se público e a oportunidade que teríamos de recomeçar, acredito que nós vamos perder, vamos perder a oportunidade de mudar em função do medo, da ignorância, em função justamente desse cenário de solução simples, violentas, rápidas, autoritárias. Eu penso que 2018 será um ano esquisito (Saulo, em entrevista, 2017).

De forma semelhante ao que o entrevistado Mário expõe em seu discurso, no fragmento 064, o enunciador Saulo atribui ao Estado uma grande importância frente ao problema da corrupção, mas reconhece que a atuação dos cidadãos pode ser importante na contenção desse tipo de prática.

Na seleção lexical “...nossa atuação como cidadãos também deixa a desejar. E, óbvio que existem forças privadas que, sabendo disso, financiam pessoas que lhe interessam e, obviamente, tiram proveito de toda essa situação”, há uma formação semântica, por meio da utilização do pronome possessivo “nossa” e do substantivo feminino “atuação”, de que a forma como os cidadãos atuam é também um elemento responsável da corrupção do Estado. As palavras “forças privadas” e os verbos “financiam” e “interessam” demonstram que forças externas ao Estado financiam futuros representantes do povo para os diversos poderes, os quais se aproveitam dessa situação e intensificam a corrupção. Os discursos discutidos até aqui foram produzidos a partir das entrevistas realizadas com os gestores em seu ambiente de trabalho.

Nos discursos dos quais foram extraídos os fragmentos 059, 060 e 066, foi possível observar o uso de exemplos e menções a instituições que ilustravam a construção do argumento dos enunciadores. Já no fragmento 062, ocorre a construção do argumento a partir da intertextualidade com menção a documentos, como a Constituição Federal. Todos os discursos presentes nos fragmentos 058 a 067 foram marcados pela informalidade, com o uso de expressões e atos de fala que não continham grande complexidade para o seu entendimento. Os discursos também não fazem muitas referências a eventos anteriores e que gerem necessidade de conhecimento prévio para interpretá-los.

Ao analisarmos a prática social, percebemos que a matriz social predominante no fragmento 058 vai contra as estruturas sociais dominantes, assim como os fragmentos 062, 066 e 067. As práticas discursivas não foram moldadas dentro das ordens de discurso, mas, na verdade, elas se opuseram a elas, pois desconstroem e questionam o papel do Estado e sua atuação.

Resgatando aqui a proposta de Foucault para o termo *government*, conforme apontado por Gordon (1991), podemos entender que os discursos analisados consideram o governo como uma atividade que visa ao molde e transformação da conduta de uma pessoa ou

grupo de pessoas. A atividade desse governo envolve relações interpessoais privadas dentro das instituições como forma controle e, ainda, relações ligadas ao exercício da soberania política.

Em relação aos fragmentos 059 a 061 e 063 a 065, a matriz social sobre a qual esses fragmentos foram construídos está baseada nas relações de poder existentes que, apesar de atribuírem ao Estado a responsabilidade pela corrupção, o fazem sem uma crítica mais profunda e, por vezes, insinua a sociedade como corresponsável pelas falhas desse Estado. Os discursos possuem um viés político, uma vez que os enunciadores não dissociaram a figura do Estado da atuação política que o envolve.

Os discursos sobre o papel do Estado frente à corrupção levaram também a uma discussão sobre o modelo ideal de gestão que minimizasse a prática do ato corrupto. Dois padrões distintos de discursos foram observados, sendo um padrão apresentando um discurso a favor de um sistema autoritário e desacreditando o sistema democrático e o outro padrão reconhecendo os problemas do autoritarismo e discursando a favor de um modelo democrático em relação à corrupção.

Os padrões encontrados são opostos. O grupo de entrevistados que discursaram a favor do autoritarismo e desacreditaram o sistema democrático o fez conforme o que Seligson (2006) pontua, que é o fato de a corrupção afetar a legitimidade das democracias, diminuindo a confiança interpessoal e afetando negativamente as relações na sociedade.

A interpretação dos entrevistados que são a favor de um sistema autoritário pode ter sido construída de tal forma, devido ao que Filgueiras (2006) chama de deslegitimação da ordem política, que é consequência da chamada corrupção política. O estudo de Jetter, Agudelo e Hassan (2015) demonstrou que, em países pobres, a democracia piora o comportamento corrupto, ao contrário do que ocorre nos países mais ricos, o que pode ser também a motivação para a produção de tais discursos.

O fato de o autoritarismo deter um controle estrito sobre a corrupção, direcionando o seu nível de uma forma autocrática e restrita, pode ser um motivador para que a interpretação da corrupção por quem é favorável a esse modelo de regime seja deturpada, uma vez que o controle da lei e ordem e o crescimento econômico podem ser legitimadores de ações autoritárias que mascaram a corrupção (AMUNDSEN, 1999).

Essa leitura do autoritarismo pode ter sido realizada pelo grupo de entrevistados que são contrários a esse tipo de regime, uma vez que, apesar dos traços de corrupção que são associados à democracia, como a regulamentação de campanhas eleitorais, a disputa por cargos e os lucros com as privatizações, os benefícios de um sistema democrático para esse

grupo de enunciadores continua sendo maior do que sua percepção dos problemas (AMUNDSEN, 1999)

A entrevistada Janice, conforme podemos observar no fragmento 068, afirma ser contrária à democracia:

Eu acho, eu costumo até falar que, assim, essa democracia, eu ainda brinco, assim... "Ah, mas você não vai perguntar", eu falo: nem sempre você não pode agir com muita democracia porque você não chega a um senso comum e eu, atualmente, eu acho que sou contra a democracia porque virou uma bagunça tão grande esse nosso país que eu não sei se eu sou favorável mais à democracia não, sabe? (Janice, em entrevista, 2017)

Na seleção lexical “nem sempre você não pode agir com muita democracia porque você não chega a um senso comum e eu, atualmente, eu acho que sou contra a democracia porque virou uma bagunça tão grande esse nosso país que eu não sei se eu sou favorável mais à democracia não”, a entrevistada utiliza os advérbios “nem”, “não” e a preposição “contra” para se posicionar a respeito da democracia, alegando que ela não permite atingir um “senso comum”. Ela ainda utiliza o substantivo feminino “bagunça” para definir o que a democracia se transformou no Brasil.

De modo semelhante à enunciativa do fragmento 068, o entrevistado José, no fragmento 069, também discursa contrário à democracia e afirma que ela, do modo como está estruturada no Brasil, favorece a corrupção:

É, tem um ditado antigo que diz: mas vale uma ditadura bem feita do que uma democracia mal feita, né? Talvez, seja o nosso caso hoje e a democracia de fato, acho que, como ela foi estruturada no Brasil, no ocidente no geral, ela não favorece muito a não existência da corrupção. Talvez, até facilita muito, porque a forma de escolha dos governantes ou até a irresponsabilidade do eleitor e tudo, pode até ajudar a corrupção. Parece que o eleitor gosta de escolher os corruptos... (José, em entrevista, 2017).

O enunciatador utiliza o que ele diz ser um dito popular em favor da ditadura pra iniciar seu discurso, criticando a democracia. O advérbio “talvez” e o verbo “acho”, conjugado na primeira pessoa no presente do indicativo, exprimem sua ideia de que democracia, da forma como foi implementada no Brasil, não desfavorece a corrupção e, novamente, utiliza o advérbio “talvez” para exprimir a ideia de que ela facilita a corrupção. Mas o uso de tais palavras traz a formação semântica de que o entrevistado não tem absoluta certeza do discurso que está reproduzindo.

Ao ser questionada se um regime autoritário seria melhor para lidar com o problema da corrupção, a entrevistada Débora afirma que sim, conforme podemos observar no fragmento 070:

Eu acho que nesse momento, seria... porque parece que já perdeu todas as formas de lidar com isso então as pessoas estão muito desacreditadas né? Então assim, desacreditadas num futuro melhor, desacreditadas que isso vai acontecer e que vai ter mudança. (Débora, em entrevista, 2017)

No fragmento 070, a enunciadora utiliza o verbo “parecer”, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, dando um sentido de que, aparentemente, não há alternativas na democracia para se tratar a corrupção. A entrevistada usa o termo “desacreditadas” para se referir à forma como as pessoas, na sua visão, estão em relação a uma possível mudança ou transformação relacionada à situação da corrupção no país.

O discurso do entrevistado Paulo, do qual foi extraído o fragmento 071, também é favorável a um sistema autoritário para fins de disciplinar os indivíduos:

Então, as práticas de um sistema militar de disciplina, eu acho que a população dos brasileiros, ela precisava um pouco, não um estado autoritário, eu mando, você obedece, mas ter normas pra serem seguidas, se você sair disso... você vai ser penalizado. Eu acho que a estatística ou os casos que a gente vê aí na sociedade... outra dia, conversando com um primo que é professor em uma escola militar, aí eu estava falando com ele dos alunos "de quinze são bons e desses quarenta, quantos vão virar alguém?" "uns trinta e cinco no mínimo", e quando você vai pra uma escola particular, tanto particular quanto estadual, você vê que não... virar alguém que eu falo, assim, que vai ser uma pessoa bem sucedida, que vai ter um bom emprego, que vai ter um bom trabalho, é menos da metade. Então, a gente, eu acho que a disciplina, ela norteia o ser humano (Paulo, em entrevista, 2017).

O discurso acima utiliza palavras como “sistema militar”, “disciplina” e “penalizado” para afirmar que um regime autoritário é mais bem sucedido que uma democracia.

Ao mesmo tempo, o entrevistado pondera o modelo de autoritarismo que propõe por meio da seleção “...não um estado autoritário, eu mando, você obedece, mas ter normas pra serem seguidas”, formando uma semântica de que não é a favor de um autoritarismo pleno, mas de um sistema rígido de regras para seguir.

Observando-se a seleção lexical “...virar alguém que eu falo, assim, que vai ser uma pessoa bem sucedida, que vai ter um bom emprego, que vai ter um bom trabalho, é menos da metade. Então, a gente, eu acho que a disciplina, ela norteia o ser humano”, o uso de termos como “virar alguém”, “pessoa bem sucedida”, “bom emprego” e “bom trabalho” dão coesão à formação semântica do discurso construído pelo enunciador de que o sucesso profissional é mais facilmente atingido quando o indivíduo está sob vigilância e disciplina.

Para o entrevistado Francisco, a democracia é uma ferramenta para democratização da corrupção, conforme fragmento 072:

Eu acho que ela democratiza a corrupção, em outros sistemas, talvez, mais rígidos, a corrupção ela é centralizada. Em um sistema autoritário, você centraliza a corrupção, você, digamos assim, tem uma meia dúzia de corruptos. Num sistema democrático, é aquela história, você tem que molhar a mão de todo mundo... (Francisco, em entrevista, 2017).

No fragmento 072, o entrevistado conecta as palavras “rígidos” e “centralizada” ao termo corrupção, para dar uma formação semântica de que a rigidez centraliza a corrupção, logo, em um sistema autoritário, que tem a corrupção centralizada, a impressão que se tem é que a corrupção seria menor, uma vez que ela seria menos dispersa. O discurso do enunciador está de acordo com o que Amundsen (1999) afirma em relação à corrupção, pois para ele, nos regimes autoritários, a possibilidade de controle sobre os casos de corrupção é maior, o que diminui seu escopo e percepção.

A formação semântica que traz um grau menor de corrupção em sistemas autoritários pode ser observada na seleção lexical “Em um sistema autoritário, você centraliza a corrupção, você, digamos assim, tem uma meia dúzia de corruptos. Num sistema democrático, é aquela história, você tem que molhar a mão de todo mundo”. A utilização das palavras “centraliza” e da expressão “digamos assim”, seguida por “meia dúzia de corruptos”, dão um sentido de que se a corrupção é centralizada, logo, seu impacto pode ser menor.

O discurso do entrevistado Paulo, do qual foi extraído o fragmento 073, também aponta a centralização do poder como uma forma de minimizar os atos corruptos:

Eu acho que pode influenciar, pode tanto aumentar quanto diminuir. Eu não consigo definir separadamente, hoje, qual o regime de governo que seria melhor. Uns falam que o regime militar não tinha corrupção, ou até tinha, mais tinha menos, né? Porque, às vezes, o poder está na mão de poucos, né? E, à medida que você distribui o poder na mão de outros, a corrupção tende aumentar de forma progressiva, mas eu acredito que pode sim (Paulo, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “...às vezes, o poder está na mão de poucos, né? E, à medida que você distribui o poder na mão de outros, a corrupção tende aumentar de forma progressiva”, do fragmento 073, traz o sentido de que a descentralização do poder permite o aumento da corrupção. Já a utilização de palavras como “poder” e da expressão “na mão de poucas”, conectadas pela locução “à medida que” às palavras “poder” e “na mão de outros” confere um sentido de aumento proporcional da corrupção em relação à distribuição do poder.

O discurso emitido pelo entrevistado, de que o poder descentralizado aumenta a corrupção, contraria o que Kubbe (2014) concluiu em seu estudo quando pesquisou a religião nas sociedades e os níveis de corrupção. O autor concluiu que sociedades que adotam as religiões católica, ortodoxa e muçulmana têm grande concentração de poder e, por isso,

apresentam elevados níveis de corrupção, ao contrário de sociedades que adotam as religiões protestantes que se caracterizam pela individualidade e busca pela igualdade.

O discurso do entrevistado João, do qual foi extraído o fragmento 074, expressa que a democracia no Brasil é corrompida pelas pessoas que estão no poder e, segundo o enunciador, ela funciona de forma negativa frente à corrupção:

Eu acho que ela influencia. Eu acho que, na verdade, eu não sei... Eu tenho uma visão de que as pessoas também um pouco corromperam a democracia para falar que a democracia é uma decisão de todos, e não sei o quê, e acaba que a gente não consegue, eu não consigo enxergar uma verdadeira democracia no Brasil não. Igual, assim, se os políticos estão lá nos representando, a gente elegeu eles, mas e a hora que eles vão decidir alguma coisa lá, eles não vão pela maioria, não vai pelo nosso interesse, ele vai pelo interesse dele e o interesse deles, geralmente, está relacionado à corrupção. Então, ele vota lá porque ele recebeu um milhão de reais pra votar sim ou não, ele não vota pelo interesse nosso, entendeu? E aí eu não sei, a democracia, eu acho que ela... no nosso caso, eu acho que não deveria ser assim, mas ela influencia negativamente para que a corrupção aconteça, sabe? A forma, a estrutura que a gente tem hoje favorece a corrupção e eu não sei se é uma verdadeira democracia também (João, em entrevista, 2017).

O enunciador, na seleção lexical “Eu tenho uma visão de que as pessoas também um pouco corromperam a democracia para falar que a democracia é uma decisão de todos, e não sei o quê, e acaba que a gente não consegue, eu não consigo enxergar uma verdadeira democracia no Brasil não”, imprime ênfase à palavra “democracia”, repetindo-a por três vezes no período, bem como utiliza o verbo “corromper”, na terceira pessoa do plural no pretérito perfeito do indicativo, para indicar que a democracia foi corrompida, atribuindo a ela parte da responsabilidade do problema da corrupção.

A seleção lexical “E aí eu não sei, a democracia, eu acho que ela... no nosso caso, eu acho que não deveria ser assim, mas ela influencia negativamente para que a corrupção aconteça, sabe? A forma, a estrutura que a gente tem hoje favorece a corrupção e eu não sei se é uma verdadeira democracia também” traz uma formação semântica de dúvida em relação ao papel da democracia frente à corrupção por meio do uso de termos como “eu não sei” e “eu acho”, os quais foram utilizados repetidas vezes.

O discurso do entrevistado Mário, parte dele presente no fragmento 075, reconhece que a democracia é importante para resolver o problema da corrupção, porém ele enxerga no autoritarismo também uma forma de resolução do problema:

É, a questão é... a democracia. Eu acho que a gente não poderia abrir mão, em hipótese alguma, da democracia. Eu entendo que essa transição... veja bem, eu acho que a gente vive ciclos, curvas, né? Se a gente conseguisse o ponto intermediário, isso é que o ideal, nós vivemos... minha geração, eu vivi o final de ditadura, você nem isso você viveu. Então, assim, esse final de ditadura, ele era melhor que esse ápice de democracia. Você tinha alguns limites que não eram agradáveis, que isso poderia até abafar um pouco o desenvolvimento cultural, enfim, alguns prejuízos,

mas você tinha saldo, algum, um pouco de controle de...que eram positivos. Então, assim, a partir do momento que isso saiu do controle, essa democracia nos deu direitos além... assim, do ideal, no meu ponto de vista. Então, assim, complicou um pouco. Então, assim voltando à questão, eu acho que o fim da democracia seria extremamente negativo... (Mário, em entrevista, 2017).

O enunciador utiliza um discurso que tem uma formação semântica de relativização da atuação de um governo ditatorial, em especial, da ditadura militar no Brasil. Na seleção lexical “...eu vivi o final de ditadura, você nem isso você viveu. Então, assim, esse final de ditadura, ele era melhor que esse ápice de democracia, Você tinha alguns limites que não eram agradáveis, que isso poderia até abafar um pouco o desenvolvimento cultural”, o enunciador utiliza palavras como “limites” e a expressão “não eram agradáveis” para se referir aos prejuízos da ditadura, além de colocar como principal prejuízo apenas o desenvolvimento cultural, utilizando, para tanto, a conjunção “até” e o verbo “abafar”.

Na seleção lexical “...enfim, alguns prejuízos, mas você tinha saldo, algum, um pouco de controle de...que eram positivos. Então, assim, a partir do momento que isso saiu do controle, essa democracia nos deu direitos além... assim, do ideal, no meu ponto de vista. Então, assim, complicou um pouco”, a utilização da palavra “saldo” demonstra que, na sua interpretação, os prejuízos da corrupção eram menores que os benefícios que o sistema autoritário proporcionava. O enunciador utiliza ainda os termos “saiu do controle” e “direitos além” para se referir à democracia, indicando como a percebe de forma negativa frente ao problema da corrupção.

Para o entrevistado Lucas, conforme fragmento 076, a democracia que se observa hoje no país não é real, visto que ela não apresenta nenhuma diferença em relação a um sistema autoritário:

Diferença nenhuma. O sistema hoje é autoritário, né? Onde a educação, ela é autoritária. Nós estamos num processo ditatorial, onde esse Michel Temer, onde esse prefeito aqui fala, todo mundo abaixa a cabeça e tem que seguir. Esse prefeito de Uberlândia tem apelido de coronel. O coronel falou, meu amigo, a água parou. É assim que está funcionando. As pessoas não estão tendo mole não... Aí você vê problema na saúde que a mídia não fala, problema nas escolas municipais e que a mídia não fala, você entendeu? E fica pegando em questões mínimas de um lixo que está ali na esquina, em um âmbito. Um lixo que está ali na esquina, ele é um problema, mas o âmbito do problema, ele é muito maior, saúde, educação, moradia, porque, se é uma cidade que não tem pobreza, ela não tem problema de lixo na esquina. A cidade onde tem, um país aonde as riquezas são divididas de forma igual, você não tem problema de lixo na esquina, você não tem problema na saúde, você não tem problema na educação, e outros locais, você não tem problemas ambientais... (Lucas, em entrevista, 2017).

O discurso do entrevistado Lucas, presente no fragmento 076, por meio de um questionamento a respeito do sistema de gestão do Estado brasileiro, questiona e, ao mesmo tempo, demonstra sua interpretação sobre a democracia no Brasil. A seleção lexical “Onde a

educação ela é autoritária, nós estamos num processo ditatorial, onde esse Michel Temer, onde esse prefeito aqui fala, todo mundo abaixa a cabeça e tem que seguir” traz uma formação semântica de que a falta de atitude frente às ações dos gestores públicos provoca uma gestão ditatorial extraoficial. O entrevistado utiliza o adjetivo “autoritária” para se referir à educação e expressões como “fala, todo mundo abaixa a cabeça” para se referir à forma de governar dos gestores públicos atuais.

O enunciador Adelino, no fragmento 077, posiciona-se a favor da democracia para resolver o problema, mas seu discurso é a favor da democracia participativa:

Aí você tem alguns conflitos, né? Uns chamam a democracia parlamentarista, né? Aí você tem a democracia participativa, né? Então, depende em partes, quando eu tenho uma autocracia, presidente, presidencialismo, né? Onde não há a participação e se chama democracia, então, nós estamos vendo uma falsa democracia, né? Mesma coisa o parlamentarismo, independente da composição do Congresso que eu tenho, né? Essa mudança de primeiro ministro, aí fica vulnerável, o primeiro ministro? Essa mudança de primeiro ministro, né? Ela fica vulnerável aos grupos que compõe o Congresso, quando você pega monarquia, aí você tem questão de uma casta que sobrevive, né? Em função, né?,... de que, entre aspas, da dar "estabilidade" ao regime que você tá naquele momento vivenciando, mas a gente vê que isso também não é verdade. Quando a gente fala de monarquia, se você pegar a Europa, nós temos a Inglaterra, a Áustria, são monarquias e monarquias... tanto corrupta quando o seu regime de governo. Eu na, minha ideia, eu preferia, prefiro, né?,... manter como uma democracia participativa, onde é periodicamente. Você, além dos teus representantes eleitos, deputado, senador, vereador a nível de município, periodicamente, eu tenho que fazer uma consulta à população, mas não é uma consulta que eu vou e só faço pra referendo, tem um processo, eu preciso aprovar ou não... é uma consulta onde a população participa na discussão dessa proposta e é nessa discussão que ela vai... (Adelino, em entrevista, 2017).

A seleção lexical “...quando eu tenho uma autocracia, presidente, presidencialismo, né? Onde não há a participação e se chama democracia, então, nós estamos vendo uma falsa democracia, né?”, por meio do uso dos advérbios “quando” e “então”, dá o sentido de que a democracia sem participação e com a concentração do poder é uma “falsa democracia”.

Após discorrer em seus discursos sobre diferentes modelos de governo que não deixam de ser corruptos, por se utilizarem de formas diferentes de gestão, o enunciador ainda expressa que um modelo de democracia participativa seria ideal, conforme seu ponto de vista.

O entrevistado Joaquim, no fragmento 078, indica que o regime autoritário pode favorecer a prática da corrupção, uma vez que a centralização do poder não seria positiva, o que está de acordo com o indicado por Kubbe (2014) quando afirma que a maior duração de um regime democrático influencia na redução dos níveis de corrupção. Seu discurso é o oposto do que o entrevistado Paulo enuncia no fragmento 073, previamente analisado:

[...] se fosse um regime autoritário, isso poderia até facilitar talvez, porque se você tem um governante que tem essa intenção de corromper ou facilitar, isso talvez fique

até mais fácil né, o regime mais democrático ele talvez tenha mais mecanismo de verificação ou de cobrança da população de forma geral né. (Joaquim, em entrevista, 2017)

No fragmento 078, o enunciador expressa em seu discurso, por meio do uso da palavra “autoritário”, conectada pela preposição “até” ao verbo “facilitar” e ao advérbio “talvez”, que percebe um regime autoritário como facilitador de práticas corruptas por não se prover de mecanismos de controle, como ele observa que ocorre em um processo democrático.

A injustiça presente no modelo de gestão autoritária é o principal fator presente no discurso do entrevistado Galeno, conforme fragmento 079, para que esse modelo não seja adotado frente ao problema da corrupção:

O problema do regime autoritário é que, às vezes, ele pode organizar alguma coisa, mas ele comete injustiça, e aí nós não podemos conviver com isso de novo, né? Mas é quando a gente fala em regime autoritário, a gente fala dos nossos exemplos, a gente fala do militar, porque muita gente defende a volta do militar. O problema que eu acho é que aí começa a cometer as injustiças, não é.? (Galeno, em entrevista, 2017).

O enunciador utiliza a palavra “problema” para indicar o que percebe como errado no regime autoritário e, ainda, por meio da locução adverbial “às vezes” e da expressão “alguma coisa”, ele minimiza o que um regime autoritário pode apresentar em seu favor, destacando as injustiças cometidas pelo regime militar como o principal ponto contra o autoritarismo.

A distribuição dos textos não ocorreu com intertextualidade em todos os discursos. Nos discursos dos quais foram extraídos os fragmentos, foi possível observar o uso de exemplos e menções a instituições que ilustravam a construção do argumento dos enunciadores.

Há, nos fragmentos 075 a 077, uma intertextualidade com a citação de elementos históricos e políticos que justificam os posicionamentos de seus enunciadores. O trabalho inferencial requerido para interpretação desses discursos carece de um grau de compreensão médio por envolver uma discussão que adentra no campo político e histórico. Nos fragmentos 068 a 074 e 078 a 079, não há a verificação de intertextualidade, bem como de um grande nível de complexidade em sua construção.

A matriz social predominante nos discursos dos quais foram extraídos os fragmentos 068 a 075 compactua com as relações sociais hegemônicas, por meio de discursos que legitimam um sistema autoritário de gestão para a resolução do problema da corrupção. As justificativas discursivas para defesa de tal regime incluem a má estruturação da democracia

no país, a não execução dessa democracia e o discurso de que, no período militar, os níveis de corrupção eram menores.

Nesse agrupamento de discursos, há em comum uma forte crítica à democracia, no entanto, não há uma análise sobre os problemas do autoritarismo, pois ele surge nas respostas como uma maneira instantânea de resolução do problema. Os discursos dos quais foram extraídos os fragmentos de número 076 a 079 são críticos à democracia em virtude da forma que é ela exercida atualmente, no entanto, expressam sua visão sobre um regime autoritário, percebendo suas injustiças e falhas. As ideologias presentes nos dois grupos de discursos analisados são claramente as políticas, visto que um grupo considera as falhas de um regime autoritário, criticando-o e entendendo a necessidade de mudanças estruturais. Já outro grupo busca uma solução imediata e não participativa para a resolução do problema da corrupção.

4.3 Os elementos de regionalidade e os padrões encontrados nas interpretações dos entrevistados que auxiliam na compreensão da corrupção.

A dificuldade que os gestores entrevistados tiveram em sinalizar para exemplos de casos de corrupção e, conseqüentemente, dos prejuízos dessa prática nas organizações da região denota uma característica encontrada em seus discursos de que, apesar de reconhecerem e terem um conceito para a corrupção, não percebem seus prejuízos e atuação de forma clara, a ponto de exemplificarem sua ocorrência na região. Nos fragmentos 080 e 081, o entrevistado Joaquim, ao ser questionado sobre a ocorrência de casos de corrupção na cidade e região de Uberlândia em organizações do setor público, privado e ONGs, não soube citar nenhum exemplo:

Fragmento 080

Não, de Uberlândia, no momento, não lembro assim... (Joaquim, em entrevista, 2017).

Fragmento 081

Olha, aqui na região eu não sei te falar não. A gente vê mais esses exemplos, mais a níveis nacionais mesmo, que acaba dando mais repercussão e tal... Talvez, até tenha aqui em Uberlândia, mas eu não tenho lembrança de ter visto notícia nesse sentido (Joaquim, em entrevista, 2017).

Nos fragmentos acima, o advérbio de negação “não” foi utilizado em ambos os casos. No caso do fragmento 081, o advérbio “talvez” foi utilizado, indicando a possibilidade de existência, assim como a conjunção adversativa “mas”, seguida do advérbio “não”, para indicar que o entrevistado não tem lembrança de nenhum caso de corrupção relacionado com ONGs na região.

Ao ser questionada sobre a existência/exemplo de algum caso de corrupção em entidades do Terceiro Setor (ONGs) na região de Uberlândia, o discurso da entrevistada Elvira foi semelhante ao do entrevistado Joaquim, como podemos observar no fragmento 082:

Não, não tenho certeza... não tenho não (Elvira, em entrevista, 2017).

A entrevistada Cláudia, no fragmento 083, assim como o entrevistado Galeno, no fragmento 084, também têm um discurso semelhante quando questionados sobre os impactos da corrupção na região:

Fragmento 083

Uberlândia? Uberlândia... não vem a minha mente agora não, mas, certamente, tem... Tinha um que eu falava que era histórico, mas que agora finalizou ele, que era o Teatro Municipal. Ficou anos e anos parado, né? Mas agora, ele, pelo menos, está funcionando... (Cláudia, em entrevista, 2017).

Fragmento 084

Olha, pensando aqui, dentro do município, eu não tenho conhecimento de algum fato que seja significativo ou não significativo, assim, de corrupção. O que eu consegui enxergar até hoje aqui é má administração... (Galeno, em entrevista, 2017).

No fragmento 083, a utilização da interrogação seguida do advérbio de negação “não”, utilizado de forma combinada duas vezes na mesma frase, seguido da conjunção adversativa “mas”, serviu para dar um sentido de que, apesar de não lembrar de nenhum caso de corrupção, a enunciativa acredita na possibilidade de existência dessa prática.

No fragmento 084, o enunciador Galeno utiliza o adjetivo “significativo” de forma seguida, na mesma oração, com e sem o advérbio de negação “não”, para indicar que a sua interpretação é indiferente à corrupção na região de Uberlândia e que há, de sua parte, a interpretação de uma má administração pública em nível municipal.

A entrevistada Janice, no fragmento 085, discursa sobre a sua visão da concentração do poder na região de Uberlândia a partir de uma concepção da influência das raízes históricas:

Não, de jeito nenhum. Eu acho que é do mesmo jeito... assim, o poder fica muito tempo numa mão e aí esse pessoal vai achando as formas de, né? [...]
 [...] Vejo, vejo, os grandes coronéis aqui de Uberlândia. Se você não fizer parte do grupo de coronéis, você está fora... Foi aí, o Gilmar Machado demonstrou isso claramente. Ele foi também um coronel, ele não foi nada diferente do outro grupo, ou você era amigo da mulher dele, se você tivesse amizade com a mulher dele, você tinha a conquista de algum lugar ao sol... (Janice, em entrevista, 2017).

Na seleção lexical “Não, de jeito nenhum. Eu acho que é do mesmo jeito”, ocorre a utilização do substantivo “jeito” seguido do pronome indefinido “nenhum”, ambos precedidos pelo advérbio de negação “não”, em resposta ao questionamento feito à entrevistada se ela acreditava haver diferença da formação histórica de Uberlândia em relação à nacional.

A utilização do pronome pessoal “eu” e da expressão “mesmo jeito” confirma a sua interpretação, que é detalhada na seleção “o poder fica muito tempo numa mão”, trazendo a formação semântica por meio do uso do pronome indefinido “muito”, que, por sua vez, precede o substantivo “tempo”, de que o poder é concentrado por longos períodos em apenas um grupo, o que é representado no discurso pelo substantivo “mão”.

A enunciadora Elvira aponta em seu discurso sua interpretação acerca do patrimonialismo nas relações de gestão da região, conforme podemos observar no fragmento 086:

Acho sim, por exemplo, já está à frente do poder há muito tempo... aqui, em Uberlândia mesmo, né? Tem uma família que foi prefeita há muito tempo. Agora, o filho é vereador, é, e aí a cidade tomou um rumo que beneficiou pra ele, cresceu pra um lado onde eles têm um monte de terreno [...] (Elvira, em entrevista, 2017).

A enunciadora utiliza, na seleção lexical “...já está à frente do poder há muito tempo”, o advérbio “já” combinado com o verbo “estar”, conjugado no plural na terceira pessoa do presente do indicativo, reforçando com a expressão “muito tempo”, utilizada no final da seleção, para dar ênfase ao tempo em que as famílias se perpetuam no poder, de acordo com a enunciadora. A seleção lexical “...aí a cidade tomou um rumo que beneficiou pra ele” traz a formação semântica de que o desenvolvimento da cidade ocorreu em função de beneficiar o vereador mencionado por ela, dando o sentido de patrimonialismo e pessoalidade na gestão.

O enunciador José, em seu discurso, conforme fragmento 087, coloca em evidência a característica conservadora que observa na região de Uberlândia e credita a ela uma postura que mantém a prática do “jeitinho”:

Ah, eu acho que sim... o mineiro, ele tem uma característica muito conservador, né? E a gente acaba com esse conservadorismo, mantendo esses aspectos culturais e

históricos? Né? Seguindo a tradição de ficar facilitando as coisas de levar um jeitinho (José, em entrevista, 2017).

O entrevistado José utiliza o substantivo “conservador” para se referir à população e o associa com uma postura conivente com aspectos históricos do Brasil que facilitam o chamado “jeitinho” que, no discurso, tem um sentido semelhante à corrupção.

Diferentemente do entrevistado José, que associa o conservadorismo à formação histórica e à manutenção do “jeitinho” como sinônimo de corrupção, o entrevistado Lucas, no fragmento 088, aborda em seu discurso a forma como Uberlândia foi construída e influenciada pelo paternalismo:

Uberlândia... Uberlândia! A história de Uberlândia não é diferente. A história de Uberlândia é que eram três fazendas no começo de Uberlândia, pessoas que saíram da região, bandeirantes, né? Saíram da região de São Paulo e veio aqui pro Triângulo Mineiro, né? Vieram pessoas, dividiram isso aqui em três fazendas, uma dessas pessoas, era só um, não tinha família, não tinha nada, você entendeu, assim? Ai, construíram toda essa região aqui ó, era de uma pessoa, um negro, por isso que aquela região ali chama Tenda do Moreno. Não sei se você conhece, já ouviu falar dessa parte aí, essa pessoa pega e falece, onde os donos dos cartórios dessa cidade, da época, assim que observam a morte desse rapaz, pega todas essas terras, passa pro nome de uma pessoa só, de uma forma assim, "ah, é assim e pronto". Agora você me pergunta: LUCAS, você é a favor, então, por causa disso, você é a favor da reforma agrária e da reforma urbana? Lógico! Lógico! Porque teve pessoas que se beneficiou através de atos corruptíveis e que pegou essas terras e colocou no nome de uma pessoa só, porque ele era dono do cartório. Essa é a história de Uberlândia, e você pega esse povo do Virgílio Galassi aí, esses Galassi, é tudo advindo dessa história, se transformaram nas famílias mais ricas dessa cidade, obtendo lucros e mais lucros, explorando o outro, através da exploração, entre dominantes e dominados (Lucas, em entrevista, 2017).

O enunciador utiliza o substantivo “famílias”, o adjetivo “rico” e, também, o substantivo “lucros”, juntamente com o advérbio de intensidade “mais”, repetidas vezes, bem como o verbo “explorar”, conjugado no gerúndio, na seleção lexical “...se transformaram nas famílias mais ricas dessa cidade, obtendo lucros e mais lucros, explorando o outro”, atribuindo uma formação semântica de que as famílias ricas da época da formação da cidade de Uberlândia obtiveram lucros por meio da exploração e de um processo de dominação que ele sintetiza com o uso das palavras “dominantes” e “dominados”.

O paternalismo foi também uma característica apontada pelos entrevistados como pertinente à região de Uberlândia. No fragmento 089, a entrevistada Alzira utiliza a gestão pública municipal como exemplo de demonstração de práticas de gestão paternalistas:

Fragmento 089

[...] mas esse nosso atual prefeito, ele não... extremamente paternalista mesmo. Acompanhá-lo na página dele no *Facebook*, entra lá pra você dar uma olhada... a ideia é de que a cidade é dele, que ele cuida, né? E que dele, no sentido nossa, como

se a cidade fosse uma grande família e ele fosse um pai, muito... (Alzira, em entrevista, 2017).

A entrevistada Alzira utiliza o advérbio de intensidade “extremamente”, o termo “paternalista” e o adjetivo “mesmo” para reforçar como percebe a administração pública municipal da cidade. Ainda no fragmento 089, a entrevistada utiliza a contração “dele”, por duas vezes na mesma frase, em conjunto com o pronome pessoal “ele”, para se referir ao prefeito da cidade, o que enfatiza a sua interpretação personalista e paternalista do prefeito uberlandense.

O termo coronelismo também foi observado nos discursos dos entrevistados como uma característica própria da região de Uberlândia no que diz respeito à gestão. O entrevistado Saulo, no fragmento 090, discute a respeito:

Ah! A gente vive um coronelismo, né, cara! A gente vive uma sociedade coronelista, manda quem pode, obedece quem tem juízo [...] [...] essas elites, derivadas dos antigos homens bons no período colonial, o mesmo perfil de político compõe a câmara municipal, assim como o Congresso brasileiro e são os detentores, né? São os patriarcas, como você diz, são os que se apropriaram de maneira fisiológica do poder. O poder é deles e qualquer outro que tente fazer diferente vai sofrer com a ira das pragas do Egito, cara [...] (Saulo, em entrevista, 2017).

O enunciador no fragmento 090 utiliza a associação das palavras “coronelista”, “manda”, “pode” e “obedece” quando usa a expressão “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, dando um sentido de que a sociedade da região de Uberlândia é passiva frente a um patriarcado. O enunciador ainda justifica a sua colocação explicando que os agentes políticos no nível municipal e federal são os detentores do poder, e que esses não permitem que haja um comportamento diferente do que eles anunciam.

De forma semelhante ao discurso anterior, o entrevistado Francisco, no fragmento 091, também cita o “coronelismo” como um traço forte da região de Uberlândia:

[...] ou seja, Uberlândia foi uma cidade de coronéis, né? Digamos assim, de prefeitos que trabalharam mais pra eles do que pra cidade. Aí esse negócio, "ah, a cidade cresceu, movimentou...", sim, mais isso foi consequência de eu estar dando privilégios pra eles e pra mim também, né? Então, eu trago aí, a AMBEV. A AMBEV veio pra Uberlândia. Na época, ela fez doação de campanha para o Gilmar Machado, se eu não estou enganando, R\$ 350.000,00, mas fez pro Luiz Humberto de R\$ 300.000,00, ou seja, eu faço campanha para os dois, porque os dois vão me aceitar e, em nome disso, eu dou uma outorga de águas de um rio, que água é um recurso muito escasso, eu dou uma outorga de 20%, ou seja, de cada 10 litros de água, ó AMBEV, você pode pegar 2 do rio, viu? Pra fabricar sua cerveja, ou seja, isso não foi discutido, isso teve um preço pra ela vir pra cá... Ah, região, logística, água, né? Principalmente... qual outra cidade, numa crise hídrica, iria ceder água nessa quantidade... (Francisco, em entrevista, 2017).

Na seleção lexical “...Uberlândia foi uma cidade de coronéis”, o enunciador utiliza o verbo “ir” na terceira pessoa do singular, conjugado no pretérito perfeito indicativo, para dar um sentido de que a cidade foi construída pelo ele denomina de coronéis. Na seleção “...de prefeitos que trabalharam mais para eles do que pra cidade”, é possível compreender que a definição que ele aponta para a prática do “coronelismo” se assemelha à gestão realizada com patrimonialismo e pessoalidade.

Em seu discurso, o enunciador ainda levanta indícios de corrupção que ele observa em nível de gestão municipal, quando cita o exemplo de uma grande corporação (AMBEV) que, conforme ele, teria se instalado na cidade com outorga de uso das águas da região por conta de financiamento de campanhas de dois dos principais concorrentes políticos à época de sua instalação.

A característica pessoalista e patrimonialista, sobre a qual o enunciador do fragmento anterior discursa, também é evidenciada no discurso da enunciadora Paula, no fragmento 092, assim como no discurso do enunciador Mateus, no fragmento 093:

Fragmento 092

[...] de repente, começaram a asfaltar tudo ali, "ah! É porque são as fazendas do Virgílio, né?" O Virgílio era o prefeito, então, isso eu acho que é um abuso de poder, ou seja, ele usou a máquina pública pra beneficiar uma região que era dele, da família dele, né? É um exemplo assim que eu não tenho prova, não tenho assim... mas, como eu morava próximo, você via assim, "Ah! mas porque que está asfaltando isso aqui?" (Paula, em entrevista, 2017).

Fragmento 093

[...] a gente elege político regionalizado. Meu bairro, ele é de um vereador. A minha microrregião elege um vereador, um deputado, então, eu acho que, nesse cenário, eles exercem um certo poder naquela região [...] [...] e, desse poder que ele tem, ele pode beneficiar, além do próprio município, beneficiar a própria região...Olha, minha família tem um pedaço de chão ali e ali pode ser montada uma fábrica de automóveis. Então, eu vou conseguir pra você um benefício no estado de ICMS, vou conseguir pra você um benefício e ele tem um poder muito grande porque ele coloca na mente que ele trouxe essa montadora de automóveis pra Uberlândia [...] (Mateus, em entrevista, 2017).

No fragmento 092, a entrevistada Paula faz uso de palavras como “abuso”, “poder” e “máquina pública” para dar o sentido de que a prática de gestão municipal que ela cita em seu exemplo se baseava em abuso do poder público para um benefício privado. No fragmento 093, o entrevistado Mateus utiliza um exemplo semelhante ao utilizado pela enunciadora Paula.

Na seleção lexical “...e desse poder que ele tem, ele pode beneficiar além, do próprio município, beneficiar a própria região...Olha, minha família tem um pedaço de chão ali e ali

pode ser montada uma fábrica de automóveis”, o entrevistado utiliza o pronome pessoal “ele” repetidas vezes, enfatizando o poder que é concentrado nos gestores públicos e, com a utilização da palavra “família”, atribui um caráter paternalista à característica que observa no gestor.

A seleção lexical “...porque ele coloca na mente que ele trouxe essa montadora de automóveis pra Uberlândia” traz a formação semântica de que a ação do gestor, com caráter pessoal e paternalista, foi justificada pelo fato de que esse gestor autoafirma sua ação como benefício para a cidade.

O fragmento 094, emitido pelo enunciador João, também trata sobre as práticas patrimonialistas:

Ah! Não, aqui é uma bagunça, não só em Uberlândia, como aqui no Hospital. Vou te dar um exemplo: Hospital do Câncer [...] [...] tá... lá dentro, aquela estrutura, aquele prédio que tá lá foi construído pelo grupo. Onde foi construído o prédio tem um terreno da UFU que é federal, da fundação, que é uma fundação sem fins lucrativos, mas ela tem um patrimônio de mais de um bilhão em Uberlândia e tem terrenos particulares, de vereadores, tudo ali, sabe? Então, é muito promíscuo. Uma coisa que me chama atenção em Uberlândia em relação a outras cidades, se você vai andando, você vai vendo um monte de terreno vago. Você passa, assim, de um bairro pro outro, você vê dez quarteirões de terreno vago. Aí você vai saber, são terrenos de ex-prefeitos, ex-vereadores. Então, o que que eles fazem, eles compram de uma forma facilitada aquilo ali, depois, ele estimula o crescimento da cidade pra supervalorização daquela área. Então, esse jogo de poder, de interesse... (João, em entrevista, 2017),

O entrevistado utiliza, no fragmento 094, o termo “bagunça” para se referir à sua prefeito acerca de práticas paternalistas no âmbito da organização em que trabalha e da cidade. O entrevistado ainda utiliza palavras como “promíscuo” para definir a relação patrimonialista que observa na organização em que trabalha, dando um sentido negativo às práticas ali instaladas.

Quando analisa a organização da qual faz parte, o entrevistado ressalta que ela está associada a uma situação na qual se misturam propriedades filantrópicas, propriedades públicas e propriedades particulares pertencentes a agentes políticos da região, o que pode ser entendido como uma forma de corrupção política. A partir da sugestão de prevaricação que há na fala do entrevistado, surge, conforme Filgueiras (2006) assevera, a quebra do juízo moral de decoro, configurando-se a corrupção.

Além dos traços analisados e discutidos nos discursos até aqui expostos, uma observação feita pelo enunciador Renato, no fragmento 095, que engloba as práticas intituladas como coronelistas, paternalistas, patriarcalistas e patrimonialistas, aponta para um elitismo que constrói um autoritarismo na região:

Dentro do que eu falei, nossa sociedade é uma sociedade fechada ali. Só olhar o nome das ruas, os Pacheco, os... como é que fala ali, os Carrijo e Rezendes e por aí, ou seja, isso aqui é um, continua sendo uma currutela de coronéis e tem essa influência até hoje [...] [...] O que é que a gente tem visto? Ministério Público, Ministério Público, os últimos acontecimentos da política, tanto nacional, quanto municipal, elas são extremamente influenciadas pelo Ministério Público, que toma decisão, o judiciário toma decisão diferentes, de acordo com a mesma situação pra diferentes indivíduos. Então, a justiça tem um lado, a imprensa tem um lado, a gente tem um... a imparcialidade não existe (Renato, em entrevista, 2017).

O enunciador, na seleção lexical “Dentro do que eu falei, nossa sociedade é uma sociedade fechada ali. Só olhar o nome das ruas, os Pacheco, os... como é que fala ali, os Carrijo e Rezendes e por aí, ou seja, isso aqui é um, continua sendo uma currutela de coronéis e tem essa influência até hoje”, utiliza o termo “sociedade fechada” em conjunto com “currutela de coronéis” para indicar o caráter que observa na sociedade que se encontra à frente da gestão da região de Uberlândia.

A seleção lexical “...que toma decisão, o judiciário toma decisão diferentes, de acordo com a mesma situação pra diferentes indivíduos” traz uma formação semântica de que as decisões do judiciário são influenciadas conforme o agrupamento social pode ser afetado.

No fragmento 096, o entrevistado Lucas reforça a característica que ele considera como tradicional e elitista:

Cara, aqui é o seguinte. Aqui em Uberlândia, Uberlândia é uma cidade extremamente tradicional, quem manda aqui nessa cidade, não sei se você é daqui. Uberlândia é uma cidade que quem manda são as grandes empreiteiras e uma elite bem casta aqui nessa cidade, onde elas são donas praticamente de tudo. Se você pegar um, pra administrar essa cidade aqui é a coisa mais difícil do mundo, pegando um prefeito que não tenha é... que não tem vínculo com essa elite, entendeu? (Lucas, em entrevista, 2017).

O enunciador utiliza, no fragmento 096, o advérbio “extremamente”, seguido do adjetivo “tradicional”, para se referir à cidade de Uberlândia. Na seleção lexical “quem manda são as grandes empreiteiras e uma elite bem casta aqui nessa cidade”, o enunciador utiliza a combinação de duas palavras do mesmo campo semântico, sendo elas, “elite” e “casta”, para indicar que um grupo social de caráter hereditário comanda a cidade.

O entrevistado finaliza o fragmento “se você pegar um, pra administrar essa cidade aqui é a coisa mais difícil do mundo, pegando um prefeito que não tenha é... que não tem vínculo com essa elite”, utilizando a conjunção subordinativa “se” para indicar que a condição para administrar a cidade é ter vínculo com a elite, demonstrando o elitismo como fator forte nas práticas de gestão da cidade de Uberlândia.

O entrevistado Adelino, no fragmento 097, expõe como percebe o comportamento da população frente às características de gestão reconhecidas na região. Em seu discurso, é discutida a passividade da população em geral frente às práticas de gestão autoritária:

[...] quando você chama a população pra conversar, ela assusta porque ela nunca foi chamada... Aí eu já ouvi até uma expressão assim: "eu fui chamado pra discutir. O que eles querem em troca?" Aí, quando você termina a conversa com o grupo, né? Eles falam assim: "e aí nós precisamos fazer o quê?" Ou seja, pra aquilo acontecer, o que é que nós temos que fazer? "Para aquilo acontecer, nós temos que fazer o necessário pra que aquilo aconteça" ... E eles falam assim: "Se o homem lá não deixar...". Eu falo assim: "Tem estratégias de fazer o homem deixar" Então, em Uberlândia, tem um problema sério, né? Que não é só o Executivo, o Legislativo e o Judiciário também...tem essa característica muito forte, né? (Adelino, em entrevista, 2017).

O enunciador Adelino utiliza, na seleção lexical "...quando você chama a população para conversar, ela assusta porque ela nunca foi chamada", a combinação do verbo "assustar", na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, e o advérbio "nunca" para dar um sentido de que o susto da pessoa está relacionado ao fato de que ela nunca é ouvida. Nesse sentido, no fragmento 097, é perceptível ainda a utilização constante das palavras "fazer" e "acontecer", que trazem uma formação semântica, quando alinhadas com a frase "Se o homem lá não deixar...", de que a ação dos indivíduos é realizada a partir de sua submissão/passividade frente a um outro indivíduo em posição de poder.

Os discursos analisados nesta seção, que dizem respeito aos fragmentos 080 a 097, têm a sua distribuição feita por meio de cadeias de intertextualidade para os textos provenientes dos fragmentos 085 a 097, ao passo que os discursos presentes nos fragmentos de 080 a 084, além da ausência de intertextualidade, não expuseram interpretação alguma e são marcados pela informalidade em sua formação. Além disso, esses discursos possuem um gênero e produção individual.

Os discursos provenientes dos fragmentos 085 a 097, por sua vez, exigem um trabalho inferencial de grande complexidade, uma vez que esses são construídos com informações históricas e políticas da cidade de Uberlândia-MG. Esses discursos apresentam quatro padrões que apontam elementos de regionalidade nas práticas de gestão e que possuem associação com a corrupção a partir da interpretação dos enunciadores sobre o tema, sendo eles: o paternalismo, patrimonialismo, elitismo e o coronelismo.

A produção e o gênero dos discursos presentes nos fragmentos 085 a 097 são de natureza individual, pois esses são construídos a partir de percepções individuais, muito embora a produção possua influência coletiva para ser criada. A prática social não corresponde às estruturas sociais hegemônicas, pois esses discursos destacam a interpretação

de elementos que são atribuídos à gestão regional e, em grande parte, ligados à forma pela qual os gestores públicos conduzem o poder nesse âmbito. Os discursos são carregados de crítica política e questionam as estruturas sociais impostas pelo sistema econômico vigente.

Os entrevistados demonstraram, por meio de seus discursos, compreender os traços de regionalidade ligados à corrupção praticada na cidade de Uberlândia, prioritariamente, aqueles relacionados à política. A corrupção, conforme Filgueiras (2006), possui uma relação bem próxima com a moralidade, o que envolve determinados juízos que são aceitos ou não pelos indivíduos.

Quanto a esse grupo de discursos que criticam e percebem os traços de regionalidade ligados à corrupção em Uberlândia como associados à política, devemos, conforme Filgueiras (2006), considerar os elementos culturais, sociais e econômicos que, provavelmente, influenciaram a interpretação dos padrões expostos nos discursos. Esses elementos, a partir dos discursos produzidos, podem demonstrar como a corrupção política é percebida pelos enunciadoreis.

Ao citar o paternalismo, o patrimonialismo, o elitismo e o coronelismo como elementos regionais percebidos nas práticas de gestão pública da cidade de Uberlândia-MG, os enunciadoreis demonstram, em seu discurso, que a sua interpretação é construída a partir de discursos da formação regional, amparados em aspectos históricos e regionais que são semelhantes ao que foi discutido na revisão da literatura, no tópico 2.3 – A corrupção na história brasileira.

No entanto, é possível inferir que esses discursos, construídos a partir de uma perspectiva histórica/cultural, são, na verdade, produzidos e reproduzidos como uma forma de manutenção de poder ligada à soberania política. Foucault (1995) afirma que a ação dos governos está ligada a uma preocupação com a soberania desde a antiguidade até o período contemporâneo. Nesse sentido, considerando a interdependência e a subjetividade existente no tecido social, podemos entender que, assim como Ferreirinha e Raitz (2010) afirmaram, discursos de verdades e direitos são desenvolvidos em razão do interesses individuais.

Apesar de haver uma interpretação acerca do interesse individual dos políticos, os discursos que apresentam características regionais reforçam o posicionamento de que há uma classe historicamente beneficiada que detém o poder, mas não são enfáticos no que diz respeito a uma reação a essa situação.

A corrupção não deve ser o elo de ligação entre os governantes e governados, pois ela afeta a legitimidade das democracias. Conforme observamos e discutimos no subitem 4.2,

a corrupção minimiza a supremacia da administração em detrimento da soberania política (SELIGSON, 2006).

Ademais, a soberania dos políticos impacta diretamente na supremacia da administração. Assim, a corrupção no setor político pode ocasionar ainda a corrupção administrativa, acarretando prejuízos, principalmente, ao serviço público (BREI, 1996).

4.4 As (im) possibilidades de uma nova imaginação política

A análise dos discursos dos entrevistados sobre a sua interpretação acerca do poder auxilia na compreensão das relações percebidas por eles e a sua articulação com a possibilidade de existência de uma atitude de resistência contra a corrupção. Encontramos, ao perguntar para os entrevistados sobre o poder, três variações de discursos que indicam a possibilidade (ou não) de reconhecer uma nova imaginação política como a reivindicada por Michel Foucault. O primeiro padrão diz respeito à associação do poder à hierarquia, seja ela social ou no âmbito da organização. O segundo padrão se refere a reconhecer o poder como um instrumento negativo e o terceiro se relaciona com a compreensão do poder como uma forma dispersa e atuante, de forma genérica.

A entrevistada Paula aponta o poder como uma forma decorrente da hierarquia, conforme podemos observar em seu discurso, no fragmento 098. Concepções iguais identificamos na fala dos entrevistados Elvira, no fragmento 099, e Lucas, no fragmento 100:

Fragmento 098

Olha, poder eu não sei assim. Mas, por exemplo, de hierarquia, é. Eu tenho um diretor, assim, nós temos um diretor que é nossa chefia imediata, logo abaixo. Cada turno tem um diretor do qual eu faço parte da vice-direção da manhã, né? Aí vem todo ali, especialistas, professores, né? E tudo mais. Então, assim, eu acho que a gente deve... é... como que fala, eu devo satisfação ao meu chefe, mas eu vejo também e tento dar uma satisfação pro meu grupo de trabalho [...] (Paula, em entrevista, 2017).

Fragmento 099

Vem autoridade, com democracia, descentralizando, mas, assim, é uso da autoridade, de tomar decisões, mas com respeito aos outros, é isso que eu acredito, né? Esse poder de autoridade, mas respeitando do mundo, ouvindo as partes, negociando, administrando os problemas... (Elvira, em entrevista, 2017).

Fragmento 100

O poder sobe na cabeça das pessoas, o poder sobe na cabeça da pessoas... Às vezes, o camarada está sentado atrás de uma escrivaninha, dando ordens. Ele acha que pode tudo e, na realidade, não pode. Ele é o menor do processo inserido dentro de uma

instituição, seja ela qual for, né? [...] E o líder, a função do líder dentro de uma instituição é fazer com que todos sejam líderes. Essa é a função do líder. Esse é um desafio muito grande porque, na realidade, essa questão de poder sobe à cabeça da pessoa e aí é o fracasso da instituição (Lucas, em entrevista, 2017).

No fragmento 098, a entrevistada Paula, ao ser questionada sobre a definição para o termo poder, utiliza palavras como “hierarquia”, “diretor”, “chefia” e “chefe”, dando um sentido ao seu discurso de que, para ela, o poder está relacionado com hierarquização. No fragmento 099, a entrevistada Elvira utiliza as palavras “autoridade” e “descentralizando”, atribuindo uma formação semântica ao fragmento de que o poder, para ela, está relacionado à autoridade, com respeito, mas de forma também a considerar camadas hierárquicas quando utiliza a descentralização como forma de administrá-lo.

No fragmento 100, o enunciador Lucas utiliza, na seleção lexical “o camarada está sentado atrás de uma escrivaninha, dando ordens”, uma formação semântica de que o indivíduo está em uma posição hierárquica superior e que, portanto, acredita deter um poder soberano, que é expresso pela seleção: “ele acha que pode tudo e, na realidade, não pode”. A seleção “Ele é o menor do processo inserido dentro de uma instituição, seja ela qual for, né?” demonstra, com o uso do adjetivo “menor”, uma preocupação do enunciador em evidenciar que o poder pode ser reduzido pela representação hierárquica do indivíduo.

O entrevistado João, no fragmento 101, também discursa a respeito do poder como forma de hierarquia:

Uai, poder é a capacidade que a pessoa tem de influenciar a ação da outra. Então, ela usa o cargo, ou alguma coisa que dê a ela, teoricamente, um status social, por exemplo, superior, e ela usa esse, esse status que ela tem, essa condição que ela tá, hierárquica superior, pra poder fazer com que as pessoas façam o que ela quer [...] (João, em entrevista, 2017).

A hierarquia, não só no âmbito das organizações, mas também no contexto social, está presente no discurso do enunciador João, na seleção lexical “...usa, o cargo, ou alguma coisa que dê a ela, teoricamente, um status social, por exemplo, superior, e ela usa esse, esse status que ela tem, essa condição que ela tá, hierárquica superior, pra poder fazer com que as pessoas façam o que ela quer”. O enunciador utiliza palavras como “cargo” e as expressões “status social” e “hierárquica superior” para dar um sentido de que o poder é alcançado a partir de condições hierarquicamente superiores, sejam sociais ou organizacionais, para obter uma forma de influenciar diretamente outros indivíduos.

A centralização do poder advindo de uma posição hierárquica, que pode trazer benefícios, foi a definição encontrada no discurso do enunciador Francisco, conforme fragmento 102:

Assim, eu vou te falar do conceito de poder latente que é o de hoje, né? O conceito de poder hoje é quem tem, gerências na mão, né? Porque você pode ser um teórico, um sociólogo e ter um poder em alguns grupos, mas você só enraíza ele quando você domina alguns segmentos, igual grupos políticos mesmo, não é? Você tem, digamos assim, a Prefeitura de Uberlândia na mão, mas você tem os grupos que te apoiam e que trocam favores na mão. Isso é poder (Francisco, em entrevista, 2017).

De forma semelhante ao enunciador anterior, Francisco utiliza em seu discurso algumas palavras, como “gerências”, “segmentos” e a expressão “grupos políticos”, que dão o sentido de que o poder é desenvolvido por alguns indivíduos que estão hierarquicamente superiores aos demais, sendo tal poder também sobre alguns grupos na sociedade.

A interpretação do poder como alcançável em uma estrutura hierarquizada é uma noção contrária à apresentada por Foucault (1999), quando ele afirma que o poder não é uma estrutura ou algo de que alguns sejam dotados, mas, sim, uma estratégia complexa em alguma sociedade.

Os enunciadores desse grupo de discursos, em sua maioria, apontaram o poder como vinculado, especialmente, a cargos hierarquicamente superiores nas organizações. A partir disto, observamos que a interpretação desses entrevistados está amparada em discursos de verdades e direitos que, potencialmente, são provenientes de interesses pessoais. Foucault (1999) afirma que, por meio da disciplina, os indivíduos são tomados pelo poder como instrumentos de seu exercício, uma vez que ela molda, a partir de uma perspectiva hierárquica, as posições de quem detém o poder e do indivíduo que está em situação de resistência.

Nesse agrupamento de discursos, é possível afirmar que, pela perspectiva de Michel Foucault, a disciplina foi aplicada aos corpos dos indivíduos de tal modo que eles contribuem para a manutenção da ordem e do conhecimento social atual. Essa contribuição dos enunciadores surge a partir da finitude e preocupação dos corpos com as aparências, conforme Hengehold (2007) propõe ao analisar a obra de Foucault.

Um padrão de discursos tratou o poder de forma negativa, associando-o à prática corrupta. Os entrevistados Cláudia, Paulo e Mateus, nos fragmentos 103, 104 e 105, respectivamente, apontaram o poder como uma ferramenta de concentração e ascensão, além de utilizada como forma de satisfação pessoal:

Poder é você querer mandar em tudo... ser o líder, o chefe... Pra mim, esse é o conceito, eu falo desses corruptos, né? Mas o poder é o que está na mão, que consegue, né? O bam bam bam do bam bam bam... (Cláudia, em entrevista, 2017).

Fragmento 104

Esse eu acho que é o grande mal das organizações hoje. É essa questão de poder, né? O ego, né? Muitas pessoas satisfazem o ego, o ego pessoal com... tendo um cargo, tendo uma... função de gestor dentro das organizações. Eu acho que esse é o principal mal, um dos causadores da corrupção, é o... não sei se causadores... é, pode ser um fator que influencia... (Paulo, em entrevista, 2017).

Fragmento 105

O poder, tem um grande poder... desculpa o trocadilho... Existem pessoas que usa desta oportunidade pra, assim, se despontar [...] (Mateus, em entrevista, 2017).

No fragmento 103, a entrevistada Cláudia, ainda utilizando termos que remetem ao poder como concentrado em classes hierarquicamente superiores, como as palavras “líder” e “chefe”, relaciona o conceito diretamente com a palavra “corrupção”, indicando que reconhece como sinônimo para detentor do poder as expressões “que consegue” e “o bam bam bam do bam bam bam”, demonstrando em seu discurso que reconhece o poder concentrado em algumas pessoas e que essas seriam corruptas.

O enunciador Paulo, no fragmento 104, utiliza uma seleção de palavras, como o adjetivo “grande” e o advérbio “mal”, para caracterizar como enxerga o poder no âmbito das organizações e, ainda, o aponta como um dos motivadores da corrupção nas organizações. O enunciador do fragmento 105, Mateus, imprime um sentido ao seu discurso de que o poder pode ser utilizado como forma de estar em evidência no âmbito de uma organização.

Esse grupo de discursos em relação ao poder foi construído pela perspectiva de que ele é um provedor de situações corruptas. Bendahan et. al (2015) concluíram em seu estudo que líderes em contexto de negócios ou políticos tendem a mudar seu relacionamento com a corrupção na medida em que suas fontes de poder aumentam.

O entendimento dos enunciadores perpassa ainda sobre uma perspectiva negativa do poder, relacionando-o com as práticas corruptas. Nesse sentido, Silva et al (2005) afirmaram que características inerentes ao poder, como a formação e o acúmulo de conhecimento, a criação de objetos e a prática de ações corruptas, assim como a mutualidade entre as práticas de gestão e o uso de regulações predominantes na organização para criar vantagens, independentemente de seu contexto de criação ser proveniente de situações negativas de um ponto de vista moral, são formas de conceber as práticas corruptas.

Os entrevistados Renato e Adelino, nos respectivos fragmentos, 106 e 107, discorreram sobre como o poder que é disperso e entendido por parte dos indivíduos nos diferentes contextos em que esses estão inseridos:

Fragmento 106

Se eu chegar agora, sair daqui da sala e falar: "vocês vão todos pra sala de aula agora", se os meninos não fizeram, cadê o meu poder, né? A questão do poder econômico, lógico que é uma abstração, né? É aquela coisa que, se eu pegar uma nota de cem reais, ela só tem valor pelo que a gente atribui a ela. Então, eu acho que está dentro disso, cada um, eu acho que o que eu incentivo os meus alunos? O que eu incentivo os meus colegas? É a gente pensar nisso, é a força de influência que cada um de nós tem sobre o ambiente que a gente vive (Renato, em entrevista, 2017).

Fragmento 107

O poder, genericamente, pra mim, é tudo aquilo que você é inserido e que você tem condições de interferir na realidade. Aí vem da forma que você vai usar esse poder... (Adelino, em entrevista, 2017).

No fragmento 106, o entrevistado Renato utiliza as palavras “força” e “influência” para construir um discurso de que o poder, na sua visão, pode ser influenciado pelos indivíduos que compõem um determinado ambiente. Na seleção lexical “A questão do poder econômico, lógico que é uma abstração, né? É aquela coisa, se eu pegar uma nota de cem reais, ela só tem valor pelo que a gente atribui a ela”, o enunciador utiliza a palavra “abstração” associada ao termo “poder econômico” para formular a ideia de que a construção de conceitos está associada ao poder que está disperso entre todas as pessoas.

O enunciador do fragmento 107, Adelino, utiliza o advérbio “genericamente” para indicar um sentido mais abrangente à sua definição, utilizando ainda o pronome indefinido “tudo” para demonstrar sua interpretação de que há uma dispersão do poder bem ampla para que haja uma interferência na realidade.

A entrevistada Alzira também reconhece o poder como uma forma de influência, de forma genérica e dispersa, conforme fragmento 108:

Poder é... não sei, de forma bem simplista, exercer influência sobre algo, utilizando algum, qualquer meio que seja, né? Seja midiático, seja econômico, seria exercer... exercício de influência... (Alzira, em entrevista, 2017).

A enunciativa utiliza palavras como “influência” e os pronomes indefinidos “algum” e “qualquer”, dando em seu discurso um sentido genérico à forma como enxerga as possibilidades de influência do poder por meio de diferentes mecanismos que ela enumera como “midiático” e “econômico”.

O discurso desse grupo de enunciadores é condizente com a perspectiva Foucaultiana de poder. Foucault (1999) admite o poder como constituinte do corpo social que funciona a partir de produção de verdades. Os discursos de verdade e direito, por sua vez, podem ser desenvolvidos em virtude do interesse individual, da complexidade e da subjetividade que são inerentes à estruturas sociais (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

Ainda sobre as relações de poder presentes na fala dos enunciadores, é importante ressaltar o que Foucault (2013) assevera sobre a “governamentalidade”. Por esse termo, o autor entende que os indivíduos têm as suas relações de poder representadas por uma série de táticas em relações complexas entre os poderes políticos e ideológicos que se instauram entre eles.

Além da “governamentalidade”, Foucault criou também o termo “biopoder”, que se refere às formas de poder exercidas sobre as pessoas na medida em que elas são entendidas como seres vivos. A biopolítica, que é a dinâmica do poder, se volta para a população, recai sobre a vida dos indivíduos e pode gerar as “contracondutas” que surgem como reação aos termos de prática governamental (GORDON, 1991). A visão dos discursos, dos quais foram extraídos os fragmentos 106 a 108, é condizente com essa noção de que o poder está presente nos indivíduos, sejam eles focos de resistência ou agentes de governo, uma vez que, ao considerarem a influência e a interferência em uma determinada realidade, os enunciadores reconhecem que é possível uma transformação a partir do exercício desse poder que é disperso. A partir da noção de contraconduta, levantamos no discurso dos entrevistados as possibilidades de mudanças e possíveis atitudes de resistência à corrupção. Foram observados dois padrões distintos de discursos, sendo um que entende como positivas as perspectivas de transformações do cenário de corrupção e outro que se mostra cético quanto a uma transformação do cenário.

A entrevistada Janice atribui ao alto grau de corrupção a impossibilidade de uma transformação do cenário de corrupção, conforme podemos observar no fragmento 109:

Não, porque eu acho que está cada vez maior a corrupção. Assim, a gente vendo, porque isso que está acontecendo agora, quando você vê um presidente manipular um Congresso, manipular um Senado pra mudar a situação de denúncias. Aí, quando você vê a turma do Supremo, você não sabe em quem você acredita lá. Cada um te dá mais nojo. A hora que ele vai votar, você acompanha as votações. Meu Deus do céu! Tem uma semana que eles estão lá, votando sobre o Ensino Religioso. Eles ficam presos em pequenas coisas. Aí, quando você pensa, vai sair... um danado daquele pede vistas do processo. Aí, para tudo. Aí, daqui 60 dias, volta de novo... Eu não tenho muita esperança não... (Janice, em entrevista, 2017).

A enunciativa utiliza, em seu discurso, o adjetivo “maior”, associado à palavra corrupção, e palavras como “vendo”, “acontecendo” e “agora” para demonstrar sua interpretação do atual momento que a faz acreditar que há uma manipulação na política nacional, a qual é representada pelos substantivos “Congresso” e “Senado”. O uso de expressões como “cada um te dá mais nojo” e “Meu Deus do céu” demonstram o descontentamento que leva a enunciativa a acreditar que não há uma possibilidade de mudança.

A entrevistada Alzira também faz parte do grupo que não acredita em uma forte transformação no cenário de corrupção, conforme podemos observar no fragmento 110:

São individuais...O Estado pode atuar na tentativa de promoção, combate, né? Tudo isso passa pelo viés da educação, né? E educação, trabalhar isso, né? Essa ética e moral que falta, né?... Muitas vezes... mas, assim, solução não, sou bem pessimista. Eu acho que a gente pode dormir com a consciência tranquila. Hoje eu fiz meu trabalho, eu não me favoreci, não usei meu cargo pra favorecimento pessoal... (Alzira, em entrevista, 2017).

Assim como as duas enunciativas responsáveis pelos discursos anteriores, o entrevistado Saulo também utiliza o discurso de que não acredita em uma transformação do cenário de corrupção, muito por conta da falta de ação coletiva, conforme observamos no fragmento 111:

[...] então, é terrível, né? Mas o povo brasileiro, o povo uberlandense, não sei muito como contornar essa situação e, apesar também que as oportunidades que tivemos de fazer diferente não foram tão boas assim. E essa descrença no novo fazem as pessoas se sentirem inseguras e buscar aquilo que traz conforto e a coisa que mais traz conforto é dar pra alguém, como eu disse anteriormente, entregue a alguém a responsabilidade de pensar no futuro e deixe o futuro ser aquilo que ele queira, né? [...] (Saulo, em entrevista, 2017).

O entrevistado Saulo introduz seu discurso com o uso da palavra “terrível” quando questionado sobre a perspectiva de mudança na transformação do cenário de corrupção atual. O enunciativo utiliza ainda as expressões “o povo uberlandense” e “o povo brasileiro” para atribuir à população, de uma forma macro, a responsabilidade pela ausência de transformação do cenário atual. O entrevistado também utiliza o advérbio “apesar” que contrapõe à ideia de que ele não tem uma forma de contornar a situação, mas que a coletividade, representada pela primeira pessoa do plural na conjugação do verbo “tivemos”, também não o teve.

O enunciativo finaliza seu discurso, utilizando as palavras “descrença” e “inseguras” de forma contraposta à palavra “conforto”, associando à ideia de conforto a responsabilidade

sobre a mudança ser entregue a outras pessoas, aqui representado pelo pronome indefinido alguém.

O discurso desses enunciadorese segueum padrão que não apresenta uma perspectiva positiva sobre uma possível transformação no cenário de corrupção observado. Esses entrevistados demonstram em seus discursos o que Foucault (2013) chamou de dinâmica contemporânea, na qual os indivíduos e governos estão ambientados. Conforme o autor, são propostas divisões de tarefas aos indivíduos, que seria a indignação e a fala, enquanto que, aos governos, caberia refletir e agir.

Nos discursos dos quais foram extraídos os fragmentos 109, 110 e 111, observamos a crítica e, por vezes, até mesmo a indignação contra a corrupção. No entanto, não observamos uma postura como a que Foucault (2013) aponta como necessária, que seria a de ação.

Nesse sentido, é necessária uma crítica a tal postura de “santa indignação”, como chamou Foucault (2013), dos governados. Assim como o autor, chamamos atenção ao fato de que, a partir de tais discursos, o governo continuará com a sua postura de voz única, que faz seus próprios pedidos e atende às suas próprias falas.

A possibilidade de mudança e transformação do cenário de corrupção, a partir de uma atitude dos jovens, foi apontada pelo entrevistado Mário, conforme podemos observar no fragmento 112, assim como o entrevistado Paulo, no fragmento 113, que utiliza o mesmo discurso:

Fragmento 112

Acho. É um trabalho de formiguinha, mas eu acho que, como eu te falei, eu acho que o grande... nós estamos vivendo aí o divisor de águas. Se o que a gente está vendo hoje a nível de Brasil, realmente, resultar em punições, eu acho que as nossas... esses jovens que estão vendo essa transformação vão se transformar em pessoas um pouco mais equilibradas, mais centradas. Eu acho que há uma tendência de melhora sim... (Mário, em entrevista, 2017).

Fragmento 113

Eu acredito que sim. Acredito que essas denúncias, essas operações Lava Jato que está tendo, estas prisões que eles prendem até os donos do poder, não são os donos do poder efetivo, que eles vão pra cadeia, eu acho que essas meninas aí, até a gente, que somos mais novos, a gente vê que a coisa tende a mudar, está mudando. Se Deus quiser, vai continuar mudando e a gente passa a ter atitudes as mais simples do dia a dia que antes: "Ah! Não vou fazer isso aqui, não acontece nada..." [...] (Paulo, em entrevista, 2017).

O enunciador Mário utiliza a expressão “trabalho de formiguinha” para dar um sentido de que a possibilidade de transformação que ele enxerga é um trabalho construído com várias colaborações. Mário utiliza também o termo “divisor de águas” para se referir ao

momento político atual no Brasil e transfere aos “jovens” a responsabilidade pela mudança. O enunciador utiliza o verbo “transformar” duas vezes seguidas, associando essa transformação aos jovens.

De forma semelhante ao Mário, o enunciador Paulo também utiliza elementos em seu discurso que levam a entender que o momento político atual do Brasil, retratado pelo uso das palavras “denúncias” e “Lava Jato”, é um fator transformador dos jovens, haja vista a utilização de palavras como “meninadas” e da locução pronominal “a gente”, associada à frase “somos mais novos”, para se incluir na parcela que acredita ser capaz de uma transformação.

Os fragmentos 112 a 115 estão contidos nos discursos que depositam nos jovens a possibilidade de transformação do cenário de corrupção. Nos fragmentos 112 e 113, os entrevistados se amparam nas operações anticorrupção que estão em destaque no Brasil para levantarem essa perspectiva de melhora.

Ao analisarmos uma perspectiva de transformação que está amparada em mecanismos anticorrupção, devemos ser cautelosos, pois os enunciadores, talvez, ignorem o fato de que as ações anticorrupção que acreditam ser um parâmetro para transformações de atitudes dos jovens possam ser, na sua função política, uma forma de atender a interesses de grupos poderosos na forma de censura social (JIANG; LO; LI, 2012).

Por outro lado, o estudo de Jiang, Lo e Li (2012) levantou que os jovens participantes de sua pesquisa realizada na China perceberam que as ações anticorruptivas eram ferramentas políticas com a finalidade de perpetuar os interesses de um grupo específico. Nesse sentido, o discurso dos enunciadores, ao depositar nos jovens a perspectiva de transformação, equivocase quando acredita que ações anticorrupção possam ser o ponto de partida para uma transformação de comportamento.

O discurso da entrevistada Janice também deposita nos jovens a possibilidade de resistência à corrupção, conforme fragmento 114. Assim como a enunciativa Janice, o enunciador Francisco, no fragmento 115, também aponta a juventude como a responsável pela transformação do cenário de corrupção:

Fragmento 114

Eu acho que tinha que começar dentro das escolas, sabe? Se a gente começar a formar cidadão consciente, mas consciente mesmo, podia mudar... mas eu tenho muito pouca esperança... (Janice, em entrevista, 2017).

Fragmento 115

Olha, eu só enxergo essa mudança se for assim, o jovem, não é? Então, o jovem, eu acho que, se ele começar a assumir o papel dele, político e social, ele muda isso... mas aquele jovem que entra e ele já é encabeçado por um coronel, aquele não muda, né? Então, eu acredito nesse jovem que está fazendo, tentando fazer a transformação social e ele não tem como financiador o outro. Aí eu acredito que mude... (Francisco, em entrevista, 2017).

A entrevistada Janice, no fragmento 114, utiliza os verbos “começar” e “formar” para dar um sentido de que a transformação pode ocorrer a partir da formação de cidadãos nas escolas, apesar de utilizar a conjunção “mas” e apontar que ela não tem boas perspectivas de transformação. O enunciador Francisco inicia seu discurso, apontando o “jovem” como a única possibilidade de mudança a partir do uso do advérbio “só”. O enunciador avança ainda na ideia de que o “jovem” deve assumir um papel social e político, deixando subentendido que, atualmente, esse papel não é assumido por ele, quando utiliza a conjunção condicional “se”. Os fragmentos 112, 113 e 115 apresentam discursos nos quais os enunciadores depositam nos jovens o papel de agente de mudança. Nesses discursos, entendemos que, conforme Foucault (2013) aponta, não deve haver, por parte dos indivíduos, o conforto, tendo em vista a sua crença que, nesse caso, é a de que os jovens seriam a solução para o problema da corrupção.

Esse discurso parte de um senso comum de que a transformação e a mudança positiva estão vinculadas à atuação de uma nova geração. No entanto, os indivíduos não devem ser confortáveis frente às evidências, conforme Foucault (2013) propôs, pois o desconhecido auxilia em processo de desenvolvimento de uma nova postura, de uma nova “imaginação política”.

A enunciadora Carla atribui às pequenas atitudes individuais o fator de transformação para que, de fato, exista uma resistência à corrupção, conforme podemos observar no fragmento 116:

Uai, prestar atenção nas nossas atitudes, entender quais são as atitudes corretas a serem feitas, mesmo que seja mais difícil pra nós, né? Esperar, não levar vantagem, né? Não querer levar vantagem em tudo, na verdade, não querer levar vantagem em nada. O que é nosso é nosso, o que não é não é, o que é do outro é do outro, não é meu, né? [...] (Carla, em entrevista, 2017).

A enunciadora Carla inicia seu discurso com o uso do termo “atitudes corretas” seguido da conjunção concessiva “mesmo” e do adjetivo “difícil”, trazendo uma formação semântica de que nem sempre as atitudes corretas podem ser as melhores para os indivíduos. Para a enunciadora, a atitude individual de respeitar o que é “nosso” e o que é de “outro” é a postura de resistência que ela percebe.

O entrevistado Joaquim, no fragmento 117, assim como a entrevistada Carla, também atribuem às atitudes individuais a forma de resistir à corrupção e transformar o cenário existente:

[...] então, eu acho que essa questão também de consciência individual de cada um é muito importante, né? Saber que a corrupção, ela não é só do outro, né Ela pode ser minha também e aí o que que eu posso fazer pra melhorar isso, né? (Joaquim, em entrevista, 2017).

O enunciador utiliza em seu discurso o advérbio de intensidade “muito”, alinhado ao adjetivo “importante”, para caracterizar a “consciência individual” como uma forma de resistir à corrupção. O enunciador utiliza ainda os pronomes pessoais “minha” e “eu” para caracterizar a individualidade e o despertar de uma consciência como forma de resistência.

Os enunciadores dos discursos 116 e 117 parecem não ter a consciência de sua posição enquanto agentes de resistência. Em seus discursos, são ignoradas quaisquer possibilidades de controle social. Além disso, a concepção de “poder das pessoas” (BEYERLE, 2011) não é discutida por eles, mas, sim, são discutidas as ações pontuais em seus comportamentos individuais.

Esses discursos, que não abordam de forma ampla o papel dos cidadãos e o que pode ser feito em relação ao governo como forma de resistência, abrem precedente ao que Hengehold (2007) afirma ser o papel dos cidadãos como o de clientes em uma posição inferior a de um governo que tem uma posição de especialista, pois, desse modo, o governo consegue manipular a complexidade da qual é detentora em favor de seus interesses, ao contrário dos cidadãos que não têm uma atitude crítica (HENGEHOLD, 2007).

Para Foucault (2013), as atitudes críticas são fundamentadas na busca por comprovações dos modos de pensamento adquiridos e não reproduzidos presentes nas práticas aceitas pelos indivíduos, e não no fato de se admitir que as coisas não estão bem.

O respeito às normas também foi um discurso, conforme fragmento 118, utilizado pela enunciadora Elvira como forma de resistência à corrupção:

Eu acho que, respeitando as normas, as pessoas, né? Principalmente, as normas de todos os lugares, pequenas coisas que a gente faz. Eu tô numa fila, eu tô vendo se eu dou um dinheiro pra... alimentar a corrupção, né? Na fila de ônibus, pra ir em tal lugar, eu não vou molhar a mão do cara que tá coordenando lá pra mim entrar primeiro. Aí é uma prática, eu não fazendo isso, né? (Elvira, em entrevista, 2017).

A entrevistada Elvira utiliza em seu discurso o gerúndio do verbo “respeitar”, seguido da palavra “normas”, para dar sentido de que o respeito às normas é responsável pela transformação do cenário de corrupção. Ainda, Elvira utiliza alguns exemplos do que

considera corrupção com o uso da expressão “alimentar a corrupção”, dando o sentido de que as práticas de pequena corrupção a mantêm. Ao final do fragmento, a enunciadora demonstra que a atitude individual de não praticar a quebra de normas, por meio da expressão “eu não fazendo isso, né?”, é o fator que ela enxerga como forma de resistência à corrupção.

Além do que discutimos em referência aos fragmentos 116 e 117 sobre a ausência de uma atitude crítica, no discurso da entrevistada Elvira, presente no fragmento 118, acrescentamos ainda que a ausência da atitude crítica é percebida, assim como um discurso de obediência às normas.

Esse discurso, que preconiza a obediência às normas, pode ser entendido como influenciado pelo que Foucault (1996b) denomina como o poder disciplinar, uma vez que a enunciadora, apesar de vincular seu discurso de respeito às normas ao fato de não praticar atos corruptos, parece ter internalizada a influência de que a obediência às normas é o fator crucial para uma mudança do cenário. Esse pensamento pode ser fruto dos mecanismos do poder quando consideramos sua microdinâmica, conforme proposto por Foucault (1979).

Por sua vez, o entrevistado João, no fragmento 119, afirma acreditar na possibilidade de resistência e transformação do cenário de corrupção, porém questiona quem tomaria tal atitude:

Pode, eu acho que pode... mas é um trabalho que...quem que vai fazer isso? É muito difícil, né? Algumas pessoas vão ter esse comportamento já, algumas pessoas têm um comportamento de falar muito anticorrupção. Aí você vai acompanhar ela no dia a dia, ela tem ações que não condizem [...] (João, em entrevista, 2017).

O enunciador João inicia o fragmento com um questionamento e utiliza o pronome “quem” para demonstrar que não reconhece um agente de mudança que possa transformar o cenário de corrupção como ele a percebe hoje. João ainda utiliza o adjetivo “difícil” para expressar como acredita que pode ser essa mudança.

O discurso do enunciador considera que os indivíduos expressam que são contrários à prática de atos corruptos, mas a sua ação é diferente, havendo, portanto, um distanciamento entre o discurso e a prática. A partir dessa perspectiva do enunciador, podemos inferir que, conforme Hengehold (2007) destaca sobre a atuação dos corpos, o conhecimento humano é preocupado com as aparências ou os fenômenos e não há, por parte dos indivíduos, um senso de realidade e tampouco uma forma de ação sobre ela.

Desse modo, sem um despertar de uma “nova imaginação política”, não há o que Foucault (2013) denomina como necessidade de ruptura ao que é intrínseco ao indivíduo, pois uma nova atitude emerge não de um discurso, mas, sim, do exercício de uma “nova imaginação”, que é essencial a toda transformação.

O enunciador do fragmento 120 utiliza, na seleção lexical “eu tenho aquela ideia comigo que juntos somos mais forte”, o advérbio “mais”, seguido do adjetivo “forte”, para construir o sentido de que a união, representada pela palavra “juntos”, é a solução que ele encontra para transformação do cenário de corrupção.

Os discursos analisados nesta seção, dos quais foram extraídos dos fragmentos 098 a 120, foram produzidos a partir dos questionamentos feitos aos gestores públicos que estavam no exercício de sua função e em seu ambiente de trabalho, todos residentes na cidade de Uberlândia-MG.

A distribuição desses discursos foi realizada sem o uso da intertextualidade. Os discursos presentes nos fragmentos 098 a 108 trataram sobre a interpretação de poder dos gestores e a sua relação com a corrupção. A complexidade para a compreensão do texto é considerada baixa, pois sua construção não envolveu argumentos altamente fundamentados.

Nos fragmentos de texto de números 098 a 102, foi apontado o poder como uma prática exercida a partir da hierarquia, seja ela social ou organizacional, ao passo que os fragmentos 103 a 105 discursaram sobre o poder com uma visão negativa. Os enunciadores dos fragmentos 106 a 108 trataram do poder como uma ferramenta de influência sobre os indivíduos, sendo esse poder exercido por meio de mecanismos diversos.

Os fragmentos textuais de 109 a 119 representam os discursos dos entrevistados sobre a perspectiva de transformação que esses têm acerca da corrupção e, ainda, a sua interpretação sobre uma forma de resistência a essa prática. Os discursos presentes nos fragmentos 109 a 111 representam um padrão que aponta como negativa uma perspectiva de transformação, tendo sido utilizados, nesses discursos, argumentos com base na interpretação que os entrevistados têm do nível de corrupção atual.

Nos fragmentos 112 a 115, os enunciadores defendem que a mudança está nos jovens, depositando nessa figura sua esperança de transformação. Enquanto os fragmentos 116 a 119 apontaram a atitude individual como fator de transformação do cenário de corrupção, o enunciador do discurso presente no fragmento 119 ainda questiona quem, de fato, passaria por essa transformação para que houvesse mudança. A prática social dos discursos constantes nos fragmentos 098 a 108 segue um padrão que sugere que a sua construção vai ao encontro das estruturas sociais hegemônicas, uma vez que não há, nos

discursos presentes nesses fragmentos, uma atitude crítica do poder como uma forma de ação individual. Por outro lado, nos fragmentos 106 a 108, há a construção de discursos sob a argumentação de que o poder é exercido a partir da influência que cada um tem sobre um determinado ambiente. Esse padrão de discurso questiona, por si só, as estruturas sociais na qual estamos inseridos atualmente e propõe uma reflexão sobre o poder de transformação frente à corrupção.

Os discursos que compõem o agrupamento presente nos fragmentos 112 a 119 não revelam uma atitude crítica e de resistência ao discurso hegemônico. Nesses discursos, são reproduzidas ideias e propostas que fazem parte de um senso comum, mas que não apontam para um despertar de uma nova imaginação que situe o indivíduo no seu papel de ser parte da mudança necessária.

A partir do que discutimos nesta seção, nosso entendimento é que a “nova imaginação política” proposta por Michel Foucault, que é uma mudança na elaboração do pensamento advinda das ações que questionam crenças que não possuem a aparência que, de fato, deveriam ter, não está presente nos discursos dos entrevistados em relação às transformações que seriam contrárias à perpetuação da corrupção nas organizações.

Ademais, há um discurso produzido a partir de verdades que reforçam todos os demais discursos analisados, sendo a verdade que sustenta esses discursos instaurada a partir de uma construção de que o poder é detido apenas por alguns indivíduos e que, além disso, ele é o motivador de ações corruptas. Um outro padrão de discursos contesta a noção de poder centralizada e negativa e o reconhece como uma forma dispersa e inerente ao tecido social. Entretanto, percebemos que a impossibilidade do surgimento de uma “nova imaginação política” é resultado não somente da falta de clareza em relação ao que é o poder e qual o seu papel frente à corrupção, mas das perspectivas de transformação do cenário.

O comportamento de contra conduta, conforme enunciado por Michel Foucault, que seria a negação das pessoas em serem governadas a partir de uma atitude crítica, é inexistente nos discursos dos entrevistados, não apenas quando questionados sobre sua interpretação de poder, mas, também, quando são discutidas as possibilidades de transformações no cenário de corrupção observada por eles.

A corrupção, em uma perspectiva que é inerente ao indivíduo, sendo sustentada por discursos que a favorece, dificilmente, terá a sua perpetuação interrompida, uma vez que, conforme Foucault (2013), as atitudes críticas são fundamentadas na busca pela comprovação dos modos de pensamento adquiridos e não reproduzidos presentes nas práticas aceitas pelos indivíduos. No quadro 12 é apresentada uma síntese dos resultados encontrados na pesquisa.

Quadro 12 – Síntese dos resultados encontrados pela pesquisa.

Objetivos	Padrões de Discursos Encontrados	Prática Social observada nos discursos
Analisar as definições de corrupção na perspectiva dos entrevistados;	• Corrupção é a troca para obtenção de benefícios pessoais; • Corrupção como quebra de normas; • A corrupção como um custo social.	Compactua com as estruturas sociais hegemônicas.
Compreender como a corrupção pode se perpetuar nas organizações, a partir da interpretação dos entrevistados;	• A influência da mídia para a interpretação do fenômeno; • A negação da existência de corrupção no ambiente profissional; • O ambiente profissional como provedor de situações de corrupção; • A relação que a corrupção possui com as organizações;	Compactua com as estruturas sociais hegemônicas.
	• A compreensão do papel do Estado e a sua relação com a perpetuação da corrupção. • Crítica à democracia e favorável a um Estado autoritário; • Crítica à democracia mas reconhece os fatores negativos de um sistema autoritário.	O primeiro padrão de discursos compactua com as estruturas sociais hegemônicas enquanto o segundo padrão é contrário a essas estruturas.
Identificar e discutir padrões nas interpretações dos entrevistados que levem à compreensão do fenômeno corrupção e apontem elementos de regionalidade;	• A dificuldade em expor exemplos de casos de corrupção e de prejuízos dela advindos nas organizações da região; • Paternalismo; • Patrimonialismo; • Elitismo; • Coronelismo.	Compactua com as estruturas sociais hegemônicas.
Discutir as (im)possibilidades de uma “nova imaginação política” reivindicada por Michel Foucault.	• O poder associado à hierarquia, seja ela social ou no âmbito da organização. • O poder como um instrumento negativo; • O poder como uma forma dispersa e atuante, de forma genérica.	Compactua com as estruturas sociais hegemônicas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as percepções dos gestores públicos atuantes na cidade de Uberlândia-MG sobre a corrupção e a sua (des)articulação com a “nova imaginação política” proposta por Michel Foucault. Por meio da análise da compreensão dos gestores sobre a corrupção, percebemos que emergiram três categorias discursivas das perspectivas dos entrevistados, sendo elas: a) Corrupção é a troca para obtenção de benefícios pessoais; b) Corrupção como quebra de normas; c) A corrupção como um custo social.

O discurso que aponta a corrupção como a troca para obtenção de benefícios pessoais utiliza um conceito para a corrupção similar à proposta por organizações como o *The United Nation Global Programme Against Corruption* (2001), o *The World Bank Independent Evaluation Group* (2006) e a ONG *Transparency International* (2009), de que a corrupção é a utilização de recursos públicos para ganhos privados. Essas definições amparam-se em um paradigma realista e, de alguma forma, foram internalizadas pelos enunciadores, talvez, pela sua ampla difusão mundial. A corrupção como uma quebra de normas ampara-se em um paradigma legalista, com o discurso dos entrevistados associando a corrupção com a transgressão de regras.

Os discursos que entendem a corrupção como um custo social, relativizam, em alguns pontos, a prática da corrupção quando assumem aceitá-la quando essa não traz prejuízos em larga escala. Entretanto, quando a prática é feita por instâncias superiores e em um âmbito mais amplo, fica demonstrada a noção de que as práticas corruptas, quando trazem prejuízo coletivo e são praticadas em outras instâncias, não são aceitáveis.

Ao objetivarmos a compreensão da perpetuação da corrupção nas organizações, a partir da interpretação dos entrevistados, encontramos cinco variações de padrões de discursos que, possivelmente, influenciam na perpetuação da corrupção nas organizações: a) A influência da mídia para a interpretação do fenômeno; b) A negação da existência de corrupção no ambiente profissional; c) O ambiente profissional como provedor de situações de corrupção; d) A relação que a corrupção possui com as organizações; e) A compreensão do papel do Estado e a sua relação com a perpetuação da corrupção.

Com o objetivo de articular a interpretação dos entrevistados com a noção de “nova imaginação política” proposta por Michael Foucault, buscamos entender a compreensão do papel do Estado pelos entrevistados e a sua relação com a perpetuação da corrupção. Nos discursos, observamos que há um padrão pelo qual os enunciadores observam que o Estado tem uma relação direta com a corrupção, seja como provedor da sua manutenção por meio da

ausência de políticas de controle e combate, seja permitindo e criando situações que propiciam, por meio de seus entes, a prática da corrupção nas organizações. Esse resultado se aproximada da noção de Foucault (2013) sobre o papel do Estado frente à corrupção, visto que, para o autor, a utilização do poder pelo Estado é uma forma de criar problemas que ele dificilmente consegue corrigir.

Ainda acerca da compreensão do papel do Estado, analisamos nos discursos dos entrevistados a interpretação das formas de gestão (autoritária e democrática) para a resolução do problema da corrupção. Dois padrões de discursos foram identificados. O primeiro deles legitima o sistema autoritário de gestão para a resolução do problema da corrupção, com justificativas que vão, desde a má estruturação da democracia no país até a não execução dessa democracia e o discurso de que, no período militar, os níveis de corrupção eram menores.

Nesse agrupamento de discursos, há em comum uma forte crítica à democracia. No entanto, não há uma análise sobre os problemas do autoritarismo, pois ele surge nas respostas como uma maneira instantânea de resolução do problema. Um outro padrão de discursos dirigiu críticas à democracia pela forma como ela é exercida atualmente, mas os enunciadores expressam sua visão sobre um regime autoritário, percebendo suas injustiças e falhas.

Entre os elementos de regionalidade encontrados no discurso dos entrevistados sobre a sua interpretação da corrupção, foi constatada a dificuldade que os gestores entrevistados tiveram em expor exemplos de casos de corrupção e de prejuízos dela advindos nas organizações da região. Isso denota uma característica encontrada em seus discursos, de que, apesar de reconhecerem e terem um conceito para a corrupção, não percebem seus prejuízos e de forma clara a ponto de exemplificarem sua ocorrência na região.

Ainda, quatro padrões foram levantados como elementos de regionalidade nas práticas de gestão na cidade de Uberlândia, segundo a interpretação dos entrevistados. De acordo com os entrevistados, esses elementos têm associação com a corrupção, sendo eles: o paternalismo, o patrimonialismo, o elitismo e o coronelismo.

Ainda diante da análise dos discursos dos entrevistados sobre sua interpretação de poder, encontramos três variações de discursos que indicam a possibilidade (ou não) de reconhecer uma nova imaginação política como a reivindicada por Michael Foucault. O primeiro padrão associa o poder à hierarquia, seja ela social ou no âmbito da organização. O segundo padrão reconhece o poder como um instrumento negativo e o terceiro compreende o poder como uma forma dispersa e atuante, de forma genérica.

Não foi observada nos discursos uma atitude crítica acerca do poder como uma forma de ação individual. Entretanto, dois enunciadores apontaram uma visão de poder que se aproxima com aquela proposta por Michel Foucault quando eles argumentam que o poder é exercido a partir da influência que cada um tem sobre um determinado ambiente. Esses dois discursos questionam, por si só, as estruturas sociais na qual estamos inseridos atualmente e propõem uma reflexão sobre o poder de transformação frente à corrupção.

A observação dos gestores, da necessidade de uma mudança de atitude, bem como a imposição de uma atitude de resistência não foi detectada na análise dos discursos em relação ao despertar de uma nova imaginação política que situe o indivíduo no seu papel de ser parte da mudança necessária.

As contribuições desta pesquisa são de natureza teórica, prática e social. Como contribuição teórica, adentramos nas discussões sobre corrupção nas organizações por meio da interpretação dos gestores públicos, desvelando seus discursos e como esses impactam na corrupção como a percebemos atualmente, demonstrando a relevância do tema para a área de Estudos Organizacionais. Os resultados apontaram que a interpretação dos gestores em relação à corrupção é complexa e controversa, uma vez que, mesmo tentando dar a ela um significado, os entrevistados apontaram a dificuldade que tinham em definir o termo. Além disso, nossa pesquisa, por meio de uma perspectiva da corrupção política, permitiu conhecer o discurso dos gestores em relação ao modelo de gestão (autoritário/centralizador ou democrático) de sua preferência, fato que demonstrou também como a noção de “nova imaginação política” de Michel Foucault é distante dos discursos dos entrevistados.

Como contribuição prática, foram evidenciadas, por meio dos discursos apresentados, as características de práticas de gestão, assim como os discursos próprios dos gestores da região de Uberlândia-MG, permitindo conhecer melhor essas características de uma forma regionalizada e entender por qual motivo a corrupção se perpetua nas organizações e como os discursos que fortalecem essa manutenção. A contribuição social foi propor, não só aos participantes da pesquisa, mas a todos que tenham acesso a ela, uma reflexão sobre as possibilidades de transformação do cenário de corrupção a partir de uma transformação das formas de se resistir ao fenômeno.

Nesta pesquisa, nosso entendimento é pela impossibilidade do desenvolvimento de uma “nova imaginação política” pelos gestores públicos de Uberlândia-MG, pois, conforme Foucault (2013), as atitudes críticas são fundamentadas na busca pela comprovação dos modos de pensamento adquiridos e não reproduzidos presentes nas práticas aceitas pelos indivíduos. No caso dos discursos analisados, em sua maioria, percebemos a ausência de tal

atitude frente à corrupção, com as percepções dos entrevistados sendo influenciadas por discursos hegemônicos e que corroboram a manutenção da atual ordem social.

Além dos discursos analisados, um evento que ocorreu durante o processo de agendamento das entrevistas, também fortalece nosso argumento da impossibilidade do desenvolvimento de uma “nova imaginação política” pelos gestores públicos de Uberlândia-MG. Durante as tentativas de autorização de entrevistas junto aos gestores públicos da esfera municipal, os gestores a frente das secretarias de saúde e educação do município, responsáveis pela autorização da realização da entrevista, não nos autorizaram. Sendo que a secretaria de saúde não nos deu nenhum tipo de resposta e a secretária de educação, sugeriu agendar uma reunião com o pesquisador, que também nunca aconteceu, para sugerir algumas alterações nas questões do roteiro semiestruturado, que ela não concordava.

Nossa pesquisa avança no sentido de compreender a corrupção nas organizações a partir de uma visão qualitativa e que leve em consideração o tecido social. A análise crítica dos discursos também nos permitiu levantar os padrões de discursos que estão relacionados com a interpretação dos gestores acerca da corrupção.

Como limitação à pesquisa realizada, consideramos que as entrevistas semiestruturadas podem não ter aprofundado os argumentos dos gestores, bem como o local de realização das entrevistas pode também ter influenciado na resposta dos entrevistados, uma vez que esses se encontravam em seu ambiente formal de trabalho. Além disso, o tema da pesquisa, que é por si só delicado, pode ter influenciado no comportamento de alguns entrevistados na formulação de suas respostas.

Sugerimos que novas pesquisas estudem o entendimento e a capacitação de gestores públicos para o desenvolvimento de uma atitude crítica no âmbito das organizações em que trabalham, pois, assim, conseqüentemente, a melhora na eficiência das políticas públicas e no uso de recursos poderá ser atingida. A análise das relações de poder de uma organização pública com seus *stakeholders* e como essas relações influenciam ou não em comportamentos de contra conduta de seus membros é outra possibilidade de estudo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. A. Castelo de cartas marcadas? Os movimentos sociais como agentes colaboradores no combate a corrupção pública. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. v. 16, n. 1, p. 9-27, 2011.
- AHREND, R. "Press Freedom, Human Capital and Corruption." **DELTA Working Paper Series**. No. 2002-11, Delta, Paris, February. 2002.
- ALATAS, S. H. **The Problem of Corruption**. Kuala Lumpur: The Other Press, 1986.
- AMUNDSEN, I. **Political Corruption**: An Introduction to the Issues. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 1999.
- ANAND, V; ASHFORT, B, E; JOSHI, M. Business as usual: The acceptance and perpetuation of corruption in organizations. **Academy of Management Executive**. v. 18, n. 2, p-39-53, 2004
- ANDERS, G; NUIJTEN, M. **Corruption and the Secret of Law**: A Legal Anthropological Perspective: Routledge, 2009.
- ARAUJO, C. M; COSTA, S. F; FITTIPALDI, I. Boa noite, e boa sorte: determinantes da demissão de ministros envolvidos em escândalos de corrupção no primeiro governo Dilma Rousseff. **OPINIÃO PÚBLICA**. v. 22, n. 1, p. 93-117, 2016.
<https://doi.org/10.1590/1807-0191201622193>
- ASHFORTH, B. E.; GIOIA, D. A.; ROBINSON, S. L.; TREVIÑO, L. K. Re-Viewing Organizational Corruption. **Academy of Management Review**. v. 33, n. 3, p. 670-684, 2008.
<https://doi.org/10.5465/amr.2008.32465714>
- ASHFORT, B. E; ANAND, V. The Normalization of Corruption in Organizations. **Research in Organizational Behavior**. v. 25, p. 1-52.2003.
- BARR, A; SERRA, D. Corruption and culture: An Experimental Analysis. **Journal of Public Economics**. v. 94, n. 11-12, p. 862-869.2010.
- BARDHAN, P. 'Corruption and Development: A Review of Issues'. **Journal of Economic Literature**. v.35, p.1320-46, 1997.
- BARSUKOVA, S. I. Corruption Academic Debates and Russian Reality. **Russian Politics and Law**. v. 47, n. 4, p. 8-27. Julho-Agosto. 2009.
- BATABYAL, S; CHOWDHURY, A. Curbing corruption, financial development and income inequality. **Progress in Development Studies**. v. 15, pp. 49-72, 2015.
<https://doi.org/10.1177/1464993414546980>
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BARRATT, E. The Art of Critique. **Tamara Journal**. v. 9, n. 1-2, p. 105-113.2011.

BATISTA, M. Incentivos da Dinâmica Política sobre a Corrupção: Reeleição, competitividade e coalizões nos municípios brasileiros. **RBCS**. v. 28, n. 82, p. 89-106. 2013.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200006>

BELOUSOVA, V; GOEL, R, K; KORHONEN, I. Corruption perceptions versus corruption incidence: Competition for rents across Russian regions. **Journal of Economics and Finance**. v.40, p. 172-187.2014.

BENDAHAN, S.; ZEHNDER, C.; PRALONG F. P.; ANTONAKIS, J. Leader corruption depends on power and testosterone. **Leadership Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 101-122, 2015.
<https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2014.07.010>

BERGAMINI JUNIOR, S. “Ética Empresarial e Contabilidade: o Caso Enron”. **Revista Pensar Contábil**. n. 16, ano V, maio-jul. 2002.

BEYERLE, S. Civil Resistance and the Corruption-Violence Nexus. **The Journal of Sociology & Social Welfare**. v. 38, n. 2, p. 53-77.2011.

BLUNDO, G. “Hidden Acts, Open Talks. How Anthropology Can “Observe” and Describe Corruption,” In: NUIJTEN, M.; ANDERS, G. (eds.) **Corruption and the secret of law: A legal anthropological perspective**. Ashgate, 2007.

BOLOGNA, J; ROSS, A. Corruption and entrepreneurship: evidence from Brazilian municipalities. **Public Choice**. v. 165, p.59–77, 2015.
<https://doi.org/10.1007/s11127-015-0292-5>

BONIFÁCIO, R.; RIBEIRO, E. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 20, p 7-42. Brasília. maio – agosto. 2016.

BORINI, F, M; GRISI, F, C. A corrupção no ambiente de negócios: survey com as micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Revista de Gestão USP**. São Paulo, v.44, n.2, p.102-117, abr./maio/jun. 2009

BOTERO, S; CORNEJO, R, C; GAMBOA, L; PAVAO, N; NICKERSON, D., W. Says Who? An Experiment on Allegations of Corruption and Credibility of Sources. **Political Research Quarterly**. v. 68, n.3, p. 493–504.2015.

BREI, Z. A. Corrupção: dificuldade para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p. 64-77, 1996.

BREI, Z. A. A corrupção: causas, consequências e soluções para o problema. **Revista De Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 3m p. 103-115, 1996.

BREIT, E. On the (Re)Construction of Corruption in the Media: A Critical Discursive Approach. **Journal of Business Ethics**. v.92, n.4, p.619-635.2010.

BUDAK, J; RAJH, E. Corruption as an Obstacle for Doing Business in the Western Balkans: A Business Sector Perspective. **EIZ Working Papers**. Zagreb, Dezembro,2011.

BUGARIN, M; MENEGUIN, F, B. Incentivos à corrupção e à inação no serviço público: Uma análise de desenho de mecanismos. **Estud. Econ.**, São Paulo, v.46, n.1, p. 43-89, 2016.

CAMAJ, L. The Media's Role in Fighting Corruption: Media Effects on Governmental Accountability. **The International Journal of Press/Politics**. v. 18, n. 1, p. 21– 42.2013.

CAMPANTE, R. G. Patrimonialismo em Faoro e Weber. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 46, n.1, p. 153-93, 2003.

CARDOSO, S. Platão E Aristóteles. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J., STARLING, H.M.M. (Org.). **Corrupção Ensaio e Críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CARRARO, A; MACHADO, I. B; CANEVER; M. D; BOLL, J. L. S. Proposta para a estimação da corrupção regional no Brasil. **Política & Sociedade**. v. 14, n. 31, p. 326-352. 2015.

<https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n31p326>

CASTRO, M. M. M; NUNES, F. Candidatos corruptos são punidos? *Accountability* na eleição brasileira de 2006. **OPINIÃO PÚBLICA**. vol. 20, n. 1, p. 26-48, 2014.

<https://doi.org/10.1590/S0104-62762014000100002>

COBB, M. D.; TAYLOR, A. J. An Absence of Malice: The Limited Utility of Campaigning Against Party Corruption. **American Politics Research.**, v. 43, n.6, p. 923–951.2015.

COLE, W. M. Institutionalizing a global anticorruption regime: Perverse effects on country outcomes, 1984–2012. *International Journal of Comparative Sociology*. **International Journal of Comparative Sociology**. v. 56, n. 1, p. 53– 80. 2015.

<https://doi.org/10.1177/0020715215578885>

CONNELLY, B S.; ONES, D. S. The Personality of Corruption A National-Level Analysis. **Cross-Cultural Research**.v. 42, n. 4, p. 353-385.Novembro. 2008.

COORAY, A; SCHNEIDER, F. Does corruption promote emigration? An empirical examination. **Journal Popular Economics**. v. 29, p. 293-310. 2015.

<https://doi.org/10.1007/s00148-015-0563-y>

CURTIS, B. Foucault on Governmentality and Population: The Impossible Discovery. **Canadian Journal of Sociology**. v. 27, n.4, p. 505-533, 2002.

<https://doi.org/10.2307/3341588>

D'AGOSTINO, G.; DUNNE, J. P.; PIERONI, L. Government Spending, Corruption and Economic Growth. **World Development**. v. 84, p. 190–205, 2016.

<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.03.011>

DELAVALLE, C. Corruption and Distribution of Public Spending in Developing Countries. *Journal of Economics and Finance*. v. 30, n. 2, p.222-239, 2006.

<https://doi.org/10.1007/BF02761488>

DIRIENZO, C.; DAS, J. Innovation and role of corruption and diversity: A cross-country study. **International Journal of Cross Cultural Management**. v. 15, p. 51–72, 2015.
<https://doi.org/10.1177/1470595814554790>

DOLLAR, D; FISHMAN, R; GATTI, R. “Are Women Really the Fairer Sex? Corruption and Women in Government.” **Journal of Economic Behavior and Organization**. v. 26, n.4, p. 423–429, 2001.
[https://doi.org/10.1016/S0167-2681\(01\)00169-X](https://doi.org/10.1016/S0167-2681(01)00169-X)

DRIDI, M. Corruption and Education: Empirical Evidence. **International Journal of Economics and Financial Issues**. v. 4, n. 3, p. 476-493, 2014.

ESAREY, J; CHIRILLO, G. ‘Fairer Sex’ or Purity Myth? Corruption, Gender and Institutional Context.” **Politics & Gender**. v. 9, n. 4, p. 361–389. 2013.
<https://doi.org/10.1017/S1743923X13000378>

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança Social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. revista. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRINHA, I. M. N; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões Teóricas. **Revista de Administração Pública**. v. 44, n. 2, p.367-383, 2010.
<https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>

FILGUEIRAS, F. A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas. **Cadernos Cedex**, Juiz de Fora, n. 5, p.1-29, maio 2006.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, vol. 15, n. 2, p.386-421. Campinas. Novembro, 2009.

FILGUEIRAS, F. Marcos Teóricos da Corrupção. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J., STARLING, H.M.M. (Org.). **Corrupção Ensaios e Críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.21-30.

FISMAN, R; MIGUEL, E. Corruption, norms, and legal enforcement: evidence from diplomatic parking tickets. **Journal of Political Economy**. v. 115, n.6, p.1020–1048, 2007.
<https://doi.org/10.1086/527495>

FISMAN, R.; GATTI, R. Bargaining for bribes: the role of institutions. In: ROSE-ACKERMAN, S.; LUCE, H. R. **International Handbook On The Economics Of Corruption**. MPG Books, 2006.
<https://doi.org/10.4337/9781847203106.00011>

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. P. A. Normalização e Bio-Poder na obra de Michel Foucault. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**. v. IV, n. 11, p. 75-90, 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: I A Vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **“O sujeito e o poder” in Michel Foucault**: uma trajetória filosofia. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos -Volume VI: Repensar a Política**. Organização de Manoel Barros de Motta e tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

FRANÇA, P G. Concretização dos princípios constitucionais da administração pública no exercício do serviço público. **História: Debates e Tendências**. v. 15, n. 1, p. 114-127. 2015.

GETZ, K. A. The effectiveness of global prohibition regimes: Corruption and the antibribery convention. **Business & Society**, v. 45, n. 3, p. 254 –281. 2006.
<https://doi.org/10.1177/0007650306286738>

GORDON, C. Governmentality. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault effect**: studies in governmentality. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

GUERRERO, M. A; RODRIGUEZ-OREGGIA, E. On the individual decisions to commit corruption: A methodological complement. **Journal of Economic Behavior and Organization**. v. 65, n. 2, p. 357–372. 2008.
<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2005.09.006>

GUPTA, S, DAVOODI, H. R., ALONSO-TERME, R. Does Corruption Affect Income Inequality and Poverty. **Economics of Governance**. v. 3, n. 1, p. 23-45, 2002.
<https://doi.org/10.1007/s101010100039>

GUPTA, S; DAVOODI H; TIONGSON E. Corruption and the provision of health care and education services. **International Monetary Fund Working Paper**. Washington: International Monetary Fund, 2000.

HABIBOV, N. Effect of corruption on healthcare satisfaction in post-soviet nations: A cross-country instrumental variable analysis of twelve countries. **Social Science & Medicine**. v.152, p.119-124.2016.

HEIDENHEIMER, A.J. Perspectives in the perception of corruption. In: HEIDENHEIMER, A.J.; JOHNSTON, M. **Political corruption: readings in comparative analysis**. New York: Hold, Rinehart and Wilston, p. 141-155.2002.

HENGHOLD, L. **The body problematic: Political Imagination in Kant and Foucault**. Pensilvania, PA: The Pensilvania State Universe Press, 2007.

HIMESHAZI, V. E. M. **Bourdieu and Foucault on Corruption in Italy**.2012. 39f. Dissertação (Master of Arts – Integrated Studies).Athabasca University, Athabasca, 2012.

HODGKINSON, P. The Sociology of Corruption – Some Themes and Issues. **Sociology**, v. 31, n. 1, p.17-35, 1997.
<https://doi.org/10.1177/0038038597031001003>

HOFSTEDE, G. **Cultures and organizations: Software of the mind**. New York, NY: McGraw Hill, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

HUNT, A; WICKHAM, G. **Foucault and Law: Towards a Sociology of Law as Governance**. Boulder, Colorado: Pluto Press, 1994.

HUNT, J; LASZLO, S. Is bribery really regressive? Bribery's costs, benefits, and mechanisms. **World Development**. v, 40, n. 2, p. 355–372, 2012.

HUNTINGTON, S. **Political Order in Changing Societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

HUSTED, B. W. Wealth, Culture, and Corruption. **Journal of International Business Studies**, v. 30, n.2, p. 339-359, 1999.
<https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490073>

IJEWEREME, O. B. Anatomy of Corruption in the Nigerian Public Sector: Theoretical Perspectives and Some Empirical Explanations. **Sage Open**. Abr.-Jun, p 1-16, 2015.

IT. **International Transparency** (Transparência Internacional). 2016. Disponível em <<http://www.transparency.org/what-is-corruption>>. Acesso em 09/11/2016.

IVLEVS, A; HINKS, T. Global economic crisis and corruption. **Public Choice**. v.162, n. 3, p. 425–445, 2015.
<https://doi.org/10.1007/s11127-014-0213-z>

JANCSICS, D. Interdisciplinary Perspectives on Corruption. **Sociology Compass**. v. 8, n.4, p. 358–372, 2014.
<https://doi.org/10.1111/soc4.12146>

JAVIDAN, M.; DORFMAN, P. W.; SULLY DE LUQUE, M.; HOUSE, R. J.). In the eye of the beholder: Cross cultural lessons in leadership from project GLOBE. **Academy of Management Perspectives**. v. 20, n. 1, p. 67–90, 2006.
<https://doi.org/10.5465/amp.2006.19873410>

JETTER, M.; AGUDELO, A. M.; HASSAN, A. R. The Effect of Democracy on Corruption: Income is Key. **World Development**. v. 74, p. 286–304, 2015.
<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.016>

JIANG, G.; LO, T. W.; LI, C. Youths' Views on Corruption Control in China: Politics and Social Censure. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**. v. 57, n.12, p. 1498–1521, 2012.
<https://doi.org/10.1177/0306624X12457351>

JUSTESEN, M. K.; BJØRNSKOV, C. Exploiting the Poor: Bureaucratic Corruption and Poverty in Africa. **World Development**. v. 58, p. 106–115, 2014.
<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.01.002>

KARMANN, T.; MAUER, R.; FLATTEN, T. C.; BRETTEL, M. Entrepreneurial Orientation and Corruption. **Journal Business Ethics**. v. 133, n. 2, p. 223–234, 2016.
<https://doi.org/10.1007/s10551-014-2305-6>

KAUFFMAN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. Measuring governance using cross-country perceptions data. In: ROSE-ACKERMAN, S.; LUCE, H. R. **International Handbook on the Economics of Corruption**. MPG Books, 2006.
<https://doi.org/10.4337/9781847203106.00008>

KEIG, D. L.; BROUTHERS, L. E.; MARSHALL, V. B. Formal and Informal Corruption Environments and Multinational Enterprise Social Irresponsibility. **Journal of Management Studies**. v. 52, n. 1, p. 89–116, Janeiro, 2015.
<https://doi.org/10.1111/joms.12102>

KHONDKER, H. H. Sociology of Corruption and 'Corruption of Sociology' Evaluating the Contributions of Syed Hussein Alatas. **Current Sociology**. v. 54, n. 1, p. 25–39, 2006.
<https://doi.org/10.1177/0011392106058832>

KONG, D. T.; VOLKEMA, R. Cultural Endorsement of Broad Leadership Prototypes and Wealth as Predictors of Corruption. **Social Indicator Research**. v. 127, n. 1, p.139–152, 2016.
<https://doi.org/10.1007/s11205-015-0959-9>

KUBE, I. The Bigger Picture of Corruption: Europe in Comparative Perspective. **EScholarship University of California**. 2014. Acesso em: 19 abr.2017. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/8361x62b#page-2>>

KUPATADZE, A. Political corruption in Eurasia: Understanding collusion between states, organized crime and business. **Theoretical Criminology**. v. 19, n. 2, p. 198–215, 2015.
<https://doi.org/10.1177/1362480615574404>

LAMBSDORFF, J. G. Causes and consequences of corruption: What do we know from a cross-section of countries? In: ROSE-ACKERMAN, S.; LUCE, H. R. **International Handbook on the Economics of Corruption**. MPG Books, 2006.
<https://doi.org/10.4337/9781847203106.00007>

LIO, M-C; LEE, M-H. Corruption costs lives: a cross-country study using an IV approach. **The International Journal of Health Planning and Management**. v. 31, n.2, p. 175–190, 2016.

<https://doi.org/10.1002/hpm.2305>

LITINA, A; PALIVOS, T. Corruption, tax evasion and social values. **Journal of Economic Behavior and Organization**.v. 124, p. 164-177, 2015.

<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2015.09.017>

MAEDA, K; ZIEGFELD, A. Socioeconomic status and corruption perceptions around the world. **Research and Politics**. v. 2, n.2, p. 1-9, 2015.

<https://doi.org/10.1177/2053168015580838>

MASHALI, B. Analyzing the relationship between perceived grand corruption and petty corruption in developing countries: case study of Iran. **International Review of Administrative Sciences**. v. 78, n. 4, p. 775-787, 2012.

<https://doi.org/10.1177/0020852312455991>

MELO, F. L. N. B.; SAMPAIO, L. M. B.; OLIVEIRA, R. L. Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 19, n. 3, art. 5, p. 374-397, Maio/Jun. Rio de Janeiro.2015.

MESQUITA, N; MOISES, J. A.; ELDASI, G. O projeto corrupteca – uma ferramenta analítica para a análise do fenómeno da corrupção. **Media e Jornalismo**. v. 14, n. 26, p. 65-76, 2015.

https://doi.org/10.14195/2183-5462_26_4

MOTTA, F. P.; ALCADIPANI, R. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **Revista de Administração**, v. 39, n. 2, p. 117-128, 2004.

NICHOLS, P. M. The Psychic Costs of Violating Corruption Laws. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**. v.45, n.145, p. 145-210, 2012.

NUMERATO, D. Corruption and public secrecy: An ethnography of football match-fixing. **Current Sociology**. v. 64, n. 15, p. 1–19, 2016.

<https://doi.org/10.1177/0011392115599815>

NYE, J.S. Corruption and political development: a cost benefit analysis. **American Political Science Review**. v. 61, n. 2, p.417-427, 1967.

<https://doi.org/10.2307/1953254>

OLIVEIRA, R. R. Contabilidade, controle interno e controle externo: trinômio necessário para combater a corrupção. **Pensar Contábil**. v. 8, n.31, p. 2-9, 2006.

ORTEGA, B; CASQUERO, A; SANJUAN, J. Corruption and Convergence in Human Development: Evidence from 69 Countries During 1990–2012. **Social Indicators Research**. v. 127, n. 2, p. 691-719, 2016.

PAULA, E. H. A. **Institutional Voids e Corrupção no Setor Público da Construção Civil no Brasil**. 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade FU MEC, Belo Horizonte, 2016.

PELLEGRINI, L; GERLAGH, R. Corruption's Effect on Growth and Its Transmission Channels. **Kyklos**. v. 57, n. 3, p. 429-456, 2004.
<https://doi.org/10.1111/j.0023-5962.2004.00261.x>

PEREIRA, J. M. Reforma do Estado e Controle da Corrupção no Brasil. **Caderno de Pesquisas em Administração**. v. 12, n. 2, p. 1-17. abril/junho.2005.

PILLAY, S; DORASAMY, N. Linking cultural dimensions with the nature of corruption: An institutional theory perspective. **International Journal of Cross Cultural Management**. v. 10, n. 3, p. 363-378, 2010.
<https://doi.org/10.1177/1470595810389793>

PINTO, J; LEANA, C. R; PIL, F. K. Corrupt Organizations or Organizations of Corrupt Individuals? Two Types of Organization-Level Corruption. **Academy of Management Review**.v. 33, n. 3, p. 685–709, 2008.
<https://doi.org/10.5465/amr.2008.32465726>

POTRAFKE, N. Intelligence and corruption. **Economics Letters**. v. 114, n. 1, p. 109–112, 2012.
<https://doi.org/10.1016/j.econlet.2011.09.040>

PORTULHAK, H; BARILLI, R, F. Motivações para a expulsão de contabilistas do Serviço Público Federal Brasileiro. **RACE**. v. 15, n. 2, p. 685-704, 2016.
<https://doi.org/10.18593/race.v15i2.9929>

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2000.

RAUSCH, R.B; SOARES, M. Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**.v.4, n.3, p-23-43, 2010.

RESICK, C. J.; MITCHELSON J. K.; DICKSON, M. W; HANGES, P. J. Culture, Corruption, and the Endorsement of Ethical Leadership. In MOBLEY, W.; WANG, Y.; LI, M. **Advances in Global Leadership**.Vol.05. Emerald Group Publishing: Bingley, 2009, p. 113–144.
[https://doi.org/10.1108/S1535-1203\(2009\)0000005009](https://doi.org/10.1108/S1535-1203(2009)0000005009)

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, R, P; MILFONT, T, L; FERREIRA, M, C; PORTO, J, B; FISCHER, R. Brazilian jeitinho: Understanding and explaining an indigenous psychological constructo. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**. v. 45. n. 1. p. 27-36.2011.

ROSE-ACKERMAN, S. **International Handbook on the Economics of Corruption**. Massachusetts: Edward Elgar, 2006.

<https://doi.org/10.4337/9781847203106>

RUSS, A. **The Illusion of History**: Time and its Absence in the Radical Political Imagination. 2006. 289 f. Tese de Doutorado. Centre for European Studies and General Linguistics, University of Adelaide. Adelaide, 2006.

SANTOS, R. A.; GUEVARA, A. J. H.; AMORIM, M. C. S. Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. **Revista de Administração da USP**, v.48, n.1, p.53-66, jan./fev./mar. São Paulo, 2013.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, S. Coesão Social, Democracia e Corrupção. **iFHC/CIEPLAN**. São Paulo, Brasil, e Santiago de Chile, 2008.

SELIGSON, M, A. The Measurement and Impact of Corruption Victimization: Survey Evidence from Latin America. **World Development**. v. 34, n. 2, p. 381–404, 2006.

<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.03.012>

SHLEIFER, A; VISHNY, R. W. Corruption. **The Quarterly Journal of Economics**. v. 103, n. 3, p. 599-617. 1993.

SILVA, A. M. C; BRAGA, E. C; LAURENCEL, L. C. A Corrupção em uma Abordagem Econômico- Contábil e o Auxílio da Auditoria como Ferramenta de Combate. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. v. 20, n. 1, p. 95-117, jan./mar. 2009.

SILVA, M. F. The Political Economy of Corruption In Brazil. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.39, n. 3, p. 26-41, 1999.

SILVEIRA, D. B. da. **Patrimonialismo e burocracia**: uma análise sobre o poder judiciário na formação do estado brasileiro. 2006. 301 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIMS, R, L; GONG, B; RUPPEL, C, P. A contingency theory of corruption: The effect of human development and national culture. **The Social Science Journal**. v.49, p. 90-97, 2012.

<https://doi.org/10.1016/j.soscij.2011.07.005>

SODRÉ, A. C; ALVES, M. F. C. Relação entre Emendas Parlamentares e Corrupção Municipal no Brasil: Estudo dos Relatórios do Programa de Fiscalização da Controladoria-Geral da União. **RAC**. v. 14, n. 3, pp. 414-433, Mai./Jun, 2010.

SPARROW, MK. Corruption in health care systems: the US experience. In: Transparency International. **Global Corruption Report, 2006**. Berlin: Transparency International. p. 16–22. 2006.

SØREIDE, T. Corruption in international business transactions: the perspective of Norwegian firms. In: ROSE-ACKERMAN, S.; LUCE, H. R. **International Handbook On The Economics Of Corruption**. MPG Books, 2006.

<https://doi.org/10.4337/9781847203106.00022>

STOCKEMER, D; LAMONTAGNE, B; SCRUGGS, L. Bribes and ballots: The impact of corruption on voter turnout in democracies. **International Political Science Review**. v. 34, n.1, p.74-90, 2013.

<https://doi.org/10.1177/0192512111419824>

SUMNER, C. Rethinking deviance: Towards a sociology of censure. In: C. SUMNER (Ed.). **Censure, politics and criminal justice**. Milton Keynes: Open University Press. 1990.

SWAMY, A; KNACK, S; LEE, Y; AZFAR, O. "Gender and Corruption." **Journal of Development Economics**. v. 64, n.1, p. 25–55. 2001.

[https://doi.org/10.1016/S0304-3878\(00\)00123-1](https://doi.org/10.1016/S0304-3878(00)00123-1)

TAN, X.; LIU, L.; HUANG, Z.; ZHAO, X.; ZHENG, W. The Dampening Effect of Social Dominance Orientation on Awareness of Corruption: Moral Outrage as a Mediator. **Social Indicator Research**. v. 125, n. 1, p. 89-102. janeiro.2016.

TANZI, V. Corruption Around the World: Causes, Consequences, Scope and Cures. **IMF Staff Paper**. v. 45, n. 4, p.559-594, 1998.

<https://doi.org/10.2307/3867585>

THOENIG, J-C. Recuperando a ênfase na dimensão pública dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**. v. 41, n. especial, p. 9-36, 2007.

TOMA, R. Twenty-Five Years After the Fall of Communism: The Cultural Peculiarities of Fighting Corruption and Building Civil Society in Romania. **Sociology Compass**. v. 9, n. 11, p. 951–961, 2015.

<https://doi.org/10.1111/soc4.12325>

TORSELLO, D; VERNARD, B. The Anthropology of Corruption. **Journal of Management Inquiry**. v. 25, n. 1, p. 1-21, 2015.

VIAN, T. Review of corruption in the health sector: theory, methods and interventions. **Health Policy Plan**. v. 23, n. 2, p. 83–94, 2008.

<https://doi.org/10.1093/heapol/czm048>

VIAN T; BRINKERHOFF D.W; FEELEY F.G; SALOMON M; VIEN N. T. K. Confronting corruption in the health sector in Vietnam: patterns and prospects. **Public Administration and Development**. v. 32, n. 1, p. 49–63, 2012.

<https://doi.org/10.1002/pad.1607>

WORLD BANK GROUP. Worldwide Governance Indicators. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#reports>>. Acesso em: 06 jun.2017.

ZYGLIDOPOULOS, S. Toward a theory of second-order corruption. **Journal of Management Inquiry**. V. 25, n. 1, p. 1-26, 2016.
<https://doi.org/10.1177/1056492615579914>

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“Por uma “Nova Imaginação Política”: A Interpretação de gestores públicos sobre corrupção”**, sob a responsabilidade dos pesquisadores **Luiz Romeu de Freitas Júnior e Cíntia Rodrigues Oliveira de Medeiros, Universidade Federal de Uberlândia**.

Nesta pesquisa estamos buscando **analisar a interpretação de gestores públicos atuantes na cidade de Uberlândia acerca da corrupção para compreender sua (des) articulação com a noção de “nova imaginação política”**.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **Luiz Romeu de Freitas Júnior, na Universidade Federal de Uberlândia, na cidade de Uberlândia com antecedência mínima de 15 dias antes do início da coleta de dados. Desta forma você possui tempo para decidir sobre sua participação na pesquisa.**

Na sua participação, você participará de uma entrevista com roteiro semiestruturado sobre o tema corrupção. A entrevista que deve ter uma duração média de 50 minutos, será gravada em áudio, que após o processo de transcrição será desgravado, e posteriormente analisada através da técnica de análise denominada Análise Crítica do Discurso.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem na identificação do participante e na possibilidade de seu constrangimento, assim cabe ao pesquisador prever possíveis riscos psicológicos que serão oferecidos gratuitamente ao participante, caso isso aconteça. O benefício será a possibilidade de um vislumbre pela sociedade sobre mudanças culturais que contribuam para as reflexões individuais sobre o fenômeno, com a possibilidade de emergir uma “nova imaginação política”. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Luiz Romeu de Freitas Júnior, e-mail: luizromeu26@msn.com, Universidade Federal de Uberlândia, Avenida João Naves de Ávila, nº: 2121, Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP: 38408-100, Telefone: 34-3239-4525.

Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa
APÊNDICE B: Dados dos entrevistados.

ENTREVISTA N° _____

DADOS DO(A) ENTREVISTADO(A)

Qual seu Nome? Como você gostaria de ser identificado nesta pesquisa? _____

Qual sua idade: _____

Qual sua formação educacional _____

Como você se identifica quanto a gênero: _____

Qual seu Estado Civil: () Solteirx () Casadx () Separadx/Divorciadx () Outro

Qual sua Profissão/Ocupação: _____

Qual sua Cidade de residência: _____

Telefone: _____

Local da entrevista
